

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 2, 2015

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniará

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 2, 2015

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ e pela Capes.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 2, 2015

PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

Assentamentos Rurais, Quilombos e Desenvolvimento: bloqueios e perspectivas a partir de diversidades regionais

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Coordenadora-geral do projeto.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola FEAGRI – Unicamp.
Coordenadora local do projeto.

EQUIPE DE BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores
César Giordano Gênero
Daniel Tadeu do Amaral
Henrique Carmona Duval
Osvaldo Aly Júnior
Silvani Silva
Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração eletrônica: Solange Luiz

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo
Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho
De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio
Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda
Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria
Pessoa Pereira Bergamasco

**RETRATOS DE
ASSENTAMENTOS**

Volume 18, Número 2, 2015

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.
Araraquara – SP – Brasil, 1994
v.18, n.2, 2015. 386p.
Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara –
Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO | CONTENTS

Apresentação/Presentation11
Violência, Repressão e Resistências Camponesas: Reflexões e (Re)Construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade <i>Violence, repression and peasant resistance: reflections and (re)construction from peasant truth commission</i> Sérgio Sauer Regina Coelly Fernandes Saraiva19
Guerrilha Rural e Cultura Política no interior de São Paulo <i>Rural guerrilla and political culture in São Paulo state</i> Gabriel da Silva Teixeira Luciana Carvalho e Souza Yamila Goldfarb Danilo Valentim Pereira Rafael Aroni39
As Lutas Sociais dos Canavieiros no interior De São Paulo entre as décadas de 1940 e 1980: assassinato e impunidade <i>The struggles of social sugarcane worker in São Paulo state between the decades of 1940 and 1980: murder and impunity</i> Danilo Valentim Pereira Gabriel da Silva Teixeira Luciana Carvalho e Souza Osvaldo Aly Junior Rafael Aroni Yamila Goldfarb69



<p>Justiça de Transição no Campo: inconclusa falaciosa. A busca da verdade real <i>Transitional justice in the field: inconclusive and misleading. The real truth search</i> Elisabete Maniglia Gil Ramos de Carvalho Neto</p>	<p>.....87</p>	<p>“Aos poucos, a vida volta ao normal”. Conflitos e cotidiano no Assentamento Rural <i>“Slowly bit, the life back to normal”. Conflicts and daily life in rural settlement</i> Amone Inacia Alves</p>	<p>.....225</p>
<p>Movimento Camponês, Ditadura Civil-Militar, Ações do Capital Agrário: a Reforma Agrária é possível no Brasil ou como enfrentar a velha violência em espaços rurais <i>Peasant movement, civil-military dictatorship, agricultural capital stock: a land reform is possible in Brazil or how facing the old violence in rural areas</i> José Paulo Pietrafesa</p>	<p>.....109</p>	<p>Educação do campo em Assentamentos da Reforma Agrária <i>Education for the countryside in settlements of land reform</i> Manuela Finokiet Irio Luiz Conti Angelita Bazotti Carmen Janaina Batista Machado</p>	<p>.....241</p>
<p>Reconstruindo Memórias Traumáticas: camponeses e o Regime Militar <i>Rebuilding traumatic memories: peasantry and the military regime</i> Marta Cioccarri</p>	<p>.....135</p>	<p>Educação do campo em busca de uma identidade: um estudo de caso na escola “Sueli Mari Gheller” - Videira – SC <i>Education for the countryside as a search for an identity: a case study of “Sueli Mari Gheller” school – Videira - SC</i> Juliana Nunes Marluse Castro Maciel</p>	<p>.....263</p>
<p>Luta pela Terra e transformações Territoriais: estudo de caso do Assentamento Dona Helena – PB <i>Struggle for land and territorial transformation: case study of Dona Helena settlement/PB</i> Maria Clyvia Martins dos Santos Marco Antonio Mitidiero Junior</p>	<p>.....165</p>	<p>A Educação do Campo de Araraquara: notas para uma análise de percurso <i>Education for the countryside in Araraquara: notes for an analysis of journey</i> Silvani da Silva Vera Lucia Silveira Botta Ferrante</p>	<p>.....283</p>
<p>Na esteira da ilegalidade: análise das relações jurídicas nas formas de apropriação da Terra no Assentamento da Fazenda Reunida em Promissão <i>The illegality mat: analysis of relations in legal forms of ownership of land in settlement Reunidas farm in Promissão</i> Maria Elena Miranda</p>	<p>.....191</p>		

**Soberania Alimentar e Agronegócio:
notas além da porteira**

*Food sovereignty and agribusiness:
notes beyond the gate*

Newton Narciso Gomes Jr

Oswaldo Aly Junior

.....305

**Agricultura Familiar e práticas sustentáveis
de agricultura em um lote do Assentamento
Monte Alegre – Araraquara-SP**

*Farming family and practices of agriculture
sustainable in a lot of Monte Alegre*

Settlement - Araraquara-SP

Marcella Aiello Sotratti

Zildo Gallo

Flavia Cristina Sossae

.....321

**PRONAF e a Produção Familiar: a diversidade
do tecido Social na órbita do Estado**

PRONAF and family production:

the diversity of social structure in state orbit

Raimundo Pires da Silva

Oswaldo Aly Júnior

João Daniel Luchini

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

.....341

Tecnologia Terminator, Lei de Biossegurança e a Constituição

Terminator Technology, Biosecurity Law and Constitution

Rodrigo Mendonça de Souza

Elisabeth Maniglia

Jorge Barrientos Parra

.....367

Normas de Publicação

.....383

APRESENTAÇÃO

Este número de Retratos de Assentamentos abre espaço para um dossiê de artigos da Comissão da Verdade sobre terríveis acontecimentos que atingiram o campo durante os períodos de autoritarismo do Estado Brasileiro – notadamente a Ditadura Civil e Militar - e ainda durante a chamada “transição” à democracia que marcou os anos de 1980.

Nada mais adequado aos momentos conturbados que vive hoje a nação brasileira. Há coisas que não podem ser esquecidas por dolorosas que sejam à consciência do país.

Finalmente, decorridas quase quarenta décadas desde o final da ditadura, uma corajosa mulher conseguiu implantar a Comissão da Verdade. Dilma Rousseff já entrou para a história por essa importante iniciativa. Cumpra lembrar igualmente que sua memória de lutas, sua mente e seu corpo guardam os registros dolorosos das torturas sofridas naqueles “anos de chumbo”.

Sabe-se que a lei que instituiu a Comissão foi votada pelo Congresso Nacional, mas não se pode ser ingênuo a ponto de pensar que os deputados e senadores fariam isso por conta própria. Foi preciso que o país elegeisse para presidente uma mulher corajosa, que militou contra a ditadura para que se criasse, com muito atraso, em relação aos outros países latino-americanos, uma Comissão da Verdade no Brasil.

Apesar da sociedade não ter se mobilizado para exigir que o Estado Brasileiro revelasse as condições da morte e a localização dos corpos dos 243 desaparecidos políticos, a criação da Comissão da Verdade, em 2011, recolocou em pauta a necessidade de rever o passado, especialmente, o período de repressão pós – 1964 no Brasil.

Sem dúvida, a memória social é um bem precioso: com ela podemos desmascarar hipocrisias e prevenir tragédias políticas. Sendo assim, nosso periódico, embora sob o impacto de enfrentar fatos dolorosos se orgulha de manifestar seu apoio à Comissão da Verdade, através de artigos que expressam diferentes maneiras de reconstruir o passado. Relembrar tais dolorosos acontecimentos, nos ajuda a manter acesa a esperança de contribuir, através de um pensamento crítico, com a produção do conhecimento no Brasil.

O primeiro artigo, Violência, Repressão e Resistência Camponesas: reflexões e (re) construções a partir da Comissão Camponesa, centrado na memória, procura discutir a reconstrução do passado, ao dar visibilidade a sujeitos que resistiram à ditadura e sofreram violências como instrumento da Justiça e de reparação, mas também como uma forma de evitar que violações contra os direitos das populações do campo se repitam na história nacional.

Os levantamentos da Comissão Camponesa deixaram claro que as políticas governamentais e as ações do Estado levadas adiante por uma dolorosa modernização conservadora aprofundaram o problema fundiário (concentração da propriedade da terra) e financiaram a destruição ambiental, especialmente na Amazônia e Cerrado. O artigo mostra claramente, através da Comissão Camponesa, que além das torturas, mortes, ocultações de cadáveres, das ameaças, perseguições, expulsão da terra, a violência dos direitos tem uma faceta sutil que pôs em ação, de forma disfarçada, ações de intimidação, privação de ir e vir, entre tantas violências. E o artigo se vale das preciosas referências de Walter Benjamim, para quem é a memória que arranca a tradição do conformismo, procurando no passado, nas tradições, sementes de uma outra história possível.

Em Guerrilha Rural, Cultura Política no Interior de São Paulo, os autores, através de alguns casos paulistas de ação da esquerda armada, discutem a forma como os diferentes sujeitos envolvidos vivenciaram essas experiências, em especial as populações rurais que diante do novo contexto político, davam sinais de que

encaminhavam suas lutas por canais distintos dos reivindicados pela esquerda armada.

*Para expressar a importância deste dossiê, é importante ler o artigo *As Lutas Sociais dos Canavieiros do Interior de São Paulo Entre as Décadas 1940 e 1980: assassinato e imunidade*. Em referência à década de 1980, os autores coletaram dados sobre a repressão aos canavieiros de Guariba que haviam desencadeado movimentos de luta por direitos trabalhistas e contra as condições de exploração às quais estavam submetidos nas tarefas de corte da cana.*

A farsa da modernização e a faceta perversa do desenvolvimento do capitalismo no campo se harmonizam para escamotear a verdade sobre as violações de direitos humanos. E esta violação acaba sendo acobertada pela Justiça.

*O próximo artigo, *Justiça de Transição no Campo: inconclusa e falaciosa*. A busca da verdade real. A busca põe em questão o fato da população rural, envolvendo indígenas, negros e trabalhadores continuam sendo explorados, constatando-se a ausência do Estado das políticas públicas para o setor. Pressões envolvendo reivindicações da Reforma Agrária vêm de tempos e foram o estopim para o Golpe Civil – Militar que instalou a ditadura militar no Brasil. O massacre dos sindicatos pelas estatais e pelas milícias formadas e apoiadas pelo Estado, não foi hoje até plenamente reparado, nem os agressores efetivamente punidos. A prática da Justiça inconclusa e falaciosa infelizmente continua.*

*Em outro artigo do dossiê da Comissão Camponesa da Verdade, *Movimentos Camponeses, Ditadura Civil - Militar, Ações do Capital Agrária: a reforma agrária é possível no Brasil ou como enfrentar a velha violência nos espaços rurais*, o autor traça um paralelo entre raízes históricas do Brasil Agrário e constantes situações de violências que atingiram camponeses e populações rurais no Estado de Goiás, no período pré e pós 1964. O confronto entre dois modelos e projetos de sociedade vem à tona: um voltado*

à mercantilização da produção agropecuária e da terra e outro, ao desenvolvimento do trabalho familiar no uso do solo. A partir de documentos históricos, material acadêmico encontrado nas bancas de teses e de pesquisas e universidades, o autor desvenda o violento processo de luta por direitos agrários. No cerne da questão, as contradições na lógica modernizante e conservadora do espaço rural, baseada no latifúndio.

Em vez da execução da Reforma Agrária, o Estado pressionado pelo capital agrário e alicerçado pelo regime civil-militar brasileiro (1964-1985) consolidou a modernização conservadora do latifúndio, facilitando obtenção de crédito rural, subsidiado e abundante, através de bancos oficiais. Convivemos com tentativas continuadas, muito bem amparadas politicamente, de descaracterizar a necessidade de uma política de Reforma Agrária.

No curso deste processo, o autor relata resistências e enfrentamentos dos camponeses, por volta de 1954. Com a vitória parcial em um conflito, a constituição de República de Trombas e Formoso foi decisiva para que os camponeses decidissem sobre autonomia e o controle de seu território.

Situação que durou até março de 1964, quando se instalou no país a ditadura civil-militar. A Comissão Nacional da Verdade, responsável pela identificação de ações de violência cometida pelo Estado, identificou casos de camponeses e camponesas desaparecidos, torturados e assassinados.

Este número de Retratos homenageia a memória e a história de cada um deles, “seres invisíveis à lógica do capital, transformados em “indigentes”, estranhos em seus lugares de vida”.

Reconstruindo memórias traumáticas: camponesas e o regime militar fecha este primeiro grupo de artigos diretamente ligados à Comissão da Verdade. Por meio de trajetórias de camponeses perseguidos, presos, torturados e assassinados, o artigo descreve

o percurso de uma pesquisa, conduzida desde 2010, sobre as violências sofridas pelos trabalhadores no campo durante o regime militar no Brasil. Através da Comissão Camponesa da Verdade desvendou-se novas facetas das violências praticadas contra os trabalhadores rurais no tempo que antecede ao golpe e nos anos de ditadura militar.

Singularidades da repressão ocorrida no campo no período compreendido entre 1962 e 1988 revelam dimensões de uma violência acobertada por compromissos de classe que aliavam grandes proprietários de terra e empresários rurais ao governo militar.

Duramente, há que se reconhecer que as violações de direitos humanos sofridas por camponeses são pouco reconhecidas pela sociedade e pelo Estado Brasileiro.

Os três artigos seguintes tratam, de perspectivas diferenciadas, da história de luta que permeia a constituição dos assentamentos.

Em Luta pela Terra e Transformações Territoriais: estudo de caso do Assentamento Dona Helena/PB, impactos territoriais são discutidos no bojo de um processo de lutas e de transformações na vida dos camponeses e do município em torno do Assentamento.

Na Esteira da Ilegalidade: análise das relações jurídicas nas formas de apropriação da terra no assentamento da Fazenda Reunidas em Promissão, a autora aborda os modos de apropriação das terras no assentamento como terra camponesa em suas múltiplas formas. Esta pluri-apropriação se dava em desacordo com a normatização que rege os programas de assentamento, tornando os assentados “fora da lei”. Na esteira da ilegalidade, o arrendamento da terra, o fracionamento do lote, o exercício de atividades assalariadas pelos titulares e a comercialização dos direitos de posse transformam-se em processo administrativo sob a tutela do INCRA.

Irregularidades se apresentam, com frequência, no cotidiano dos assentamentos, o que não pode ser tomado como indicador de seu fracasso. Há, muitas vezes, por trás das irregularidades, iniciativas para ampliar as perspectivas de reprodução social como a inclusão de filhos e/ou membros da família no espaço do assentamento. Necessidades e irregularidades, muitas vezes se apresentam na realidade multidimensional dos assentamentos.

Em Aos poucos a vida volta ao normal, conflitos e cotidiano no assentamento rural, experiências vivenciadas em um assentamento rural, Fazenda São João de Bugres, em Goiás, são analisadas, através dos sentidos e significados da conquista da terra para aquele grupo. Através dos conceitos de campo e capital de Bourdieu, o jogo de tensões, estratégias de produção e reprodução social são analisadas no processo de internalização vivenciado pelos assentados.

Na sequência, um bloco de artigos sobre Educação do Campo traz reflexões e práticas empíricas que acontecem em três distintas regiões. O primeiro deles, Educação do Campo em Assentamentos da Reforma Agrária, destaca o protagonismo dos movimentos sociais na luta pela Educação do Campo. O caso analisado encontra-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho, no Distrito de Armada, município de Canguçu, Rio Grande do Sul. São analisadas as dimensões teóricas e práticas desta experiência e a possibilidade de desenvolvimento de atividades de caráter sócio-ambiental na escola, Em Educação do Campo em Busca de uma Identidade: um estudo de caso na escola “Sueli Mari Gheller” - Videira/SC, ressalta-se um problema frequente nas escolas rurais, que é a rotatividade dos alunos. O artigo liga o problema da evasão escolar e da rotatividade à construção cognitiva e afetiva dos estudantes, como um fator desafiante às próprias condições de infra-estrutura dos territórios rurais e suas prioridades em termos de Educação na agenda política. Discute a hipóteses de evasão escolar e da rotatividade dificultarem o aflorar do sentimento de pertencimento nos educandos.

Já em A Educação do Campo de Araraquara: notas para uma análise de percurso, as autoras fazem um resgate histórico do programa Educação do Campo no referido município. Chegam à conclusão de que após mais de dez anos da municipalização e da construção do projeto político-pedagógico das escolas rurais, houve perda dos valores contestatórios dos movimentos sociais e até um retrocesso ao se implementar um material pedagógico centrado em valores urbanos e industriais.

A revista traz ainda à reflexão outro bloco de artigos que também trata de variados temas relacionados às possibilidades e desafios ao desenvolvimento rural alimentar, das suas estratégias alternativas de comercialização e sobre o jogo de forças presente nas regulamentações de políticas públicas e leis que interferem diretamente em suas vidas cotidianas, especialmente o PRONAF e a lei de Biossegurança.

Em Soberania Alimentar e Agronegócio: notas além da porteira, os autores mostram a influência dos conceitos de segurança e soberania alimentar face ao acesso e custo da aquisição de alimentos, principalmente para as camadas de baixa renda. Volta à cena a discussão sobre os paradoxos do abastecimento alimentar. Discute-se criticamente a ausência da discussão sobre o papel do consumidor nesta dimensão, como se ele não fosse o diretamente atingido. O artigo analisa igualmente o rompimento do moderno sistema agroindustrial de produção de alimentos com o conceito cultural do que é comida e alimento, dissimulando suas consequências para a saúde e doenças desenvolvidas a partir deste padrão alimentar.

Na esteira de que seriam escolhas saudáveis, em Agricultura Familiar e Práticas Sustentáveis de Agricultura em um lote do Assentamento Monte Alegre – Araraquara, SP, os autores recuperam saberes da relação com a terra. Apesar das técnicas adotadas terem relação, às vezes indireta, com princípios agroecológicos, como a não utilização de agrotóxicos, não se pode afirmar, em seu conjunto, que a agricultura adotada na propriedade tem base ecológica. Dilemas a mostrar as possibilidades, envoltas em dificuldades de uma transição agroecológica.

VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS: REFLEXÕES E (RE) CONSTRUÇÕES A PARTIR DA COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE

Sérgio Sauer¹

Regina Coelly Fernandes Saraiva²

Em PRONAF e a Produção Familiar: a diversidade do tecido social na órbita do Estado, os autores questionam a eficácia desta política pública para a agricultura familiar. Destaca-se, neste artigo, a ênfase adotada da diversidade do tecido social da agricultura familiar; fator decisivo na avaliação da efetividade da intervenção do Estado junto a este segmento. Encerrando esse número, Tecnologia Terminator, Lei de Biossegurança e a Constituição põe em questão a adoção desta tecnologia para o desenvolvimento do capitalismo no campo: fator de aumento da produtividade ou elemento de reforço para a redução da biodiversidade agrícola da terra, por consequência, como um instrumento de dominação das empresas detentoras das tecnologias de sementes.

A descrição da agricultura familiar a partir da soberania e da segurança alimentar, das suas estratégias alternativas de comercialização, o repensar o jogo de forças presente nas regulamentações de políticas e leis que interferem diretamente nas vidas cotidianas dos agricultores familiares se junta ao dossiê da Comissão da Verdade neste número do Retratos de Assentamentos para mostrar que diante de uma engenharia política construída para transformar um golpe, uma sucessão de equívocos em uma operação fictícia para moralizar o país, há lugar para o debate, para a legitimidade das discordâncias, para a democracia que, em alto e bom som, pede passagem.

É nossa esperança na legitimidade da democracia que nos leva a convidar os leitores a passar a limpo, um a um, os artigos deste Retratos – e a contribuir, com suas críticas e sugestões para a continuidade desta publicação que é, sem sombra de dúvidas, expressão de que a resistência é possível e de que o conhecimento, ao perder sua veia crítica, perde o alimento que lhe dá vida.

Os Editores

Resumo: A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, recolocou em pauta a necessidade de rever o passado, especialmente o período de repressão pós-1964 no Brasil. Este artigo reflete sobre essa necessidade de (re)construir a memória a partir da criação e atuação da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), criada em 2012, por professores, intelectuais, militantes de movimentos sociais ligados ao campo e gestores públicos para incidir sobre as definições CNV. As reflexões partem de discussões, reuniões, pesquisas, investigações e (re)construção da memória procurando dar visibilidade às violações de direitos contra camponeses a partir de 1946, e de incidências sobre os trabalhos da Comissão Nacional. A memória é entendida aqui como presentificação, possibilitando não só (re)visitar e rememorar o passado, mas principalmente (re)construí-lo para que não seja esquecido. Assim como a Comissão Camponesa tem como objetivo explicitar a verdade, este artigo procura discutir a (re)construção do passado, ao dar visibilidade a sujeitos que resistiram à ditadura e sofreram violências, como instrumento de justiça e de reparação, mas também como uma forma de evitar que violações contra os direitos das populações do campo se repitam na história nacional.

Palavras-chave: violação de direitos; memória camponesa; violência; direitos humanos; Comissão Camponesa da Verdade.

1 Doutor em Sociologia, professor da Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB) e no Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS) e pesquisador do CNPq.

2 Doutora em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), professora da Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB) e no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader/FUP).

Abstract: The creation of the National Commission on Truth (CNV), in 2011, put back the need to review the past, especially the post-1964 period of repression in Brazil. This article reflects on this need for (re)constructing the memory from the creation and work of the Peasant Commission on Truth (CCV), created in 2012 by scholars, researchers, militants of agrarian social movements and public employees to influence the investigations of the CNV. These reflections are from discussions, meetings, researches, investigations and the (re) construction of memory highlighting violations of rights of peasants after 1946, but also influencing the investigations of the National Commission. Memory is understood here as presentification, allowing not only (re)visit and remember the past, but mainly (re)build it so it will not be forgotten. As the Peasant Committee aims to bring up the truth, this article discusses the (re)construction of the past, looking for giving light to people who resisted the dictatorship and suffered violence, looking for justice and repair tools, also preventing violations of the rights of rural people be repeated in Brazilian history.

Keywords: Rights violation; peasant memory; violence; human rights; Peasant Commission on Truth.

Introdução

Após 51 anos do Congresso Camponês de Belo Horizonte, movimentos sociais, entidades sindicais do campo, movimentos indígenas, quilombolas, entidades de assessoria realizaram, em 2012, o “Encontro nacional unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas”. Essa articulação nacional, incluindo vários encontros e reuniões estaduais preparatórios, resultou em um evento que reuniu em torno de sete mil pessoas em Brasília de mais de 40 organizações e movimentos ligados à luta pela terra e por territórios. Indígenas, sem-terra, famílias assentadas, quilombolas, agricultores familiares, populações tradicionais, extrativistas se mobilizaram para debater temas do campo, articular lutas e unificar reivindicações pelo direito à terra e ao território (SAUER, 2013).

Além das discussões, debates sobre a conjuntura e manifestações de rua, as lideranças e movimentos sociais assumiram vários compromissos que constam da Declaração final (2012) do encontro unitário. Entre os

compromissos assumidos está a disposição de “lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão” (DECLARAÇÃO, 2012, Item 11).

Esse compromisso, assumido publicamente em 2012, foi a motivação principal para a criação da Comissão Camponesa da Verdade (CCV),³ composta por mais de 40 professores/as – pesquisadores/as de várias áreas do conhecimento de instituições públicas de ensino superior de diferentes regiões do País –, lideranças de movimentos sociais e entidades do campo e gestores públicos. Apesar da referência à Comissão de Mortos e Desaparecidos, o principal objetivo – e/ou motivação – da Comissão Camponesa foi incidir sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. De acordo com os termos dessa lei, a CNV foi criada pela Presidência da República com a “finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [1946-1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Art. 1) (SARAIVA, SAUER, 2014)⁴.

Buscando efetivar este direito à memória e dar visibilidade (oficial) à necessidade de investigar as violações no campo, a Comissão Camponesa fez contato com Maria Rita Kehl, uma das pessoas comissionadas pela Presidência da República para constituir a CNV. Como membro da CNV, Kehl assumiu a responsabilidade e foi incumbida de investigar as graves violações de direitos de camponeses e indígenas, no período de 1946 a 1988, a partir da publicação da Resolução nº 5, de 05 de novembro de 2012, da CNV (SARAIVA, SAUER, 2014). Essa resolução criou o

³ Apesar das dificuldades conceituais, o termo camponês (ou campesinato) foi adotado na CCV e é usado aqui de forma ampla, no sentido de todos que vivem, dependem ou tiram o seu sustento do trabalho no campo, incluindo posseiros, sem-terra, quilombolas, caiçaras, assalariados, agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, populações tradicionais, entre outros grupos sociais do campo (SAUER, 2013).

⁴ Para maiores detalhes sobre as investigações (resoluções, pesquisas, investigações e os relatórios preliminares e finais) da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ver o site <http://www.cnv.gov.br>, especialmente o volume 2 onde “[...] foram reunidos textos que enfocam as graves violações sob a perspectiva de sua incidência em diferentes segmentos sociais – militares, trabalhadores urbanos, camponeses, povos indígenas, membros de igrejas cristãs, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), professores e estudantes universitários” (DIAS et al, 2015).

“Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas” (CNV, 2015).

Uma das motivações para criar a Comissão Camponesa foi que, apesar dos processos históricos de luta por direitos e resistência à expropriação, há uma evidente invisibilização dos camponeses, tanto em relação ao seu protagonismo (na luta contra a ditadura) como nos processos de reparação. É um segmento social “esquecido” (poucos casos investigados nas Comissões de Anistia e de Mortos e Desaparecidos, por exemplo), tanto por seu protagonismo e luta como pela não reparação nos muitos casos de graves violações, violência e repressão (VIANA, 2014). Essa invisibilização serve como um mecanismo político de não reconhecimento e, conseqüentemente, não justiça (poucos casos de reparação), sendo fundamental este trabalho de (re)construção da memória da Comissão Camponesa (SARAIVA, SAUER, 2014), mas especialmente da Comissão Nacional da Verdade (CCV, 2015).

A partir das articulações, discussões, pesquisas, experiência e trabalhos da Comissão Camponesa da Verdade, este artigo resgata a história recente (item 1) da criação e discussões político-teóricas da mesma. Essas discussões foram fundamentais e serviram para balizar caminhos e apontar elementos presentes nas situações de camponeses violentados pelas ditaduras. Foi crucial nos trabalhos da CCV, com a realização de vários encontros nacionais e debates sobre o escopo do trabalho de pesquisa da CCV (SARAIVA, SAUER, 2014). A partir desse referencial, foi possível apontar quais e como deveriam ser registradas/visibilizadas situações de repressão e violência no campo, parte do relatório produzido pela Comissão Camponesa da Verdade (CCV, 2015).

Na seqüência (item 2) apresentamos uma reflexão sobre a importância de (re)construir a memória, não apenas como um processo de contar ou relatar (ou rememorar) o passado, mas (re)construir o mesmo na busca de justiça e reparação. Como parte das discussões político-teóricas da CCV, a memória camponesa foi trazida como presentificação do passado a ser reparado e garantir justiça aos camponeses silenciados.

Em forma de apontamentos – não como uma conclusão, mas como perspectivas e ações futuras –, o item 3 traz desafios que a Comissão da Verdade enfrentou – e ainda enfrenta, como a própria continuidade do trabalho de investigação e reflexão – e algumas recomendações no processo de (re)construção, mas especialmente na luta e busca de justiça e reparação dos muitos casos verificados.

1. Criação e debates da Comissão Camponesa da Verdade

De acordo com informações extraoficiais, depois de longas discussões e resistências internas, a Resolução nº. 5/2012 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou o Grupo de Trabalho sobre “violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas”, com a competência de “esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres relacionados às populações do campo” (KEHL, 2014, p. 1). O objetivo deste GT foi “identificar e tornar público estruturas, locais, instituições, circunstâncias e autorias de violação de direitos humanos no campo brasileiro, entre 1946 e 1988” (KEHL, 2014, p. 1). A comissionada Maria Rita Kehl assumiu esta tarefa, motivada por sua trajetória e compromissos históricos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com a intenção de potencializar as investigações da CNV relacionadas às populações do campo, foi criada, em 2012, a Comissão Camponesa da Verdade, a partir da organização e realização do Encontro unitário de entidades e movimentos sociais do campo no mesmo ano (DECLARAÇÃO, 2012). A criação da Comissão Camponesa teve como objetivo dar suporte e incidir na Comissão Nacional, no sentido de registrar (indicar ou sugerir investigações) situações de violências cometidas pelo Estado e seus agentes contra camponeses entre 1946-1988 (período de abrangência da CNV), e a necessidade premente de reparação (SARAIVA, SAUER, 2014)⁵.

Entre os objetivos da Comissão Camponesa estavam: a) construir uma agenda de trabalho, tanto para propor casos e estudos à Comissão Nacional da Verdade (CNV), como para mobilizar as organizações no resgate da memória camponesa; b) reunir trabalhos e pesquisas em uma investigação própria (violações e casos emblemáticos⁶, organização de

5 Apesar do conteúdo e objetivos semelhantes, a Comissão Camponesa da Verdade é uma iniciativa dos movimentos sociais e organizações do campo, portanto, não fez parte da estrutura (oficial) da Comissão Nacional da Verdade, mas procurou incidir sobre os trabalhos da mesma, particularmente no “Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas” (Resolução nº 5), mais especificamente sobre o trabalho de investigação e relatórios da comissionada Maria Rita Kehl (CCV, 2015).

6 A noção de “caso emblemático” foi aplicada a situações, eventos e episódios que exemplificam a violência, a violação de direitos e as diversas formas de repressão no campo. Como episódio ou situação importante (historicamente circunscrito ou um processo temporal mais longo), envolvendo pessoas, grupos de pessoas até comunidades inteiras, são exemplos (casos particulares, histórica e geograficamente delimitados), que, ao serem resgatados e recontados, podem ser universalizados, pois explicitam ações, violações e responsabilidades do Estado (CCV, 2015).

documentos e pesquisas, etc.); c) elaborar um relatório dos movimentos e entidades, resgatando a memória camponesa, dando maior visibilidade aos sujeitos do campo, duramente vitimados pelo Estado entre 1946 e 1988 (CCV, 2015).

A Comissão Camponesa⁷ realizou vários encontros nacionais e procurou articular equipes estaduais de pesquisa para reunir e sistematizar estudos e levantamentos e agregar contribuições para o relatório da CNV (2015). Questões teórico-conceituais foram discutidas, formuladas e apresentadas, procurando estabelecer parâmetros para a condução dos trabalhos junto à Comissão Nacional, sendo que uma delas diz respeito à concepção política em relação ao **Estado como sujeito de violações de direitos**. As discussões trouxeram à tona especificidades da questão camponesa e a necessidade de considerar não apenas casos e ações em que agentes do Estado agiram como ator direto, mas também situações de omissão, conluio, acobertamento, ou mesmo a “privatização da ação do Estado”, em que o latifúndio funcionou como um braço privado durante a ditadura civil-militar pós 1964 (CCV, 2015, p. 27; SARAIVA, SAUER, 2014).

De acordo com os termos da Resolução nº 2, de 2012, em seu art. 1º, fez parte das tarefas da Comissão Nacional da Verdade “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”.

A Comissão Camponesa entendeu que “violações de direitos por agente público”, ou seja, o Estado como sujeito se refere a todos os casos ou situações em que estiveram presentes agentes públicos (funcionários públicos e instituições do Estado de qualquer nível ou instância) e/ou “pessoas a seu serviço” (termos da Resolução) (SAUER, SARAIVA, 2015). Consequentemente, a responsabilidade não se restringe à presença (física) do Estado, mas deve incluir casos de omissão e violações resultantes de políticas públicas e recursos públicos, portanto, é fundamental considerar uma “privatização” de ações violentas do Estado (CCV, 2015; SARAIVA, SAUER, 2014).

Consequentemente, a responsabilidade e a responsabilização não se devem dar apenas nos casos em que agentes do Estado (por exemplo, a Polícia ou o Exército) agiram como atores diretos, mas é necessário considerar também omissão, descaso, conluio, acobertamento, ou mesmo a “privatização da ação do Estado” (CCV, 2015, p. 53). No campo pós 1964, o latifúndio agiu como braço

⁷ Em agosto de 2013, um grupo de entidades composto pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) criou a Comissão Indígena da Verdade e Justiça, para subsidiar a CNV e elaborar seu próprio relatório sobre violações de direitos indígenas de 1946 a 1988.

privado do regime ditatorial, sustentado por um conjunto de políticas públicas, com especial destaque para créditos subsidiados e incentivos fiscais (WELCH, SAUER, 2015), com reflexos e conflitos até aos nossos dias (SAUER, MASO, 2014; 2013). Processo muito claro nas fronteiras agrícolas, por exemplo, com projetos privados de colonização, subsídios e apoio a empresas que violaram direitos, etc., como parte da aliança entre militares e o latifúndio constituindo, portanto, uma ditadura civil-militar (CCV, 2015; SAUER, SARAIVA, 2015).

Essas situações, atos e violações não devem ser entendidos apenas como ações isoladas, mas atuação e políticas que seguiram orientações de altas esferas de poder e que contaram com apoio e ação direta de diferentes setores, como empresários, portanto, há uma responsabilidade compartilhada, portanto, uma ditadura civil-militar (CCV, 2015). O Estado, como sujeito de violações, estende a responsabilidade para a ação de agentes privados, que agiram autorizados ou liberados para tanto, ou mesmo apoiando ações do Estado ou ainda por omissão ou descaso (CCV, 2015).

Como não são apenas ações isoladas, os levantamentos da Comissão Camponesa procuraram considerar também investimentos econômicos e políticos que levaram à modernização – “mais dolorosa que conservadora” (WELCH, SAUER, 2015) – e os seus impactos, ou seja, políticas públicas (ações diretas do Estado) que levam ao aprofundamento da concentração fundiária e à violação de direitos no campo (SAUER, 2010). Consequentemente, as políticas governamentais e ações do Estado aprofundaram o problema fundiário (concentração da propriedade da terra) e financiaram a destruição ambiental, especialmente na Amazônia e no Cerrado (CCV, 2015).

Nos debates e definições sobre a responsabilidade do Estado, a Comissão Camponesa entendeu ser fundamental considerar ainda os seguintes aspectos (CCV, 2015, p. 53-54), sobre ou devido aos quais há vários relatos de violações de direitos e violências praticadas contra populações do campo e suas lideranças⁸:

- Ações do Estado e políticas públicas (incentivos fiscais, subsídios, concessões, projetos de colonização, etc.) privatizaram a terra em benefício de poucos, especialmente a privatização de terras públicas na Amazônia e nas fronteiras agrícolas, em detrimento dos camponeses e demais populações tradicionais;

⁸ O trabalho de pesquisa e sistematização da CCV resultou em um extenso relatório (mais de 600 páginas, com muitos relatos de violações), entregue oficialmente à CNV no final de 2014, o qual contou com contribuições (levantamentos, pesquisas, relatos, textos, análises, etc.) de mais de 50 pesquisadoras, pesquisadores, lideranças de movimentos sociais e agentes públicos – Maiores detalhes, ver o relatório completo, publicado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal (CCV, 2015).

- Incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), permitindo que terras ocupadas por populações tradicionais e comunidades camponesas fossem transferidas para grandes projetos agropecuários e mãos privadas;

- Recursos públicos favoreceram a grilagem (apropriação ilegal de terras públicas)⁹ e foram responsáveis pela violência (assassinatos, tentativas de assassinatos, perseguições, ameaças, prisões arbitrárias, etc.) contra trabalhadores/as rurais e populações do campo.

Em outras palavras, as políticas governamentais de incentivo à expansão das fronteiras agrícolas (inclusive a criação e implantação de projetos de colonização) fazem parte das violações de direitos de populações locais ou que foram direcionadas para essas fronteiras. São, portanto, responsabilidade do Estado, inclusive a violência que teve – e continua tendo – a luta pela posse, acesso e controle da terra (SAUER, SARAIVA, 2015). Essas políticas, associadas à omissão e descaso do Estado (como uma participação indireta), favoreceram também a impunidade (realidade presente), inclusive pela morosidade, omissão e conluio do Poder Judiciário (CCV, 2015; SARAIVA, SAUER, 2014).

Fazendo essa leitura mais sistêmica (compreendendo as violações para além de fatos e ações isoladas), as discussões da Comissão Camponesa apontaram como desafio a necessidade de formular critérios (não generalizar para todas as situações de violações que foram e são muitas) que permitiram entender onde a ação e a omissão do Estado ditatorial estavam relacionadas a violações de direitos (CCV, 2015)¹⁰. Esse questionamento foi analisado, considerando as particularidades sofridas por camponesas e camponeses que, em muitos casos, não se enquadram nas condições estabelecidas como regras para a CNV de

⁹ Ainda segundo a CCV (2015, p. 54), o atual regime cartorial é um tipo de violência, pois houve uma privatização do poder e da autoridade de decidir e registrar (portanto, legalizar) se uma terra é particular ou pública e quem é o dono da mesma.

¹⁰ Consequentemente, os trabalhos da Comissão Camponesa incluíram e procuraram reconstruir violações dos direitos econômicos, sociais e culturais, não restringindo às violações dos direitos civis e políticos dos povos do campo no período em tela, resultando em muitos relatos de “casos emblemáticos” (CCV, 2015, p. 259-569), especialmente no Mato Grosso e na Região Amazônica (fronteiras agrícolas).

investigar “graves violações” “por agentes públicos”. No entanto, a CCV entendeu que os termos da Resolução nº 2 poderiam ser interpretados de forma abrangente, pois estabeleceu a investigação de violações de agentes “a serviço, com apoio ou no interesse do Estado” (parte do Art. 1º), portanto, além da constatação da presença direta de agentes públicos (SAUER, SARAIVA, 2015).

Consequentemente, as lutas camponesas por direitos e contra o latifúndio e a propriedade privada (ações de milícias privadas, jagunços, pistoleiros, etc.) foram parte da resistência à repressão da ditadura civil-militar e são resultantes de políticas e ações (repressão, omissões, “terceirização” da violência, etc.) do Estado (SAUER, SARAIVA, 2015). Portanto, o Estado deve ser visto e estudado como agente e responsabilizado pela violência e violações de direitos (CCV, 2015).

Outra questão que ocupou os debates na CCV foi a concepção de graves violações. A Resolução da CNV estabeleceu algumas situações como graves violações: torturas, mortes/assassinatos, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres (Dias et al, 2014).¹¹ A Comissão Camponesa, em suas discussões, considerou fundamental abrir o escopo (não apenas “torturas, mortes, desaparecimentos, ocultação de cadáveres”, como consta na Resolução nº 2, de 2012), incluindo a violência contra camponeses entendida como ameaças, perseguições, expulsão da terra (despejos e deslocamentos forçados), prisões arbitrárias e outras ações contra pessoas e grupos no campo (CCV, 2015).

Nas pesquisas, estudos, resgates e investigações, é fundamental considerar casos e situações em que a violação de direitos foi mais sutil e implicou em exercício e uso de força disfarçada, como por exemplo, internamento compulsório, ações de intimidação, privação de ir e vir, entre outras violências. As ações e responsabilidades do Estado atingiram a dignidade e a liberdade de pessoas e grupos no meio rural (CCV, 2015), portanto, essas violações não podem ser esquecidas e/ou excluídas da memória nacional, apenas porque não são classificados como “graves” (SAUER, SARAIVA, 2015).

Violações de direitos humanos no campo se referem a ações violentas contra populações do campo (camponeses), representando repressão e aprofundamento da violência estrutural. Para a CCV (2015), considerar

¹¹ De acordo com seus membros, a lei havia definido “objetivos específicos” à CNV, portanto, competia a mesma apurar a verdade e “[...] esclarecer os fatos e as circunstâncias das graves violações de direitos humanos – tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres” (DIAS et al, 2014 – ênfases adicionadas).

esses aspectos significa atender especificidades desse grupo, que, em muitos aspectos, se diferencia da condição de grupos urbanos e/ou indígenas também vitimados pelo Estado no mesmo período (SAUER, SARAIVA, 2015).

Os esforços foram – e continuam sendo – pela (re)construção da memória camponesa. A criação e atuação da CNV se constituiu em uma oportunidade histórica à memória e à verdade. No entanto, este resgate e suas consequências não está finalizado, inclusive porque violações de direitos de camponeses não cessaram em 1988 (tempo limite de atuação e investigação da CNV).¹² Também, e mais importante, além de reconhecimento e (re) construção da memória, a luta deve ser por justiça e reparação de todos os casos de violações (CCV, 2015).

2. (Re)construção da memória: resistência camponesa, reconhecimento e reparação

As discussões na CCV incluíram a compreensão e o alcance político da história e resistências camponesas (como classe e sujeito político), conceituando memória como presentificação do passado (CCV, 2015). A (re)construção da memória camponesa é fundamental para dar visibilidade pública as violações cometidas contra camponeses. Algumas perguntas mobilizaram o debate como: qual a importância de (re)construir memórias de camponeses e camponesas que sofreram violações de direitos? Há especificidades, e quais seriam, de uma memória camponesa? Por que é preciso contemplar a memória camponesa como parte das discussões públicas sobre a Verdade? Qual tratamento deve ser dado a essa memória? (SARAIVA, SAUER, 2014).

Em Walter Benjamin (1987) está presente o princípio construtivista de evocar a memória na arte de narrar; (re)construir memórias não no sentido de fazer um resgate do passado puro e simples, ou ainda fazer uma descrição desse passado “tal qual ele ocorreu de fato”, mas “fazer emergir esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente. Para isso, é necessária a obtenção de uma experiência histórica capaz de estabelecer uma ligação entre esse passado submerso e o presente” (GAGNEBIN, 1993, p. 58).

¹² Apesar de discordar desta marca temporal – violações continuaram na Nova República, inclusive com o aumento da violência no campo nos anos 1990 –, o relatório da CCV (2015) acabou investigando e registrando casos ocorridos até 1988, inclusive pela limitação de recursos disponíveis (SAUER, SARAIVA, 2015).

Para Benjamin (1987), é a memória que “arranca a tradição do conformismo”, procurando no passado, nas tradições, sementes de uma outra história possível. Para ele, a memória é a redenção da história. As experiências de homens e mulheres, ao serem redimidas, criam condições para se escrever no presente os apelos do passado. Assim, a (re)construção das experiências permite refletir sobre seus significados nas ações da vida cotidiana onde a história transcorre.

Nas memórias estão presentes identidades que se manifestam ao serem (re)construídas, numa ação que Benjamin compreende como libertadora. Nessa ação “não só o que foi dito e feito é reconstruído, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido” (MAGALHÃES, NUNES, PAIVA-CHAVES, 1997, p. 22). (Re)construir memórias permite que outras histórias sejam escritas. Infinitas historicidades são evocadas. Desse modo, pluraliza a presença dos sujeitos na cena social e histórica; rompe exclusões, dando à história um caráter plural, democrático, onde cada pessoa pode ver sua experiência de vida registrada como algo importante e como parte da história.

Elementos teóricos em torno da memória foram trazidos como parte das discussões/contribuições da CCV na busca por identificar especificidades da memória camponesa. A importância de (re)construir a memória camponesa – como parte dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – abriu para a possibilidade de dar visibilidade pública às violações cometidas pelo Estado e seus agentes contra homens e mulheres do campo, violentados por lutarem pelo direito à terra, resistir ao avanço de uma modernização (excludente e dolorosa) e marcados pela usurpação de direitos (CCV, 2015).

Na perspectiva benjaminiana, (re)construir o passado permite que dores não sejam silenciadas e esquecidas. Significa também concretizar e ampliar as possibilidades de que reparações de violações aconteçam e o passado seja redimido (GAGNEBIN, 1993). Representa ainda a possibilidade de presentificação da memória de camponeses no debate nacional sobre a Verdade não só para constar da memória do País e para não ser esquecido, mas como construção da memória coletiva (MENESES, 1984).

Presentificar é entendido como ação de trazer o passado para o presente, tendo como suporte à memória, não somente como registro, ou com um fim nostálgico, mas como ação e reivindicação de justiça. Neste sentido, memória, futuro e justiça se somam, formando parte da memória coletiva (MENESES, 1984).

Segundo Meneses (1984, p. 33), essa memória coletiva dá suporte à

construção de identidade, identidade de grupos sociais,¹³ pois se constitui no “[...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”. Presentificar memórias é tornar realidades vividas (passado) elementos presentes, socializando lembranças e construindo identidade social e cultural. Nesse sentido, a memória social é sempre vinculada à consciência, portanto, também uma construção social. Presentificar (como ato de lembrar) estabelece a condição de socialmente localizados, portanto, também historicamente localizados (HALBWACHS, 2004), fundamental na construção da história camponesa.

Presentificar a memória camponesa diz respeito à reparação de desejos, anseios e intenções de homens e mulheres em relação ao direito à terra e à dignidade humana, brutalmente “retirados” da história, como se não tivessem importância ou não deveriam existir. Presentificar para que a resistência e o protagonismo histórico (sujeitos políticos) da população do campo na luta contra a ditadura civil-militar, não se perca na história nacional. Nas discussões realizadas pela CCV, foi reconhecido que há um processo político e social de invisibilização, tanto no que se refere à luta e resistência camponesas (retirada ou esquecimento de protagonistas), quanto aos processos de reparação em curso no Estado brasileiro (CCV, 2015).

Um elemento chave nessa presentificação é dar visibilidade ao acontecido, ou seja, trazer para o presente para redimir ou reparar o passado. Apesar de controverso, esta reparação é fundamental, especialmente diante da constatação de que isto não acontece nos casos de violações de direitos de camponeses. Levantamentos na Comissão de Anistia (Ministério da Justiça) e na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (em andamento na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República) revelaram um baixo acesso de camponeses aos direitos da Justiça de Transição (VIANA, 2014). Este número reduzido não está relacionado a poucos casos de violações, que foram muitos, conforme levantamento da Comissão Camponesa (CCV, 2015), mas a invisibilidade dos camponeses como sujeitos políticos. Segundo Viana (2014, p. 2), foram identificados “[...] 663 camponeses dentre os 14.481 atingidos classificados pelo BNM [acervo do Brasil Nunca Mais] nas categorias de denunciados, indiciados,

13 Além da dar visibilidade pública, a CCV procurou internalizar, ou seja, dar visibilidade e importância à reconstrução de violações e resistências como parte da própria trajetória dos movimentos sociais e entidades do campo, como parte de (re)construções da memória coletiva (MENESES, 1984) e da identidade social (HALBWACHS, 2004) desses movimentos, entidades e lideranças.

testemunhas e declarantes”¹⁴, sendo que essa lista não compreende a totalidade de camponesas e camponeses perseguidos e vítimas de violências e violações (CCV, 2015; VIANA, 2014).

O desejo e a luta é que histórias como a de Margarida Alves (presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande), assassinada com um tiro à queima-roupa (cujo crime continua impune), a de João Alfredo Dias (conhecido como “Negó Fuba”) e de Pedro Inácio Araújo (“Pedro Fazendeiro”), desaparecidos políticos, lideranças camponesas na Paraíba, não se repitam (CCV, 2015, p. 104). Também não se repitam violações como sofreu João Machado dos Santos (o “João Sem Terra”), um dos fundadores do Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), que perseguido por latifundiários e pela Polícia e teve que viver 25 anos na clandestinidade, usando o nome de Moisés Manoel da Silva (CCV, 2015, p. 104).

Além da “não repetição”, é fundamental a reparação de tantas outras violações, como foram o assassinato de Nativo da Natividade Oliveira (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, Goiás) (CCV, 2015, p. 121) e as perseguições, prisões e torturas de Vicente Pompeu da Silva (presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará e militante do PCB) e de Manoel da Conceição (presidente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim, Maranhão), além de preso e torturado, foi cassado e exilado político (CCV, 2015).

Conforme já mencionado, o relatório da CCV é extenso, portanto, impossível mencionar todos os casos relatados, mas vale registrar ainda o de José Benedito da Silva, torturado até a morte no Engenho Fanal da Luz (Palmares, Pernambuco) por defender seus direitos, e o assassinato de José Zacarias dos Santos (Chapada Diamantina, Bahia), pois é emblemático da impunidade e nenhum acusado foi preso ou respondeu pelo crime. Os casos de assassinato são inúmeros, como os de Wilson de Souza Pinheiro (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília) (CCV, 2015). Após sua morte, os assassinatos continuaram ocorrendo no Acre como o do sindicalista Chico Mendes, em 1988, mas também o de José Manoel de Souza (conhecido como “Zé Piau”), assassinado por fazer a defesa de trabalhadores rurais à frente da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. Este é um dos inúmeros casos de

14 A lista completa dos camponeses e camponesas está em anexo ao relatório da Comissão Camponesa da Verdade. Para mais detalhes, ver CCV (2015, Anexo I).

mortes e impunidade do estado do Pará (fronteira agrícola), como foi o de Benedito Alves Bandeira (o “Benezinho”, agente de pastoral e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú). Estes, e tantos outros camponeses, bem como advogados e religiosos/as que lutaram pela causa camponesa, perderam a vida na Amazônia, sendo que a luta é para que não se repitam, mas também para que a impunidade não seja uma marca na história do campo brasileiro (CCV, 2015).

Ao tratar da memória camponesa, a CCV (2015) reconheceu que a memória é parte da construção da verdade e da justiça. Sem trazer à tona memórias daqueles que foram duramente atingidos, em períodos repressivos, a verdade, o acesso à justiça e a reparação são limitados. Memória e verdade são elementos fundamentais para a reparação das graves violações ao direito humano de camponeses atingidos pela ditadura civil-militar, mas também uma condição para superação do passado ditatorial e estabelecimento de um regime democrático pleno (SARAIVA, SAUER, 2014).

As ações em torno da memória camponesa foram reconhecidas pela CCV como estratégicas e, mesmo limitada pelo tempo tenha produzido um relatório, a CCV defende a continuidade de estudos, pesquisas e investigações (CCV, 2015). Ainda há muito a ser investigado – a ser presentificado –, reconhecido como parte da história oficial do País e reparado (SAUER, SARAIVA, 2015), inclusive porque “[...] embora os camponeses tenham sido perseguidos, torturados, ameaçados e mortos por motivos políticos [...], a maior parte deles não teve acesso aos direitos da Justiça de Transição” (CCV, 2015, p. 570).

Nesse sentido, a Comissão Camponesa, além da contribuição específica voltada para a Comissão Nacional da Verdade (e não restrito a 1988, pois a violência e as violações de direitos continuaram pós promulgação da Constituição), propôs a criação de uma rede de pesquisadores para articular várias iniciativas (individuais e de grupos) que já existem nas diversas universidades brasileiras (nas diversas regiões) e movimentos sociais no sentido de fortalecer essa memória.

3. Desafios, recomendações e perspectivas: alguns apontamentos

Além das definições e discussões teóricas e conceituais já

mencionadas, a Comissão Camponesa enfrentou – e ainda enfrenta – uma série de desafios, sendo primeiro a premência do tempo. O mandato oficial da Comissão Nacional da Verdade foi bastante curto e terminou em dezembro de 2014, portanto, as possibilidades de influenciar tanto os trabalhos de investigação como a elaboração do(s) relatório(s)¹⁵ se restringiu à atuação de pouco mais de um ano, sendo que todo o trabalho de pesquisa, elaboração, ação e incidência política da Comissão Camponesa contou apenas com trabalho voluntário.

Além do curto período de atuação da CNV, o período investigado (apenas até 1988) não contemplou ou excluiu muitas violações, inclusive o aumento da violência no campo nos anos 1990. Além de muitas situações e conflitos que persistem até os nossos dias (SAUER, MASO, 2014), fruto de ações e violações do Estado anteriores a 1988, a sociedade brasileira assistiu a uma escalada da violência no campo pós-88. Esta violência não pode ser excluída da memória, inclusive porque é também herança direta (modelo de desenvolvimento agropecuário adotado) da ditadura civil-militar (SAUER, SARAIVA, 2015).

Associado à premência do tempo, outro desafio foram as possibilidades, na verdade, limitações e restrições para incluir todas as graves violações do campo do período (1946 a 1988, um longo período) e colocar uma versão crítica no relatório da CNV. Objetivamente não havia muita margem para que a Comissão Nacional da Verdade assumisse uma redação que, a partir de uma lógica sistêmica, resultasse em um relatório não apenas com casos isolados, mas considerando a situação/realidade de violações no campo.

Nessa mesma perspectiva ou limitação, a CNV decidiu (como dinâmica dos trabalhos de conclusão das investigações) que os relatórios de seus GTs deveriam ter apenas umas quarenta (40) páginas (para a versão impressa dos mesmos). Além do espaço limitado, houveram muitas restrições para influenciar na redação desses relatórios. As possibilidades de narrar, portanto, (re)construir a memória visando outro futuro, nos termos de Walter Benjamin, ficaram bastante prejudicadas.

A falta de tempo, condições de trabalho (as pessoas comissionadas na Comissão da Verdade eram voluntárias), embates políticos internos, entre outros fatores, resultaram em relatórios pouco expressivos. Apesar

¹⁵ É importante enfatizar aqui que incidir e influenciar a elaboração do(s) relatório(s) da CNV não foi os únicos objetivos da Comissão Camponesa, pois a inclusão de casos nesses significaria, além de transformar as violações contra camponeses parte da história oficial do País, abrir possibilidades de justiça e reparação (CCV, 2015).

da imensidade de material levantando nas investigações e pesquisas, os relatórios da CNV (2015) não fazem jus à quantidade de casos e à gravidade das violações no campo brasileiro. Esse fato, associado justamente à quantidade de material coletado, exigem a continuidade das investigações e reflexões, mas exigem particularmente passos concretos no sentido de reparação das violações cometidas (CCV, 2015).

Conforme já mencionado anteriormente, outro desafio da Comissão Camponesa foi internalizar a importância desse processo nos movimentos e organizações do campo. Apesar de ser comissionada e contar com o apoio político das entidades, este não é um tema central nas pautas e reivindicações. No entanto, uma dimensão fundamental das lutas deve ser, para além do reconhecimento oficial das violações, a busca da justiça e da reparação, o que tem sido apenas pontual nas ações e reivindicações atuais dos movimentos e entidades do campo.

A história, ao (re)construir o passado, assume um compromisso com o presente, levando as pessoas a fazer reflexões sobre suas próprias experiências como sujeitos coletivos, contribuindo para posicioná-los criticamente diante do futuro. Compreender a história sob esse ponto de vista recupera sua dimensão política e emancipatória, tal como nos lembra o filósofo Walter Benjamin. Esse é o maior desafio do trabalho com a memória camponesa, a possibilidade de ver a história ser (re)construída a partir de múltiplos olhares, com justiça e respeito aos direitos humanos, sociais, econômicos e culturais.

Para concluir, retomamos algumas das recomendações do relatório da CCV (ao todo, são mais de trinta recomendações) (CCV, 2015, p. 570-577), buscando enfatizar a necessidade de reconstruir para reconhecer (o protagonismo) e reparar as injustiças. De acordo com a CCV (2015, p. 573), é fundamental que:

- o Estado brasileiro garanta o acesso a documentos e provas que permitam comprovar as violações de direitos humanos contra camponeses e camponesas, bem como envie todos os esforços para a abertura dos arquivos dos órgãos de repressão;

- o Estado brasileiro promova a alteração da Lei nº 9.140/95 de forma a permitir a imediata inclusão de todos os camponeses mortos e desaparecidos políticos afetados pela repressão política entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988;

- o Estado brasileiro, através da Comissão de Anistia, assegure agilidade e acesso aos direitos da Justiça de Transição, garantindo anistia e indenização aos camponeses vítimas da repressão política entre 1946 e 1988, incluindo-os nos benefícios previstos na Lei nº 10.559/2002;

Além destas medidas, muitas devem ser tomadas, portanto, o Estado brasileiro deve promover políticas públicas destinadas à preservação da memória camponesa, através de fomento a pesquisas e investigações voltadas à recuperação, análise, registro e divulgação (publicação) de documentos e acervos. O resgate e a (re)construção da memória e da verdade sobre violações de direitos humanos ocorridas no campo, e sua divulgação – inclusive a inclusão de tais temáticas no currículo da Educação Básica (CCV, 2015, p. 273) –, são imprescindíveis para que os casos relatados (e os inúmeros casos não relatados), tanto na CCV como na CNV, não se repitam no Brasil.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CCV – Comissão Camponesa da Verdade. **Relatório final**: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988. Sérgio Sauer *et al.* (Orgs). Brasília, Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos, UnB, 2015.

CNV – Comissão Nacional da Verdade. **Acervo e relatórios**. Brasília, CNV, 2015 – disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>>. Acesso em 03/10/2015.

COMISSÃO Justiça e Paz de São Paulo (coord.). **Povos Indígenas e ditadura militar**: Subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988. Relatório Parcial 01, CJP, São Paulo, 30/11/2012.

DECLARAÇÃO final. **Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas: Por terra, território e dignidade.** Brasília, 20 a 22 de agosto de 2012.

DIAS, José Carlos; CAVALCANTI Filho, José Paulo; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro; CARDOSO, Rosa. **Verdade, Memória e Reconciliação.** Folha de São Paulo, 10 de dezembro de 2014.

GAGNEBIN, Jeane M. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I.** Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria.** Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

KEHL, Maria Rita. **Relatório preliminar sobre ‘as graves violações de direitos humanos contra camponeses’** (capítulo 25), Brasília, CNV, 2014 (mimeo).

MAGALHÃES, Nancy A.; NUNES, José W.; PAIVA-CHAVES, Teresa. Memória e história: diálogo entre saberes. **Revista Participação**, Brasília, n.02, Decanato de Extensão/UnB, 1997.

MENEZES, Ulpiano B. **Identidade Cultural e Arqueologia.** **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.20, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro&pesq=identidade%20cultural%20e%20patrimonio%20arqueologico>. Acesso em 03/10/2015.

MONTENEGRO, Antônio T. **História oral e memória: A cultura popular revisitada.** São Paulo: Contexto, 1992.

SARAIVA, Regina C.F.; SAUER, Sérgio. Memória camponesa e a presentificação do passado: Notas sobre a Comissão Camponesa da Verdade. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais: Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais, 2014, Campinas. In: **Anais...**, Campinas: Rede de Estudos Rurais, 2014.

SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina C.F. (Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: Reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade. MR07 – Conflitos e repressão aos trabalhadores rurais e urbanos no regime militar no Brasil. 39º Encontro Nacional da ANPOCS, 2015, Caxambú. In: **Anais...**, Caxambu, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sergio/Downloads/MR07%20Sergio%20Sauer%20-%20Mem%C3%B3ria%20camponesa%20-%20MR07-Anpocs2015.pdf>>. Acesso em 10/02/2016.

_____. Luta pela terra, movimentos sociais e rearticulações dos povos da terra, das águas e das florestas. **Reforma Agrária**, vol. 1, p. 69-85, 2013.

_____. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio; MASO, Tchená F. **Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul.** Curitiba: Plataforma DhESCA, 2014 (Relatório de pesquisa).

_____. **Violações de Direitos Humanos no acesso à terra na Região Sul/Sudeste do Estado do Pará.** Curitiba/Brasília: Plataforma DhESCA, 2013 (Relatório de pesquisa).

VIANA, Gilney A. **Camponeses atingidos por processos na Justiça Militar e o acesso aos direitos da Justiça de Transição.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

WELCH, Clifford A.; SAUER, Sérgio. Rural unions and the struggle for land in Brazil. **Journal of Peasant Studies** (versão online), v.42, p.1-27, 2015.

GUERRILHA RURAL E CULTURA POLÍTICA NO INTERIOR DE SÃO PAULO¹

*Gabriel da Silva Teixeira*²
*Luciana Carvalho e Souza*³
*Yamila Goldfarb*⁴
*Danilo Valentim Pereira*⁵
*Rafael Aroni*⁶

Resumo: Grande parte da esquerda armada contra a ditadura enxergava nas populações rurais um importante componente que impulsionaria a transformação da sociedade brasileira. Contudo, esse processo de “ida ao campo”, com “guerrilheiros” de um lado e “camponeses” do outro, foi marcado por inúmeras polêmicas, tanto dentro dos próprios agrupamentos de esquerda, como destes em relação aos “camponeses”. Ao analisar alguns casos paulistas de ação da esquerda armada, discutimos a forma como os diferentes sujeitos envolvidos vivenciaram essas experiências, em especial as populações rurais que, diante do novo contexto político, davam sinais de que encaminhavam suas lutas por canais distintos daqueles reivindicados pelos grupos armados. Apresentamos alguns desdobramentos dessa aproximação entre a “esquerda” e os “camponeses”, discutindo as formas com que cada um destes setores sociais se portou diante dos inúmeros conflitos que emergiam após o advento do golpe de 1964. Num primeiro momento, discutimos o ideário da esquerda partidária que no pós-golpe optou por táticas de enfrentamento armado. Nas

1 O artigo é resultado de pesquisas realizadas pelos autores enquanto pesquisadores da Comissão da Verdade Rubens Paiva – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

2 Doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP), conselheiro da ABRA pelo estado de São Paulo e pesquisador do Observatório de Conflitos Rurais em São Paulo.

3 Doutoranda em Geografia Humana (USP) e professora.

4 Doutora em Geografia Humana.

5 Mestre em Ciências (Mudança Social e Participação Política – USP), conselheiro da ABRA pelo estado de São Paulo e pesquisador da Rede Data Luta.

6 Doutorando em Ciências Políticas e professor.

sessões seguintes, apresentamos os resultados das pesquisas sobre dois casos de guerrilha rural no interior de São Paulo: um na região de Ribeirão Preto, e outro no extremo oeste do estado, no município de Presidente Epitácio.

Palavras-Chave: Ditadura Militar; São Paulo; ALN; FALN; Cultura Política.

Abstract: Part of the armed left against the dictatorship saw in rural populations an important component that would boost the transformation of Brazilian society. However, this process of “going to the field” with “guerrilla” on one side and “peasants” on the other, was marked by numerous controversies, both within their own left groups, such as those in relation to the “peasants”. By analyzing some cases of action of the armed left, we discussed how the different groups involved have lived these experiences, particularly rural populations, facing the new political context, gave signs that drove their struggles for different channels from those claimed by left armed groups. We show some consequences of this approach between the “left” and the “peasants”, discussing the ways in which each of these social sectors behaved in front of the numerous conflicts that emerged after the advent of the 1964 coup. At first, we discuss the imagery of party left that post-coup chose tactics of armed confrontation. In the following sections, we present the results of research on two cases of rural guerrillas in São Paulo: one in Ribeirão Preto, and one at the west end of the state, the municipality of Presidente Epitácio.

KeyWords: Military dictatorship, São Paulo, ALN, FALN and peasant political culture.

(...) vários grupos tentaram implantar-se no campo, sem sucesso, pois na verdade, a dinâmica e a lógica dos movimentos no campo a gente não conhecia, não entendia e não era possível isso, era uma ficção da nossa cabeça, você não implanta uma coisa de fora para dentro. (Relato de um militante da esquerda armada dos anos 1960, apud RIDENTI, 2010, p.224-225).

Muito embora diversos trabalhadores rurais tenham participado de experiências concretas de luta armada, contrariando o senso comum que restringe tais episódios quase exclusivamente aos segmentos urbanos da classe média, parece ter havido uma apropriação distinta das ações de resistência, no caso paulista, entre as lideranças dos grupos de esquerda e os lavradores e trabalhadores rurais da base.

Ao levarem para o campo a ideia de que dias melhores estariam

condicionados à derrubada do governo, as organizações de esquerda, no caso paulista, se depararam com lavradores e trabalhadores rurais já bastante conscientes das injustiças que os cercavam – muito em função da própria atuação da esquerda no período pré-64 - e, eventualmente, já organizados no sentido de solucionarem seus problemas. A ditadura, ao mesmo tempo em que coibia greves e formas mais radicalizadas de mobilização, pareceu ter tolerado a existência de reivindicações canalizadas para o sistema judiciário. As experiências de guerrilha rural, portanto, foram eventos complexos, que combinaram de forma variada as expectativas de militantes e de trabalhadores rurais. Estes últimos, embora com algumas exceções, tendiam a apresentar bastante resistência à visão de enfrentamento armado. Se o fechamento sumário de muitos sindicatos de trabalhadores rurais foi uma realidade com o advento do golpe, muitos militantes da esquerda passaram a estimular o engajamento de contingentes rurais em experiências de enfrentamento direto com o regime militar. Em São Paulo, especialmente nos casos analisados, foi notável a participação de antigos militantes do PCB, principalmente de lideranças herdeiras da geração do *Manifesto de Agosto*⁷, bastante familiarizadas com ideários radicalizados de enfrentamento como veículo de transformação das relações sociais.

Veremos que os trabalhadores rurais não só percebiam os mecanismos de exploração (e os exploradores) então vigentes, como também buscavam formas próprias de ação visando solucionar os problemas, muito embora nem sempre estes repertórios fossem os esperados pelos militantes da luta armada. Entre os lavradores, predominava o recurso à “lei”, aos “direitos” recém-adquiridos, principalmente aqueles reconhecidos no Estatuto do Trabalhador Rural.

Este texto está separado em cinco partes, contando com esta breve introdução. Na próxima sessão, apresentamos as cisões internas na esquerda ribeirão-pretana e a origem de grupos de luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Frente Armada de Libertação Nacional (FALN). Discutimos a gradual transição da linha pacífica e institucional até então utilizada pela militância política para um repertório marcado pela contestação das vias institucionais e das práticas usuais de atuação

⁷ Colocado na clandestinidade em 1946 pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, o PCB acabou adotando uma leitura mais radicalizada do enfrentamento ao capitalismo e ao imperialismo. A nova postura foi exposta numa carta lançada em agosto de 1950, conhecida como Manifesto de Agosto, que no plano fundiário estabelecia uma reforma agrária radical, dando terra para “aqueles que nela trabalham”. Alguns desdobramentos práticos desse ideário ganharam corpo no apoio do partido nos conflitos de Trombas e Formoso, no estado de Goiás e na Guerra de Porecatu, como ficou conhecido o episódio ocorrido no noroeste do Paraná.

partidária. Em seguida, analisamos as ações concretas empreendidas pelo grupo ribeirão-pretano junto aos camponeses, destacando a atuação de antigas lideranças sindicais rurais e a apropriação destas experiências pelos lavradores e trabalhadores rurais de base. Na quarta parte discutimos a experiência de um militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) no município de Presidente Epitácio e o “justiçamento” de um latifundiário local, bem como o envolvimento de alguns lavradores e as demais famílias residentes no local. Por fim, na última parte, elaboramos uma pequena síntese e alguns apontamentos de questões que nos parecem relevantes para a reflexão da cultura política existentes em setores expressivos do campesinato paulista.

A Controversa transição: da “linha pacífica” à luta armada

A ditadura reprimia fortemente as organizações populares, prendendo e assassinando lideranças na esperança de liquidar opositores ao regime. A deposição de Jango foi seguida pela promulgação de atos institucionais que concediam poderes excepcionais aos militares, gerando um estreitamento dos canais de participação popular e um recrudescimento da repressão. Os anos imediatos ao golpe, do ponto de vista dos grupos de esquerda, foram marcados pela reaglutinação de alguns setores, principalmente o partidário e deste em relação aos movimentos populares, processo igualmente marcado por um movimento interno de cisão que, tempos depois, resultaria nas primeiras organizações de luta armada. Não obstante a ênfase atribuída pela literatura à uma cisão radicalizada da esquerda rumo à luta armada, vemos que organizações como a Ação Popular (AP) e o próprio PCB, pelo contrário, no imediato pós-golpe, atuaram de forma bastante semelhante aos anos anteriores, mobilizando, ainda que clandestinamente, sindicatos rurais, operários urbanos e o movimento estudantil rumo à intensificação da luta contra o regime, inclusive pela via institucional. Em Ribeirão Preto, por exemplo, no imediato pós-golpe, diversos segmentos da esquerda estimularam atos, manifestações, pichações e, inclusive, campanhas para eleição de parlamentares favoráveis à algumas bandeiras caras ao partido.

Um exemplo se deu durante a visita do embaixador americano Lincon Gordon à Ribeirão Preto em abril de 1965. O PCB prontamente mobilizou seus contatos no meio estudantil e sindical visando a construção de atos que se contrapusessem ao imperialismo e seu representante americano. O

embaixador era fortemente associado às conspirações que deflagraram o golpe de 1964 e sua visita merecia ser divulgada como um ultraje ao povo brasileiro e ribeirão-pretano em especial. Os militantes comunistas picharam frases de efeito em diversos muros da cidade (“*Fora Mr. Gordon!*”), enquanto outros permaneciam atentos e preparados para uma eventual retirada geral em caso de ameaça (PAULINO, 2004, p.46). De acordo com o militante Leopoldo Paulino, do setor estudantil da época, o caso seria emblemático por demonstrar como os partidos e as organizações de esquerda, no imediato pós-golpe, trabalhavam, ao mesmo tempo, com uma estrutura clandestina e uma atuação nas entidades de massa. O objetivo, segundo ele, seria o “levar o posicionamento do partido, mobilizar a população através das questões específicas de cada categoria e proceder com recrutamento de militantes que eventualmente se destacavam” (PAULINO, 2004, p.41).

A adesão ao sistema eleitoral bipartidário, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por exemplo, também foi estimulada pelo PCB no interior paulista. A orientação partidária era que os diversos comitês municipais e estaduais escolhessem candidatos afinados com as pautas do partido, fossem eles militantes comunistas ou apenas simpatizantes de causas e/ou bandeiras específicas. Em Ribeirão Preto, por exemplo, a militância comunista apoiou a candidatura de Gastone Righi para deputado federal e de Fernando Perrone para deputado estadual (PAULINO, 2004, p.59). Os militantes locais acreditavam que “era importante ocupar todos os espaços políticos”, muito embora concordassem sobre os limites da política institucional num contexto de ditadura militar. Em 16 de novembro, dispo do resultados e mapas regionais de votação, os militantes do PCB do Ribeirão Preto puderam computar a vitória folgada de ambos os candidatos, fato que, segundo um dos participantes, mostrava a “força e a organização do PCB”⁸.

Ao passo que a ditadura editava seus atos institucionais, os argumentos em favor de uma “resistência democrática e institucional”, conforme proposta pelo comitê central do PCB, gradualmente se enfraqueciam. As teses de luta armada contra a ditadura, embora já existentes desde 1964, começavam a ganhar força e espaço no seio partidário. Provavelmente em abril de 1967, num sítio localizado entre Americana e Campinas, o PCB realizou uma conferência estadual clandestina. O encontro buscou determinar as linhas

⁸ As críticas ao “programa pacífico” do PCB, que previa a participação eleitoral inclusive, só se fariam notar alguns anos depois. Cabe destacar que essa atuação da esquerda nos meandros institucionais, mesmo durante a ditadura, merece ser melhor investigada, o que não foi possível realizar no bojo desta pesquisa.

de atuação do partido, o novo comitê estadual e eleger os delegados que participariam do congresso nacional, a se realizado poucos meses depois. Participaram aproximadamente 50 pessoas, dentre elas os militantes Nestor Vera, Lyndolfo Silva, Irineu de Moraes, Marighella, Prestes e Dinarco Reis (SILVA, 2004, p.119; PAULINO, 2004, p.67).

Houve longo debate sobre as teses que orientariam a atuação do partido na nova conjuntura de endurecimento da ditadura. O comitê central, então composto pelo grupo de Prestes, Dinarco Reis e Bonfim Junior, defendeu teses referentes à linha até então utilizada, de moderação e luta nos marcos institucionais. Expoentes partidários, como Carlos Marighella, de certo modo, já enfatizavam publicamente o papel da deposição do governo militar através da luta armada desde 1965 (BNM, 100, p.77-78; PIMENTA, TEIXEIRA, 2009, p.45). O debate, contudo, era controverso e, na realidade, marcado internamente por um largo espectro de posições. O pesquisador Marcelo Ridenti (2010, p.32) parece resumir bem os três principais eixos que definiam os limites das divergências entre as organizações de esquerda durante o período militar. Para ele, os principais desacordos davam-se em torno do *i*) caráter da revolução, se ela seria gradual, por etapas, ou abrupta; *ii*) das formas de luta para se chegar ao poder, se institucionais ou armadas, por exemplo; e *iii*) da organização necessária à revolução. Esta última, por exemplo, foi um ponto bastante caro ao caso paulista. Discutiu-se bastante se as novas táticas deveriam se dar separadas da estrutura partidária, bastante associado à “burocracia” e à “lentidão” por alguns.

Para Lyndolpho Silva, por exemplo, a resistência armada parecia ser uma consequência natural do novo momento político⁹. Contudo, o militante alertava sobre a necessidade de se construir ações e agrupamentos armados resguardando a própria estrutura partidária, resultado de décadas de trabalho. Outro crítico das teses de “acúmulo de forças” apenas pela luta através das vias institucionais foi o militante Irineu de Moraes. Já bastante ambientado com a ideia de enfrentamento armado¹⁰, Irineu chamou a reunião de Americana de “assembleia do racha”. Segundo seu depoimento, Prestes teria sido “desmascarado, desmoralizado e criticado pela turma”.

9 “Porque essa luta armada que se defendia, seria pra que? Eu sempre entendi, dentro do PCB, que era pra tomar o poder, não é verdade? Então, da perspectiva que surge com o golpe e todo esse negócio ali, a realidade do povo de modo geral, (...) a gente entendia que o caminho era esse, não tinha outro pra fazer.” (SILVA, 2004, p.121).

10 Irineu de Moraes fora enviado pelo PCB para o levante de Porecatu, caso que envolveu a resistência armada de camponeses contra o despejo de suas terras entre as décadas de 1940-50. Em outro caso, antes mesmo da deflagração do golpe militar, Irineu também já teria desenvolvido alguns centros de treinamento de tiro. Ver Welch (1999).

Eu mesmo falei pra ele: “nós consideramos um pouco o seu passado, mas você deve se afastar da direção. Você não pode se apegar à direção com meia dúzia de pelegos que votam em você. Afaste-se da direção que nós colocaremos como presidente de honra na mesa, mas deixa outro dirigir porque você não está dirigindo mais coisa nenhuma” (WELCH, GERALDO, 1992, p.190).

É provável que a alegação de Irineu de Moraes tenha sido mais um exercício de reflexão e elaboração do passado do que propriamente um diálogo travado com Prestes. De todo modo, deixa entrever o grau de convencimento de parte dos militantes em relação às táticas de luta armada e a contestação das táticas afeitas à luta institucional, do qual Prestes seria representante. A conferência estadual durou aproximadamente uma semana e, apesar dos intensos debates, a proposta de Marighella foi aprovada pela maioria dos congressistas, iniciando uma crise interna no partido.

Em maio de 1967, Carlos Marighella seleciona alguns membros do grupo e parte com eles para Cuba, iniciando o treinamento em guerrilha. Durante a estadia, entre julho e agosto de 1967, acontecia também naquele país a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), na qual compareceram aproximadamente 20 nações sul-americanas. Na ocasião Marighella, sem a anuência do comitê central, representaria o PCB. A ida ao encontro internacionalizava a posição de Marighella em relação à luta armada e acirrava ainda mais os atritos internos já acumulados desde a conferência paulista. O comitê central do partido brasileiro acabou enviando um telegrama desautorizando a representação do PCB através de Marighella.

Em resposta, nas *Cartas de Havana*, o militante repudiaria publicamente o PCB, demonstrando suas “profundas divergências” com o partido brasileiro, acusando-o de ter se “afastado da revolução brasileira”:

Desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar a espera das regras do jogo político – burocrático e convencional – que impera na liderança. Segundo meu modo de ver, a luta guerrilheira é a única maneira de unir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. (...) Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam ao Brasil. A consciência revolucionária, que brota da luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anti-convencional e de mais anti- burocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um Partido da cidade (BNM, 100, p.12-13).

Não bastasse a explicitação da controversa partidária, ao longo do documento citado percebe-se a crença que havia na ideia de que o contato entre guerrilheiros e as “massas rurais e urbanas” levaria, inevitável e automaticamente, a um apoio popular à luta armada. Este ponto era, justamente, um dos polos de discordância entre Marighela e Lyndolfo Silva, sendo o último favorável à resistência armada apenas se esta representasse um acúmulo organizativo do partido junto às bases sociais camponesas e urbanas¹¹.

Basicamente, dentro do PCB paulista, as posições polarizavam-se quanto à necessidade ou não da estruturação de um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos para fazer a revolução. De um lado os defensores de uma estrutura partidária e, conseqüentemente de um trabalho junto às massas para liderar a revolução; de outro, os defensores de maior autonomia tática e decisória, que oferecesse maior rapidez e eficiência no enfrentamento à ditadura. Para estes, os grandes referenciais eram as experiências cubanas e vietnamitas, que envolveram a luta de guerrilhas em áreas rurais. Os referenciais “foquistas” (detalhados em obras como as de Regis Debray, que parece ter sido bastante lida nos casos do interior paulista), exerceram papel fundamental no imaginário político de alguns militantes brasileiros, em especial na juventude. Os desdobramentos, como veremos, seriam controversos.

No caso de Ribeirão Preto, durante aquela que ficou conhecida como a “última reunião do PCB” (PAULINO, 2004, p.74), Wanderley Caixe, então ligado ao movimento estudantil, comentou as expulsões feitas pelo comitê central por conta das discordâncias sobre os rumos do partido e da disposição de Marighela em formar uma organização de combate à ditadura “sem a estrutura burocrática do partido” e de “caráter regional”. Num comentário sobre a reunião, Leopoldo Paulino, também ligado ao movimento estudantil, transpareceu alguns elementos da divergência sobre o tipo da organização revolucionária necessária. Em sua opinião a luta armada “deveria ser nacional”:

Da minha parte, concordava com a luta armada, sabendo ser ela a única saída possível para se derrubar a ditadura (...). Por outro lado, entendia que a articulação deveria ser nacional, questionando o caráter regional do grupo (PAULINO, 2004, p.75).

¹¹ “Então, minha posição era: eu acho que a luta armada poderia ocorrer dependendo exatamente da capacidade que nos tínhamos para mobilizar gente, sindical, camponês e outros – para você partir para esse negócio nesta base. Mas aqui, a ideia que surgiu foi primeiro treinar gente para se preparar – além disso, o que me enraivou, e eu sou cruel nessa coisa até hoje, a gente pode brigar pra chuchu, mas a estrutura do PCB a gente mantém porra!” (SILVA, 2004, p.124).

Dessa cisão do PCB ribeirão-pretano nasceram duas organizações: a ALN, de um lado, e as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Cabe destacar que embora tenha havido divergências entre elas em relação ao tipo de organização necessária à revolução, ambos os agrupamentos dissidentes pareceram concordar com a necessidade de uma ação de vanguarda. Tanto a ALN como as FALN acreditavam no suposto de o enfrentamento armado levaria, conseqüentemente, a um “apoio popular das massas”, especialmente as rurais. Na próxima sessão apresentamos os principais passos dessas duas organizações junto aos trabalhadores rurais, buscando entender como as concepções de ação política dos militantes comunistas influenciaram os desfechos nos casos concretos. Buscaremos perceber como as “massas” rurais se apropriaram destes episódios.

Os Sindicalistas rurais entre as FALN e a ALN

As trajetórias de ambas as organizações ribeirão-pretanas, as FALN e a ALN, ilustram de forma bastante interessante a complexidade das organizações de luta armada no caso paulista. Apesar dos debates internos sobre o destino da estrutura partidária, ambas as organizações conseguiram, a seu modo e durante um curto período de tempo, manter certa coesão interna e mobilizar, conjuntamente, seus principais membros em torno de “ações revolucionárias”. Embora numericamente limitados, parece que os episódios ribeirão-pretanos atingiram um número considerável de pessoas, contando com a participação de “homens comuns” das áreas rurais, estudantes e operários que aderiram à proposta de ações revolucionárias visando derrubar o regime. Através de antigos quadros, a dissidência pecebista em Ribeirão Preto conseguiu usar a seu favor quase todo capital político do antigo “Partidão”, fato que auxiliou a impulsionar algumas ações, dotando-as de alguma capilaridade social¹².

A ação das FALN e da ALN em Ribeirão pareceu combinar, de forma particular, o novo ideário de maior autonomia decisória, sem a lentidão tipicamente atribuída às estruturas partidárias, com o planejamento e coordenação integrada de ações. Tanto a ALN como as FALN eram dotadas de uma forte base estudantil, dentre secundaristas e universitários, alguns profissionais liberais, como advogados e professores universitários, e uma

¹² Em entrevista, Vanderley Caixe, após perceber que tinham se esgotado as possibilidades de atuação através do partido, resumiu bem este espírito: “O partido somos nós, expulsos estão vocês”. Ver a obra de Marcelo Botosso (2001, p.55).

ampla rede de sindicalistas e ex-dirigentes partidários, o que as dotavam de certo potencial de mobilização. Nos restringimos ao resgate da atuação de lideranças, ex-sindicalistas rurais, as vias de mobilização e engajamento destes segmentos e a forma como teceram, junto com os demais participantes, as resistências contra a ditadura.

A dissidência articulada em torno de Vanderley Caixe começaria suas primeiras ações através da elaboração de um jornal crítico ao regime militar. O material, intitulado *O Berro*, já existia desde 1966 (ANEXO I). Para Botosso (2001, p.53), o jornal, em seu primeiro número, denominou-se “órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto”. Era produzido por Caixe enquanto membro do centro acadêmico de direito da UNAERP. Em pouco tempo a publicação do grupo abandonaria a circulação restrita aos meios acadêmicos, passando ao papel de “porta-voz do movimento estudantil universitário e secundarista, tanto na cidade sediada, como em parte dos municípios circunvizinhos” (BOTOSSO, p.53). Uma integrante do grupo comentou que no início das atividades, a ação política coletiva basicamente se restringia a produção dos jornais¹³. O material, inicialmente confeccionado pelo centro acadêmico ao qual Vanderley Caixe era filiado, costumava ser elaborado à mão e mimeografado pelos próprios membros através de mutirões, sendo posteriormente distribuídos, inclusive nos municípios do entorno. Segundo os registros do DOPS, muitos lavradores e trabalhadores volantes da cana-de-açúcar participaram do processo de distribuição de exemplares d’*O Berro*. As publicações alcançavam municípios vizinhos e serviam de material de discussão para o trabalho de arregimentação de novos membros, fosse em porta de fábricas, no meio estudantil, em fazendas ou mesmo como meio de divulgação dos ideias revolucionários em panfletagens clandestinas feitas pelos militantes durante a madrugada.

Mário Bugliani, ex-presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Pontal, dissolvido com o golpe de 1964, era o responsável pela “ala rural” das FALN, tendo recebido a alcunha de “capitão” e assumido posição de chefia dentro da organização. Bugliani percorria diversas cidades da região de Ribeirão Preto em busca de lavradores e assalariados volantes dispostos a aderir à organização e às ações propostas pela FALN. Bugliani teria realizado algumas reuniões com lavradores nas cidades de Barrinha, Pontal,

13 “(...) no período que eu estava [no grupo] a gente fazia política mais em função d’*O Berro*, divulgando ideias; na época eu ainda discordava da luta armada, portanto realmente eu não era das FALN, eu era do grupo político que produzia o jornal” (Depoimento de Nanci Marietto, apud. BOTOSSO, 2001, p.54).

Guaíra, Igarapava, Batatais, São Joaquim da Barra e Bebedouro, locais onde mantinha alguns da época de dirigente sindical (BNM, 65, p.20).

Um dos contatos de Bugliani foi feito com um amigo e antigo membro da direção do sindicato em Pontal. Era o lavrador Maginho Agostinho Pinto, que trabalhou junto com Bugliani na Usina São Vicente, em Pitangueiras, e exerceu ao seu lado o cargo de 1º secretário sindical. Maginho, em depoimento, afirmou ter mantido diversos encontros com Caixe e Bugliani durante o ano de 1966, oportunidades em que debatiam a organização de um grupo para “depor o regime através de uma ação armada” (BNM, 97, p.453). Maginho recebera ainda a incumbência de arregimentar outros lavradores da região e estabelecer uma base rural das FALN no município de Pitangueiras.

No mesmo período, o “capitão” Bugliani também contactou outro lavrador de Pitangueiras, de nome Francisco Alves Reis Filho, conhecido como “Chico Careca”. Consta no depoimento de Francisco ao DOPS que, já em 1966, Mário Bugliani “começou a doutrinar o interrogado para um movimento armado” com o objetivo de “derrubar a ditadura”¹⁴. Chico Careca tinha atuado na associação dos trabalhadores rurais de Sertãozinho, sendo já bastante familiarizado com a militância comunista e com as ações dos grupos dissidentes do partido¹⁵.

Em meados de 1967, Maginho e Chico Careca começaram a promover reuniões com o intuito de arregimentar outros trabalhadores rurais. Esses espaços contavam, na maioria das vezes, com o acompanhamento e a assistência política de quadros comunistas, como Irineu de Moraes, o estudante Vanderley Caixe ou do próprio “capitão” Bugliani. Num desses encontros, ocorrido na casa de Maginho, Vanderley Caixe e Irineu de Moraes levaram alguns materiais sobre a luta armada e sobre a nova organização armada pretendida. Em depoimento ao DOPS, um dos lavradores que participara de uma dessas reuniões, de nome João Estevão Martins, afirmou que durante a reunião fora “discutida a melhoria da vida do operário e a união dos mesmos para a queda do governo e do regime” (BNM, 97, p.456).

A atuação de quadros mais experientes, como Irineu de Moraes e

14 As afirmações são dos agentes do DOPS, apoiados nas declarações do próprio lavrador (BNM, 97, p.450-452).

15 Cabe uma curiosidade: de acordo com o depoimento de Chico Careca, este conhecera Vanderley Caixe em fins de 1966, ocasião em que lhe foram entregues exemplares d’*O Berro*, que deveriam ser distribuídos na região. Aparentemente o lavrador perdera o embrulho contendo os materiais mimeografados, o que resultou no seu desligamento da organização, decisão aparentemente tomada pelo próprio Caixe. Uma reaproximação se deu apenas em 1967, a partir de um novo convite, feito dessa vez por Mário Bugliani (BNM, 97, p.450).

mesmo outros como Patrocínio Henrique dos Santos¹⁶, também parece ter ocupado um papel importante na coordenação das ações tanto das FALN como da ALN. Eram eles que articulavam e colocavam em contato os grupos estudantis, camponeses e operários das organizações em torno de ações comuns, tais como treinamentos de guerrilha, ações revolucionárias, ou mesmo a produção de materiais e promoção de grupos de estudo. Foi o caso de um aparelho de treinamento edificado através de Mário Bugliani, provavelmente em Guataparã. Lá treinaram, simultaneamente, membros da ALN e das FALN, dentre camponeses, estudantes e militantes mais experientes. Em fins de 1967, Irineu de Moraes e Patrocínio puseram o universitário Paulo Eduardo Pereira, da ALN, em contato com o lavrador Maginho e seu grupo rural de Pitangueiras, tendo Paulo, inclusive, doado algumas armas aos lavradores e participado com eles de alguns treinamentos de tiro (BNM, 65, p.97).

Apesar do engajamento e dos recorrentes contatos entre camponeses, estudantes e antigos dirigentes, parecer ter havido uma apropriação diferenciada dos projetos de luta pelas distintas categorias sociais envolvidas. Os estudantes, relativamente mais intelectualizados e portadores de maior mobilidade social (inclusive dentro da hierarquia da ALN e da FALN)¹⁷, pareciam estar mais dispostos a cometer atos mais radicalizados de enfrentamento e/ou propaganda, ao passo que parte dos lavradores manifestaram reações adversas.

Em 8 de outubro de 1968, por exemplo, quando da comemoração do primeiro ano da morte de Che Guevara, membros das FALN planejaram detonar sincronizadamente bombas de baixo teor explosivo em vários cinemas da região, com o intuito de espalhar panfletos homenageando o legado de Che e repudiando a ditadura brasileira. Mário Bugliani, um dos organizadores do ato, em reunião com a base rural de Pitangueiras, entregou a Maginho e a outro lavrador de nome João Estevão Martins uma bomba (BNM, 65, p.97). Naquela noite, Maginho e João levaram a bomba para o cinema de Pitangueiras, embora a mesma não tenha sido implantada.

¹⁶ Patrocínio era militante comunista desde e década de 50, tendo participado da resistência camponesa de Trombas e Formoso, no estado de Goiás. A experiência ficou bastante conhecida, não só pela radicalidade atribuída pelo PCB, então clandestino desde o governo Dutra, como pelas diversas ações armadas dos posseiros, que defendiam sua permanência na terra.

¹⁷ Paulo Eduardo Pereira, por exemplo, foi o responsável pela produção de diversos materiais de leitura e estudos dentro da ALN. Ele chegou a produzir alguns materiais de estudo da ALN, mimeografando apostilas e textos como os de Régis Debray e Che Guevara, que eram distribuídos e debatidos durante as atividades de formação e arregimentação (BNM, 97, p.12). Paulo também tinha maior contato e maior trânsito junto ao alto escalão da ALN.

Afirmaram ter adiado o plano por medo. Segundo depoimento dado ao DOPS, oito dias depois, numa segunda tentativa, João novamente teve medo, o que o fez acender o pavio e atirar a bomba num matagal à esmo, durante uma viagem que fez de trem a Bebedouro.

Num oportuno paralelo, em várias oportunidades, diversos membros secundaristas e universitários da organização obtiveram sucesso na implantação de dispositivos semelhantes em lojas, cinemas e outros lugares de interesse do grupo. Uma militante da ALN, por exemplo, esteve envolvida numa explosão no prédio da Câmara Americana de Comercio, em São Paulo, na madrugada de 16 de junho de 1969, quando da visita do empresário americano Nelson Rockefeller ao país (BNM, 100, p.34). Em outro caso, em 17 de outubro do mesmo ano, alguns membros da ALN de Ribeirão Preto puseram bombas incendiárias nas Lojas Americanas da cidade já que, segundo os militantes, os dirigentes da loja estimulavam constantemente a denúncia dos grupos guerrilheiros através de cartazes pregados em suas vitrines (PAULINO, 2004, p.156-157).

Se o receio e resistência em prosseguir com “atos revolucionários” foram concretos para alguns lavradores, lideranças rurais mais experientes pareciam estar menos sujeitas à estes tipos de constrangimentos. O “capitão” Bugliani, por exemplo, coordenou vários treinamentos de guerrilha em aparelhos da organização no interior paulista, assumindo não só posição de destaque como também posição de comando em algumas operações. Num dos casos, Caixe determinou, em 5 de setembro de 1969, que três militantes das FALN de São Joaquim da Barra (Djalma Querino de Carvalho, César Marcelino da Silva e João Nicolau) fossem fazer um treinamento de guerrilha em um dos aparelhos da organização chefiados por Mário Bugliani.

Destes, aparentemente, só dois foram levados até o sítio. Ao chegarem ao local, encontraram Bugliani que parecia estar no aparelho já há algumas semanas. Em depoimento aos agentes do DOPS, um dos participantes deste treinamento descreveu Bugliani como uma liderança exigente. Ao demonstrarem cansaço durante o treinamento, o “chefe” os teria ameaçado de “fuzilamento” (BNM, 65, p.79). Em outra ocasião, Bugliani exigiu dos militantes que cavassem um buraco, bem como o corte de uma madeira que lhe servisse de tampa. Somente depois os militantes das FALN tomariam conhecimento de que o buraco serviria de cativeiro para um sequestro. O plano, elaborado pelo próprio “capitão” Bugliani, consistia em raptar algum membro da família Marchesi, importante proprietária de fazendas e usinas na região.

O plano foi posto em marcha poucos dias depois. Segundo o depoimento de Bugliani, no dia 12 de outubro de 1969, todo o grupo foi para uma mata localizada na beira de uma estrada em Sertãozinho, onde permaneceram por alguns dias, esperando o momento da emboscada. Portavam fardas da guarda nacional, mantimentos, armas, clorofórmio e um hábito de freira, que seria utilizado como disfarce para viabilizar o rapto. Um dos guerrilheiros vestiria o hábito enquanto os outros, fardados, abordariam o veículo, solicitando “carona” para a falsa freira. Contudo, dado o “não surgimento de um veículo (...), prorrogaram o rapto para o dia seguinte” (BNM, 65, p.23).

O plano chegou ao fim em 18 de outubro de 1969, quando o pequeno grupo foi surpreendido pela polícia. O historiador Marcelo Botosso afirma que dois “guerrilheiros”, contrariando orientações de Mário Bugliani, se aproveitaram de sua ausência para armar redes de dormir na beira da estrada, quando foram avistados pelo segurança de uma fazenda vizinha, que estranhou o fato e acionou a polícia. Com os guerrilheiros, a polícia apreendeu anotações, lista de contatos, endereços para distribuição de exemplares d’*O Berro* e a localização de outros militantes. Informações complementares foram facilmente arrancadas através de torturas, criando um efeito dominó de prisão dos membros da FALN e também da ALN, o que também nos demonstra a interligação de ambas as organizações¹⁸.

Com a prisão dos membros da FALN, especialmente de figuras centrais como Bugliani, a polícia rapidamente reconstruiu a rede de contatos e relações entre as duas organizações ribeirão-pretanas. Em seguida, um dos presos foi Paulo Eduardo Pereira, do movimento estudantil e que participava de treinamentos de tiro com os lavradores no interior de Guatapará. Paulo teria permanecido nas mãos do DOPS, sob forte tortura, por cerca de uma semana. A prisão de Paulo também abriu a localização de outros militantes, tanto da ALN como das FALN.

Irineu de Moraes, em suas memórias, argumentou que “Paulinho” teria dado informações facilmente¹⁹. Contudo, para além da controvérsia, nos parece claro que o papel de coordenação exercido por algumas lideranças que transitavam entre as FALN e a ALN, buscando consolidar grupos armados

¹⁸ De acordo com Leopoldo Paulino, a prisão dos militantes da ALN se deu em função da queda, “quase que em peso” da FALN.

¹⁹ “A polícia perguntou e ele contou tudo. Até, segundo dizem, ele não foi nem torturado para contar isso. Só foi torturado depois. Ele contou que eu estava lá, que eu tinha arma, que tinha isso, que outro tinha aquilo, e entregou nomes dos elementos, de todo mundo. Foi uma denúncia muito grande que esse Paulinho fez. Ele recebeu o apelido de Paulo-46, porque denunciou 46 pessoas” (WELCH e GERALDO: 1992, p.192).

nos diferentes setores, foi determinante para a queda de integrantes de ambas as organizações. Uma vez presos, militantes com tarefas organizativas entregavam com muito mais facilidade a localização de outros militantes e dos aparelhos dos agrupamentos.

A controversa ação de vanguarda adotada pela maioria dos grupos armados de enfrentamento à ditadura acabava afastando as ações da maior parte das “massas”, ao contrário do que se pretendia. Não obstante o expressivo número de camponeses arregimentados por ambos os grupos, outra parte maior ainda parecia não concordar com as medidas adotadas pelos revolucionários. O medo e a resistência contra atos radicalizados parecia ser geral. Contudo, como veremos no caso abaixo, o campesinato reconhecia os mecanismos de exploração, bem como os exploradores, embora encaminhasse suas lutas por outros canais e lançando mão de outros repertórios, principalmente o judiciário, espaço onde podiam reivindicar os “direitos”, fazendo menção à lei, em especial ao Estatuto do Trabalhador e outros dispositivos já consagrados as inúmeras lutas travadas no pré-64.

Um “Che Guevara caboclo” e os lavradores de Presidente Epitácio

As terras da barranca do Rio Paraná, no município de Presidente Epitácio, também foram palco da ação de militantes comunistas adeptos à luta armada. O local já havia sido palco de conflitos desde a década de 1950, quando pequenos lavradores haviam se encarregado de erguer lotes modestos e lavouras de subsistência. Naquela época, tiveram sua permanência contestada por uma ação judicial, que reconheceu as terras como devolutas, incapazes de apropriação pelo domínio privado. Tratava-se da Reserva Florestal da Lagoa São Paulo, destinada a proteger as margens do rio contra a erosão (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987).

As terras voltaram a ser objeto de disputas a partir de 1962, desta vez entre envolvendo cerca de 300 famílias de posseiros e um grande fazendeiro chamado José da Conceição Gonçalves, o *Zé Dico*, que adquiriu uma fazenda, a Fazenda Bandeirantes, ao lado da reserva, passando a reivindicar também as pequenas glebas de terra já ocupadas há alguns anos pelas famílias de posseiros. O cerco que a ditadura impunha às mobilizações camponesas e sindicais dificultava a denúncia e a visibilidade de casos como o de Presidente Epitácio.

Portador de títulos de propriedade provavelmente falsos, por ocasião da primeira colheita do ano de 1962, Zé Dico passou a exigir dos posseiros das barrancas do rio Paraná o pagamento de renda sob a forma de “meação”. Diante da impossibilidade de abandonarem a terra e coagidos pela cobrança daquele que se dizia o proprietário, muitas famílias gradualmente migraram para a condição de arrendatários, lavrando contratos de arrendamento com a Fazenda Bandeirantes²⁰.

Os primeiros atritos se fariam sentir a partir de 1965. Diante das derrubadas incessantes da mata nas áreas de barranca do rio, os arrendatários da Fazenda Bandeirante foram informados por guardas da Polícia Florestal que as terras até então supostamente de Zé Dico, eram, na realidade, terras públicas ilegalmente apropriadas. Ademais, tratava-se de área de amortecimento das margens do rio e, como tal, deveria ser preservada do desmatamento e da produção agropecuária extensiva. O fato foi recebido com surpresa pelos posseiros da Fazenda Bandeirantes. Aproximadamente metade das 300 famílias decidiu cancelar os contratos de arrendamento com o fazendeiro. De acordo com o lavrador Manoel Conrado de Brito, um dos arrendatários de Zé Dico, as famílias da fazenda buscaram a posse das terras na justiça, alegando usucapião (BNM, 173, p.100-101). O episódio aponta para as transformações em curso na relação entre os lavradores (arrendatários, no caso) e os representantes das oligarquias rurais locais: gradativamente, os lavradores se enxergavam como detentores de direito, ao ponto de subverterem relações de mando usuais até poucas décadas atrás. Os camponeses não só reconheceram a manobra de Zé Dico como ilegal, como também reivindicaram para si a propriedade das terras, já que nelas tinham dedicado seu tempo de trabalho e erigido suas vidas.

O fato soou como ousadia para Zé Dico. Sua reposta passaria por repertórios típicos do cotidiano rural brasileiro, como a violência e a jagunçagem. Fiscais da fazenda, a mando do fazendeiro, passaram a queimar casas e violentar as famílias como forma de pressionar pela assinatura de novos contratos e pelo pagamento da meação. Num dos

²⁰ Uma sindicância elaborada pela polícia em 1967 colocou os títulos de propriedade de Zé Dico sob suspeita. Segundo o documento, Zé Dico teria requisitado “à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado a expedição de títulos de propriedade da faixa de terra ora litigiada”. Os próprios policiais, nos autos de investigação mencionam que “nem ele mesmo acredita que seus títulos são bons, firmes e valiosos, ou é tão ingênuo que aceitou o conselho do funcionário da mesma procuradoria (...) para não mover ação judicial nenhuma...” (BNM, 173, p.371).

casos, ao negar a renovação do arrendamento, um lavrador foi espancado e atirado no meio do Rio Paraná pelos prepostos de Zé Dico. Noutra situação semelhante, após se sentir “humilhado”, um lavrador acabou partindo para a reação imediata, desferindo tiros contra Zé, muito embora tenha errado o alvo.

Entre fevereiro e março de 1967, o jagunço José Francisco Medeiros, conhecido como *Zé Mineiro*, foi destacado por Zé Dico para residir na gleba da família Kurak, uma das centenas famílias de arrendatários da Fazenda Bandeirantes. Zé Mineiro passou a aterrorizar a rotina familiar, usufruindo dos bens e da produção do lote, saqueando safras e matando animais (BNM, 173, p.370). Os constantes atritos entre os posseiros e o jagunço atingiram uma situação crítica no dia 11 de maio de 1967. Paulo Kurak decidira abandonar a gleba, migrando com sua família para outro trecho do rio. Já havia providenciado a mudança, acomodando criações e pertences dentro de um pequeno barco. O filho de Paulo, o jovem Armando Kurak (16 anos), foi morto à tiros por Zé Mineiro enquanto voltava para buscar animal que ainda restava na pequena propriedade²¹. Apavorados, Paulo Kurak e o restante da família iniciaram uma retirada apressada da gleba, deixando para trás o corpo já desfalecido do filho, quando Zé Mineiro passou a alvejar o barco com inúmeros disparos, resultando na morte do lavrador, vítima de um tiro fulminante, e no ferimento de sua esposa e outro filho do casal.

Um inquérito policial foi aberto, mas a apuração da morte do lavrador parece ter não ter rendido qualquer medida no sentido de perseguir o matador Zé Mineiro, muito menos o mandante Zé Dico (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987, p.45). Em uma reportagem da época, o então Secretário de Agricultura e ex-deputado, Herbert Levy, entusiasta da causa dos grandes proprietários rurais e intimamente associado aos cafeicultores paulistas, teria prometido interceder nos conflitos na fazenda Bandeirante, mandando para a região um efetivo de 50 guardas-florestais. A promessa, contudo, só se cumpriria meses depois. No âmbito local, o delegado de Presidente Epitácio, Maurício Guimarães, mostrou-se pouco disposto a atuar diretamente nos conflitos da Fazenda Bandeirante. Na opinião do delegado Maurício, a polícia não deveria tomar posição antes que fosse esclarecida a verdadeira

²¹ Há controvérsias em relação à idade e nome do menino assassinado. Os documentos da investigação promovida da polícia alegam se tratar de “Armando Kurak” (16 anos). Outra publicação afirma se tratar de “José Kurak” (14 anos) (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987, p.44-45). Notícias sobre o caso no jornal *O Estado de São Paulo* também afirmam se tratar de Armando Kurak.

posse da propriedade²². A morosidade do poder público no trato do impasse de certo modo garantia a impunidade na região e a escalada de violência seguia como rotineira nas barrancas do Rio Paraná.

Em 1967, o aparelho burocrático e militar da ditadura já reconhecia a existência de grupos armados entre a esquerda brasileira. As experiências recentes de Cuba e do Vietnã aumentaram os receios dos setores militares e civis envolvidos no golpe em relação a existência de focos de guerrilha nos espaços rurais de São Paulo. Imaginando que a chacina da família Kurak pudesse ter relação com uma “ação comunista ou comunizante”, a delegacia regional de Presidente Prudente abriu, três meses após o assassinato da família Kurak, uma sindicância voltada para averiguação do caso, suspeitando que um dos posseiros, que também reivindicava a posse das terras na justiça, tivesse intenções “subversivas” de agitação na região²³. Mesmo que a hipótese de foco comunista tenha perdido força, a polícia local montou um pequeno acampamento na região, fato que também garantiu certo controle na onda crescente de tensão instaurada na barranca do rio.

O caso de Presidente Epitácio gozou de certa visibilidade após a morte da família Kurak e da intervenção do secretário estadual de agricultura Herbert Levy. O caso foi noticiado como “chacina” e rendeu algumas reportagens em jornais de grande circulação no estado (OESP, 26/09/1967, p.19). A realidade dos lavradores da Fazenda Bandeirantes, de alguma forma, parecia se encaixar no ideário político de alguns militantes da esquerda armada. Foi o caso do militante comunista Edmur Péracles de Camargo, conhecido por Gaúcho, que passou a atuar na região após a sequência de conflitos. Edmur é descrito por Élio Gaspari como um “veterano militante comunista” pertencente à ALN (GÁSPARI, 2002, p.249). O autor comenta que a ação de Edmur se deu durante a presença de Marighella em Cuba, quando do treinamento de militantes em táticas de guerrilha. Ao chegar à Presidente Epitácio, por volta de agosto de

22 *Garantindo a impunidade do mandante do crime, o delegado Maurício decretou apenas a prisão do jagunço de Zé Dico. Ademais, Maurício afirmou que “de resto, não podemos fazer nada, porque ali não se sabe quem está invadindo a propriedade de quem, pelo menos enquanto uma das partes não aparecer com títulos de propôs-se regularizados (...). Antes disso, nada”.* “Primórdios de uma contenda” (OESP, 26/09/1967, p.19).

23 *Tratava-se de Silvio Papacosta, um vendedor de medicamentos que teria ocupado parte das terras devolutas da barranca do rio. Após suas devidas explicações e pela sua “não filiação à organizações comunistas”, a suspeita foi refutada (BNM, 173, ps.81 e 370).*

1967, Gaúcho fez contato com um funcionário público do município que lhe serviu de ponte na mediação junto aos arrendatários da Fazenda Bandeirante²⁴. Nesta primeira aproximação, Gaúcho teria se apresentado como repórter dos jornais A Gazeta e da Rádio Marconi, interessado na promoção do caso através de reportagens (BNM, 173, p. 66).

Gaúcho permaneceu hospedado no Hotel Brasil, em Presidente Epitácio, entre os dias 22 e 23 de agosto de 1967, chamando a atenção de alguns dos funcionários do estabelecimento, não só pelo físico atlético, pela cor negra e pela falta de cabelos, mas também pelo fato de receber, constantemente, a visita de “homens simples”, aparentando se tratar de lavradores (BNM, 173, p.61). Edmur recebia a visita de alguns posseiros da Fazenda Bandeirantes, sob o argumento de que os entrevistaria para as futuras publicações da rede de jornais onde supostamente trabalhara. Seguiu-se uma sequência de contato entre os lavradores da barranca do rio e o militante comunista. Edmur, inclusive, teria passado alguns dias na própria fazenda, hospedado na casa de um dos lavradores, conhecido no local como *Arlindo Crente*. Era a oportunidade ideal para que o comunista começasse a execução de seu plano “revolucionário”.

Edmur, durante os inúmeros contatos que manteve com os lavradores, sempre tocava em temas relacionados à divisão das terras e da importância da luta dos posseiros pelo território. De acordo com os depoimentos dos lavradores aos agentes do DOPS, Gaúcho teria comentado que “passado o problema da divisão das terras”, todos os camponeses teriam acesso a “hospital, farmácia, escola e fornecimento” (BNM, 173, p.125). Ainda se utilizando do expediente do repórter, o militante comunista articulou uma comitiva com alguns dos posseiros, que foram até São Paulo, oportunidade em que visitaram a sede do jornal *Folha de São Paulo* e participaram de uma audiência com o então secretário de agricultura Herbert Levy²⁵. Segundo os lavradores, na ocasião da audiência, Edmur não teria se apresentado como jornalista, muito embora tenha sido o que mais falou em nome dos posseiros, mencionando, inclusive, o caso Kurak (BNM, 173, p.114).

24 *O funcionário era Alípio Costa, que em depoimento aos agentes do DOPS se apresentou como sendo casado com uma das irmãs de Paulo Kurak. Alípio ainda teria auxiliado os posseiros no processo de preparação da denúncia e requerimento de usucapião na justiça.*

25 *Os presentes, além de Edmur e Alípio (o funcionário público acionado pelo militante), foram Silvio Papacosta, Manoel Conrado, José Novaes, Francisco de Souza (o Chiquinho), José Pereira e Sebastião Gregório da Silva (BNM, 173, p.113-114).*

Gaúcho manteve contato com os lavradores e passou a se reunir com eles constantemente. Majoritariamente clandestinas, as reuniões ficaram restritas a algumas dezenas de lavradores, talvez os mais descontentes, tendo como mote principal as providências a serem adotadas na “luta pela terra”. Para o militante comunista, tratava-se de avançar na construção da “ação revolucionária”. De acordo com o depoimento dos lavradores, o militante passou, gradativamente, a assumir que além de repórter era também deputado federal, sendo grande amigo de proeminentes nomes da política nacional, como Brizola, Jânio Quadros e Prestes. Teria destacado que o governo pouco ajudaria a resolver tal situação, posto que estava “mancomunado com a causa dos grandes proprietários”. Edmur sempre garantia que sua missão, “a mando das altas autoridades”, era matar Zé Dico e que tal fato geraria uma “melhorar para todos” (BNM, 173, p.136 e 194). Gaúcho, inclusive, teria mencionado seu vínculo com experiências semelhantes de enfrentamento direto entre lavradores e grandes proprietários, em especial no Sul do país ²⁶.

Arlindo Crente, um dos lavradores da Fazenda Bandeirantes, por exemplo, garantiu que durante as reuniões clandestinas das quais participava, Edmur sempre mencionava que, no Brasil, deveriam “dar fim ao latifúndio” e que a solução para o problema da terra e dos latifundiários era a “guerrilha rural”, já que o governo “não tomava as providências contra eles” (BNM, 173, p.129). Arlindo, durante seu interrogatório, afirmou compreender a ideia de “guerrilha” como “briga” e que, de modo geral, a conversa com Edmur era “bonita” e “legal”, motivos pelos quais ele “comprava qualquer um”. De toda forma, apenas algumas dezenas de lavradores aceitaram as propostas de Edmur, provavelmente por alguma vingança ou descontentamento pessoal contra o fazendeiro Zé Dico.

Edmur, enquanto membro da ALN, convencido da necessidade da guerrilha rural como ferramenta de enfrentamento à ditadura, muito provavelmente utilizou do expediente das credenciais junto às “altas autoridades” como meio de angariar a simpatia e a confiança dos lavradores mais indignados com os desmandos do coronel regional.

Na noite do dia 23 de setembro de 1967, os planos do militante

²⁶ Alguns posseiros, em depoimento à polícia, afirmaram que Gaúcho teria mencionado sua participação na experiência de Porecatú, na década de 1950, que fora apoiada pelo PCB, num momento de forte radicalismo do partido no que tange a temática agrária. Edmur, aparentemente, teria ligação com o Grupo dos 11 naquela região e com a organização dos camponeses, em especial durante o governo de Leonel Brizola (BNM, 173, p.194).

comunista ganhariam contornos mais sólidos. A reunião aconteceria na casa do lavrador Arlindo Crente. O militante comunista afirmou que o governo estadual atuaria conforme o prometido, destacando o efetivo de 50 guardas-florestais, e que ele mesmo estava disposto a executar Zé Dico, caso os posseiros auxiliassem. As “altas autoridades” as quais Gaúcho era vinculado se encarregariam de acobertar os fatos. Para muitos camponeses, fora a primeira vez em que entraram em contato com os verdadeiros intentos de matar um latifundiário. E parece não ter sido muito bem recebida.

Foi o caso de Manoel Conrado, um dos membros da pequena comitiva que em São Paulo dialogara com o secretário estadual de agricultura. Manoel, que durante a reunião portava uma carabina 40 milímetros, percebendo e relacionando os fatos, disse que “iria embora para a casa, pois não participaria de qualquer violência” (BNM, 173, p.102-4). Outros camponeses, por motivos diversos, também declinaram da proposta ²⁷. Antes de se ausentarem da reunião, todos os lavradores que se opunham às teses de execução do lavrador foram ameaçados por Gaúcho, que os advertiu para que permanecessem calados em relação ao ato e que não contassem a história para ninguém ²⁸.

Mesmo com as desistências, cerca de 20 lavradores se engajaram na operação de eliminação de Zé Dico. Cientes de que o fazendeiro passaria aquela noite num dos casebres da fazenda, os lavradores partiram para a execução do plano. Um primeiro grupo partiu para executar o corte das linhas telefônicas, localizadas a alguns quilômetros da sede da fazenda ²⁹. Em seguida, um segundo grupo foi constituído e os lavradores migraram à pé, por entre as plantações, até a residência onde pernoitava Zé Dico.

Edmur e o lavrador de nome Demerval entraram na residência, enquanto o restante permaneceu de tocaia fora da casa. Ao entrarem no recinto, encontraram primeiro Paulo, filho de Zé Dico, que ao ser abordado indicou o dormitório do pai. Gaúcho executou Zé Dico enquanto que o lavrador Demerval foi responsabilizado no inquérito policial pelos disparos que feriram Paulo, o filho do fazendeiro. Um

²⁷ Dentre os camponeses desistentes estavam “Israel Cearense, Manoel Conrado, Nelson Francisco Alexandre e Nico Cesar do Amaral” (BNM, 173, p.185).

²⁸ Em seu depoimento, Manoel Conrado garantiu que antes de abandonar a reunião, Gaúcho teria tomado sua carabina e de outros lavradores reticentes (BNM 173, p.185-187).

²⁹ No caminhão teriam ido Arlindo Crente (motorista), Sebastião Baixinho, Antonio Menezes, Gersino Gomes de Moraes, Pedro Alagoano, Zé Moreno, Antonio Gatinho e Sebastião Tavares da Silva (BNM, 173, p.03).

fiscal de Zé Dico e sua esposa também estavam presentes na casa durante o ocorrido, mas permaneceram trancados num dos cômodos ao ouvirem os disparos.

Ao contrário da chacina da família Kurak, o inquérito que averiguou a morte de Zé Dico durou apenas pouco mais de um mês. A pista inicial que levaria à sequência de eventos viria do cruzamento dos nomes que deram entrada como hóspedes nos hotéis da cidade com os nomes de compradores recentes de armas na cidade. Os policiais, 24 dias depois do assassinato de Zé Dico, conseguiram identificar o nome de Edmur Péricles de Camargo, que não só esteve hospedado na cidade, como também comprara um revólver Taurus, calibre 38, no mesmo município (BNM, 173: 73). Os policiais reconstruíram toda a rede de contatos mobilizada por Edmur, o que levou à prisão/tortura dos principais lavradores envolvidos na execução do grande fazendeiro e coronel local. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, muito embora Edmur tenha deixado a região após o a morte do grileiro.

Em resposta, e temendo a deflagração de novos conflitos, o governo estadual, na pessoa do secretário de agricultura, permitiu que os trabalhadores permanecessem na região por três anos, período no qual deveriam construir novas alternativas de sobrevivência e emprego. Apesar das medidas, os filhos de Zé Dico novamente acionariam os mesmos repertórios utilizados pelo pai, intimidando e destruindo o patrimônio dos posseiros da barranca do rio. Contrariando as previsões do militante da ALN, o assassinato de Zé Dico trouxe quase nenhuma melhora para as famílias de lavradores da Fazenda Bandeirantes. Pelo contrário. Houve um acirramento imediato da repressão ao conjunto das famílias e a prisão, seguida de tortura, dos cerca de 20 lavradores envolvidos na operação (ANEXO II).

A primeira experiência concreta de “foco guerrilheiro” da ALN no interior de São Paulo foi, nas palavras de Élio Gaspari, “uma execução de manual”, com um militante assassinando um grileiro (GASPARI, 2002, p.249). O episódio parece ilustrar vários elementos do ideário político presente em diversos grupos da esquerda armada. Edmur trabalhara com a experiência de um típico agitador revolucionário, canalizando a insatisfação dos lavradores frente às inúmeras violências de Zé Dico e seus jagunços. Seu plano de “execução revolucionária”, contudo, parece não ter angariado a simpatia da maioria das famílias

da Fazenda Bandeirante. Foram poucos, e talvez os mais afeitos à vingança pessoal, os lavradores que aceitaram participar da contenda proposta pelo comunista. Como previam os manuais de guerrilha da época, terminada a ação, o militante fora embora, buscando outras oportunidades de fazer justiça com as próprias mãos, não obstante os ônus do episódio tenham recaído exclusivamente sobre as famílias de posseiros do Rio Paraná. Como vimos, é bastante provável que o pequeno grupo de lavradores tenha atuado mais em função dos descontentamentos pessoais do que, propriamente, por concordarem com os preceitos revolucionários da ALN.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Gilney Viana, analisando os processos de guerrilheiros que tramitaram no Superior Tribunal Militar, aponta a passagem de aproximadamente 14.481 pessoas envolvidas com as esquerdas armadas, dentre denunciados, indiciados e condenados, dos quais apenas 660 teriam origem rural, aproximadamente 4% do total (VIANA, 2014). Pode-se alegar, com certa margem de razão, que a ausência quase completa dos direitos de cidadania no campo possa ter servido para esconder os inúmeros casos de perseguição, direta ou indireta, de lavradores e lideranças rurais ligados às esquerdas, de modo que muitos deles nem chegaram a ser contabilizados pelos poucos registros oficiais do período disponíveis atualmente.

Para Marcelo Ridenti, as ações armadas tinha origem no “movimento urbano, composto, sobretudo, por camadas sociais intelectualizadas”, que assumiam, no nível dos discursos, ter o campo como cenário principal da revolução brasileira (RIDENTI, 2010, p.236). Como vimos, os casos ribeirão-pretanos contaram com forte protagonismo de lavradores e antigas lideranças rurais, que chegaram a assumir posição de destaque dentro das organizações. Histórias como essas, da vida política cotidiana das organizações da esquerda armada, principalmente daquelas que se deram no campo, a partir de agrupamentos de trabalhadores rurais já organizados quando do golpe de 1964, de modo geral, ainda deverão ser contadas.

Com a crise do modelo pacífico e institucional de atuação do PCB, parece ter sido comum que agrupamentos comunistas dissidentes buscassem em modelos vitoriosos de outros países as fontes de inspiração para o caso brasileiro. Aqui, as experiências cubanas, vietnamitas e

argelinas serviram de inspiração e animaram diversas ações em muitos rincões do país. Contudo, como observamos, ao chegarem ao campo, as vanguardas armadas se deparavam com inúmeras dificuldades. De um lado, lideranças já bastante experientes, muitas já acostumadas com visões mais radicalizadas de luta política, tais como Irineu de Moraes e Patrocínio Henrique dos Santos. De outro, os próprios lavradores e trabalhadores rurais, homens e mulheres comuns que, muito embora reconhecessem os inúmeros mecanismos de exploração e opressão que os submetiam, dificilmente assumiam os postulados “revolucionários” de seus interlocutores. Os lavradores ribeirão-pretanos arregimentados pelo ex-sindicalista rural Mário Bugliani são um belo exemplo. Não só reconheciam a exploração e a necessidade de “dias melhores” para as populações do campo, como também aceitaram as tarefas “revolucionárias” que lhes foram dadas. Contudo, manifestaram “medo” na primeira e na segunda oportunidade de detonar os explosivos, talvez em razão de algum código moral ou, quem sabe, por algum fraquejo qualquer que pode acometer executores de atos mais radicalizados.

O caso de Presidente Epitácio também aponta traços da cultura política camponesa da época e algumas nuances da transformação pelas quais as áreas rurais brasileiras vivenciavam. As 150 famílias da Fazenda Bandeirantes que não pactuaram com a proposta do militante da ALN, não só já tinham clareza em relação aos “seus direitos” - muitos deles já assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963) e pelo Estatuto da Terra (editado pelo governo do General Humberto Castelo Branco, 1964), como também já buscavam, principalmente através da Justiça, o atendimento de suas demandas.

Apesar de interpretadas pela esquerda revolucionária como “traços do feudalismo”, as relações de trabalho no campo brasileiro, já há algum tempo, passavam a ser reguladas por critérios modernos. As lutas camponesas feitas durante toda a década de 1950-60, já havia consagrado leis que regulavam especificidades das relações de trabalho no campo. Os “direitos” não só eram reconhecidos como reivindicados recorrentemente por centenas de lavradores todos os anos. Não bastasse a necessidade de contratualizar a relação de trabalho com o fazendeiro (por si só uma novidade, ao pressupor direitos e deveres de ambas as partes), os lavradores, ao descobrirem que a escritura de seu empregador era fraudulenta, não hesitaram em apelar à justiça e demandar pela efetivação daquilo que consideravam como legítimo,

no caso o usucapião das terras. Foram eles que dedicaram seu precioso tempo e suor desmatando as matas, erguendo lotes e plantações nas vastas e férteis planícies da barranca do Rio Paraná. As “leis” e os “direitos”, gradualmente passaram a subverter o mandonismo tpico – e unilateral – dos grandes senhores rurais do interior do país. As relaes sociais no campo continham traços novos que escapavam ao olhar revolucionário dos guerrilheiros. Era como se do ponto de vista das resistências, houvesse dois caminhos sendo trilhados, um pelos guerrilheiros e agrupamentos de esquerda, e outro pelas massas rurais.

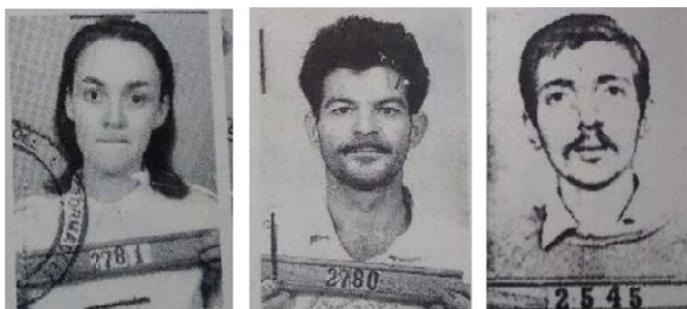
Mesmo com o golpe militar e com a dura repressão que se abateu sobre o campo brasileiro, emergia na mentalidade da populao rural paulista não são uma linguagem de direitos, como também um código recíproco de obrigaes, que deveria ser cumprido por ela, como também (e especialmente) por seus empregadores. Uma vez identificada uma situao que feria seus “direitos”, os lavradores aceitavam romper as relaes tradicionais, encaminhando suas demandas, preferencialmente para os canais institucionais de resoluo do Estado. E este era visto como um mediador necessário, visão recorrente ainda hoje para parte expressiva dos movimentos sociais rurais.

No caso da Fazenda Bandeirantes, ao tomarem conhecimento da manobra de Z Dico, os lavradores prontamente romperam com os contratos de arrendamento. Rompiam-se ali as obrigaes dos lavradores para com o pretense proprietário. Cientes que a terra era deles, já que a “lei” lhes dava esse “direito”, os lavradores de Presidente Epitácio não hesitaram em entrar nas fileiras da justiça e a reivindicarem para a si a propriedade das terras nas barrancas do Rio Paraná. Crescia entre os camponeses de São Paulo aquilo que Clifford Welch (2009, p.150) chamou de “critérios modernos” de regulao das relaes de trabalho e de convivência.

Perseguindo seus direitos, os lavradores não são acionaram a justiça como também chegaram a encaminhar ao próprio secretário de agricultura suas demandas e reivindicaes. Até aquele momento, o militante comunista Gaúcho era mais um parceiro, disposto a auxiliá-los na árdua tarefa de garantir a posse das famílias nas terras em que dedicaram seu tempo e trabalho. Ao descobrirem as verdadeiras intences do “guerrilheiro”, não  de se espantar que lavradores como Manoel e tantos outros tenham destacado o lugar da violência no código moral camponês daquele período. Ao descobrirem as aes de Z Dico, os

lavradores acharam legítimo romper o contrato e encaminhar suas queixas para mediação do Estado através da justiça. Por outro lado, como vimos, não tolerariam participar de qualquer ato considerado “violento”, muito embora fossem alvo de diversos tipos de violência. E no processo de ida dos grupos de esquerda rumo à “guerrilha rural”, parece ter escapado aos militantes a constatação de que haviam mudanças em curso nos princípios gerais que orientavam as relações sócias entre patrões e lavradores.

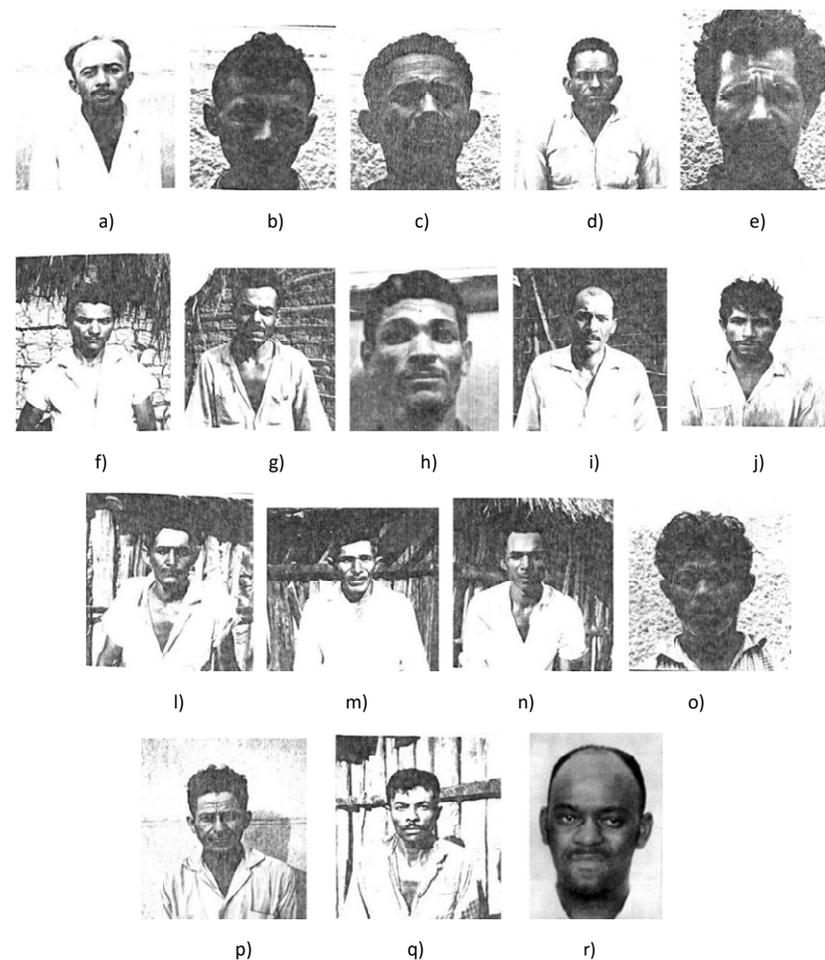
ANEXO I – Membros da FALN e exemplar d’O Berro.



a) Áurea Moretti; b) Mário Bugliani (“Capitão Bugliani”); c) Vanderley Caixe



ANEXO II – Alguns lavradores envolvidos no “caso Zé Dico”, Presidente Epitácio.



a) Antônio José de Jesus (“Antonio Gatinho”); b) Antonio Menezes; c) Arlindo Crente; d) Francisco Alexandre (“Chiquinho”); e) Gersino Gomes de Moraes; f) Gerson Paes Lira; g) José Assis Moreno (“Zé Moreno”); h) José Pereira da Silva (“Zé Pernambuco”); i) Manoel Domingos de Souza (“Manoel Cearense”); j) Manoel Neris; l) Pedro Lourenço; m) Pedro Menezes; n) Raimundo Domingos de Souza (“Raimundo Cearense”); o) Sebastião Gregório da Silva (“Sebastião Baixinho”); p) Sebastião Tavares de Almeida; q) José Arcelino da Silva (“Zé Alagoano”); r) Edmur Pérciles de Camargo (Gaúcho).

Fonte: prontuários do inquérito policial (BNM, 173).

REFERÊNCIAS

BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária.** Dissertação (Mestrado em História). Unesp-Franca, 2001.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHARES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986.** 2ª edição. São Paulo: Global, 1987.

PAULINO, Leopoldo. **Tempo de resistência.** 5ª edição. São Paulo: Editora COC empreendimentos Culturais, 2004.

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. Virgílio Gomes da Silva. **De retirante a guerrilheiro.** São Paulo: Plena Editorial, 2009.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Lyndolpho. **O Camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva.** CUNHA, Paulo Ribeiro da (Org.). São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

VIANA, Gilney. **Camponeses atingidos por processos na Justiça Militar e o acesso aos direitos da Justiça de Transição.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2014.

WELCH, Clifford Andrew. **The Seed was planted: The São Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964.** University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1999.

WELCH, Clifford Andrew; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luis de Moraes.** 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996). In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** V 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, NEAD, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Primórdios de uma contenda.** 26/09/1967, p.19.

Acervos Consultados

Acervo Brasil Nunca Mais (BNM) Digital. Disponível em <www.bnmdigital.mpf.mp.br/> Acesso: entre fevereiro e junho, 2015.

AS LUTAS SOCIAIS DOS CANAVIEIROS NO INTERIOR DE SÃO PAULO ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980: ASSASSINATO E IMPUNIDADE

*Danilo Valentim Pereira*¹
*Gabriel da Silva Teixeira*²
*Luciana Carvalho e Souza*³
*Oswaldo Aly Junior*⁴
*Rafael Aroni*⁵
*Yamila Goldfarb*⁶

Resumo: O Estado de São Paulo é comumente retratado como o estado mais moderno do país, cujo campo seria o mais desenvolvido. Essa ideia esconde e sempre escondeu uma faceta perversa do desenvolvimento do capitalismo no campo: a imensa precariedade nas condições de vida e de trabalho e a enorme exploração dos trabalhadores, faceta essa que só se agravou com os períodos autoritários. O presente artigo busca retratar justamente isso, bem como parte da resistência que houve a essas condições no Estado, particularmente as ligadas à produção canavieira.

Palavras-Chave: Greve Guariba; Repressão; Sindicatos Rurais; Partido Comunista Brasileiro.

1 Geógrafo pela FCT-UNESP, Mestre em Ciências pela EACH-USP, Conselheiro da ABRA e Pesquisador do NERA (vip_danilo@hotmail.com);

2 Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisador da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, Conselheiro da ABRA SP (dasilva.gp@gmail.com);

3 Doutoranda em geografia pela Universidade de São Paulo (carvalhoesouza.lu@gmail.com);

4 Engenheiro Agrônomo, MSc PROCAM-USP, doutorando do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (IGc-USP), professor colaborador UNIARA, pesquisador do NUPEDOR, e do CEPAS-IGc-USP oalyjunior@gmail.com;

5 Doutorando em Ciência Política pela Unicamp e Professor de Sociologia PEB II.

6 Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Pesquisadora da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva (yamilamata@yahoo.com.br);

Abstract: The State of São Paulo is commonly portrayed as the most modern state of the country, whose field would be the most developed. This idea hides and always hid a wicked facet of capitalist development in the field: the immense precarious conditions of life and work and the huge exploitation of workers. This facet only got worse during authoritarian periods. This article seeks to portray this process, as well part of the resistance to these conditions in the state, particularly regarding sugarcane production.

Keywords: Guariba strike; Repression; Rural Syndicate; Brazilian Communist Party

Perseguições e prisões do DEOPS: repressão às Ligas e a militantes comunistas

Com receio em relação ao ascenso do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo, e sob uma forte pressão do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Supremo Tribunal Eleitoral cancelou o registro partidário do PCB em 7 de maio de 1947. Segundo Welch (2010), Dutra teria ameaçado Adhemar de Barros com uma intervenção “a menos que ele ordenasse que sua polícia desmantelasse o partido e seus grupos filiados, confiscando documentos e prendendo militantes” (WELCH, 2010, p.145).

Em 9 de maio, a polícia invadiu o partido na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em Ribeirão Preto, confiscando materiais, inclusive “seis convites vermelhos para os Trabalhadores Rurais de Barrinha”, um estatuto para os “trabalhadores Assalariados Agrícolas” e dois recibos mensais da Liga Camponesa de Dumont.

Num intervalo de um dia, a polícia militar também invadiu a casa dos pais de João Guerreiro Filho, militante comunista da região. Lá também houve confisco de materiais políticos. Outros seis policiais saquearam a casa do camponês Pedro Salla, embora não tenha sido “encontrado nenhum documento” (WELCH, 2010, p.145). Em entrevista, Pedro Sallas mencionou impactos da perseguição ao cotidiano familiar:

Ela [sua esposa] me repreendeu muito (...). O trabalho me afastava demais da minha família e ela estava com medo que eu fosse preso. Depoimento de Pedro Sallas, em Welch, 2010.

No mesmo contexto, João Rojo, natural do município de Jaú, era ferroviário e militante do Partido Comunista Brasileiro. Foi preso em 29 de

julho de 1949 acusado de comunismo. Em busca realizada em sua residência, na cidade de Pitangueiras, a polícia apreendeu boletins de propaganda considerada subversiva, jornais e cartas. No prontuário do DEOPS também consta a informação de que como militante, dedicava-se a distribuição dos impressos “Notícias de Hoje” e “a Crítica”.

Segundo o DEOPS, os materiais foram distribuídos na Fazenda Santa Vitória e na Usina São Vicente, ambos em Pitangueiras. Segundo o documento, o objeto da distribuição dos materiais era “incitar a greve entre o operariado agrícola” (SILVA, 2003, p.134). Foi libertado em 9 de agosto do mesmo ano.

Já em 23 de fevereiro de 1948 João Rojo teve seu nome incluído numa relação de comunistas da região de Barretos e em uma relação de distribuidores de jornais comunistas. O prontuário do DEOPS de Barretos é 90575.

Em Serrana, a serviço do PCB, Saviero estabeleceu-se na fazenda Martinópolis, no ano de 1953 e tentou mobilizar os trabalhadores em uma organização trabalhista. No entanto, quando estava em vias de estabelecer o sindicato, foi preso pelo DEOPS, sendo interrogado sobre a atividade “subversiva” e sua possível filiação comunista. Permaneceu preso por 2 meses, sendo liberado após o DEOPS entender que o proprietário da fazenda estava realmente fora da lei em relação aos baixos salários.

Intimidação e prisão de lideranças: Celso Ibson de Syllos, Antônio Crispim da Cruz, Irineu de Moraes, Nazareno Ciavatta e Mário Bugliani

No período pré golpe de 1964 já ocorriam perseguições às lideranças rurais de Ribeirão Preto, especialmente àquelas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os registros sobre Irineu Luiz de Moraes, conhecido como Índio, segundo relato de Cidinha Santos “um homem alto, magro, voz forte, feições de indígena. Era inconfundível numa multidão. Tinha um jeito original de contar histórias, um sorriso largo e uma gargalhada sincera e uma personalidade forte”. Ele passa a ter contatos com militantes Comunistas em Araraquara no ano de 1933. Em 1935, é preso com esse grupo.

Na década de 1940, participou na organização da Liga Camponesas de Dumond. No início dos anos sessenta, Índio continuava junto com

seus companheiros de PCB, na luta dos trabalhadores rurais, na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e urbanos pela UGT (União Geral dos Trabalhadores), sendo o homem do campo, a preferência de seu trabalho. Segundo registros, Índio teria sido perseguido pelo DEOPS em 1963, sob acusação de “subversão” e de “ameaça à ordem pública” (TERRA LIVRE, 1963). A polícia estadual chegava a parar ônibus para tentar capturar o militante. Com a desarticulação e destruição das organizações políticas após o golpe de 1964, o partido passa por profunda luta interna, e Irineu com outros companheiros partem para dissidência com Carlos Marighella, na ALN (Ação Libertadora Nacional). Em 1969 foi preso e barbaramente torturado, sucedendo-se mais prisões. Ao longo de sua vida de militante, Irineu (Índio) teve aproximadamente umas 20 prisões, algumas mais longas, outras somente para declarações aos órgãos de repressão. Em 1970, após ser submetido a sessões de choques, pancadas, murros e urros de dor, na Operação Bandeirante, é solto para morrer, pelo estado precário com cabeça, braços e pernas enfaixados, colocado em um vagão para o interior. Consegue chegar em Ribeirão Preto, ser operado, e salvar-se. No final da década de 1970, após sofrer um atropelamento, mesmo com dificuldades de locomoção, participou da campanha de venda de bônus para os operários em greve em 1979, no ABC.

Nazareno Ciavatta, também militante do Partido Comunista Brasileiro, outra liderança perseguida no período pré-golpe de 1964 foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto. Na década de 1950, Ciavatta sofreu cinco processos judiciais que traduziram as perseguições por atuar junto aos trabalhadores da lavoura. Em 26 de março de 1955, o fazendeiro Quintino Facci, contando com apoio da polícia militar e civil, monta um flagrante para prisão de Nazareno, sob acusação de agressor e baderneiro, sendo incurso na Lei de Segurança Nacional, forma que encontraram para impedir a ação do sindicato em transmitir aos trabalhadores da lavoura seus direitos. Não conseguindo este intento, tentaram processá-lo por estelionato, alegando que o sindicato não tinha existência legal. O fazendeiro interrogou e constrangeu dentro das dependências da delegacia os trabalhadores levados presos, com ameaças. Este primeiro processo lhe valeu três meses de prisão, condenado por lesões corporais e resistência, na sentença de 06 de

dezembro de 1957, Concedido “sursis”, para que não fosse para cadeia. Durante o cumprimento da pena teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos, pois Nazareno era um potencial candidato a cargo público eletivo em 1958, isto preocupava o poder local e regional.

Em 17 de maio de 1955, quando ainda se encontrava preso pelo primeiro processo, Nazareno é acusado por ser responsável pela distribuição de panfleto, onde são feitas denúncias contra autoridades e fazendeiros, em particular Quintino Facci. Em 08 de agosto de 1955, outro inquérito é montado novamente tentando incriminá-lo pela Lei de Segurança Nacional. Em 22 de Fevereiro de 1957, Nazareno é acusado novamente por estelionato, sob alegação de que o Sindicato não havia sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Este processo começa quando ele encaminha um Ofício para o Delegado de Polícia da cidade de Guará, solicitando devolução de nove carteiras de associados do sindicato e que residiam e trabalhavam em fazendas daquela cidade. Assim, no prazo de dois anos, Nazareno respondeu por cinco processos, o que afetou sua vida familiar, de amigos e companheiros.

Em 01 de abril de 1964, trabalhava como furador de buracos na rua, para prefeitura municipal, foi preso e levado para o Quartel de Polícia Militar de Ribeirão Preto, passou por interrogatório, e forte pressão psicológica. Por trinta dias a família ficou sem informações de Nazareno. Não existe data de sua saída.

Mário Bugliani era outro militante constantemente ameaçado. Vinculado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pontal, era procurado por subversão e “ameaça a ordem pública”. De forma semelhante às ameaças proferidas à Irineu de Moraes, Mario Bugliani já era intimado desde março de 1963 (TERRA LIVRE, 1963).

Em maio de 1964, no pós golpe, Padre Celso Ibson de Syllos, membro da Frente Agrária Paulista, organização da Igreja Católica fortemente atuante na sindicalização dos trabalhadores rurais em alguns municípios vizinhos a Ribeirão Preto, teve de se esconder em um santuário franciscano, em Petrópolis, por três meses, por ter se colocado em oposição ao golpe. De volta à cidade de Ribeirão Preto, mesmo sem nenhum mandado, o padre foi levado à prisão e colocado junto a outros opositores (WELCH, 2010).

Antônio Crispim da Cruz, do Sindicato Trabalhadores Rurais Cravinhos, e Otávio Sampaio do STR de Batatais, também foram

intimidados, todos a mando de um fazendeiro local. No caso, Crispim teve a casa invadida pela polícia:

Os militares intimidaram líderes da frente agrária, como Otávio Sampaio, de Batatais, e Antônio Crispim da Cruz, de Cravinhos, mas, no final, permitiram que continuassem a exercerem as funções de presidentes de seus respectivos sindicatos. Na verdade, se por um lado os militares destruíram a Supra, fecharam centenas de sindicatos, e forçaram os comunistas notórios a buscarem a clandestinidade, por outro eles não arrancaram totalmente as árvores do movimento camponês [...]. Nas recordações de Crispim a respeito do golpe, a legitimidade fundamental do movimento merece destaque. No dia 1o de abril, a polícia chegou a sua casa orientada por seu patrão, o proprietário da Fazenda São José de Colônia Preta. Como sua casa servia de escritório do sindicato, a polícia revirou-a, recolhendo papéis e quebrando os móveis, em busca de documentos escondidos, armas e explosivos. Eles levaram Crispim à delegacia de Ribeirão Preto, onde diversos agentes do Deops o interrogaram. Para cada acusação, ele protestava não ter feito nada de ilegal. O fazendeiro que o tinha denunciado é que havia violado a lei, ao maltratar seus empregados, pagando mal, e “até proibiu o padre de entrar na fazenda pra socorrer uma família lá que estava passando fome”. Nas memórias de Crispim, essa acusação transformou a polícia de inquisidores em advogados.

O capitão do exército pegou e perguntou para ele se era verdade tudo que eu estava dizendo, ele pegou e disse: Infelizmente é verdade. Aparentemente, a polícia considerou as acusações de Crispim emocionantes e legítimas, porque, algumas horas depois, ele foi liberado para ir para casa (WELCH, 2010, p.414).

O caso mostra não só a virada da polícia local após o relato de Crispim em relação aos verdadeiros culpados pelos conflitos, mas também a forma pela qual a relação entre expoentes fazendeiros e organizações policiais se davam. No caso de Crispim e Padre Celso Ibson de Syllos, as prisões eram feitas tendo como suporte a indicação de fazendeiros.

Perseguições e ameaças no campo: pressões e exílio

Dirigentes sindicais rurais de Ribeirão Preto, Cravinhos e Pontal, no dia 29 de agosto de 1979, ouviram da Subdelegada do Trabalho da região de Ribeirão Preto, Aluíza Pélicom, que a entidade não fiscalizaria o cumprimento dos acordos coletivos entre usinas e organizações sindicais.

A subdelegada do trabalho afirmou, durante reunião com os sindicatos, que o motivo da não fiscalização se dava em função da série de ameaças que estaria sofrendo dos empreiteiros da região. Segundo cálculos feitos pela Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAESP), cerca de três mil trabalhadores seriam prejudicados.

Assim como houve pressões a funcionários, a professora da Faculdade de Serviço Social de Lins, Nobuco Kameyama foi perseguida e teve que se exilar na Bélgica, fugindo com a ajuda do Bispo Dom Pedro Paulo. A perseguição se devia ao trabalho desenvolvido por Nobuco junto aos trabalhadores rurais da região de Jales e Andradina, em especial os assalariados temporários da cana de açúcar.

Nobuko era assistente Social, Doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris, 1978) e Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu trabalho era voltado para a organização dos trabalhadores rurais da região. Estudou Serviço Social na Faculdade de Serviço Social de Lins (SP), onde foi professora por um longo período. Foi ainda nessa cidade a primeira diretora do Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH), com o Pe. Augusti, onde iniciou seu trabalho social no campo da organização dos trabalhadores rurais, em especial os volantes do corte de cana.

Em audiência à Comissão da Verdade Rubens Paiva, Maria Aparecida Trazzi Vernucci da Silva fez um relato emocionado sobre a trajetória de Nobuko Kameyama, explicando os motivos da sua perseguição por parte do regime militar:

Muito lhe devem os cortadores de cana, os sem-terra, os grupos e movimentos de mulheres, entre elas lavadeiras e empregadas domésticas. Por estar sofrendo ameaças dos militares, Dom Pedro Paulo, bispo local, enviou-a para estudar em Louvain, na Bélgica. Depois de um tempo ela se transferiu para Paris, onde concluiu seu doutorado em sociologia, estudando a mobilização e a organização dos lavradores na região de Jales e procurando entender melhor as condições de vida, de trabalho e as lutas sociais dos camponeses. Esteve presente na criação e organização do Partido dos Trabalhadores em Lins, pelo qual foi candidata a deputada estadual. Saindo de Lins, Nobuco assumiu a escola de formação política do PT em Cajamar (SP). Trabalhou na pós-graduação de Serviço Social da PUC de São Paulo e depois assumiu a pós-graduação nessa mesma área na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA, 2014).

Assassinato, desaparecimento administrativo de inquérito policial, não apresentação de denúncia e queixa crime, impunidade civil e criminal: o conflito social de Guariba

Exemplo emblemático da luta que se dava por direitos trabalhistas e sociais por melhores condições de trabalho e vida, em regiões onde o agronegócio já se havia instalado, o conflito ocorrido em Guariba, em princípios da década de 1980, ilustra bem as condições nas quais se encontrava boa parte dos trabalhadores do Estado de São Paulo, bem como as forças contra as quais tinham que se organizar e lutar.

Em julho de 1983, as usinas da Região de Ribeirão Preto-SP modificaram o sistema de trabalho no eito dos canaviais. Até então, cada trabalhador recebia cinco ruas (fileiras de cana) cortadas, devendo amontoar as canas na rua do meio. Com as modificações propostas pelos usineiros, os assalariados passaram a cortar sete ruas, o que significou maior dispêndio de energia e tempo, para realizar a atividade de colheita de mais duas ruas e amontar na leira do meio (ALVES, 1991; BARONE, 1999), e implicou em substancial perda de produtividade, em torno de 50% a 40% (SILVA, 1997), com reflexos em perdas salariais e aumento da exaustão e da jornada de trabalho.

Diversos atores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos de trabalhadores rurais (FETAESP) e lideranças de partidos políticos (PT) questionaram o sistema de sete ruas e fizeram a denúncia publicamente. “A partir dessas articulações, surgiram as 14 reivindicações que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região tentavam negociar com os patrões, pelo menos noventa dias antes da revolta de 15 de maio de 1984” (PENTEADO, 1995, p. 41).

Eram comuns que estes atores fossem frequentemente proibidos de entrar nas fazendas para fiscalizar as medições do corte. Um dos mediadores locais, num relato documentado da época (Guariba 1984, de José Roberto Novaes e Francisco Alves), descreve o clima de ameaça constante aos trabalhadores que lutavam e reivindicavam melhores condições de trabalho:

No alojamento, o trabalhador não tem liberdade nenhuma. [...] Um dia que estava em Guariba, um colega meu disse que a Usina tinha ameaçado mandar ele embora porque ele tinha entrado em contato com a gente, conversado com a gente e que é proibido até parente entrar no alojamento. A gente fica igual que numa senzala na época da escravidão. Trabalhador tá no cativo ainda (NOVAES, ALVES, 2001).

Não bastasse a exploração e a privação de liberdade, houve outro fato que de alguma forma resultou no estopim do levante e greve de 1984: uma mudança no cálculo da taxa de água e esgoto por parte da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo). A cota de consumo para a cobrança da tarifa mínima foi aumentada, com reflexos diretos nas contas de água dos assalariados canavieiros. Como afirma Barone (1999), tal situação levou a disparates nas contas de água de uma população que iniciava a safra de 1984, certa de que já estava sendo lesada com a implantação do novo sistema de corte de cana. Com essas mudanças, conforme a grande imprensa da época, um trabalhador do corte da cana gastava cerca de 40% do seu salário, com a conta de água. Somava-se ainda a isso, a questão do transporte precário a que eram submetidos os trabalhadores, em carrocerias de caminhões conhecidos como “pau de arara”. Além da carestia do arrocho salarial impactado pela inflação descontrolada.

No dia 14 de maio, 17 turmas de cortadores de cana interromperam o trabalho nas fazendas da Usina São Martinho. Na madrugada do dia 15 de maio de 1984, aproximadamente cinco mil trabalhadores dividiram-se nas três entradas do município de Guariba (30 mil habitantes/1980), pelos bairros da COHAB, CECAP e Vila João de Barro. Por meio de piquetes com galhos de árvores e portando podões em mãos, os trabalhadores ameaçavam tombar os caminhões que tentassem levar as turmas para o eito das Usinas: Santa Adélia, São Carlos, Bomfim e Santa Luzia, além da São Martinho. No mesmo dia, o escritório da SABESP foi destruído e queimado pelos trabalhadores revoltados. O supermercado do ex-gato (arregimentador dos trabalhadores) Cláudio Amorim foi saqueado pelo movimento paredista.

O amanhecer da quarta-feira revelou o clima tenso que ainda pairava no cotidiano dos cidadãos guaribenses. As casas comerciais permaneceram com suas portas fechadas, havia perspectiva de faltar alimentos, principalmente nas casas dos trabalhadores. Os piquetes aconteceram por todos os cantos da cidade, ainda fortemente patrulhada pela milícia (PENTEADO, 1995, p.44).

Por volta das 11 horas daquela manhã, duzentos homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar, vindos de Araraquara, iniciaram a repressão. O jornal Folha de S. Paulo, em 16 de maio de 1984, relatou o seguinte ocorrido:

Um grupo entre 150 e 200 policiais foi enviado dos municípios vizinhos (Ribeirão Preto, Araraquara, Bebedouro, Jaboticabal e outras). Quando tudo estava tranquilo, o grupo comandado pelo Major Fábio (de Arara-

quara), atacou com bombas e tiros, causando ferimentos e morte de um espectador. O Secretário de segurança pública de SP, Michel Temer, afirmou que manterá as tropas na cidade para evitar novas ações dos trabalhadores. O comandante do policiamento do interior, Coronel PM Bonifácio Gonçalves, afirmou que as tropas não teriam sacado suas armas.

Conforme relato do professor Francisco Alves, em audiência para o Grupo de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade em setembro de 2014, na cidade de São Carlos-SP, os usineiros responderam à greve associando-se a uma empresa de nome Imagem, responsável pela publicidade do setor. Essa empresa entrou em contato com o então governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro e estabeleceu acordo para pagamento de serviço extra aos batalhões da polícia militar com vistas à repressão da greve. Os usineiros teriam pago soldo extra, bem como alimentação e alojamento para que os batalhões pudessem reprimir como milícia armada dos usineiros qualquer foco grevista. Esse uso da polícia militar para fins privado e de repressão se repetiu também no ano de 1985 e 1986, contra o movimento grevista, que se repetiram no interior do Estado (Comissão da Verdade Rubens Paiva, 2014).

Após cinco horas de levante, a revolta do dia 15 de maio foi contida, totalizando trinta pessoas feridas, sendo vinte à bala, das quais se destacam as mais graves – Izilda Bezerra (20 anos) alvejada no abdômen, Oswaldo José Maria (23 anos) baleado na cabeça, Nazaré Carvalho de Souza (35 anos) atingida no peito. A ocupação de Guariba pela polícia militar resultou na morte de Amaral Vaz Meloni com um tiro na cabeça. Meloni era um metalúrgico aposentado de sessenta anos que observava e apoiava os trabalhadores pequizeiros das escadarias do portão do Estádio Municipal “Domingos Baldán”. O inquérito policial sobre o homicídio até hoje não foi localizado (MENDES, 1999; ARONI, 2014). No processo nº245/1984 é apresentada denúncia da SABESP e de Cláudio Amorim, referente à destruição da autarquia e saque do supermercado, respectivamente. É possível que conste neste processo os inquéritos policiais com a denúncia de homicídio. Já que os arquivados na delegacia da cidade, segundo relato do atual delegado de Guariba, foram destruídos em incêndio provocado em rebelião na cadeia, no início da década de 1990. Pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2014, no Fórum da Comarca de Guariba, apontaram que no livro Registros de Feitos (17.01.1978 a 19.12.1990), o Processo Judicial no

qual consta o Inquérito Policial aberto em 18 de junho de 1984, sobre os acontecimentos da greve, foi encaminhado para Justiça Federal. Em setembro tentou-se peticionar o desarquivamento do processo, porém a recusa do distribuidor gerou o posicionamento da Vara Penal, pela emissão da Certidão de Objeto e Pé, pronunciando-se que o processo da Greve de Guariba ainda está em curso em Brasília, sem especificar em qual Tribunal Federal. Pesquisas realizadas, em janeiro de 2015, no poder judiciário em Brasília, no DIDOC – Diretoria de Documentação e Divulgação do Superior Tribunal Militar, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e na Justiça Federal não localizaram nenhum processo com nome de Amaral Vaz Meloni. Aventa-se o possível o desaparecimento administrativo do inquérito e peças processuais.

Ainda referente ao Inquérito Policial Militar, Penteado (1995) sustenta que ele não logrou êxito investigativo, uma vez que no próprio dia 15 de maio, o delegado da cidade anunciou que o projétil deflagrado que matou Amaral Vaz Meloni não correspondia aos calibres utilizados pelos pelotões destacados para operação. É importante salientar, outras vítimas foram feridas por disparados de arma de fogo, o que implicaria em se periciar esses outros projéteis, para possíveis denúncias de lesões corporais e tentativas de homicídio, para apresentação de denúncia e queima crime. Dados que poderiam ser encontrados no processo n.º 245/84.

Além da repressão aos piquetes realizados pelos trabalhadores, Francisco Alves contou que os batalhões da polícia se dirigiram aos bairros onde residiam os bóia-frias, espancando diversas famílias dentro de suas próprias casas. O trabalhador Domingos Dias Bicalho, por exemplo, foi espancado por cinco policiais. No documentário Guariba 84 (NOVAES, ALVES, 2001) é possível ver cenas de pessoas sendo espancadas por policiais, casas sendo invadidas por eles e moradores sendo espancados dentro das próprias casas como é relatado no filme: “A polícia chegou dentro de casa. Mas foi uma chuva de couro em quem tava dormindo. [...] Bateram em todo mundo. Até rapaizinho que era de menor apanhou no dia. (idem)”.

Nos dias que se seguiram, dez mil trabalhadores em Guariba se mantiveram em greve. Ao longo da década de 1980 milhares de trabalhadores rurais de toda a região se mobilizaram, fazendo novas exigências e pedindo o cumprimento de antigos acordos. Em 1987, por exemplo, mais de cem mil trabalhadores de 42 municípios entraram em greve. Eles deixaram claro que, na nova era democrática, os trabalhadores volantes de São Paulo esperavam tratamento igual àquele dispensado aos trabalhadores rurais permanentes,

mostrando a sua determinação em definir a democracia como a rejeição da condição de marginalidade a que a ditadura militar os havia condenado. (WELCH, 2010).

O padre José Domingos Bragheto, à época membro da CPT de Jaboticabal, relata ameaças vivenciadas durante os conflitos de Guariba:

Eu, pessoalmente não estava lá em Guariba no dia da eclosão do movimento (...). Ao ser informado pelo secretário da CPT a respeito da eclosão da greve, rumei para Guariba chegando no dia seguinte. O clima ainda era muito tenso (...). A repressão que já agira no dia da greve (...), ameaçavam com voos rasantes de helicóptero junto à assembleia dos trabalhadores. O clima era aterrador e de revolta. A imprensa oficial notadamente de direita, como revista VEJA e o jornal O Estado de São Paulo, conspiravam contra os trabalhadores e colocavam a culpa em mim pelos acontecimentos, o que me deixou muito aborrecido, pois procuravam deslegitimar a classe trabalhadora, como sendo incapaz de agir por conta própria. Nos piquetes da greve, que durou dias é que a repressão se fez sentir mais forte pela Polícia Militar. Vários batalhões foram direcionados a Guariba, que praticamente ficou sitiada. No bairro chamado “João de Barro”, sofremos a repressão forte. A PM com sua tropa de choque avançou sobre os trabalhadores, que dispersaram. Como eu estava junto levei uma surra forte e fiquei alquebrado no chão. Não contentes, a tropa avançou sobre as casas dos trabalhadores e bateu neles dentro de suas próprias casas, num flagrante abuso dos direitos humanos. Vários ficaram feridos. Tive que me refugiar na sede do sindicato em meio aos gases das bombas de efeito moral (...). No entanto, o acordo foi alcançado (Depoimento de BRAGHETO, 2014).

Na esteira da greve de Guariba, também em 1985 vários trabalhadores da Região de Ribeirão Preto entraram em greve por direitos, como por exemplo, 100 mil apanhadores de laranja de Bebedouro. Nesse movimento paredista também a repressão se fez sentir, como apontou Bragheto.

Num dos piquetes a noite, a tropa de choque investiu contra eles e os dispersou. Nesta noite fui cercado pela PM, recebi além de uma cacetada na cabeça, a voz de prisão. Detido, fui levado para a delegacia de Bebedouro. A Diocese de Jaboticabal, na pessoa do bispo D. Luiz Eugenio Perez (já falecido), enviou no dia seguinte um advogado que conseguiu me liberar. Mas a repressão não terminou. Em Pitangueiras durante essa greve, os trabalhadores eram presos na rua e nos bares, indiscriminadamente. Até mulheres boias-frias apanhavam da Polícia militar. A cidade também ficou sitiada. (DEPOIMENTO DE BRAGHETO, 2014).

Em Audiência da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, em doze de novembro de 2014, em Ribeirão Preto -SP, Padre Bragueto relatou sua posição de assessorar na criação de sindicatos de luta pelos trabalhadores, os quais sofreram infiltração de policiais, que culminou em sua prisão ao dar apoio aos piquetes e trabalhadores. Além de suas atuações posteriores as greves de Barrinha, em 1985, quando passou a sofrer ameaças de morte pelo setor patronal e de ex-sindicalistas, o que levaram ao autoexílio.

Frente isso notamos a importância de se interpretar a história do campo brasileiro a partir de referenciais que mostrem a verdadeira condição dos processos ocorridos. Há que se aprofundar as reflexões e percepções do processo de modernização conservadora, nos elos que imbricam Estado e Usineiros, nas dimensões ocultadas do caráter violento e autoritário. É urgente a necessidade de desnaturalizar os processos que se deram no campo brasileiro e mostrar a devida dimensão que o período da ditadura alcançou tanto no campo como nas cidades. E além, visualizar os efeitos que permanecem como a impunidade penal ao assassinato do trabalhador Amaral Vaz Meloni, o possível desaparecimento administrativo do processo nº245/1984, e com também com efeitos no direito civil, pela não reparação a família do trabalhador.

O assassinato do canavieiro Orlando Correa na greve dos canavieiros em Leme - 1986

Como reflexo dos processos de organização trabalhista que se deu no embate entre capital e trabalho iniciados pela greve de Guariba, em 1984, ocorreram outras greves nas regiões próximas. A greve de Leme, deflagrada em 27 de junho de 1986 foi um dos casos. A pauta de reivindicações era que a remuneração fosse aferida por metro linear e não por peso da cana, como vinha sendo feito.

Na manhã do dia 11 de julho, sexta-feira, o conflito deflagrou quando um ônibus cruzou o piquete realizado no Bairro do Bom Sucesso, paralelo à Ferrovia. Este era conduzido pelo motorista Orlando de Souza, da Usina Cresciumal, e levava 42 trabalhadores e três policiais militares: Wiston José Tristão, Genivaldo Matias dos Santos e Benedito Rosa Paixão. O ônibus era ainda escoltado por viatura da polícia, conduzida por José Aparecido Bernardo de Oliveira e Valter Domingues Franco.

Na época, criou-se a versão de que uma viatura oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo teria ultrapassado o ônibus e efetuado disparo contra o mesmo. O então superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou a sustentar que o conflito era uma ação armada de dirigentes da CUT. O presidente José Sarney, por meio de seu porta voz, Fernando César Mesquita, afirmou que não iria aplicar a lei de segurança nacional ao caso, pelo envolvimento de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), após ser informado da tragédia por meio do ministro-chefe do Serviço Nacional de Segurança, Ivan de Souza Mendes. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1986). O laudo pericial do processo instruído em Leme desmente as versões acima, pois consta que o ônibus não foi alvejado por arma de fogo.

O piquete do dia 11 de julho, no bairro Bom Sucesso tinha por volta de 500 trabalhadores. O efetivo policial contava com 162 policiais militares com suas viaturas, 60 policiais do 10º BPMI de Piracicaba, 28 do 13º BPMI de Araraquara, 46 do 2º Batalhão de Choque da Capital, 28 do 3º Batalhão de Choque de São Paulo, além do efetivo do município.

O Inquérito Policial instaurado em 11 de julho de 1986, encerrado quatro anos depois, em 5 dezembro de 1990, é inconcluso quanto a apuração dos responsáveis diretos pelo assassinato de dois trabalhadores. Sibeles Aparecida Manoel (17 anos), empregada doméstica que participava e apoiava o movimento dos piqueteiros, ao correr da tropa de choque da Polícia Militar, que dispersava os canavieiros grevistas lemeses, foi atingida por projétil de arma de fogo que transfixou seu corpo, e lhe causou a morte. No caso do trabalhador rural, Orlando Correa (22 anos) que se encontrava afastado por acidente de trabalho, após se ferir na perna esquerda com o podão, no corte de cana apoiou o piquete. Na ocasião do conflito foi atingido por projétil de arma de fogo na região do peito à altura do bolso direito da camisa o que causou sua morte.

Outros seis trabalhadores rurais também tiveram lesões por arma de fogo, Antônio Quirino Lopes, Vitor Nogueira, Valdemir Donizete Rosa, Jorge Aparecido Killian, Ademir Lírio Generoso Silva e Paulo Honório Pereira. Outros 11 trabalhadores, políticos e lideranças sindicais tiveram lesões de natureza física resultante da investida da polícia militar.

Ressalta-se que importantes lideranças sindicais e políticos estavam neste cenário e também sofreram com a brutal repressão. José Genoíno

juntamente com os deputados Djalma de Souza Bonn (presidente do PT no Estado de São Paulo, em 1986) e Anísio Batista (deputado estadual) além de Paulo Otávio Azevedo, virtual candidato a vice-governador pelo PT, disseram ter sido bastante espancados pelos policiais. Os três primeiros chegaram a ser detidos posteriormente, na Santa Casa, juntamente com o tesoureiro licenciado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e candidato a deputado estadual pelo PT, Vedo Jorge Faíta, o diretor da FETAESP e da Confederação Nacional na Agricultura (CONTAG), Élio Neves, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, Norival Guadaguin. (FOLHA DE S. PAULO, 1986).

Com oitiva de mais de 200 testemunhas, realização de exames periciais balísticos nos projéteis retirados das vítimas, em 122 armas dos 162 policiais, não se chegou aos eventuais autores dos disparos. Em 1991, o processo criminal N.º 384/1989 foi arquivado como inconcluso.

Em julho de 1987, o advogado Luís Eduardo Greenhalgh, que assessorava o Partido dos Trabalhadores, peticionou Ação Ordinária de Ressarcimento por Responsabilidade Civil, referente ao dano injusto provocado pela ação da polícia militar, com a morte dos trabalhadores Sibeles Aparecida e Orlando Correa, contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Somente três anos depois, o juiz Ronaldo Frigini, da 1ª Vara Cível de Leme, condenou o Estado, em 31 de janeiro de 1990, a indenizar as famílias dos trabalhadores. Na sentença deste processo de indenização, n.º 7/87, apenas houve condenação na esfera cível, sem apuração e responsabilidade criminal⁷. Ainda, não se conseguiu localizar se houve recursos por parte da Fazenda Pública em contestar a decisão. Embora tardia, a responsabilização do Estado, ainda repercutia na transição democrática, com ausência de um Estado de Direito em que a persecução criminal, após o procedimento investigatório, implicaria na ação penal para ações antijurídicas dos agentes militares do Estado.

Por último sustenta-se que os inquéritos policiais, tanto no caso da greve de Guariba quanto de Leme passaram de instrumentos investigativos a uso de controle político, pela perseguição e anulação política, ao formular

⁷ A ação declaratória de responsabilidade do Estado foi o mesmo mecanismo utilizado no caso Vladimir Herzog, torturado e morto no DOI-Codi de São Paulo em 1975, e em 1978, a União foi condenada a reconhecer procedimentos ilegais na prisão do jornalista, e recorreu da decisão. Outro caso foi o do metalúrgico Fiel Filho, detido e morto durante greve no ABC, em que ação de responsabilização também foi impetrada com vitória.

seletivamente sua função administrativa de investigar, mas de não formular a culpa e apresentar a queixa criminal quando agentes do Estado estivessem envolvidos em casos de repressão e morte.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto.** Tese (Doutorado) IE/Unicamp, Campinas, 1991.

ARONI, Rafael. A greve de Guariba (1984) no imaginário sociológico de estudantes secundaristas, **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v.3, n.3, 2014.

BARONE, Luis Antonio. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos boias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, ano V, n.7, p.103-123, 1999.

BRAGHETO, José Domingos. **Depoimento à Comissão da Verdade Rubens Paiva**, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA. **Audiência Pública sobre a repressão no campo.** São Carlos, setembro, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. Economia, duas pessoas morrem em choque entre PB e bóias- frias. 12 de julho de 1986. FOLHA DE S. PAULO. **Tuma afirma que CUT pode estar envolvida.** 12 de julho de 1986.

FOLHA DE S. PAULO. **Sarney diz que problema é do governador Montoro.** 12 de julho de 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José. **De Bóias-frias a Empregados Rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme.** Maceió: Edufal, 1997.

NOVARES, Roberto; ALVES, Francisco. **Guariba 1984.** Universidade Federal de São Carlos, 2001. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3aLBbG6iIqI>. Acesso em novembro de 2014.

PENTEADO, Maria Antonieta. **Estratégia da fome: trabalhadores e trabalhadoras da cana, maio de 1984.** Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas, 1995. 232pp.

SANTOS, Maria Aparecida dos. Irineu Luiz de Moraes ou Irineu de Moraes, breve notas. Texto inédito. In: WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Emiliana Andreo da. Despertar do campo: Lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. In: WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1942-1964.** 1ª edição, São Paulo. Expressão Popular, 2010.

TERRA LIVRE. Ribeirão preto: líder camponês Irineu de Moraes ameaçado de prisão. Março, 1963. **TRIBUNA DE RIBEIRÃO**, Entrevista com Claudinei Nacarato, 07 dezembro, 1996.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada.** São Paulo. Expressão Popular, 2010.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO CAMPO: INCONCLUSA E FALACIOSA. A BUSCA DA VERDADE REAL

*Elisabete Maniglia*¹
*Gil Ramos De Carvalho Neto*²

Resumo: Passados mais de cinquenta anos do Golpe Militar, a chamada “Justiça de Transição” não se concluiu no Brasil. A população rural foi explorada desde os primórdios, envolvendo indígenas, negros e trabalhadores assalariados, com o Estado sempre ausente das políticas públicas para o setor. A valorização do meio agrícola no pós-guerra e a ausência de regulamentação do trabalho rural por Getúlio Vargas levou os camponeses a reivindicar a reforma agrária. Foram apoiados por João Goulart, que se manifestou favorável a uma reforma do tipo expropriatória, mas tal manifestação foi o estopim para o Golpe Civil-Militar, que instalou a ditadura militar de quinze anos no Brasil. No período, os rurícolas foram massacrados pelas forças estatais e pelas milícias privadas apoiadas pelo Estado, sendo que até hoje não houve reparação plena aos lesados e nem punição verdadeira aos agressores.

Palavras-chave: Justiça de Transição; Meio Rural; Ditadura Civil-Militar; Camponeses; Reforma Agrária.

1 Professora livre-docente em Direito Agrário na Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca-SP. Membro da Associação Brasileira de Direito Agrário. Foi testemunha ocular da ditadura brasileira. E-mail: manigliaelisabete@gmail.com.

2 Bacharel em Direito pela UNESP, campus de Franca/SP. Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor na Faculdade Centro Paulista de Ibitinga/SP (FACEP). E-mail: gilrcneto@yahoo.com.br.

Abstract: After more than fifty years of the military coup in Brazil, the so-called “Transitional Justice” was not concluded in Brazil. The rural population was exploited since the dawn, involving indigenous, black and employed persons, with the state always absent from public policies for the sector. The appreciation of the farmed environment in the post-war and the absence of regulation of rural labor by Getulio Vargas led the peasants to claim land reform. They were supported by Joao Goulart, which manifested itself in favor of a reform of the expropriation type, but this event was the trigger for the civil-military coup that installed the military dictatorship fifteen years in Brazil. During the period, the rural workers were massacred by government forces and private militias supported by the State, and until today there was no full reparation to the victims and not real punishment to offenders.

Keywords: Transitional Justice; Farmed Environment; Civil-Military Coup; Peasants; Land Reform.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contempla os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, sendo que neste momento se enfatiza o estudo sobre a justiça de transição, pertinente ao meio rural e suas consequências para a democratização do país, num recorte especial ao campo e suas mazelas.

Busca, inicialmente, tratar do tema “justiça de transição”, recorrendo ao passado anterior ao golpe, buscando desta feita levantar as questões que contribuíram para a instalação da ditadura militar que perdurou ao menos 15 anos no país. Doravante, discute a democracia até os presentes dias.

Muitas pesquisas abordaram a justiça de transição, período que envolveu a transposição da ditadura à democracia, porém quando se fala na questão rural, muito pouco se trabalhou sobre os que, advindos do campo, tombaram na luta por um país melhor, ou foram massacrados em nome do progresso e do crescimento.

A população rural, desde os primórdios, foi vítima de violência estrutural e real. O passado colonizador sacrificou os índios primeiramente para, a posteriori, escravizar os negros que trabalhavam no plantio e manejo do gado. Entrementes, a população rural que não se encaixava nestes grupos, também foi vítima do abuso dos senhores de terra que usurpavam suas posses, ou os expulsava, cada vez mais para o interior, a fim de fazer crescer

seus domínios. O Estado sempre foi ausente nas políticas públicas de educação, saúde, reforma agrária, segurança e transporte no campo, desde sempre, até os tempos hodiernos.

Em tempos de república antiga, não foi muito diverso o cenário. Os trabalhadores rurais eram massivamente explorados, sem direitos, sem reforma agrária e abusados pelos senhores, numa falaciosa capa de proteção. A primeira lei trabalhista brasileira, em 1943, não contemplou os trabalhadores rurais. Os idos de 1950 motivaram a criação da Liga dos Camponeses, movimento social liderado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que clamava por direitos e reforma agrária, e que obteve a simpatia do presidente Jango ao longo dos anos, até o golpe.

Em diferentes compromissos assumidos por este presidente, já na década de sessenta, um deles era a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que foi concluída em 63, mas posteriormente não posta em prática pela ditadura. Entretanto o compromisso maior era com a reforma agrária e esta promessa de efetivá-la foi proclamada com estrutura de processo expropriatório, no chamado discurso da Central do Brasil em 13 de março de 1964. Foi este estopim, entre outros, que desencadeou a ira dos governadores estaduais de direita, de um grupo de militares, de parte da Igreja Católica, do grande empresariado e, sobretudo, dos latifundiários, que apoiaram o golpe em 31 de março de 1964.

O campo foi causa e, logicamente, em seguida foi vítima da perseguição militar. Mas não só os militares odiavam os trabalhadores camponeses, toda a elite rural, o empresariado e parte da imprensa que apoiava os desmandos militares.

Assim, a ditadura foi cruel com o campo. Criou neste momento, para amenizar os ânimos, o Estatuto da Terra - segunda legislação agrária do país - para dar ares de civilidade ao meio agrário, mas que na realidade serviu somente ao latifúndio.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Igreja Católica, oriunda das pastorais eclesiais de base, que trata e trabalha com a violência no campo, somou durante a ditadura aproximadamente mais de 1.200 assassinatos, sem contar as demais violências como estupro, tortura, ameaças, tomada de terras e outros tantos direitos que não foram concretizados, como “represália às suas rebeldias” no dizer dos poderosos, para com os trabalhadores agrários. Os indígenas foram massacrados e retirados à força de suas terras. Os quilombolas, ignorados e abandonados.

A transição da ditadura para a democracia pouco se dedicou aos estudos

rurais. O campo no Brasil foi sempre posto de lado nas questões sociais e hoje também nas ambientais. Apesar das constantes denúncias, apenas 29 mortes no meio rural foram reconhecidas como decorrentes do movimento político dos anos de chumbo. Um retrato da injustiça e da falácia criada em torno da ditadura no meio rural.

Este trabalho, mais do que descritivo de uma situação de dor, injustiça e repressão, é um depositário da caótica ditadura, existente ainda no meio rural brasileiro, não tendo mais como agentes os ditadores militares e seus apoiantes. Neste momento ficaram somente os apoiantes que, agora aliados às multinacionais, ainda torturam os trabalhadores camponeses e sustentam as injustiças, como a maior concentração fundiária do mundo e o trabalho análogo ao de escravo, em um total desrespeito à democracia. A justiça de transição para o campo ainda está inconclusa. A sombra da ditadura do agronegócio, das multinacionais, criou um novo tipo de tortura para o trabalhador rural, e a ditadura dos anos repressivos não trouxe o reconhecimento, a indenização, nem a verdade para os que lutaram no campo contra a repressão e a tirania dos governos militares.

A dívida para com o meio rural é muito alta. Neste momento, o que se espera é que a Comissão de Investigação sobre mortos e desaparecidos políticos, investigue profundamente e busque a verdade real sobre os que tombaram no campo e ainda continuam a morrer após a redemocratização. É sabido que muitos são os mortos por forças policiais, vítimas de execução e ocultação de cadáveres no meio agrário, mesmo pós-Constituição de 88.

Desta feita, este trabalho pretende levantar as marcas da ditadura no meio rural e, para tal feito, divide a questão em três partes: trata da questão à luz da justiça de transição, percorrendo o caminho da ditadura à democracia; levanta os problemas das mortes e violência no campo e, por fim, propõe que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que se extinguiu em dezembro de 2014, tenha seu trabalho reativado ou que a comissão de desaparecidos políticos herde os poderes da CNV a fim de buscar a justiça no campo.

Metodologicamente este trabalho repousa sobre a investigação bibliográfica, em obras, artigos e dados estatísticos o que motiva o uso de do método indutivo e por vezes do dedutivo, com nuances de sistematização histórica. Há de se conferir que a autora do artigo, presenciou grande parte de momentos da ditadura como espectadora e outros como estudante, engajada em protestos, o que lhe confere entrar no trabalho, por vezes como testemunha.

Justiça de transição entre a ditadura e a democracia

O Brasil viveu mais de uma ditadura. É preciso lembrar que os anos de 1937 a 1945, sob o comando de Getúlio Vargas, também não foram fáceis. Foram períodos conturbados que, da mesma maneira que a última ditadura (1964 a 1979) trouxeram medidas de grave impacto aos direitos humanos e outras tomadas de decisões que melhoraram, em parte, a vida dos cidadãos brasileiros. Talvez seja por isto que falar em ditadura no Brasil não significa, por unanimidade, dizer sobre um sistema marcado por violações de direitos e de tragédias anunciadas e, sobretudo, realizadas. No dito popular há quem se lembre de Getúlio como um grande herói, o chamado “pai dos trabalhadores”, pois em seu mandato como tirano foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT) e ainda é comum observar seu retrato em todos os sindicatos brasileiros.

Da mesma forma, na mesma linha de raciocínio popular, os militares foram também considerados como aqueles que livraram o país do comunismo e trouxeram uma série de benefícios à população como estradas, empregos, melhoria de benefícios aos trabalhadores e ainda fizeram do Brasil, uma potência emergente. Em recente passeata na cidade de São Paulo, protestando contra o resultado das eleições presidenciais de 2014, não faltou quem levasse cartazes pedindo a volta dos militares - prova que havia quem os admirasse - bem como não faltaram eleitores para reconduzir Getúlio ao cargo de presidente. Esta dualidade opinativa deriva do comportamento do brasileiro que muitas vezes, em decorrência do pouco que recebe, ou está acostumado a receber, supervaloriza este pouco e abandona as atrocidades, com medo de perder o mínimo e assim, não lutar pelo mais. Muita vez este mais não são favores, mas direitos, dos quais se abre mão com intenção de esquecer o passado e frisar só no presente - sem pensar que o futuro depende de ambos, passado e presente.

Fabio Konder Comparato afirma que “[...] um dos aspectos menos louváveis do caráter nacional é a leviana facilidade com que nos dispensamos de ajustar contas com o passado” (2008, online) e no mesmo sentido Faulkner (apud ARENDT, 2009, p. 37) diz “[...] o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”.

Desta feita, olhar para o passado significa ver tudo o que aconteceu, não só as boas lembranças, mas fazer uma análise sistêmica dos fatos e, sobretudo verificar o que ficou de legado, deste passado, nos dias hodiernos.

Acertar contas com o passado é discuti-lo à luz do presente. É verificar o

que ainda está presente da ditadura, é verificar se a justiça foi celebrada para aqueles que lutaram pela democracia. Analisar e estudar uma ditadura, à luz jurídica é verificar quais as marcas deixadas por ela e seus desdobramentos no presente. O Brasil que vem clamando rotineiramente pela efetivação dos direitos humanos e que assumiu compromissos com o não retrocesso e com o fomento dos direitos humanos deve, sem vacilo, estudar e ponderar todas as violações de direitos humanos cometidas na ditadura e não permitir que os violadores fiquem impunes e ainda de praticar o direito à verdade sobre o momento autoritário vivido, de modo que a verdade venha à tona com a elucidação dos fatos ocorridos, abertura de arquivos, de revelação histórica das vítimas e do conhecimento dos atos neste período (BORGES, 2012, p. 19).

Por transição temos a mudança, o momento entre um período e outro. Assim a justiça de transição contempla o lapso entre o período do fim da ditadura e o período de retorno à democracia, trabalhando com esta fase de mudança entre regimes. A transição pode ser por ruptura ou negociada: a primeira se dá quando as elites autoritárias não exercem controle algum e o fim é ocasionado por forças estrangeiras, por forças ocupantes em situações de guerra ou de legitimidade interna e perda do controle do poder. Assim à ruptura se dá por questões de ideologia, economia, desgastes e de marcos internacionais (BRITO, 2004, p. 41). No Brasil a transição foi feita de forma negociada, tendo com parte fundamental o controle inicial do regime autoritário que, gradativamente, vai liberalizando as tomadas de atitudes. Interessante observar que

[...] a ausência de medidas de castigo dirigidas contra os líderes do período autoritário, independentemente do seu grau de envolvimento nas atividades repressivas, também se impõe nesse tipo de transição, inclusive porque normalmente os líderes autoritários não iniciam a democratização, a não ser que lhes seja garantida a impunidade (SHARE, 1986, p. 93).

Obviamente que esta seria a justificativa da Lei de Anistia brasileira: ser ampla, geral e irrestrita (grifo nosso).

Embora as alterações de regimes possam ocorrer sempre na história - em especial em democracias frágeis - e, portanto, serem uma constante, a questão da justiça de transição ganhou corpo no pós-guerra e diferentes países se fizeram valer deste expediente, a exemplo de Grécia, Portugal (transição por ruptura), Espanha, Argentina, países do Cone Sul e outros que passaram a ter a oportunidade de efetuar julgamentos, nomear comissões

para investigar o passado autoritário e promover ressarcimentos financeiros aos que perderam sua identidade física, social e profissional durante o regime de chumbo.

Quanto às normas da anistia, Glenda Mezarobba (2009, p. 41) afirma:

[...] podem contribuir ou mesmo possibilitar a mudança do regime e muitas vezes resultam de negociações entre as lideranças que deixam o poder e as que assumem o novo governo, como ocorreu no Brasil. Entretanto, na maioria das vezes a concessão de anistias não reflete a busca pelo esclarecimento do passado, mas sim o desejo das elites políticas de escapar às responsabilidades pelas violações passadas de direitos humanos. Desta forma, as vítimas podem ver os seus direitos à justiça e à compensação prejudicada.

No Brasil dos tempos de ditadura, quando a situação se tornou conflitante sob a ótica econômica, social e política é que a Lei nº 6.683 de 1979, a chamada Lei de Anistia, foi promulgada sob uma votação apertadíssima: 206 x 201 votos. Este resultado possibilitou o retorno dos políticos exilados, cassados e a libertação dos presos. Porém nem todos os políticos presos foram anistiados por este diploma legal: só um pouco mais tarde, com a modificação da Lei de Segurança Nacional e a redução drástica das penas é que foi possível libertar as dezenas de presos políticos remanescentes.

Estes saíram da prisão, mas não anistiados. Somente em 1985 receberam tal instituto. O objetivo, naquele momento de 1979, era a volta do Estado de Direito, a recuperação dos remédios legais constitucionais e, sobretudo, a garantia de que a anistia seria recíproca, uma figura inusitada no universo jurídico. Foi trabalhado nesta defesa o que se denominou a tese dos “dois lados – dois demônios”, equiparando os revolucionários e a polícia política. A ideia era que, se houve dois lados, havia dois demônios e ambos deveriam ser anistiados. Daniel Aarão Reis (2014, p. 134) assim se expressa sobre a questão: “Fazia-se aí a economia de uma gritante evidência, não houvera guerra alguma e sim um enfrentamento extremamente desigual entre um poderoso Estado e suas Forças Armadas contra alguns milhares de revolucionários e seus simpatizantes”.

Apesar dos protestos, a Lei de Anistia foi assim aprovada e desenhou um outro momento na transição: de repente, os que apoiaram o golpe passaram a se mostrar como democratas, os que marcharam na passeata da “Família com Deus pela Liberdade” se tornaram silentes e aí, com toda ironia que lhe era peculiar, Brizola expressa em metáfora: “o povo brasileiro macunaimicamente comera a ditadura, mastigando-a com vagar, a digerira

e se preparava agora para expeli-la pelos canais próprios. Um verdadeiro achado” (REIS, 2014, p. 135).

A sociedade brasileira optara pelo fim da ditadura, porém silenciou sobre o passado de tortura, de violações de direitos humanos, de falcatruas políticas, de corrupção, de mortes e perseguições. A opção foi o silêncio - ou melhor, conforme Pierre Laborie (2003), o silêncio como forma de memória.

A discussão sobre a abrangência da Lei de Anistia é até hoje ponto de discussão, que passou a ser trabalhado em todo tempo e questionado à luz do direito internacional e do direito interno. A grande questão repousa sobre: os torturadores foram anistiados? O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu, entre toda a parafernália jurídica estabelecida por ocasião da ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2008, que não cabe discutir neste momento, pelo entendimento de que houve um pacto social na Lei de Anistia. No fatídico dia 29/04/2010 decidiu, por 7 votos a 2, que a Lei de Anistia é sim extensiva aos agentes de repressão do Estado e que a discussão sobre crimes conexos e crimes políticos não se fazia presente na decisão. O relator do processo Ministro Eros Grau manifestou que, independentemente da responsabilidade criminal dos autores dos fatos, é direito da sociedade ver esclarecido tudo o que ocorreu em período tão obscuro da história. Desta maneira, a Lei de Anistia não seria um obstáculo jurídico à recuperação da memória histórica e do conhecimento da verdade. Ainda deixou claro o repúdio a todas as modalidades de tortura, de ontem e de hoje, civis e militares, policiais e delinquentes.

A decisão do STF recebeu críticas negativas de diferentes organismos internacionais e de múltiplos juristas brasileiros o que permite concluir parcialmente que a anistia brasileira está inconclusa neste viés.

No processo de transição, de 1979 a 1988, a ditadura ficou para trás. Era indefinido o que estava por vir e assim, sem uma Constituição nova, o que tínhamos era uma situação mais uma vez peculiar: sem ditadura, entretanto, também sem democracia. Assim, muitos autores atribuem o fim da ditadura somente quando assume a presidência brasileira em 1985, o primeiro presidente civil pós anos de chumbo. Todavia outra situação paradoxal: este presidente nada mais era que José Sarney em lugar de Tancredo Neves, falecido antes da posse. Sarney tinha um passado marcado pelo seu elo com os ditadores militares. A história pregava outra peça na democracia brasileira.

Os movimentos sociais neste momento crescem e se derivam dos antigos movimentos da década de 70 e a busca pelas eleições diretas origina o “Diretas Já”.

Em 1985, a Emenda Constitucional nº 25 restabelece as eleições diretas em todos os níveis (federal, estadual e municipal). No ano seguinte, a Emenda Constitucional nº 26 elege um Congresso com poderes constituintes.

Os trabalhos para a elaboração da Carta de 88 não foram fáceis: havia ainda o resquício do autoritarismo que deveria ser combatido em cada frase constitucional. Muitos obstáculos foram vencidos, mas outros não. A constitucionalização da questão agrária foi um retrocesso, assim como alguns textos pertinentes ao sindicalismo, questões tributárias e atribuições das polícias. As disputas foram radicalizadas, mas o texto foi promulgado em 88 com heranças ditatoriais. Um tanto do passado ainda era presente. O primeiro presidente democrático foi uma decepção e os demais seguiram seus caminhos, alterando muito pouco a questão da desigualdade, dos padrões econômicos, da força policial e seus abusos. A educação foi subestimada à produtividade, a segurança abalada pelas milícias e pela violência. A corrupção foi a grande vedete negativa dos últimos governos e aí pergunta-se: e a ditadura? Conforme Daniel Aarão Reis (2014, p. 171), a ditadura não está lá no passado, mas aqui condicionando o presente e por seu intermédio moldando o futuro. Quanto mais se silencia, mais ela está presente. Assim, retornaremos ao passado, no estudo da questão agrária, recorte do nosso tema.

O campo e a ditadura

O campo no Brasil sempre foi o responsável pela economia do país e ao mesmo tempo palco de violência, desrespeito aos direitos humanos e atraso nas relações trabalhistas. Afora ser o setor promissor da maior desigualdade social e ambiental nas relações sociojurídicas, que deram ensejo à tão aflorada e estudada questão agrária. Em tempos de colonização o quadrinômio do latifúndio, da monocultura, da economia de exportação e do trabalho escravo, fizeram deste setor a vivência de um atraso nas relações humanas, responsável pela criação de dois polos: as elites rurais e o trabalhador assalariado e o escravo sem direitos. Não foi muito diferente no Império que, ao criar propriedade rural (antes era só posse), a cerceou aos negros e pobres e abusadamente a concedeu aos antigos sesmeiros, que perpetuaram seu poder sobre a terra e sobre seus trabalhadores. A República Velha, estabelecida sobre a cultura política do café com leite, acreditou que todo o poder vinha dos proprietários rurais e estes detinham a política do mando e comando. Após a queda da bolsa de Nova Iorque

em 1930, o mando agrário foi passado a Getúlio que, muito embora fosse um grande estancieiro sulista, deixou de lado os trabalhadores rurais que em situação de miséria iniciaram sua luta por reivindicações de terra e direitos trabalhistas. O Brasil vivia da agricultura e seus trabalhadores viviam na miséria jurídica e social. Na época a população era concentrada no campo e não desfrutava de quaisquer direitos trabalhistas. A CLT criada em 1943 deixou os trabalhadores rurais de fora de sua aplicação. A ditadura de 1937 a 1945 ignorou o campo. O fim da Segunda Guerra Mundial provocou um repensar na situação agrária mundial, quando a preocupação com a situação de produção de alimentos levou à valorização do meio agrário. Era a hora da luta.

No Brasil, com a redemocratização pós-Getúlio, o PCB - então legalizado e a principal força de esquerda no Brasil - criou a expressão Ligas Camponesas, uma vez que a nomenclatura e a organização de sindicatos não era permitida. Durou pouco esta liberdade: em 1947 o PCB foi cassado e as Ligas foram eliminadas. Mortes, prisões e perseguições deram-se no campo sob as ordens do Governo Dutra.

Na década de 50, trabalhadores do campo se organizaram em sindicatos usando a legislação urbana para tal fim e fundaram sindicatos em Campos (RJ), Ilhéus (BA) e Ribeirão Preto (SP). Foram em número reduzido e geograficamente limitados (STÉDILE, 2002, p. 7).

O PCB, mesmo na clandestinidade, juntamente com os movimentos de educação de base da Igreja Católica, continuou seu papel de conscientização dos direitos dos camponeses. Muitos radicais urbanos penetraram no setor rural e promoveram questionamentos e ensaios de suas ações. A formação da Liga era composta por dois tipos de trabalhadores: o assalariado, que vivia na miséria recebendo poucos salários, sem teto, sem-terra e sem direito a reclamar de nada pois, se assim o fizesse, seria despedido. Do outro lado estava o camponês, com capacidade de luta, pois tinha um pedaço de terra ou era arrendatário ou parceiro ou ocupante, e vivia do seu trabalho e do que produzia e vendia na feira. Se entrasse em conflito com o dono da terra tinha o direito cível para socorrê-lo. Francisco Julião era o ídolo das Ligas, que a partir de 1955 se espalharam por todo o Brasil, trazendo à tona o tema da reforma agrária. Vieram de Pernambuco as primeiras Ligas, que protestavam contra a situação de penúria em que vivam os nordestinos, chegando ao descalabro de morrerem 504 crianças a cada mil que nasciam (MORAIS, 2002, p. 31).

A Revolução Cubana foi outro fator que estimulou a luta das Ligas. Dirigentes deste movimento foram a Cuba conhecer a reforma agrária. O movimento cresceu tanto que passou a ter status de organização nacional, porém, como aponta Moraes, o crescimento era desorganizado e era infiltrado por estudantes, ligas urbanas, ligas femininas, ligas de sargento. Era enfim um grande corpo amorfo sem um esqueleto e sem um sistema nervoso que lhe imprimisse unidade e coerência em toda a extensão do organismo (MORAIS, 2002, p. 37)

A ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ao contrário, era estruturada e organizava sindicatos de assalariados agrícolas, o que fracionou o movimento das Ligas, que também passava por problemas internos. Era o ano de 63, e neste ano nascia a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, formada pelos trabalhadores da ULTAB, mas a Liga tinha a pujança de ser o principal movimento camponês do Nordeste.

O golpe em 1964 apresentou uma série de razões para se justificar, mas uma delas era o temor que o campo gerava pela luta e insatisfação de seus trabalhadores e aliados. Nesta luta estavam presentes: a Liga Camponesa, governadores nordestinos apoiadores deste movimento, bispos que acompanhavam a luta agrária e, sem sombra de dúvida, a estreita relação entre o pessoal agrário e o Partido Comunista (presente aqui e em Cuba, onde a reforma agrária era o modelo sonhado). Assim, pode-se dizer que o campo foi aquele que entrou no cenário com voz própria. Os trabalhadores agrícolas, sem gozo dos direitos civis e políticos, foram os que emergiram da obscuridade e entraram para a história pela luta com apoio do então presidente Jango que, no dia 13 de março daquele ano, na Central do Brasil, assinou o mais explosivo dos decretos: o da expropriação de terras. Para os proprietários, era a mais cabal prova das intenções revolucionárias do Governo (CARVALHO, 2014, p. 146).

Ali foi escrita a história do golpe que, em 31 de março de 1964, deu início à ditadura que ceifou vidas, destruiu sonhos, acabou com famílias, matou muito e deixou sequelas presentes, mesmo passados mais de 50 anos.

Para o campo, a violência começou antes de 1964 com perseguições e mortes. O golpe em 1964 apenas selou a ditadura. Os trabalhadores rurais foram castigados, pois nem mesmo o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 entrou em vigor.

A ditadura - criação dos militares com apoio maciço de empresários, intelectuais de direita e notórios torturadores - destruiu o Estado de Direito,

o sonho da reforma agrária distributiva e os direitos de organização dos trabalhadores rurais. No mesmo ano do golpe foi criado o Estatuto da Terra, que disciplinou as questões ligadas à terra como forma de acalmar os conflitos reinantes. A Lei nº 4.504/64 trouxe o disciplinamento da reforma agrária, falou de função social, introduziu mudanças na estrutura agrária, mas não provocou mudanças estruturais. O grande beneficiado desta legislação foi o empresariado rural que passou a desfrutar de crédito rural fácil, amparo do Estado para seus plantios e sobretudo da política de ameaças, tortura, espancamento de presos, para garantir o que chamavam de ordem. Esta ordem era o poder da elite rural contra os trabalhadores. A ditadura começou branda, mas ao longo dos governos foi se tornando feroz. Diversos enfrentamentos no campo aconteceram. No Vale do Ribeira, em São Paulo, um grupo de guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária sob a liderança de Carlos Lamarca em 1970, furou um cerco do Exército e teve poucas baixas. Mas já no ano seguinte, Lamarca não teve a mesma sorte: foi assassinado na Bahia.

Os guerrilheiros do Araguaia produziram um foco de guerrilha rural. Uma história de muitas mortes de camponeses, guerrilheiros, sem detalhes e sem fatos nunca apurados devidamente. Foi registrado o desaparecimento de mais de 70 pessoas e o caso foi apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil pelo desaparecimento forçado de pessoas contrárias à ditadura militar e assassinadas durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. O Exército não reconhece estes crimes e, nem mesmo agora, a CNV conseguiu desvendar os fatos. Enquanto os camponeses morriam sem ao menos serem registrados como perdas humanas e sem corpos para serem enterrados (a grande maioria era atirada aos rios e as piranhas destruíam os corpos), o milagre econômico no campo revelava uma produção aumentada pelos monocultores com unidades mecanizadas e com o plantio campeão da soja, agora a vedete da exportação brasileira. Tudo com apoio estatal, inclusive o desmatamento para o avanço de novas fronteiras agrícolas.

Alguns impactos sociais para o campo foram implementados como o Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) estabelecendo salário mínimo e aposentadoria para as mulheres e os homens do campo, assim como o Projeto Rondon que levava tarefas de assistência social. Os sindicatos cresceram de 625 para 1.669, porém com pouca expressão e papel social. Outros programas como a Transamazônica foram verdadeiros desastres e causadores de mortes indígenas.

Por mais brilhante que fosse, a demonstração do ‘milagre econômico’ exposto pela ditadura, os holofotes não conseguiram esconder os pequenos posseiros e pequenos proprietários que perderam sua parca terra no processo acelerado de concentração fundiária e viraram desterrados no próprio país – os boias-frias. As nações indígenas, escoraçadas e exterminadas nas vastas regiões do Norte e do Centro Oeste. Os trabalhadores sem qualificação adaptável à sede de lucro dos capitais, ficavam à margem, desabrigados e desprotegidos no ambiente cada vez mais esgarçado de um tecido social cujas redes tradicionais de proteção se desintegravam” (REIS, 2014, p. 90).

Toda forma de violência foi cometida: física, psicológica e social. Muitos líderes eram torturados no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo, local onde esta autora passava todos os dias para estudar e trabalhar e de fora da calçada escutava os gritos dos que apanhavam Isto acontecia diuturnamente, sem pudor da parte dos torturadores e com carros que chegavam sempre lotados de “subversivos” (assim designados por eles). Nas passeatas nos idos de setenta quando, por ocasião da morte de Wladimir Herzog, professor desta autora no curso de jornalismo, e da morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, participou das missas na Catedral da Sé e, ao fim da cerimônia, policiais com rédeas e bombas de gás lacrimogênio bateram em todos com um ódio e uma violência tão profunda que ali a autora aprendeu o que deveria ser uma tortura, um pau de arara, um corredor polonês. Jamais se esqueceu do destilamento da raiva e do sadismo dos que batiam, a mando do poder militar e civil da época. O ódio e o rancor ainda estão presentes e as desigualdades sociais geradas foram tantas que perduram em nossos dias, apesar de tantas melhorias computadas na distribuição de renda e na melhoria da vida cidadã.

A CPT, criada em 1975 como órgão da Igreja Católica derivado das comunidades eclesiais de base, realizou uma pesquisa conjunta com a CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Ministério do Desenvolvimento Agrário, na qual constatou que 1.196 camponeses foram mortos entre 1961 e 1988. A obra “Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição” revela que apenas 51 casos foram examinados pelo CEMDEP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – os demais 1.144 mortos foram excluídos do processo de análise, constituindo assim um processo de exclusão de justiça aos mortos do campo. As razões são diversas: a ausência de provas, de

inquéritos e processos, aliados ao não conhecimento das famílias desta oportunidade de solicitar averiguações, bem como o próprio descaso do Estado em apurar os fatos no meio rural de forma real. Ao menos 602 casos foram selecionados e se constatou que 131 casos tiveram a participação do Estado e 471 com a participação de agentes privados. A relação de cumplicidade entre agentes do Estado e agentes privados nestes eventos está indicada de uma forma geral na dimensão política e institucional, com evidências da responsabilidade do Estado. As mortes foram assim distribuídas: 75 sindicalistas, 14 advogados, 7 religiosos, 463 lideranças de lutas coletivas e 43 trabalhadores em conflitos individuais, revelando a ponta de um iceberg de um conjunto bem amplo de perseguidos políticos pela ditadura militar - até agora pouco estudado - dos quais 573 foram homens e 29, mulheres. Cabe lembrar que estas mortes foram derivadas de lutas coletivas pela posse da terra, por direitos trabalhistas e por direitos de organização e associação ou mesmo ajuda a guerrilheiros como no caso do Araguaia.

Há de observar que mesmo quando a ditadura diminuiu seu ritmo de atrocidades nas cidades, o campo continuou sua efervescência de violência. Em 1984, quando o país caminha para ter o primeiro presidente civil, o conflito de Guariba (na região de Ribeirão Preto/SP) registrou uma morte, torturas e espancamento. Foram 2 dias de terror onde a polícia usou de mecanismos violentos para obrigar os trabalhadores ao retorno ao trabalho no corte de cana.

As péssimas condições de transporte e o silente aval do Estado para a continuidade desta violência estrutural registraram 102 acidentes no período de 1980 a 1991, totalizando 295 mortes, 1.900 feridos e 2.195 vítimas, somente no Estado de São Paulo (AMSTALDEN, 1992, p. 91). Os caminhões impróprios para transporte de cargas eram utilizados para o transporte de pessoas que juntamente com as ferramentas de trabalho andavam nas carrocerias, soltos, com motoristas muitas vezes inabilitados. A omissão do Estado, o conluio entre empregadores e agenciadores de mão de obra acabaram por caracterizar a violência permitida para os excluídos.

Em suma, as diferentes etapas da ditadura e a transição para a democracia registraram momentos diversos na história da violência rural vivida até o fim da ditadura em 1979 e, ainda, a violência permitida pelo Estado até a elaboração da Constituição de 1988. As primeiras mortes se deram a partir das guerrilhas, outras pela revolta dos trabalhadores contra a repressão sindical e a luta por direitos. Em seguida, pela disputa pela terra, pela

melhoria das condições de trabalho e pela luta a favor da dignidade humana rural. Leonilde Servolo de Medeiros (PINHEIRO, 2014, p. 227) explica que a continuidade da luta por terra e a violência sobre camponeses e mediadores políticos ultrapassou o regime militar, prolongando-se pela Nova República e vindo até os dias atuais. Contou com ação direta do Exército e da polícia, mas em grande parte foi feita pelas milícias privadas. Essa repressão semeou o medo, mas não foi capaz de eliminar a resistência dos trabalhadores.

Porém, o fim do regime e uma nova Constituição em 1988 não foram capazes de dar cabo à violência no campo e aos conflitos ali existentes. Paralelamente o campo se modernizou, se tornou um investimento produtivo e lucrativo. Mas violências continuam a persistir, e o Estado e os grandes latifúndios são ainda os responsáveis por grande parte deste quadro, embora os movimentos sociais resistam. Uma realidade rural herança da ditadura, com nuances de outro inimigo chamado agora agronegócio.

A verdade real no campo em tempos de democracia

Como já foi dito, a Lei de Anistia de 1979 inaugurou um novo período para a história dos envolvidos pela ditadura e seus familiares, com perspectivas de retomar a dignidade de todos que foram vítimas do golpe militar. Porém, ela reparou apenas uma parte do dano moral causado às vítimas e ainda deixou lacunas e questões pendentes como o perdão aos torturadores.

A Constituição de 1988, apesar de tratar de direitos sociais de uma forma até então não vista – exaltar o compromisso com os direitos humanos e constitucionalizar a questão agrária – não foi ainda o alento esperado para a construção da transição no campo de forma justa e eficaz. A herança maldita deixada pela ditadura transformou o Brasil em um país desigual; à medida que o Brasil é hoje o oitavo país do mundo em termos de Produto Interno Bruto, é o 64º em renda per capita. A escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequências níveis dolorosos de pobreza e miséria, sobretudo no campo. A Constituição de 1988 apenas tirou o controle direto das polícias militares das mãos do Exército e o transferiu para os governadores dos estados. E a polícia continua matando. O soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger o cidadão. A tortura ainda é uma prática e a extorsão, a corrupção e o abuso de autoridade por parte da polícia são constantes (CARVALHO, 2014, p. 214-215).

A ditadura ainda está em nossa sociedade. A violência no campo perdurou mesmo após a Constituição de 1988. Aliás, esta Constituição foi um retrocesso para o meio rural: a criação do conceito de propriedade produtiva impediu o desenrolar da reforma agrária gerando inúmeros conflitos. A ausência de providências, por parte do Estado, na ocupação das terras devolutas continuou semeando mortes no Pontal do Paranapanema, e conflitos no Pará e Minas Gerais. O trabalho escravo perdura nas fazendas, o trabalho infantil e a morte pela luta por direitos estão presentes. Os episódios da morte de Chico Mendes, de Eldorado do Carajás (com 19 mortes de sem-terra), de Corumbiara (com oito mortos) e o assassinato de Dorothy Stang tiveram repercussão internacional, sendo que as razões atribuídas foram a disputa da terra e a defesa ambiental. E, mais triste, tudo sem verdadeira punição, o que revela que, apesar dos poderes atribuídos ao Ministério Público e o crescimento do Judiciário, apenas parte da população tem acesso à justiça. A justiça funciona perfeitamente a favor dos brancos, bem vestidos, ricos com formação universitária. São empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais, políticos, profissionais liberais com bom vínculo nos negócios, no governo e no judiciário. Esses vínculos permitem que a lei só funcione em seu benefício (CARVALHO, 2014, p. 217).

Não foi diferente na questão da lei que trata da apuração da verdade aos crimes cometidos na época da ditadura; após a Constituição de 1988, passou-se a pensar em outros mecanismos de reparação às vítimas da ditadura. Em 1995, a Lei nº 9.140 criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, com o objetivo de ser a primeira comissão de Estado para garantir os direitos relativos à Justiça de Transição – justiça, memória, verdade, reparação e reforma institucional, tendo como principais atribuições proceder ao reconhecimento de vítimas fatais da ditadura civil, militar e envidar esforços visando a busca, a localização e a identificação de desaparecidos políticos. A Lei nº 10.536 de 14 de agosto de 2002 que alterou a Lei nº 9.140/1995, considerou todos os crimes cometidos contra os cidadãos por motivos políticos a partir de 1961. Hoje já se fala que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos comece a investigar vítimas de execução e ocultação de cadáveres cometidas pelas forças policiais do país, após a redemocratização, ou seja, entre 1988 e os dias atuais.

Tantas são as mortes, e tantas não foram contempladas pela reconstrução de cada história, que se ambiciona prorrogar o prazo para elucidar tais fatos.

Em 2011 a Lei nº 12.528 criou a Comissão Nacional da Verdade, que

nasceu com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período. Baseia-se na convicção de que a verdade histórica tem como objetivo não somente a afirmação da justiça, mas também preparar a reconciliação nacional, como vem assentado no seu mandato legal.

Esteia-se na certeza de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, a identificação de locais, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações graves de direitos humanos, constituem dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade de nosso país. Não deveria haver brasileiro algum ou instituição nacional alguma que deles se furtassem sob qualquer pretexto.

Oitenta e dois milhões de brasileiros nasceram sob o regime democrático. Mais de oitenta por cento da população brasileira nasceu depois do golpe militar. O Brasil que se confronta com o trágico legado de 64, passados cinquenta anos, é literalmente outro. O país se renovou, progrediu e busca redefinir o seu lugar no grupo das nações democráticas. Não há por que hesitar em incorporar a esta marcha para adiante a revisão de seu passado e a reparação das injustiças cometidas. Pensamos ser este o desejo da maioria. É certamente o sentido do trabalho da CNV.

A Comissão Nacional da Verdade terminou seu trabalho em dezembro de 2014, deixando milhares de caso sem apreciação. A Comissão deveria continuar a investigar os mortos e desaparecidos da democracia e contemplar os casos que ficaram de fora como os indígenas e os camponeses mortos, que só estes totalizaram 1.196 casos estudados, mas que não foram reconhecidos. Estes nomes estão contidos nos anexos da obra digital, como camponeses mortos e desaparecidos. Estes fatos deveriam ser computados como graves violações aos direitos humanos presentes na CNV.

O Estado que terceirizou prisões, torturas, mortes, desaparecimentos forçados de camponeses que se insurgiram contra o regime militar, financiado pelo latifúndio, hoje escapa da responsabilidade pela grande dificuldade em se provar sua atuação. A Comissão de Anistia concedeu apenas 29 direitos, deixando 1.196 excluídos dos direitos dos militantes urbanos, que tiveram reparação aos seus familiares. A dificuldade em exercer esta justiça se dá no fato que os crimes foram cometidos pelas milícias privadas, ainda que sob a anuência dos representantes da ditadura (PASSOS, 2012).

O que não deve ser mantido é o desequilíbrio entre o rural e o urbano mais uma vez. As constantes mudanças nas legislações não puseram fim às

discordâncias entre estes setores. Camponeses têm direito a verdade e o que deveria ser feito é uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da CEMDP, visando à inclusão de todos os afetados pela repressão. Deve ser criada uma Secretaria Nacional de Justiça de Transição para que se aprecie estes fatos, de uma forma perene e com os devidos cuidados.

Neste ínterim, devem-se ainda manter práticas que desfaçam a rede perpétua de conflitos e violência, reinantes atualmente no meio rural. Políticas de modificações na estrutura agrária, desconcentração de terras, análise constante dos benefícios e malefícios do agronegócio devem ser computados pelo Estado, sob pena de amanhã novas vítimas surgirem, decorrentes da omissão dos governantes que continuam a perpetuar a injustiça e poderão ser cobrados pelos erros num futuro bem próximo, tal e qual aconteceram em tempos pretéritos.

A justiça de transição não está conclusa. A Comissão da Verdade deveria permanecer pelo tempo necessário para elucidar todos os mortos do meio rural. Achar corpos, investigar mortes indígenas, caboclas, de povos da floresta e de ribeirinhos se constitui em uma lição de casa, não só do passado, mas do presente.

Faz-se necessário redescobrir o papel do Estado no campo como órgão protetor dos cidadãos rurais, e não como opressor dos pobres e desvalidos. O número de mortos em conflitos de terra são ainda significativos, apesar do papel dos movimentos sociais com destaque para o MST, a Pastoral da Terra, entidades ambientais e indígenas. O Estado deve reparar os silvícolas, não só com a verdade de suas mortes mas, sobretudo, devolvendo as terras pelo processo de demarcação das terras indígenas. As heranças da ditadura estão aqui presentes e o legado autoritário e patrimonial são vínculos estreitos com a não democratização das terras brasileiras.

De fato, o atual modelo de desenvolvimento rural do país, fundado na promoção do agronegócio e na proteção das grandes propriedades de terras foi desenvolvido e financiado pelo governo militar. Desde então a inércia conservadora do Estado se manteve sem grandes alterações, apesar da democratização do regime político das leis favoráveis à reforma agrária e da expressiva demanda popular por terra (CARTER, 2010, p. 514).

A luta pelo fim da violência rural não se extingue somente pela apuração dos mortos que tombaram na ditadura e pós-ditadura por lutar pela democracia agrária. Exige que a sociedade, como grande parte interessada nos resultados do campo (como a segurança alimentar, por exemplo), se

debruce na luta constante por justiça agrária. Não se deve esperar só por meios afáveis institucionalizados e de atitudes de cima para baixo pois estes métodos acabam muitas vezes em promessas vazias. A luta pelas mudanças deve ser feita pelo ativismo público, num jogo duro que implique em práticas reais de verdade para reduzir as desigualdades, em sociedades marcadas por extremas disparidades em relação às riquezas e ao poder. Tais práticas são inevitavelmente remédios amargos, porém com efeito rápido e eficaz.

CONCLUSÕES

No ano de 2014 o Brasil completou 50 anos do Golpe Militar. Muitas foram as iniciativas para mostrar aos que nasceram depois desta data, o que significou para o povo brasileiro viver por 15 anos sob uma ditadura com diferentes fases. O governo dirigiu a nação com atos institucionais, fechou o Congresso, torturou, prendeu, matou, exerceu o terror e a violência. Não houve nada a se comemorar no cinquentenário, mas é preciso lembrar e dizer o que foram os anos de chumbo para que ninguém se esqueça, e quem não viveu esse tempo conheça o mal que reinou neste país e as sequelas deixadas por esse momento. As causas do golpe foram muitas, mas uma das principais foi a questão do trabalhador rural que, bem antes de 1964, já era perseguido por sua luta nas Ligas Camponesas e no seu desejo de associação e de reforma agrária. O tratamento desigual atribuído aos camponeses e trabalhadores fazia com que o conflito fosse latente.

O meio rural foi uma das causas do golpe e foi no sucedâneo a grande vítima, estando até os dias hoje esperando seus direitos e indenizações. Nos anos seguintes a 1980 iniciou-se o que, à época, denominou-se abertura e, neste momento, o Brasil não era democrático, porém não tão ditatorial. Deu-se a este momento o nome de transição. Os dois lados – militares e civis – iniciaram o processo para se reinstalar a democracia no país.

A justiça de transição no Brasil foi um caminho longo, com efeitos até os dias de hoje. A transição entre a ditadura e a democracia foi operacionalizada pelos militares e pelos políticos civis, constituindo assim o que se denomina transição negociada. Demorou muito e ainda não está conclusa. Teve seus efeitos bem mais rápidos para os cidadãos urbanos, que sempre foram os mais prestigiados no contexto brasileiro até por uma questão de herança cultural, onde o meio agrário sempre representou o antigo, dominado e esquecido das vias democráticas. O primeiro grande passo foi a Lei de Anistia de 1979, porém quando se adotou o princípio da anistia geral,

ampla e irrestrita, ficou no ar a pendência da dúvida: os torturadores seriam perdoados? Foi um grande espinho que parou na garganta dos torturados e dos familiares dos mortos pelo regime militar. Foi tema polêmico nos tratados de direitos humanos internacionais, com graves censuras e uma condenação. Mas como a Lei de Anistia derivou de um trato aprovado, não houve como modificá-la. A OAB entrou com uma ação, porém o Supremo Tribunal Federal entendeu, em 2010, que a anistia era para todos – inclusive torturadores – embora fosse direito de se esclarecer toda a situação e repudiar a tortura sob qualquer forma.

No ano de 1995 foi criada a Lei nº 9.140, que instituiu a CEMDP, ligada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002, alterou a Lei nº 9.140/1995, ampliando o prazo para contemplar as vítimas desde 1961. Em 2012 foi criada a Comissão Nacional da Verdade para tratar dos crimes de graves lesões aos direitos humanos com seus trabalhos concluídos em dezembro de 2014. Esta comissão deveria analisar todas as lesões, inclusive as produzidas pelo regime militar, como a morte dos indígenas e dos camponeses que chegaram a 1.196, afora as torturas e perseguições e outros crimes. Não houve tempo nestes dois anos e muitas dificuldades ocorreram, já que os crimes do campo foram praticados em sua maioria por agentes privados amparados pelo Estado, o que torna difícil a prova.

Entretanto, o campo sofreu os horrores da ditadura com mortes em diferentes guerrilhas e nas disputas pela terra, oportunamente propiciadas pelo Estado. O latifúndio se enriqueceu com as péssimas condições e as ausências de direitos dos trabalhadores. O Estado se beneficiou pela situação e, portanto, é responsável pelo trabalho escravo, pelas mortes, pelas sequelas deixadas no campo até os dias de hoje. As indenizações e os direitos dos trabalhadores lesados ou de seus familiares não foram pagos em sua maioria: apenas 29 pessoas receberam seus direitos. Portanto, a justiça de transição para o campo não foi conclusa. Há muito ainda que ser feito: os indígenas tem que ser recompensados, a cidadania agrária tem que ser construída, a terra tem que ser redistribuída. Não existe democracia plena. Estes fatos decorrem da ditadura, que não foi só dos militares, mas dos empresários e seus simpatizantes. As últimas décadas foram para se repensar sobre os direitos humanos e estes foram violados e ainda o são, em decorrência das ditaduras, principalmente as latinas, que se converteram em versão latino-americana do fascismo. A queda dos ditadores foi muito bem recebida, porém exige comportamentos perenes sobre os direitos humanos. Foi isto que tratamos de buscar neste ensaio.

REFERÊNCIAS

AMSTALDEN, Luis Fernando. Caminhões de transporte de trabalhadores: a violência mascarada. IN: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA Campinas, v. 22, jan /abr. 1992.

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. Tradução de Mauro Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BORGES, Bruno Barbosa. **Justiça de Transição**. Curitiba: Juruá, 2012.

BRITO, Alexandra Barahona de. Verdade, justiça, memória e democratização no Cone Sul da América Latina. IN: BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLES ENRÍQUEZ, Carmen; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. **A política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2004. p 144- 193.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COMPARATO, Fabio Konder. Crimes sem castigo. IN: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 set. 2008, suplemento Opinião, seção Tendências/Debates.

LABORIE, Pierre. **Les Français des années troubles**. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Points Histoire, 2003. 288p.

PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 195-230.

MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. IN: SOARES, Inês Virginia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coords.). **Memória e verdade: justiça de transição no Estado Democrático Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 37-53.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **Questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2002, v. 4, p. 11-69.

PASSOS, Najla. Ditadura matou 1.196 camponeses, mas o Estado só reconhece 29. **Carta Maior**. 2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ditadura-matou-1-196-camponeses-mas-Estado-so-reconhece-29%0a/5/26031>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transiciones via transacción: la democratización em Brasil y en España. In: **Revista de Estudios Políticos**. Nueva Época, n. 49, p. 93. Enero/febrero, 1986. Tradução de Geraldo A. Meil Landwerlin.

STÉDILE, João Pedro (Org.) (Org.). **Questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2002, v. 4.

MOVIMENTO CAMPONÊS, DITATURA CIVIL-MILITAR, AÇÕES DO CAPITAL AGRÁRIO: A REFORMA AGRÁRIA É POSSÍVEL NO BRASIL OU COMO ENFRENTAR A VELHA VIOLÊNCIA EM ESPAÇOS RURAIS

José Paulo Pietrafesa¹

Resumo: Este artigo buscou identificar raízes históricas no Brasil agrário e as relações delas com constantes situações de violência que sofreram camponeses e as populações tradicionais nos espaços rurais do Brasil e, particularmente, identificou-se conflitos, ações violentas e lutas por reforma agrária, baixa do arrendo e posse da terra no estado de Goiás, no período pré e pós golpe civil-militar de 1964. Os confrontos violentos ocorreram por disputas pela posse e uso da terra. Dois projetos se enfrentaram, historicamente. Um modelo voltado à mercantilização da produção agropecuária e da terra e outro ao desenvolvimento do trabalho familiar no uso do solo. As fontes prioritárias de informações na construção deste artigo foram: a) relatório da Comissão Camponesa da Verdade e, b) banco de dados do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra. As análises foram elaboradas a partir de documentos históricos, Jornais e material acadêmico encontrado nos Bancos de teses e de pesquisas de Universidades.

Palavras-Chave: Disputar por hegemonias em espaços rurais; Conflitos e confrontos entre camponeses e latifúndio; Assassinatos de líderes de organizações camponesas.

¹ Sociólogo. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE-UFG). jpietrafesa@gmail.com

Abstract: The article tries to identify the historical roots of agrarian Brazil and its relationship among the peasant traditional population and the violence they suffer on Brazilian rural space. The paper particularly identify conflicts, violated actions and the struggle for agrarian reform in the period before and after the civil-military government. The conflicts occurs because of possessions and use of land. Two project was in dispute. One project defending the commercialization of agricultural production. The other, proposing the family work. The source of the informations used on this paper were: a) Peasant Thruth Commission reports: b) Pastoral of Land Commission database. The analysis was elaborated by historical events, newspapers, and academic papers.

Keywords: Dispute for hegemony in rural areas; Conflicts and confrontations between peasants and landowners; Assassinations of leaders of peasant organizations.

Introdução

As raízes históricas do desenvolvimento do Brasil estão cunhadas em um forte traço rural. A estrutura latifundiária e monocultora que remonta a relação senhor-escravo deu origem à travessia para relações capital-trabalho em espaços rurais. Consolidou, sob a égide da centralidade da propriedade fundiária, o cenário político brasileiro. Por sua vez estes traços de domínio da terra foram palco de enfrentamentos do capital em expansão frente aos camponeses posseiros nestes espaços. Neste sentido, as disputas pela terra são ações políticas que colocam em evidências as diferenças, distorções e concentração de riquezas, além de estabelecer conflitos ideológicos colocando, na ordem do dia, consolidação de hegemonias, ou suas possíveis quebras.

Entender como o campesinato posicionou-se ao modelo desenvolvido pelo capital agrário é o que trata esse texto. Pode-se afirmar que o camponês, organizado em movimentos sociais, tem se reafirmado como protagonista na disputa não apenas por terras, mas por um projeto político mais amplo que inspira os anseios da sociedade civil. Para tanto, escolheu-se essa categoria de modo a entender como se configuram os novos movimentos sociais do campo, entendendo-os na sua natureza e especificidade. Os dados e as reflexões deste texto têm datas e espaços históricos bem definidos, não se propondo a refletir as causas de conflitos agrários na contemporaneidade.

O presente trabalho está dividido em duas unidades de reflexões que se interligam para dar conta da percepção das políticas de reforma agrária

implantadas no Brasil pré e pós período da ditadura civil-militar que realizou a derrubada do governo democrático do presidente João Goulart em 1964. Inicialmente apresentou um panorama histórico de como as políticas de reforma agrária foram se construindo no Brasil a partir de 1960 até o início dos anos de 1990 (Estado brasileiro governado por uma aliança civil-militar). Buscou-se compreender como eram organizados o uso da terra, controle e poder do latifúndio e a criação de planos de distribuição agrária. Num segundo, momento refletiu-se sobre a política de reforma agrária no estado de Goiás. Percorreram-se duas situações específicas da luta por direitos agrários. Num primeiro momento se relatou as lutas por arrendo e por posse de terras na região de Trombas e Formoso, que ocorreu antes da consolidação da ditadura de 1964. O segundo período a partir das lutas sindicais da década de 1980, em que a violência era praticada por agentes civis que encontravam guarita nos agentes do Estado encastelados no controle político dos municípios e dos governos estadual.

Esses dados, em si, identificam que as políticas de reforma agrária ainda não resolveram os problemas com as demandas pelo uso e posse da propriedade no Brasil. Identificou, ainda, a participação de um conjunto de movimentos sociais organizados no espaço rural (Ligas Camponesas no período pré 1964 e, Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR no pós), multiplicando e diversificando as ações dos camponeses na busca de uma solução mais definitiva para o assentamento rural e consolidação de uma produção agropecuária de cunho familiar.

1. Enfrentamentos pelo uso da terra no Brasil: controle e poder do latifúndio e ação do Estado na política de Reforma Agrária

A luta por hegemonia no espaço rural, realizar reforma agrária ou não, se intensificou no Brasil desde a década de 1930 com o primeiro período ditatorial no Brasil, implementado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), período em que alguns estudiosos do tema avaliaram a questão fundiária e a reforma agrária de maneira distinta. Silva (2013) apresentando a visão de Caio Prado Jr, identificou, neste período, que para o Brasil superar o modelo de desenvolvimento atrasado e liderado politicamente pelo latifúndio, eram necessárias ações estatais que rompessem com o isolamento dos camponeses inserindo-os na economia nacional. O autor apontou, ainda, que Ignácio Rangel percebeu as contradições na lógica

modernizante e conservadora do espaço rural, baseada no latifúndio, pois este expulsava populações rurais para ser mão de obra barata nas indústrias. O campo gerava assim uma capacidade produtiva ociosa, havendo muita terra, sem uso agropecuário, com pouca força de trabalho, diminuindo a produção de riquezas locais, ao mesmo tempo em que o domínio dessas terras aumentou o poder social e político dos latifundiários.

Esse mesmo poder hegemônico, controlador do Estado brasileiro, no decorrer dos anos de 1960 e 1970, alterou as bases jurídicas legais de uso e posse da terra, criando a lei federal nº 4504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra). Além de estimular indicativos para realização de políticas de Projetos de Assentamentos (PA) rurais, que nomearam com reforma agrária, ficou estabelecido um conjunto de metas a serem atingidas para o desenvolvimento rural nacional. Dentre essas, deram prioridades às formas de organização das bases produtivas do latifúndio; financiamento de pesquisas e produção de insumos com alto valor agregado, além de financiamento para aquisição de instrumentos mecânicos intensificadores das atividades agropecuárias.

Em vez da execução da reforma agrária, o Estado, pressionado pelo capital agrário e alicerçado pelo regime civil-militar brasileiro (1964-1985) consolidou a modernização conservadora do latifúndio (aperfeiçoando a relação capital – trabalho no campo), facilitando obtenção de crédito rural, subsidiado e abundante, através de bancos oficiais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, além dos Bancos estaduais). Esse movimento do capital, somado às iniciativas do Estado criaram situações em que “quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar” (BRUNO, 1995).

Esse processo gerou grandes excedentes produtivos para os setores de grãos e carnes (bovinos principalmente), abrindo espaços para, além dos latifúndios tradicionais, empresas rurais se expandirem em grandes extensões de solos com lavouras de monoculturas, incorporando (compra) terras anteriormente pertencentes a camponeses ou assentados de reforma agrária, alterando o uso e a posse das áreas adquiridas. Nesse período, a economia brasileira cresceu e o país se urbanizou velozmente, expulsando da posse e do uso da terra milhões de camponeses, consolidando a concentração fundiária. O projeto de reforma agrária foi engavetado e a renda permaneceu intocada. O Brasil chegou às portas do século XXI sem ter resolvido os conflitos com suas raízes no século XIX (PIETRAFESA, SILVA FILHO, 2007).

Os quadros 1 e 2, abaixo, ilustram a quase nula movimentação da propriedade fundiária brasileira no decorrer do século XX (entre 1920

primeiro registro oficial da estrutura fundiária do Brasil e o ano de 2006, último censo agrário oficial). Percebe-se pelos números relativos e absolutos que não houve democratização da posse e do uso do solo. Em 2006, último censo agropecuário realizado pelo governo do Brasil, indicava a mesma situação de controle da terra que 1960.

Quadro 1: Total de Estabelecimentos agropecuários – Brasil – 1920 – 2006 (%)

Período	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
1920	-	-	8,97	27,65	63,38
1940	1,01	16,75	18,21	33,47	48,32
1950	1,3	15,31	16,62	32,52	50,86
1960	2,24	19,04	21,28	34,43	44,15
1970	3,09	20,42	23,51	36,97	39,52
1975	2,77	18,58	21,35	35,79	42,86
1980	2,47	17,68	20,14	34,75	45,1
1985	2,66	18,55	21,22	35,06	43,73
1996	2,23	17,73	19,96	34,94	45,1
2006	2,36	19,06	21,43	34,16	44,42

Fonte: INCRA (2015). Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=AGRO02&t=area-estabelecimentos-ha>>

Quadro 2: Total de Estabelecimentos agropecuários: Brasil – 1920 – 2006 (nº absolutos)

Período	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
1920	-	-	15.708.314	48.415.737	110.980.624
1940	1.993.439	33.112.160	36.005.599	66.184.999	95.529.649
1950	3.025.372	35.562.747	38.588.119	75.520.717	118.102.270
1960	5.592.381	47.566.290	53.158.671	86.029.455	110.314.016
1970	9.083.495	60.069.704	69.153.199	108.742.676	116.249.591
1975	8.982.646	60.171.637	69.154.283	115.923.043	138.818.756
1980	9.004.259	64.494.343	73.498.602	126.799.188	164.556.629
1985	9.986.637	69.565.161	79.551.798	131.432.667	163.940.463
1996	7.882.194	62.693.585	70.575.779	123.541.517	159.493.949
2006	7.798.607	62.893.091	70.691.698	112.696.478	146.553.218

Fonte: IBGE (2015). Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=AGRO02&t=area-estabelecimentos-ha>

Segundo Bruno (1995) o “[...] principal argumento era de que não havia um problema agrário no país, e sim um problema rural, e este não decorria [...] da estrutura de propriedade”. Portanto, “[...] o que se pretende (ia) com a reforma agrária [...] não era dar ênfase à reforma fundiária”. Na visão do autor, o Estado dispunha de outros mecanismos mais eficazes e rápidos, para pressionar os proprietários de terra a darem uso social ao solo, descaracterizando a necessidade de uma política de Reforma agrária. Esta lógica se estendeu no que se refere à criação de Projetos de Assentamentos rurais (PA). Em todo o período histórico do estado de exceção brasileiro (1964-1985) foram assentadas, ou tiveram suas terras regularizadas (que não é política de reforma agrária) 350.809 famílias em 1.625 PA, e área total de 27,2 milhões de hectares. (INCRA, 1997). Destaca-se que nos programas de reforma agrária do período, os números indicavam apenas 77 mil famílias assentadas (ver quadro 3 abaixo), o restante foram alocações em projetos de colonização e de regularização fundiária, com reconhecimento de posse aos seus ocupantes, ou seja a estrutura fundiária não sofria alterações, com isso os espaços políticos e de controle também não.

No campo econômico, o capital agrário passou a utilizar fertilizantes químicos e sementes selecionadas aumentando consideravelmente a produtividade. Esse conjunto de inovações (revolução verde), efetivamente modernizou a grande propriedade fundiária e as empresas agropecuárias, não diminuíram a expansão das fronteiras. A modernização dos latifúndios, através do crédito subsidiado, foi associada a incentivos (isenções fiscais às empresas) para investimentos privados e à criação de projetos de colonização para a ocupação de terras na Amazônia e no Centro Oeste (MARTINS, 1996). Irrompam-se as últimas fronteiras agrícolas, sem sobrepor as relações sociais, que continuaram a ter suas raízes agrárias, baseadas no mandonismo, na relação servil e na exploração da mão de obra.

Ainda segundo Martins (1996), nos anos 1970, as sociedades latino-americanas, inclusive a brasileira, foram moldadas por lógicas de expansão de fronteira ou de frentes pioneiras. Estas criaram relações sociais e políticas marcadas por deslocamentos demográficos incentivados para aproveitamento das terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. O custo baixo para produção agropecuária no uso das terras (Renda Diferencial I) e a constante mudança de seu uso (aplicação de insumos, tecnologias e investimentos em infraestrutura, baixando custos de transporte),

ou Renda Diferencial II,² deram ótimas condições ao capital para explorar essas frentes pioneiras ou fronteiras agropecuárias (DUTRA, PIETRAFESA, GALVÃO, 2011).

Em meados da década de 1980, com fortes mobilizações sociais, coordenadas por movimentos pela redemocratização do Brasil, findou-se o regime civil-militar, e, em 1985 o governo democrático brasileiro, pressionado por conflitos agrários que se estendiam desde a década de 1970 e coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) lançou o I Plano Nacional de Reforma Agrária através do Decreto Lei nº 91.766. A proposta inicial do Decreto previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias de sem terras, entre os anos de 1985 a 1989, em áreas a serem definidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao final do período, porém, foram assentadas apenas 83,6 mil famílias. (INCRA, 1997). O quadro 3, abaixo mostra que os Programas de assentamentos não atendem a movimentação dos conflitos no campo. Em 25 anos os militares não beneficiaram 80 mil famílias. Número inferior aos quatro anos de mandato do governo de José Sarney, que aliás, não cumpriu em 6% a meta estipulada e acordada com os movimentos sociais do campo no I PNRA.

Quadro 3: Áreas utilizadas e Famílias assentadas - período: 1964-1994

Quadro 3: Áreas utilizadas e Famílias assentadas - período: 1964-1994

Período/ ano	Quantidade de terra em ha	Nº de Famílias assentadas	Governo
1964-1985	13.851.395	77.465	Civil-miliar (25 anos)
1985-1989	4.505.788	83.687	José Sarney
1990-1992	2.581.766	42.516	Fernando Collor de Melo
1992-1994	743.957	14.365	Itamar Franco
TOTAL	21.682.906	218.033	Período: 1964-1994

Fonte: IBGE (2015). Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=AGRO02&t=area-estabelecimentos-ha>>

² Sobre as reflexões de Renda Diferencial I e II, ver MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista. Vol.6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978;* e RICARDO, David. *Ensaio acerca da influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Graal, 1978.*

Os três quadros acima também refletem como se fossem espelhos as ações de violência que sofreram camponeses pelo Brasil afora. Essa refletividade se realizou, não apenas geograficamente, mas também trouxe sua marca no tempo, seja no pré ou no pós 1964. Para se perceber o movimento “camuflado” nestes espelhos, a seguir tem-se duas situações desta natureza ocorridas no território goiano. A primeira relata a luta de resistência organizada por camponeses na zona rural de Trombas e Formoso. Ali ocorreu confronto armado envolvendo posseiros e arrendatários e as forças de segurança do governo do estado de Goiás. A segunda faz parte de relatos de casos “emblemáticos” que resultaram em assassinatos de líderes sindicais, na década de 1980, por deferirem direitos de assalariados das lavouras de cana-de-açúcar e trabalhadores diaristas em fazendas de gado de corte. Estes casos fizeram parte do Relatório elaborado pela Comissão Camponesa da Verdade e entregues à Comissão Nacional da Verdade em Brasil no final do ano de 2014.

2. Goiás no contexto das lutas por terra e nas ações de violência sofridas por camponeses

O geógrafo Esperidião Faissol (1952, apud, SILVA, PIETRAFESA, GALVÃO, 2011), componente da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia, realizou extensa pesquisa entre os anos de 1946 a 1948, na região do “Mato Grosso de Goiás”, que verificava, à época, grande crescimento populacional e uma significativa expansão agrícola na região. Essa afirmação feita em relação ao uso da terra na região das matas de São Patrício (Centro de Goiás) experimentava um processo de colonização agrícola promovida no início da década de 1940 pelo governo de Getúlio Vargas. De acordo com Faissol (1952) o “Mato Grosso de Goiás” compreendia uma extensa região de floresta, localizada no centro-sul do estado de Goiás. Este quadro fundiário deu condições para a expansão da política de ocupação de áreas no Brasil.

Se por um lado, as ações governamentais de ocupações abriu o Oeste e o Centro Oeste ao capital agrário, por outro, criou um conjunto de conflitos nestas áreas. Pois além de não atender as demandas por uso e posse da terra à população local, já posseada em comunidades tradicionais de camponeses, não deu conta, também, de assentar a “população em marcha”. Criou-se um contingente maior de posseiros. Essa situação deu origem ao movimento camponês de Trombas e Formoso ocorrido entre os anos de 1949 a 1964,

localizado na região Central do estado de Goiás. Envolveu camponeses sem terra e/ou com pouca terra, grileiros, fazendeiros e, também, a polícia militar local e estadual. Duas motivações para o surgimento dos conflitos: A criação da Colônia Agrícola de Ceres (CANG) não agregou todos camponeses interessados e a notícia de acesso à terra chamou para a região outra “marcha” não organizada pelo Estado, criando assim uma população marginal ao processo oficial e que ao encontrar vastas extensões de terras ociosas iniciaram um processo de posseamento na região.

Segundo registros históricos, os primeiros ocupantes chegaram à região por volta de 1949 e instalaram-se nas proximidades dos povoados de Trombas e de Formoso, vindos dos estados do Maranhão, Minas Gerais, Piauí, e, também, de municípios do estado de Goiás, principalmente da região nordeste e norte. Ali construíram barracos, derrubaram matas, fizeram roças e apossaram-se das terras. Com a vinda de mais camponeses ao local, grupos de fazendeiros decidiram cobrar arrendo do uso das terras locais, embora não fossem proprietários da área. Após um conjunto de negociações, os posseiros negaram-se a realizar o pagamento do arrendo. Instalou-se um conflito entre as partes, tanto que, em fins de 1951, os fazendeiros decidiram expulsar todos os camponeses de Trombas e Formoso: barracos foram queimados e roças pisoteadas pelo gado. A violência se agravou e, mesmo assim, o número de migrantes aumentou. Os conflitos ocorriam com certa conivência do poder público local e estadual, com frequentes investidas de policiais e jagunços contra os posseiros (MAIA, 2008; SOUZA, 2009).

O movimento de defesa do uso e da posse das terras ganhava estrutura de movimento social organizado, neste sentido lideranças foram surgindo, destacando-se José Firmino na região de Formoso, de José Porfírio em Trombas e que deram um caráter coletivo das reivindicações dos camponeses. Os grileiros esperavam que os novos imigrantes preparassem a terra para o plantio e colheita para depois surpreendê-los com a cobrança do arrendo. A duração dos conflitos foi de quatro anos, entre 1950-1954 (MAIA, 2008; SOUZA, 2009).

Os camponeses tentaram, por diversas vezes, resolver legalmente a questão da posse e do uso das terras na capital do Estado, cidade de Goiânia. Em 1953, em reunião realizada na área de posse elegeram uma comitiva de 120 posseiros para dialogar com o governador. Segundo relato dos posseiros, não obtiveram êxito. O grupo optou em se defender com a utilização de espingardas e armas disponíveis nas comunidades formadas, escondendo-se nas matas próximas às suas posses e se organizando em mutirões para

atividades produtivas e de defesa das terras, para plantações, impedir a queimada das roças e das casas.

Após a vitória do movimento, a comunidade desenvolveu-se e passou a ser administrada pela Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso, presidida pelo líder camponês José Porfírio de Souza. Entretanto, com o Golpe Civil-Militar de 1964, a associação foi dissolvida, os líderes de Trombas e Formoso foram perseguidos e os títulos de posse da terra já concedidos aos trabalhadores rurais, revogados (SOUZA, 2009).

As notícias dos conflitos agrários espalharam e o partido Comunista Brasileiro, em 1954, deslocou para a região alguns dirigentes residentes no município de Ceres (GO), para estabelecer contato com os camponeses de Trombas e Formoso, com o propósito de “ajudar na organização da resistência camponesa e ampliar a consciência política das mobilizações” (CUNHA, 2007). Além de ampliar a área de atuação e base política, o movimento de Trombas e Formoso se estruturou melhor e os posseiros se organizaram em grupos. Formaram-se os chamados Conselhos de Córrego, de acordo com o curso d’água onde cada grupo morava. Cada conselho discutia os seus problemas, o encaminhamento da luta e defendia a área contra a polícia e os pistoleiros (CUNHA, 2007).

Em abril de 1954, ocorreu um fato conhecido como Batalha da Tataíra, em que os camponeses enfrentando as tropas oficiais da polícia militar, conseguiram que recuassem da região. Este movimento armado, com a vitória parcial no conflito, acirrou as disputas pela posse das terras em Trombas e Formoso e, foi determinante para que os camponeses decidissem sobre a autonomia e o controle de seu território. Para isso, desenvolveram um serviço rápido de informação entre eles, com as notícias levadas de boca em boca por toda a região. A “República de Trombas e Formoso” começou a ser formada, sob a coordenação dos Conselhos de Córrego e direção geral da então criada Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso (CUNHA, 2007).

Em fins da década de 1950, o governo estadual ainda mantinha uma posição ambígua: ora prometia apoio e assistência aos posseiros, ora enviava policiais à região. A situação dos camponeses de Trombas e Formoso tornou-se assunto público, ganhando apoio da imprensa e dos parlamentares na Assembleia Legislativa, que cobrava uma intervenção do Executivo para pôr um fim à violência e resolver a situação dos posseiros. Por sua vez, os grileiros e grandes fazendeiros se defenderam, tratando a resistência dos posseiros como revolta comunista a se espalhar por Goiás, faziam pressão para que a polícia e o governo restituissem a ordem na região (CUNHA 2007).

A Câmara Municipal de Goiânia formou em 1957 uma Comissão de Solidariedade aos Posseiros de Trombas e Formoso, composta por políticos, lideranças sindicais, advogados, jornalistas, estudantes, pequenos comerciantes e simpatizantes, para facilitar a compra e o escoamento da safra dos lavradores. Nessa mesma ocasião, uma comissão de mulheres do Conselho Feminino da Associação dos Camponeses de Trombas e Formoso dirigiu-se à Goiânia para reivindicar, entre outros itens, escolas e posto de saúde para a comunidade.

No decorrer do ano de 1961, a região de Trombas e Formoso estava pacificada. Os camponeses consolidados e produzindo em suas posses, a Associação em funcionamento, criou vinte e um Conselhos de Córrego. Alguns camponeses propuseram a criação de uma cooperativa de produção e consumo na região, porém não se confirmou sua realização. Restava resolver a questão dos títulos de propriedade e da divisão legal dos terrenos das famílias que já estavam instaladas em Trombas e Formoso. O local já tomava ares de município.

Uma grande movimentação foi realizada, então, sob a liderança de José Porfírio, presidente da Associação, que se candidatou a deputado estadual pela coligação PTB-PSB (o PCB estava na ilegalidade), para que o governador de Goiás, Mauro Borges, promovesse a legalização dos terrenos. Com a eleição de José Porfírio, e também a eleição do camponês Bartolomeu Gomes da Silva (Bartur), a prefeito de Formoso, o governador Mauro Borges cedeu à pressão popular da região e concedeu, em 1962, vinte mil (20 mil) títulos de terras aos posseiros.

Essa experiência de êxitos, enfrentamentos entre forças estatais e movimentos camponês e forte repressão em Trombas e Formoso durou até março de 1964, quando se instalou no País a ditadura civil-militar. A Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso e os Conselhos de Córregos foram dissolvidos. Os principais líderes, forçados a migrarem desta região, e ainda, ocorreram dezenas de prisões e torturas de camponeses a partir deste período.

Não se busca personalizar o conflito, uma vez que envolveu milhares de camponeses, mas dar visibilidade a alguns fatos específicos, nesse sentido, a Comissão Nacional a Verdade (CNV)³ identificou e apresentou uma lista de nomes de agentes sociais e alguns fatos de repressão que estes agentes (líderes camponeses) sofreu. A ação do Estado não se

3 Sobre estes fatos históricos e também sobre fatos semelhantes ocorridos no Brasil entre os anos de 1946 a 1988 ver: Comissão Camponesa da Verdade: Relatório Final, violação de direitos no campo 1946-1988. Entregue no Senado da República em dezembro de 2015. Publicado em forma de livro.

limitou em reprimir representantes eleitos pela comunidade de Trombas e Formosa. Exemplo disso se deu, após a eleições de alguns dirigentes dos camponeses a cargos políticos. O deputado estadual José Porfírio e o prefeito de Formoso, Bartolomeu tiveram seus mandatos cassados. Porfírio se refugiou no Maranhão, integrando-se à Ação Popular e, posteriormente, ajudou a formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Desde o início da década de 1970 não se tem informações sobre a vida deste dirigente popular. A representante da Comissão Nacional da Verdade responsável pela identificação de ações de violência cometida pelo Estado ou com sua anuência, identificou (conforme relação abaixo) 19 casos de camponeses e camponesas desaparecidos, torturados e assassinados. Optou-se em relacioná-los, conforme o relatório da Comissão, para consolidar a memória e a história de cada um deles. Seres invisíveis à lógica do capital, transformados em “indigentes”, estranhos em seus lugares de vida.

1. Cassimiro Luiz de Freitas: Morto em 1970. Goiás.

Lavrador, natural de Catalão, estado de Goiás, nascido em 1912. Foi sindicalista e militante da Var-Palmares. Trabalhava para a formação de uma associação de camponeses em Goiás. Nos anos 1950, era simpatizante do PCB e manteve ligações com José Porfírio de Souza, líder da região de Trombas e Formoso, em Goiás.

a) Condições da morte: Cassimiro Luiz de Freitas foi preso em 26 de janeiro de 1970, em Pontalina (GO), junto com o filho Cornélio e mais dois trabalhadores rurais. Há registro de sua passagem pelo 10º. Batalhão de Caçadores do Exército, em Goiânia. Morreu a 19 de março de 1970 em sua casa, três dias depois de ter sido solto. Foi encontrado na praça de Pontalina, onde teria sido deixado por um Jipe do Exército, em péssimo estado de saúde, apresentando marcas de tortura, escoriações e hematomas pelo corpo. Ali foi socorrido e levado para casa por um casal de amigos.

b) Mandante: Forças Policiais/Exército.

c) Providências jurídicas: Processo deferido pela CEMDP.

Fonte: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: 2007.*

2. José Porfírio de Souza: Desaparecido no ano de 1973. Goiás.

Lavrador, líder da luta de Trombas e Formoso, nascido a 1912, no município de Pedro Afonso, Goiás, atual estado de Tocantins, 61 anos, casado. Foi eleito deputado estadual em 1962 pela coligação PTB-PSB. Presidente do Congresso dos Camponeses de Goiás, congresso realizado em Goiânia (GO) e, em 1963, do Congresso de Camponeses do Brasil, realizado em Belo Horizonte (MG).

Está desaparecido desde julho de 1973.

a) Condições do desaparecimento: José Porfírio de Souza foi preso em 1972 na repressão contra a Guerrilha do Araguaia. Era acusado de participar da Ação Popular e de ser um dos fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Solto no dia 7 de julho de 1973, do DOI-CODI, em Brasília, comprou uma passagem Brasília-Goiânia e nunca mais foi visto.

b) Autoria: Desconhecida.

c) Providências jurídicas: desaparecido político que integra os 136 nomes da lista anexa à Lei nº 9.140/95.

Fonte: MST. *Assassinatos no Campo. Crime e Impunidade 1964- 1986. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1987.*

3- Durvalino Porfírio de Souza. Desaparecido no ano de 1973. Goiás.

Natural de Pedro Afonso, Estado de Tocantins, Durvalino nasceu em 1947. Era filho de José Porfírio de Souza, líder camponês de Trombas e Formoso, em Goiás, nos anos 1950.

a) Condições de desaparecimento: Durvalino Porfírio de Souza, aos 17 anos, foi preso em Goiás em 1964, e torturado para revelar o paradeiro do pai, que se refugiara no Maranhão, após o Golpe Civil-Militar. Com a tortura, o rapaz enlouquece e, depois dos últimos dias internado em um hospital psiquiátrico, desapareceu.

b) Autoria: Desconhecida.

c) Providências jurídicas: Durvalino Porfírio de Souza integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Fonte: BRASIL. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: 2007.*

4- João José Rodrigues (Juca Caburé). Ano de 1977. Goiás.

Natural de Abaeté (MG). Nasceu em 1927. Camponês, conhecido como Juca Caburé, participou da mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás, na década de 1950. Perseguido pela polícia após o Golpe Civil-Militar, foi preso e torturado em 1964. Conseguiu fugir da prisão, mas anos depois foi preso novamente, em Dourados (MT), sob a acusação de homicídio.

a) Condições da morte: Em 10 de setembro de 1977, foi encontrado em Dourados ferido a golpes de faca, que provocaram hemorragia, seguida de morte. A investigação instaurada concluiu o caso como suicídio.

b) Autoria: Desconhecida.

c) Providências jurídicas: Pedido indeferido pela CEMDP, em 22 de abril de 2004.

Fonte: BRASIL. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: 2007.*

5- Bartolomeu Gomes da Silva (Bartur)

Foi eleito prefeito de Formoso, em 1960, à mesma época da candidatura a deputado estadual de José Porfírio de Souza.

6- Carmina Castro Marino

Foi vítima de torturas por policiais do DOPS de Goiânia. Em abril de 1965, Carmina Castro Marinho, foi abordada por policiais do DOPS de Goiânia, que a forçaram, por meio de torturas e da mira das armas, a dizer-lhes onde se encontrava o seu marido, Nelson Pereira Marinho.

Logo que ele chegou da roça, recebeu ordem de prisão. Lá, ele foi algemado e levado para a cadeia de Formoso, onde permaneceu três dias. Juntaram-se a ele, também como prisioneiros, o José Ribeiro da Silva, César Machado, Onézimo Montesuma, Geraldo Tibúrcio e um jornalista. Foram todos transferidos para Goiânia e posteriormente para Brasília, ficando nas celas do PIC (Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército”.

Fonte: BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário. Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.*

7- Dirce Machado da Silva

Ajudou a organizar os camponeses, principalmente as mulheres, criou escolas e prestava atendimento à população, em relação à saúde. Vive atualmente em Goiânia (GO).

Ela e seus familiares foram torturados e perseguidos. Após 1964, ela e o marido José Ribeiro, já primeiro secretário do PCB, fugiram para as matas da região de Trombas e Formoso, onde viveram na clandestinidade. Em 1965, resolveram voltar ao acampamento de Formoso, onde numa noite foram surpreendidos por um pelotão comandado pelo Dops. “Espancaram um tio meu, que era deficiente e nem conseguia falar direito. Espancaram o José Severino, quase o arrebentaram de tanto bater”. Os prisioneiros tiveram que seguir algemados e a pé, noite adentro, por 12 km até onde encontraram três viaturas policiais. O casal e o irmão de Dirce, César Machado da Silveira, passaram a ouvir toda espécie de ameaças. Os policiais dirigiram mais um pouco e, depois de beber algumas garrafas de cachaça, pararam em meio ao cerrado fechado.

Aí foi o terror. Começaram a espancar meu marido e o meu irmão. E eu virava o rosto para não ver. Os soldados me deram um safanão e puxaram meus cabelos, para que eu assistisse à horrível cena. [...] Diziam que eu era uma ‘puta safada’, que eu preferia ver meu marido e meu irmão morrerem picadinhos e não contar onde estavam meus cúmplices. Meu irmão roxo de pancada, riscado de faca e queimado de cigarros; meu marido com o nariz quebrado, o rosto deformado de pancadas, ambos ensanguentados.

Fonte: BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário. Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.*

8 - Geraldo Tibúrcio

Natural de Catalão (GO), primeiro comunista a fazer contato com a área de conflito de Trombas e Formoso. Representava a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Faleceu por doença.

9 - Geraldo Marques da Silva

Apelidado de Geraldão, foi membro da Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso. Militante do PCB.

10 - João Soares

Natural de Minas Gerais, era lavrador e militante do PCB. Foi um dos líderes do movimento de Formoso. Está desaparecido.

A CPT e o MST identificaram o assassinato do camponês João Soares de Lima em Araguaína (TO). Porém não se pode afirmar se tratar da mesma pessoa:

Assassinado em Araguaína em 26 de fevereiro de 1983 por resistir aos grileiros que tentavam expulsá-los de suas terras.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.*

11 - José Ribeiro

Natural de Araguari (MG), campones e militante do PCB. Em 1960, foi eleito para o Comitê Central do partido. José Ribeiro, juntamente com a mulher Dirce Machado da Silva, sofreram torturas e foram presos, em 1967, e levados para Formoso, Goiânia e Brasília. Falecido.

12 - José Sobrinho

Era militante do PCB em Uruaçu (GO), dava apoio aos militantes do partido que chegavam à região de Trombas e Formoso. Faleceu em 31 de janeiro de 1994. As memórias de José Fernandes Sobrinho estão registradas no livro “Vivências no Agreste”.

13 - Mário Mendonça Neto

Era filho de João Neto de Campos, foi deputado estadual na década de 1950 e apoiou a causa dos posseiros contra os latifundiários e grileiros de terras em Trombas e Formoso. A fim de dar publicidade ao movimento

camponês e sensibilizar as autoridades e a sociedade para a questão, Mário foi ter com os pequenos agricultores de Trombas e Formoso, junto com um repórter da *Revista Manchete* que, à época, era um meio de comunicação de destaque no País.

Por ser contrário ao Golpe Civil-Militar de 1964, respondeu a um Inquérito Político Militar, cuja conclusão resultou na cassação de seu mandato. Faleceu no dia 23 de setembro de 2009, em Catalão.

Fonte: *Nosso Catalão*, 24 de set. 2009. Disponível em: <http://nossocatalao.blogspot.com.br/2009/09/faleceu-mario-de-mendonca-netto.html>

14 - Nego Carreiro

Era camponês de Trombas e Formoso. Matou um sargento em uma das investidas contra os posseiros, o que veio acirrar a violência na região. “A guerra estava declarada: soldados da Polícia Militar foram usados em uma sistemática operação de captura dos líderes posseiros; atrocidades inimagináveis passaram a ser cometidas pelos jagunços em conluio: aos amigos capturados de Porfírio, chegou-se a obrigar que comessem fezes e sapo vivo. Diante do fracasso das operações militares, os soldados usaram as mulheres e filhos dos posseiros como escudo humano, avançando em um caminhão sobre o qual os familiares gritavam em desespero. [...]”

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.*

15- Nelson Pereira Marinho

Era camponês e membro da diretoria da associação de Trombas e Formoso quando o Exército dizimou toda a organização dos lavradores da região após o Golpe Civil-Militar. Morreu em 1991.

16 - Pedro Paraná

Era o braço direito do líder camponês de Trombas e Formoso, José Porfírio. Foi assassinado em 1989.

17 - Sebastião Gabriel Baião

Fazia parte da liderança do PCB. Membro da Federação dos Lavradores

e Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Foi preso e torturado em 1964. Foi solto nos anos 1970.

18 - Selvino de Souza Gil

Era filho de Gabriel Porfírio e Elvira de Souza Gil e nasceu em 1938 no município de Pedro Afonso, Goiás, atual estado de Tocantins. Em 1950, mudou-se para Trombas com seus pais e mais nove irmãos, e residia na Fazenda Boa Esperança. Participou do conflito de Trombas e Formoso e do piquete no Córrego do Sapato que fez emboscada à polícia, com a morte do soldado Damásio. Selvino participou, também, do piquete no Córrego da Onça. Foi preso em maio de 1972 e, em pouco menos de um mês, foi solto. Selvino de Souza Gil vive em Minaçu (GO).

Fonte: *Memorial de Trombas e Formoso*. Disponível em: www.trombaseformoso.org/node/28

19 - Walter Valadares de Castro

Walter Valadares nasceu em 1935, na cidade de João Pinheiro, Minas Gerais. Quando estudava no Colégio Lyceu, em Goiânia, integrava a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Em 1954, aos 20 anos, já militante do PCB, Walter abandonou o emprego de funcionário público em Goiânia para se unir ao movimento camponês de Trombas e Formoso para auxiliar na organização dos lavradores e fundar o PCB na região. Para tanto, levou consigo armas, munição, papel e um mimeógrafo para imprimir folhetos de propaganda da luta camponesa.

Walter Valadares de Castro destacou-se na luta camponesa de Trombas e Formoso e, após a derrota dos posseiros, continuou em sua atividade de dirigente comunista, até ser preso pelo gerenciamento militar. Faleceu a 11 de agosto de 2011, em Goiânia.

Fonte: *Jornal A Nova Democracia*, 12 ago. 2011. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/blog/?p=1631>

Abaixo seguem dois casos de violência praticados contra lideranças sindicais, que na década de 1980 participaram da reconstrução dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) no estado de Goiás. Tomaram posições político-ideológicas contrárias à ditadura civil-militar e também “afrontaram” a racionalidade do capital agrário no tocante à manutenção

do domínio das terras e da extração de sua renda fundiária. Esta opção foi determinante para questionar a hegemonia do poder local, exercida a partir do controle e do domínio das terras. Como já informado, são os dois casos selecionados pelos movimentos sociais camponeses do estado de Goiás que participam do Fórum pela Reforma Agrária do estado de Goiás (Movimento Terra Livre, MST, FETAEG, FETRAF-GO e CPT-GO). O conjunto das informações foi disponibilizado pela Comissão Pastoral da Terra, regional Goiás, que, em seus arquivos, possuem documentos comprobatórios dos relatos abaixo.

CASO EMBLEMÁTICO: NATIVO DA NATIVIDADE OLIVEIRA

1. Identificação do ato de violência (violação de direitos):

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Carmo do Rio Verde (GO) NATIVO DA NATIVIDADE DE OLIVEIRA foi assassinado com 5 tiros por pistoleiros na frente do STR no dia 23 de outubro de 1985 (às 19h). Dirigentes do STR à época, argumentaram que o prefeito de Carmo do Rio Verde (GO), o advogado e presidente do SR (Sindicato Rural) e procurador da Usina Agro-Álcool e o presidente da Destilaria, estavam na lista de suspeitos pelo assassinato, uma vez que fizeram anteriormente várias ameaças de morte ao sindicalista.

Por ser uma morte anunciada e atingir o presidente do STR local, logo após a execução do dirigente sindical, familiares e sindicalistas informaram diretores da Central Única dos Trabalhadores, jornalistas e religiosos. Na manhã seguinte ao fato, os principais jornais da capital do estado de Goiás (Goiânia) informaram o ocorrido.

Segundo informações dos trabalhadores ligados ao STR, a polícia não tomou providências imediatas logo após o assassinato, deixando grande margem de tempo para possível fuga dos assassinos. Declararam não confiar no delegado local, uma vez que não enviou policiais em direção ao município de Ceres, (testemunhas viram o carro dos pistoleiros seguir naquela direção), enviou-os para outra estrada em direção oposta ao identificado pelas testemunhas.

O delegado de policial local intimou o tesoureiro do STR, Adão Onofre Rosa, para responder a processo de calúnia, levantado por um

dos acusados de mandante do crime. Logo após o assassinato de Nativo, o pai do prefeito e fazendeiro, ameaçou de morte Adão Onofre Rosa que assumiu a presidência do STR local. O prefeito tentou atropelar a religiosa “irmã” Paula que coordenava trabalhos pastorais na cidade e auxiliava atividades do STR.

Segundo a imprensa de Goiás, uma testemunha que não quis se identificar, informou que presenciou reunião na casa do advogado da Usina, estando no local o prefeito e dois desconhecidos, planejando a morte de Nativo. O pistoleiro foi preso e confessou ter matado Nativo por CR\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros reais), e teve auxílio para realizar o crime de outro pistoleiro. Confirmou em depoimento que o prefeito e o advogado eram os mandantes do crime e denunciou o fazendeiro Genésio Pereira da Silva, de Uruana (GO), como o intermediário.

Em 6 de novembro de 1985 um deputado do PMDB desmentiu denúncia do Comitê Nativo, segundo o qual teria procurado o secretário da Segurança Pública de Goiás, juntamente com o prefeito de Carmo do Rio Verde, para amenizar a situação do caso. Seis meses após o fato, no dia 6 de fevereiro de 1986 o fazendeiro confessa ao Delegado que foi procurado pelos dois indiciados (os presos pelo assassinato de Nativo) para agenciar o crime.

Três anos após o assassinato de Nativo, em outubro de 1988, dois acusados de participar no crime foram eleitos prefeitos de municípios próximos ao local do crime assassinato. Um eleito prefeito de Uruana e outro, em Carmo do Rio Verde, ambos da UDR e PMDB, responsáveis pela morte de Nativo (RELATÓRIO da CPT-GO).

Passados 11 anos do caso, no dia 19 de agosto de 1996, iniciou-se, no Tribunal de Justiça de Goiânia (GO), o julgamento do ex-prefeito. Mais de 100 pessoas acompanharam o caso. Foram ouvidas cinco das oito testemunhas. Uma delas, desmente seus depoimentos anteriores e nega que tenha presenciado o planejamento do assassinato de Nativo. A defesa do acusado sustentou a tese de negativa de autoria por falta de provas. Na acusação, o procurador de Justiça e o advogado da família de Nativo reafirmaram os termos da denúncia. O promotor informou que requisitou da Delegacia Estadual de Investigações Criminais instauração de Inquérito policial contra a testemunha, por falso testemunho, e contra os demais acusados. (O Popular, Goiânia, 20/08/96 e Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 20/08/96). Por 11 votos contra oito, o Pleno de Justiça

absolve o acusado por falta de provas “palpáveis”, embora a maioria dos desembargadores tenha concluído que a testemunha mentira ao negar seus depoimentos anteriores.

A juíza do caso indefere pedido feito pelos outros acusados que pretendiam adiamento do júri marcado para o dia 13 de setembro de 1996. Ela conclui que não eram suficientes as razões alegadas pelos réus. Eles justificaram seu pedido dizendo que ainda estavam pendentes de apreciação um recurso em sentido estrito interposto em Carmo do Rio Verde, contra a sentença que os pronunciou. A juíza afirmou que o recurso não tinha efeito suspensivo. (O Popular, Goiânia, 04/09/96). Os acusados foram condenados a 13 anos de prisão, cada um, pelo Tribunal do Júri de Goiânia, por unanimidade (7 a 0). Ambos aguardaram em liberdade o trânsito em julgado da sentença. A defesa recorreu da decisão. (Ata de Julgamento, Goiânia, 18-20/09/96; O Popular, Goiânia, 21/09/96; OESP, 22/09/96; O São Paulo, 25/09/96). O promotor do caso informou que a condenação dos mandantes do assassinato de Nativo da Natividade “[...] vai servir como incentivo para prevenir em todo o País, a prática de crimes desta natureza, reflexo da violência no campo e do acirramento de conflitos agrários” (O POPULAR, GOIÂNIA, 22/09/96).

Em agosto de 2011, passados 15 anos do julgamento e condenação dos criminosos, a juíza da 1ª Vara Criminal de Goiânia, declarou a prescrição da ação criminal proposta pelo Ministério Público (MP) estadual contra Geraldo dos Reis Oliveira. A magistrada explicou que o crime prescreveu, pois de 3 de março de 1989, quando ocorreu a decisão que mandou o acusado a julgamento pelo crime por um júri popular, já se passaram mais de 20 anos, prazo estipulado para a prescrição da punibilidade para os casos de homicídio. Além disso, o réu contava com mais de 70 anos, o que também permite a redução pela metade do prazo para prescrição do crime. (O POPULAR, 16/08/2011. GOIÂNIA).

Após alguns anos buscando justiça e indenização, a família de Nativo da Natividade de Oliveira conquistou um benefício federal muito importante. Foi concedido ao ex-dirigente sindical o direito de anistia através da Portaria Ministerial de nº 678 (16 de abril de 2014). Neste sentido o Estado aceitou sua responsabilidade no assassinato do dirigente sindical.

“O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº

10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão Plenária, realizada no dia 11 de setembro de 2013, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.22211, resolve: Declarar anistiado político “post mortem” NATIVO DA NATIVIDADE DE OLIVEIRA, [...], e conceder a MARIA DE FÁTIMA MARINELI, [...] reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 1.356,00 (um mil, trezentos e cinquenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 11.09.2013 a 17.03.1998, perfazendo um total retroativo de R\$ 273.008,00 (duzentos e setenta e três mil e oito reais), ante a ausência de dependentes, a reparação retroativa transfere-se aos sucessores, se existirem, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002”. (Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/comissao-concede-anistia-post-mortem-a-lider-rural>).

CASO EMBLEMÁTICO: SEBASTIÃO ROSA DA PAZ

2. Identificação do ato de violência (violação de direitos):

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) SEBASTIÃO ROSA DA PAZ foi assassinado com 3 tiros por pistoleiros dentro de sua residência e na presença de sua esposa e filha de 13 anos, no dia 28 de agosto de 1984, às 20hs. O assassinato ocorreu na cidade de Uruaçu (GO), que momento do crime encontrava-se sem energia elétrica, facilitando a fuga dos pistoleiros.

Os mandantes (acusados) do crime foram identificados como sendo três fazendeiros do município (pai e filho e um terceiro), que segundo os pistoleiros executores Advir José Faria (Fião), e um colaborador não identificado foram quem os contrataram. Movimento que consolida a velha visão de que proprietários de terras são também “donos da vida de outros”. Controle, mando e coerção, tudo junto e misturado nas significações populares de poder. Uma situação em que o patriarcalismo e o coronelismo convivem com o avanço do capital agrário. O moderno e o arcaico nas histórias de violência rural.

Segundo os bancos de dados da CPT-GO, Sebastião Rosa da Paz passou a receber ameaças de morte por parte dos fazendeiros e das autoridades policiais do município de Uruaçu (GO). Estava em andamento, na justiça

local, um processo de conflito trabalhista envolvendo os proprietários da fazenda Lavrinha de Baixo, no município de Uruaçu (GO), e uma família de camponeses. O Sindicalista assumiu a defesa desta família, recebendo ameaças de morte em consequência de sua posição. Era cerca de 20 horas do dia 28 de agosto de 1984, quando a cidade de Uruaçu (GO) ficou completamente sem energia elétrica. Segundo a imprensa de Goiás, dois indivíduos se aproximaram da casa de Sebastião Rosa e na varanda, desferiram três tiros contra ele. Um alvejou o braço, o segundo a cabeça, e o terceiro se perdeu. Sebastião Rosa da Paz caiu fulminado por balas explosivas ao lado de sua mulher e o corpo dele foi amparado pela filha de 13 anos. Os assassinos fugiram ameaçando os vizinhos mais próximos que se aproximaram da residência para ver o que estava acontecendo. Foi aberto um inquérito acompanhado pelo Delegado Regional e pelo delegado local. Depois de muito tempo o processo foi arquivado por falta de testemunhas.

Por ser uma morte anunciada, logo após a execução, familiares e sindicalistas informaram diretores da Central Única dos Trabalhadores, jornalistas e religiosos do fato ocorrido. Na manhã seguinte os principais jornais da capital do estado de Goiás (Goiânia) informaram o assassinato do dirigente sindical (Jornal O Popular e Jornal Diário de Manhã).

Em 1995, passados onze anos do assassinato de Sebastião Rosa da Paz, o movimento de reivindicação do campo identificado como “Grito da Terra de Goiás” (1995), solicitou intervenção da Corregedoria de Justiça do Estado de Goiás, junto à comarca de Uruaçu, no sentido de retomarem o processo sobre o assassinato do dirigente sindical, para que fossem levados a julgamento os executores e mandantes do crime. Verificou-se, posteriormente, que a reivindicação não foi atendida e, os acusados não foram a julgamento.

Em dezembro de 2007, a Comissão de Anistia relatou o caso de Sebastião Rosa da Paz e encaminhou-se um pedido de pensão judicial à família do sindicalista. Porém este pedido foi indeferido pela Justiça Federal, uma vez que o caso foi enquadrado com “assassinato por motivações agrárias” e não por motivações políticas. E, mais uma vez, a família da vítima não obteve resultado favoráveis na busca de obtenção de justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se percebeu que as reflexões de autores sobre as raízes históricas do Brasil agrário e as relações delas decorrentes reconfiguram um conjunto de conflitos e violência nos espaços rurais. Também é denunciante a situação

por que sofreram camponeses e as populações tradicionais nos espaços rurais. Os casos emblemáticos relatados neste artigo demonstraram que a ação do Estado e suas forças civil-militares realizaram um conjunto de ações (desde a “Marcha para o Oeste”, as políticas de assentamento, até a deliberada ação policial de não investigação dos crimes cometidos contra estes agentes sociais) visavam consolidar a política de desenvolvimento do capital agrário nacional e internacional no meio rural. As contradições desse processo foram identificadas nos conflitos de Tromba e Formoso, em suas lutas por reforma agrária, baixa do arrendo e posse da terra no estado de Goiás, no período pré golpe civil-militar de 1964.

Dois projetos se enfrentaram, historicamente. Um modelo voltado à mercantilização da produção agropecuária e da terra, marcadamente nas décadas de 1980 e 1990 (buscando consolidar uma racionalidade conservadora de desenvolvimento), resultando em novas ondas de violências (caso Nativo e Sebastião, identificados acima) e, outro ao desenvolvimento do trabalho familiar no uso do solo enquanto reprodução social da agricultura familiar. Estes projetos, o conservador e o alternativo, ainda não se consolidaram. Neste sentido, caberá a devida atenção dos agentes sociais que vivem do espaço rural, lerem, analisarem e desenvolverem ações para consolidar seus projetos. O resgate da memória, feito pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Camponesa da Verdade foi uma tarefa de se analisar os fatos históricos, lançando luz aos “seres invisíveis” do campo, aos “seres sem direitos”. Neste sentido, os relatórios apresentados ao Senado Federal e as novas contradições agrárias indicam que o jogo está sendo jogado. A sociedade brasileira se movimenta, pois na vida social não há espaços para a estagnação.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. I. **Quem deu à luz:** A formação de trabalhadores rurais pela CPT. 2010. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

BRUNO, R. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.5, p. 5-31, nov. 1995. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/80/76>>. Acesso em 12 ago 2014.

CUNHA, P. R. **Aconteceu Longe Demais:** a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Reforma Agrária:** Compromisso de todos. Presidência da República. Brasília – 1997. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_-_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf>. Acesso em 25 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Série Histórica e Estatística.** Áreas de Estabelecimentos 1920-2006. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=AGRO02&t=area-estabelecimentos-ha>>. Acesso em 31 jul. 2015.

MAIA, C. L. **Os donos da terra:** a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em trombas e formoso 1950/1960. 2008. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

PIETRAFESA, J. P. & SILVA FILHO, A. P. The rurality and development model in Center-West region of Brazil: One brief diagnosis. Congreso Internacional sobre Desarrollo, Medio Ambiente y Recursos Naturales: sostenibilidad a Múltiples Niveles y Escalas. Volumen III / Volume III. 11-13 julio / July 2007. Cochabamba, Bolivia. Editado por / Edited by: Jan Feyen, Luis F. Aguirre, Mónica Moraes R. Publicación de la / Publication of the Universidad Mayor de San Simón. In: **Anais...**, 2007.

SILVA, O. A. da. Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no estado da Bahia – Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO - Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 1-17, fev., 2013.

SILVA, S. D.; PIETRAFES, J. P. e TAVARES, G. G. As fronteiras do progresso e a devastação da natureza: frentes, marchas e expansão desenvolvimentista na exploração agrícola do cerrado em Goiás. II Workshop internacional de história do ambiente: desastres ambientais e sustentabilidade, 2011, Florianópolis. In: **Anais...**, Florianópolis, 2011.

RECONSTRUINDO MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: CAMPONESES E O REGIME MILITAR¹

*Marta Cioccarì*²

Resumo: Por meio de trajetórias de camponeses perseguidos, presos, torturados e assassinados, pode-se conhecer um tanto da singularidade da repressão ocorrida no campo no período compreendido entre 1962 e 1985, quando as violações contaram com a cobertura e o estímulo oficial, a partir de compromissos de classe que aliavam grandes proprietários de terra e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses do regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo. O presente artigo descreve o percurso de uma pesquisa, conduzida desde 2010, sobre as violências sofridas pelos trabalhadores no campo durante o regime militar no Brasil. Posteriormente, com as investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade, pelas comissões locais e setoriais, e, especialmente, pela Comissão Camponesa da Verdade, desvendou-se novas facetas das violências praticadas contra os camponeses no período que antecedeu ao golpe e nos anos de ditadura militar, mas tais violações de direitos humanos sofridas por camponeses ainda são pouco reconhecidas pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Camponeses; repressão; regime militar; memórias, trajetórias.

1 Este texto foi originalmente apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2015, na Mesa redonda “Conflitos e repressão aos trabalhadores rurais e urbanos no regime militar no Brasil”, organizada pela Rede de Estudos Rurais. Uma versão um pouco distinta foi exposta no Colóquio Internacional “Trabalhadores, Golpes e Ditaduras”, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), de 14 a 16 de maio de 2014, tendo resultado em artigo publicado em coletânea. Ver Cioccarì, 2014, p. 153-174.

2 Mestre e doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS e PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, respectivamente. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisadora associada à Comissão Camponesa da Verdade. E-mail: marta.cioccarì@gmail.com.

Abstract: Through the persecuted peasants trajectories, imprisoned, tortured and murdered, one can know a little of the repression singularity occurred in the field in the period between 1962 and 1985, when the violations relied on the cover and the official encouragement from class commitments allied large landowners and rural entrepreneurs the military government. The law of violence that characterized private practices came to meet the regime's interests in order to stop the growing organization of rural workers. This article describes the journey of a survey, conducted since 2010 on violence suffered by workers in the field during the military regime in Brazil. Later, with the investigations carried out by the National Commission of Truth, local or sectoral committees, and especially the Peasant Truth Commission, cracked up new facets of the violence committed against rural workers in the run up to the coup and in the years military dictatorship, but such human rights violations suffered by rural workers are still not recognized by society and the Brazilian government.

Keywords: Peasants; repression; military regime; memory, trajectories.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa aspectos da repressão pública e privada que atingiu os trabalhadores do campo no país antes e após o golpe militar de 1964. Trata-se de um cotidiano de violências, ameaças e intimidações por parte de agentes do Estado e de representantes do latifúndio, mas também de mobilizações, resistência e lutas das organizações camponesas. Considero que este panorama sobre a violência no campo, apesar dos inúmeros estudos existentes, ainda é pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira. Trata-se então de reconstituir, por meio das memórias e das trajetórias de trabalhadores, certos eventos ocorridos durante o período do regime militar, evidenciando as perseguições a que foram submetidos os camponeses neste período sombrio da história brasileira.

Os elementos aqui fornecidos resultam, em boa parte, de uma pesquisa coletiva sobre as formas de violência praticadas no campo durante o regime militar, que envolveu pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro, em parceria com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta pesquisa resultou na publicação, em 2010, do livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, com nova edição revista e ampliada em 2011, e na coleção de biografias, intitulada “Camponeses e o Regime Militar”, com publicações em 2012 e 2013³.

Ao trilhar esta reconstituição, deve-se lembrar que as décadas de 1940 e 1950 já haviam sido marcadas no país por importantes conflitos agrários, como bem ilustram os casos de Porecatu, no Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás. Mas com o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas e com a organização dos sindicatos dos trabalhadores do campo essas lutas passaram a preocupar mais intensamente o poder público. Foi o período do surgimento dos sindicatos de camponeses, organizados sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou da Igreja Católica. Então, apesar de inúmeras mobilizações e de alguns movimentos significativos nos anos de 1940, foi, de fato, a partir dos anos 1950 e 1960, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos, que os trabalhadores do campo começaram a se constituir como interlocutores do Estado e se tornaram objeto de políticas públicas. Expressivas mobilizações foram necessárias para que houvesse a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, para que as entidades de representação dos camponeses pudessem existir legalmente e fosse editado o Estatuto da Terra. Um processo histórico tortuoso desenvolveu-se até a transformação dos trabalhadores do campo numa categoria social reconhecida.

Se até meados dos anos 1960 havia em curso uma aliança unindo as oligarquias rurais e as forças do Estado, no regime militar tal relação exacerbou-se. Logo nos primeiros dias de abril de 1964, com a garantia da impunidade, grandes proprietários de terras, donos de engenhos, usineiros e grileiros aproveitaram para pôr fim às suas contendas, animados pelas ações praticadas por militares contra trabalhadores e líderes camponeses. Em entrevista ao *Pasquim*, em 1979, Francisco Julião salientava que as Ligas Camponesas foram a primeira organização atingida:

³ Em relação a meus engajamentos, destaco que, desde maio de 2013, integro a Rede de Pesquisadores da Comissão Camponesa da Verdade, criada por movimentos sociais e por pesquisadores de várias universidades no país. No segundo semestre de 2014, atuei ainda como pesquisadora sênior na Comissão Nacional da Verdade (CNV), no Rio de Janeiro.

Imediatamente após o golpe, foi posta na ilegalidade e começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram... (...) Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região.

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o Diário de Pernambuco noticiava a morte do presidente da Liga de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, ao que tudo indica assassinado por milícias privadas (KOURY, 2010, p. 206).

Como afirmou o sociólogo Otávio Ianni: “a ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem” (BERNARDES, 2005, p. 40-41). Tal “perigo” se desenharia no momento em que a esquerda obtinha avanços importantes na organização dos camponeses. Em boa parte do Nordeste, nesta época, os trabalhadores eram obrigados ao pagamento do “cambão” (dois ou três dias de trabalho semanal de graça ao engenho ou fazenda) e do “foro” (renda paga anualmente). Seus direitos eram ignorados ou golpeados pelas violências de latifundiários e de suas milícias, quase sempre com a conivência policial. A violência atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade, mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os camponeses. As principais vítimas foram, de fato, os trabalhadores, os membros das Ligas Camponesas e dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais. A repressão também atingiria integrantes de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses dos trabalhadores.

No Nordeste, os efeitos do golpe militar foram imediatos e brutais, com a prisão e o assassinato de dezenas de líderes. O Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos rurais do Nordeste. Estudos realizados por Koury (2010) mostraram que dos 40 sindicatos rurais existentes na época, na Zona da Mata de Pernambuco, 38 sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, 26 tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT até 1967. Como registrou Koury, “a maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos” (2010, p. 206). Entre 1964 e 1970, 40% dos mortos em conflitos de terra eram da zona da mata nordestina. Essa

aliança entre as forças policiais e as oligarquias rurais se reproduziu em diferentes moldes nas demais regiões do país.

Nos primeiros anos de ditadura, havia ainda certo espaço para as manifestações populares. A situação, entretanto, se tornaria mais crítica nos anos 1970, quando ocorreu o maior número de casos de prisões e assassinatos de líderes camponeses. Um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), indicou que entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, dos quais há registro de apenas 17 julgamentos e oito condenações, numa clara caracterização da impunidade⁴.

Diante dos limites impostos pela repressão, o sistema de organização adotado pelos sindicatos, prevendo um delegado sindical em cada engenho, como no Nordeste, possibilitava enfrentar a violência dos patrões. Como nos contou em entrevista o ex-presidente da Contag José Francisco da Silva, em Vicência (PE), os próprios sindicalistas tinham que andar armados e montar esquemas que envolviam a presença de grande número de trabalhadores para protegê-los. O que ouviam era: “Não entra que morre! Não entra que morre!”⁵ No período posterior ao golpe, a luta era para restabelecer o funcionamento dos sindicatos interditos, mesmo que fosse para atuarem nas limitações do estatuto dos sindicatos e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Nessa época, as lutas sindicais se ancoravam no cumprimento da legislação em vigor – o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado somente em março de 1963.

No entanto, mesmo a defesa de direitos já consagrados em lei era encarada como um desafio à ordem imposta pela ditadura, nas suas alianças com grandes proprietários de terra e com senhores de engenho. Isso ficaria evidente, por exemplo, nos depoimentos não só de José Francisco da Silva, mas também de Marcos Martins da Silva, fundador do sindicato de Escada, e de Luiz Inocêncio Barreto, do conflito de Matapiruma, ambos em Pernambuco, mas também de Vicente Pompeu da Silva, do Ceará, além de figurar nos documentos dos órgãos de repressão (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p.22-28).

⁴ Cf. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987.

⁵ Em entrevista ao projeto Retrato da Repressão Política no Campo.

O trajeto de uma pesquisa: Retrato da Repressão Política no Campo

Desenvolvida entre agosto e novembro de 2010, a pesquisa que resultou no livro *Retrato da Repressão Política no Campo* mobilizou dezenas de colaboradores em todo o país, entre pesquisadores, sindicalistas e familiares de perseguidos políticos.⁶ Eu e Ana Carneiro percorremos os estados de Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo e realizamos em torno de 15 entrevistas com líderes camponeses, militantes engajados na causa da reforma agrária, trabalhadores presos e torturados, além de familiares de camponeses mortos e desaparecidos. Consultamos grande quantidade de estudos - acadêmicos, técnicos e jornalísticos -, e nos debruçamos sobre documentos impressos e audiovisuais disponíveis em acervos de memória públicos e privados em diferentes regiões do país.

Neste percurso, um panorama chocante ia sendo esboçado nas entrevistas e testemunhos. Depoimentos reveladores haviam sido reunidos anteriormente no projeto “Memória Camponesa e Cultura Popular”, desenvolvido desde 2004 no Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), Museu Nacional, UFRJ, envolvendo também pesquisadores de outras instituições. O projeto Memória Camponesa foi, assim, uma base fundamental para o desenvolvimento da nova pesquisa. Outra fonte importante foi o *Livro-Relatório do Projeto Direito à Memória e à Verdade*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos; assim como a publicação do MST sobre os assassinatos ocorridos no campo entre os anos 1960 e 1980.

No desenvolvimento do trabalho, decidimos organizar a escrita do livro a partir de pequenas biografias de camponeses perseguidos. O objetivo era evidenciar as estratégias de resistência – e, em alguns casos, de sobrevivência – de que lançaram mão os camponeses e seus líderes neste período. Os relatos explicitam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos camponeses, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora praticadas pelo latifúndio e por seus agentes⁷.

Os dados obtidos revelam que a violência privada sobre os camponeses, antes e depois de 1964, é complexa e diversificada em suas formas: vai desde ações de impacto e ostensivas – como assassinatos, espancamentos

⁶ Conduzida por mim e por Ana Carneiro, a pesquisa contou com a supervisão do antropólogo Moacir Palmeira, professor do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, e a coordenação de Caio Galvão de França, do MDA.

⁷ Sobre essa questão, ver: Julião, 1962; Bezerra, 2011; Palmeira, 1979; Contag, 1981; MST, 1987; Carneiro & Cioccarei, 2011.

e prisões – até outras mais sutis, cotidianas, que procuram minar a sua capacidade de resistência. Incluem-se no segundo caso as invasões de roça por gado, a morte de animais domésticos, o fechamento de caminhos, etc. Em algumas situações, os agentes são conhecidos, em outras aparecem de forma ambígua, acobertados pela impunidade. Em determinadas regiões, como na zona canavieira de Pernambuco, isso é facilitado pela concepção vigente – propalada pelos senhores de engenho – de que sendo trabalhadores que usam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho é a coação constante, a possibilidade, sempre presente, de agressão física sobre o trabalhador⁸.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Norte, a antropóloga M. Fernanda Figurelli havia evidenciado que, nas perseguições empreendidas pelos patrões sobre líderes camponeses que se engajavam na luta por seus direitos, havia aquelas aparentemente mais sutis, que atingiam a honra e a reputação dos trabalhadores: por exemplo, raspar suas cabeças como se fossem ladrões de galinhas (FIGURELLI, 2013, p. 77-103). Em nosso estudo, encontramos diferentes formas de humilhação, mas também situações chocantes, como no caso em que capangas de um usineiro tentam obrigar trabalhadores a enterrar vivo um companheiro, sob a mira de armas, como nos contou Euclides Nascimento, ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE)⁹.

Uma parte significativa das violências contra camponeses e líderes sindicais é praticada por pistoleiros, jagunços e capangas, que são contratados por latifundiários e empresas para compor milícias privadas. Há casos em que a função é exercida por policiais em férias ou em serviço extra. Essas milícias privadas, comandadas em sua maior parte dos policiais, atuam com a própria força pública na repressão aos camponeses. No caso dos conflitos de terra, os jagunços e pistoleiros são encarregados pelos grileiros – supostos proprietários -, pelos latifundiários e pelos grupos econômicos interessados em áreas ocupadas pelos lavradores para proceder a chamada “limpeza da área”. Por meio de violências físicas e de coerções, espalham o pânico entre as famílias para forçá-las a abandonar suas benfeitorias e a se deslocar a outras regiões. Deve-se notar que a mesma violência tradicional que havia no campo, envolvendo latifundiários, senhores de engenho, usineiros, grileiros, nas últimas décadas manifesta-se ainda com

⁸ Cf. Campanha Nacional pela Reforma Agrária, 1985, p. 8-9.

⁹ Euclides Nascimento nos concedeu este depoimento em 2010. O líder sindical faleceu em 2012.

a face moderna de grupos industriais e de conglomerados financeiros. Em algumas regiões, os conflitos envolvem “posseiros”, que são vítimas de violências cometidas por “grileiros”.

São inúmeras as formas de violência praticadas contra os trabalhadores. Há a punição em que o trabalhador é mergulhado em um tanque com mel e, amarrado pelo pescoço, conduzido para ser lambido por vacas, ficando com o corpo em carne viva. Outro é espancado e trancafiado na cadeia privada de uma usina, “fechada como caixão de defunto”, com apenas um buraco para respirar, conhecida como a “Benedita”. Há os que são obrigados a trabalhar sob a vigilância de armas, algumas privativas das Forças Armadas, como no caso da Chacina de Mari, na Paraíba. Muitos dos episódios evidenciam que, mesmo quando os trabalhadores decidem ingressar na Justiça para enfrentar o grileiro ou o fazendeiro, na maior parte das vezes a lentidão dos julgamentos e a parcialidade do Poder Judiciário faz com que não consigam esperar uma solução: são expulsos antes de suas posses ou são obrigados a lançar mão de formas mais violentas de resistência. Quando os trabalhadores reagem e uma morte acontece, o julgamento é rápido e exemplar. Deve-se lembrar a prisão, no Pará, de 13 posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusados do assassinato de um funcionário do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Em contrapartida, os assassinos dos líderes camponeses Raimundo Ferreira Lima (PA), Wilson Pinheiro (AC), Margarida Alves (PB) e José Cícero (AL) nunca foram punidos.

As vítimas de graves violações e a reconstrução das memórias

Resgatar a memória do que os trabalhadores do campo sofreram no regime militar é contar uma história quase totalmente construída no anonimato, com poucos registros oficiais. O sindicalista Elio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), lembrava, num relato, que tão terrível quanto a violência física praticada pelos órgãos de repressão na ditadura foi a que subjugou os trabalhadores pelo silêncio: “As pessoas até hoje têm medo de contar a sua história porque há uma mordida colocada em suas bocas”. Muitas vezes, os detalhes de violências sofridas ou testemunhadas são ocultados pelo medo e pela vergonha surgida da experiência do absurdo. Mesmo quando muita coisa é revelada, muitas outras coisas continuam a

ser caladas. Como disse o líder camponês Manoel da Conceição Santos, do Maranhão, referindo-se às torturas que sofreu em suas nove detenções durante o regime militar: “São coisas que me chocam muito até hoje. Se faço alguma coisa é porque considero que tenho um dever, já que, devido à censura, a sociedade não tomou conhecimento de muitos desses fatos” (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p.23).

Ao se abordar essa temática, é importante atentar para o modo como, por meio de narrativas, estes trabalhadores do campo reconstruem suas memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989) e, ao descreverem os percursos, as vicissitudes e as tragédias que tiveram que enfrentar, refletem sobre sua própria identidade, re-criando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis (CYRULNIK, 2009). Pode-se dizer, a partir de Cyrulnik, que “todo relato é um projeto de libertação”, já que o modo de narrar a própria história atua na estruturação dos sentimentos e das percepções que experimentamos acerca do vivido (2009, p. 11, 153).

Deve-se destacar, por outro lado, a partir das análises de Sarti (2011), o modo pelo qual a noção de “vítima” assume um lugar central nas investigações sobre a ditadura militar brasileira, entre 1964-1985, e nas discussões travadas no âmbito dos Direitos Humanos após a aprovação da Lei da Anistia de 1979. Como ressalta a autora, a identificação das vítimas de graves violações de direitos humanos é parte dos programas de reparação dos danos, aspecto relevante no resgate das memórias do regime militar no Brasil e nos demais países latino-americanos que enfrentaram ditaduras na segunda metade do século XX. A noção contemporânea de vítima origina-se das políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerras (e, posteriormente, de regimes totalitários e autoritários), em particular o holocausto, dentro da perspectiva de internacionalização da questão do combate à violência inscrita na categoria de “crimes contra a humanidade” pelos organismos internacionais (SARTI, 2011, p. 54-55). Nesta perspectiva, a noção de vítima configura um modo de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em certos contextos.

O conceito contemporâneo de vítima, conforme Sarti (a partir de ELIACHEFF e LARIVIÈRE, 2007), adquire novo estatuto a partir da definição psiquiátrica da categoria do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Essa categoria diagnóstica, resultante da orientação geral do DSM-III (a terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual*

of *Mental Disorders*), publicado pela *American Psychiatric Association*, em 1980, é um dos suportes do tratamento das vítimas de violência na área da saúde mental e constitui-se em articulador ideológico da noção de vítima de violências.

Em outra perspectiva, estudos da psicanalista francesa Françoise Sironi (1999) contribuem para revelar dimensões do sofrimento das vítimas de graves violações. A partir de estudos clínicos com sobreviventes de torturas, desenvolvidos na *Association pour les victimes de la répression en exil*; no *Centre Primo Levi* (Centro de cuidados para as vítimas de tortura e de violência política); e no *Centre Georges Devereux*, em Paris, a autora passou a considerar a tortura uma forma de aculturação, uma maneira de reduzir o indivíduo a um ser sem especificidade cultural, sem singularidade, uma tentativa de quebrar os laços que o ligam a uma organização, a um grupo. A função política e social da tortura seria, assim, mais fazer calar do que fazer falar. A obtenção de informações seria a finalidade aparente (e reivindicada pelos próprios torturadores); mas o objetivo final seria fazer calar suas vítimas. Ou seja, destruir a pessoa e, através dela, os grupos de pertencimento (políticos, associativos, religiosos, familiares, etc.). Em suas pesquisas, Sironi constatou que a vítima da tortura turca ou chilena se parecia mais com uma vítima marroquina do que com seus compatriotas turcos ou chilenos. Isso porque as técnicas usadas pelos torturadores procuravam apagar todos os pontos de referência da vítima, quebrar os limites pelos quais uma identidade individual se constrói em sua relação com um grupo, com um coletivo.

No resgate de memórias do regime militar, nas investigações conduzidas tanto por estudos acadêmicos como pelas comissões pela memória e verdade no Brasil, percorre-se em certa medida o caminho inverso: busca-se humanizar as vítimas, restabelecer suas peculiaridades e singularidades e reconstruir seus laços de pertencimento (profissionais, políticos, sindicais, religiosos, familiares, étnicos, raciais, de gênero, etc.). Trata-se de uma tarefa de enorme amplitude e sempre incompleta em razão da complexidade do universo e da vastidão de atingidos na sociedade brasileira.

Neste sentido, determinadas trajetórias apresentadas a seguir, ao fornecer os rostos, as identidades de trabalhadores atingidos pela repressão, evidenciam também a complexidade e a extensão das ações de repressão.

Marcos Martins da Silva: a prisão na “Benedita”, a cadeia privada de uma usina

Meu primeiro contato com o líder camponês Marcos Martins da Silva deu-se ouvindo seus depoimentos gravados no âmbito do projeto Memória Camponesa, disponíveis no Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), no Museu Nacional. Sabia que aquele homem destemido – de uma voz aguda, marcada por um colorido sotaque pernambucano que tornava muito vívidas as suas denúncias –, havia sobrevivido a uma sucessão de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por parte de latifundiários. Sabia que, no presente, ele vivia numa espécie de exílio voluntário no interior de Goiás, onde apenas os amigos mais próximos tinham acesso, e que preferia resguardar-se de entrevistas e de uma exposição pública. Contatei-o por meio de amigos, de pessoas de sua confiança e, embora relutante a princípio, ele concordou em nos receber no sítio em que mora.

Ali, ao ouvi-lo desde a primeira vez, foi possível entender a sua reclusão. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências fez com que, em diversas ocasiões, ele se recusasse a contar a sua história e a deixar-se fotografar ou filmar. Estive na casa de Marcos por duas vezes. Na primeira, em outubro de 2010, fizemos uma longa entrevista sobre seus itinerários como sindicalista e sobre os dramas vividos a partir da perseguição de latifundiários, agentes da repressão e pistoleiros. Voltei a visitá-lo em fevereiro de 2011, quando passou a detalhar outros aspectos da sua trajetória, falando de forma mais desenvolta sobre aspectos que, na entrevista anterior, eram expostos com reticência. Na primeira vez, entreguei-lhe de presente o livro de memórias do líder camponês Manoel da Conceição, do Maranhão, *Chão de minha utopia*. No segundo encontro, Marcos fez questão de comentar a publicação, lembrando que aquele sindicalista – que ele não conhecia pessoalmente, mas de quem ouvira falar – havia “passado por coisas ainda mais terríveis” do que ele mesmo passara. Percebe-se como o conhecimento de outras memórias relativas à ditadura pode contribuir a que um ex-perseguido político compartilhe sua própria experiência, ao encontrar um eco para o que viveu. Abre-se, assim, uma nova possibilidade de representação do seu sofrimento.

O líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada

(PE), sobreviveu a uma série de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por latifundiários nos anos 1960, 1970 e 1980. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências forçou-o já no começo dos anos 80 a empreender um exílio dentro do próprio país. Como dito, a trajetória de Marcos como sindicalista foi marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta tanto por parte dos senhores de engenho e seus pistoleiros como pela polícia – antes e durante o regime militar.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão – município que ficaria conhecido pela atuação das Ligas Camponesas nos anos 1950 –, Marcos começou a trabalhar aos sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembleia e falou em nome dos camponeses de Pernambuco. Na assembleia, defendeu a paralisação e recebeu o apoio da categoria. Naqueles dias, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No momento em que Marcos falou do direito dos trabalhadores ao 13º salário, o assessor de um usineiro replicou: “Mania de comunista...” O sindicalista reagiu: “O senhor é doutor?”, perguntou. “Sou”, disse o outro. “Então, deve conhecer a legislação que diz que o trabalhador rural faz jus ao 13º salário”. Marcos denunciou que os trabalhadores não tinham nem folha de pagamento, o que era mais uma irregularidade. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam trinta dias para fazer a folha de pagamento. O sindicalista percebeu que isso não ia entrar em ata. “Na assembleia, vou depor aos trabalhadores que não vai ter documento. Pode botar na ata que constou tudo o que foi acertado”. O acordo foi então assinado.

Quando estava acabando o prazo, convocou outra assembleia para deflagrar a greve. Recebeu uma ameaça, que resumiu assim: “Se a greve for declarada, para os trabalhadores, bala. Pra mim, uma surra que não morro e não fico bom”. Quis saber se os senhores de engenho poderiam mandar esse recado também por escrito. Pouco antes da decretação da greve, foi abordado em sua residência por soldados à paisana. “Seu Marcos, o coronel da Secretaria da Segurança Pública, convoca o senhor para um entendimento”. Embarcou no jipe e logo ouviu a ameaça de que “não iria voltar mais”.

O trajeto foi uma “guerra de nervos”. Aqueles homens queriam aterrorizá-

lo. Mas ele ainda não conseguia pensar em coisa pior, pois considerava que o país estivesse vivendo numa democracia com o governo João Goulart. Sua primeira prisão ocorreu no dia 17 de janeiro de 1963. O sindicalista contou que, depois de sequestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: “Você vai renunciar ao sindicato: ou renúncia ou morre!” Depois dessa “sessão”, os homens pretendiam levá-lo a um canavial do engenho Espinho, mas se perderam em meio às plantações e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Nesta narrativa, ele revela uma forma menos conhecida da violência praticada contra trabalhadores nas usinas: o cárcere privado.

Me botaram num quarto incomunicável. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ - um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego. (...) Eles me dizendo: ‘No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata do Espinho...

Era uma senha de que seria executado. O local ficava no arruado em que moravam os trabalhadores. O orifício da cadeia estava voltado para a vila operária. Ele recorda-se que, daquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e pediu-lhe socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que lhe trouxesse lápis para que pudesse escrever um bilhete a ser levado ao sindicato. O sindicalista escreveu uma única frase num papel de embrulho: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina disse que ia falar com sua mãe. Logo voltou correndo: “Mamãe arrumou um portador para o seu bilhete”. Quando soube que a mensagem havia sido levada ao sindicato, Marcos voltou a ter esperanças de que iria sobreviver. Ficou naquele cubículo por mais de 24 horas. Assim que recebeu o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército, conhecido dos trabalhadores. A denúncia: “Nosso companheiro foi sequestrado na usina Caxangá”.

Como explicava o líder camponês, a ação surtiu efeitos. Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a “Benedita”. O coronel do Exército falou com ele pelo orifício da parede. “Quem botou o senhor aqui?” O sindicalista contou-lhe a história. Marcos foi libertado no Colégio Agrícola da localidade e, debilitado pelos espancamentos, levou duas horas para chegar à sua casa. Quando se recuperou, convocou outra assembleia e relatou: “Quiseram me matar para não pagar o 13º salário!” Dizia que, se

morresse, o sindicato deveria continuar com a luta. Recordar-se que, enquanto ele falava, os camponeses levantavam as foices ao ar para mostrar a sua revolta e bradavam: “Eles têm bala, a gente tem foices!”

Seu segundo sequestro ocorreu já no regime militar, por volta de 1966. Nesta época, Marcos defendia o respeito a um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Nesse período, pediu a um dos diretores do sindicato que convocasse uma assembleia, aproveitando que o interventor estava fora. No dia seguinte, o dirigente foi expulso do sindicato e Marcos foi preso pela Polícia Federal.

Estava em sua casa quando um jipe estacionou em frente. Um dos homens, à paisana, disse-lhe: “Seu Marcos, a gente estava passando por aqui e disseram que o senhor sabia onde era a sede do sindicato. Pode mostrar pra gente?” Ele foi andando ao lado do carro. Disseram que subisse, pois iriam mais depressa. O sindicalista notou que se calaram assim que ele subiu no jipe e que logo o carro se desviou do caminho. Tentou protestar, mas recebeu uma “gravatada na goela”. A partir daí, vieram golpes de cotovelo nas costelas e no queixo. Um dos homens respondeu: “A gente é polícia especial, o senhor está sendo levado para um depoimento”. Marcos ainda reagiu: “Se é polícia especial e faz isso, imagina se não fosse!”

Foi algemado e teve os olhos vendados. “Me vendaram os olhos com uma lona preta que parecia ter saído de um poleiro de galinha de tão suja”. Depois de passarem por dois portões, em local que desconhecia, entraram num compartimento e lhe indicaram uma cadeira. Só então lhe tiraram a venda dos olhos. Anos mais tarde, conseguiu identificar o lugar. Era um túnel embaixo da linha de ferro de Jaboaão, que servia de local para ações da polícia. Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali um quartel. Naquele momento, a passagem de um trem, fazendo o chão tremer, trouxe-lhe a percepção de estavam junto a uma linha férrea. Marcos começou a ser interrogado:

Agente - Você é comunista?

Marcos - Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...

Lembrava-se da ordem do agente: “Você vai fazer a história do movimento sindical”. Soltaram a sua mão direita e lhe deram uma folha de papel e caneta. “Vai escrever um histórico do movimento sindical, político e estudantil”. Com pouca escolaridade, Marcos escreveu: “O sindicato é o departamento para defender os direitos dos trabalhadores”. Sobre o movimento estudantil, anotou que só tinha aprendido a assinar o próprio nome. E concluiu assim: “Político eu não sou. Só voto por dever de cidadão”. Quando entregou o papel, com as notas curtas, o policial lhe disse: “O senhor não sabe escrever muito, não!” À meia noite, foi solto.

O sindicalista sofreu a terceira série de perseguições na década de 1980. Em 1980, o presidente do sindicato de Correntes, José Francisco dos Santos, tinha sido assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais discutiam com o advogado da entidade uma forma de obter a prisão dos criminosos. O assessor explicou que o promotor só podia fazer a acusação se dispusesse de uma peça denunciando o crime. As manifestações de Marcos para que houvesse justiça o colocaram em perigo.

A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco...Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, o sindicalista saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Recordava-se que chegou lá num domingo. Na segunda-feira “já havia gente no canavial à minha procura”. O pistoleiro encontrou com um conhecido dele e mandou-lhe um recado: “Ele pode se socar num buraco de tatu, que nós o acharemos”. Marcos percebeu que teria que ir embora da sua terra, não poderia medir forças com pistoleiros. Ficou ainda algum tempo trabalhando em Carpina, mas soube que lá também andaram à sua procura. Decidiu então sair de Pernambuco, em 1981. Desde então, passou a viver no interior de Goiás, numa espécie de semiclandestinidade forçada. Além das sequelas corporais das violências, as perseguições imprimiram-lhe profundas marcas emocionais.

“Não sei como não morri, andei perto de morrer”, contou Vicente Pompeu da Silva

Ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (FETRAECE) e militante do PCB no Ceará, Vicente Pompeu da Silva concedeu-me a primeira entrevista em setembro de 2010, na casa de um de seus filhos, em Fortaleza. Com 85 anos na época, era desses homens cuja postura e narrativa traduzem a dignidade e a fibra dos velhos militantes, que não se rendem às perdas. Tinha estado à frente das mais importantes lutas dos camponeses do Ceará e, por causa disso, foi preso várias vezes e torturado durante o regime militar.

Na ocasião de nosso último encontro, em fevereiro de 2011, passou a revisitar suas memórias e a revelar novos detalhes. Traduziu todo o percurso de toda uma vida numa única frase: “Eu fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda, pela reforma agrária. Por isso eles queriam consumir comigo, uma ignorância muito grande”. Páginas e páginas que se pudesse escrever não seriam tão felizes em sintetizar a sua saga. Na ocasião, contou sobre uma carta que havia enviado à presidente Dilma Rousseff – a quem considerava “uma companheira”, “uma lutadora” –, pedindo que ela se empenhasse em promover a reforma agrária. Quando nos despedimos, recebi de presente mangas, extraordinariamente doces, colhidas na propriedade dele e da esposa, e uma cópia do livreto de cordel sobre o PCB que ele havia escrito anos antes, quando fora candidato a deputado pelo partido. Aquele encontro também foi uma despedida. Pouco mais de um mês depois, soube da sua morte, ocorrida em 25 de março de 2011.

Filho de camponês, Pompeu nasceu em Potengi (CE). “O pai tinha terra nas unhas, como eu”, disse. A família mudou-se para Iguatu quando ele tinha três anos. Com sete, o menino começou a trabalhar na roça. Um dia, apareceu o pretense dono da propriedade, um coronel da aeronáutica, declarando que aquela terra tinha sido vendida. Desde pequeno, conheceu essa dura situação vivida pelas famílias de posseiros. Desde a adolescência, Pompeu trabalhou na condição de meeiro numa propriedade alheia. Entre 1954 e 1963, fundou com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, entidade que depois foi transformada em sindicato, do qual ele foi o primeiro presidente, em 1962. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará. Conforme Pompeu, a palavra de ordem era a reforma agrária, “mesmo que não fosse radical, que fosse parcial, e para que os que trabalhassem para patrão tivessem a carteira assinada”. Mas defender os direitos dos camponeses era considerado “subversão”.

Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, fundada em setembro de 1963, quando foi preso em 03 de abril de 1964 – três dias após o golpe militar. Recordava-se que, naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram”, acreditava. Destacou, no seu relato, o fato de que, um ano antes da tomada do poder pelos militares, o movimento sindical havia conseguido reunir cerca de 2 mil trabalhadores na região de Iguatu para a escolha dos cem delegados ao Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), em Fortaleza. Durante a ditadura centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia¹⁰.

Na primeira vez em que foi preso, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores. Ali estavam detidos presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e professores. Relatou que, naqueles 45 dias em que ficou encarcerado, sua experiência como barbeiro ajudava os companheiros a manter uma aparência de dignidade. Quando foi solto, não cessaram as perseguições e as ameaças por parte da repressão.

Inúmeros episódios são relatados por ele, pontuando aspectos das perseguições empreendidas pelos agentes da repressão. Recordava-se que, numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos haviam sido criados. Saiu de casa na madrugada e assim conseguiu fugir. Quando a polícia apareceu, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. Apavorado, o morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca mais o vi”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial, ameaçador. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar café. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou.

Pompeu contou que, depois de uma de suas prisões, ao ganhar a liberdade já não encontrou mais nada da sede da federação dos trabalhadores rurais que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio havia sido

¹⁰ Ver também: *Madeira, 2004, p. 4; e Oliveira, 2009.*

demolido nos primeiros dias do novo regime. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele mesmo, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Os sindicatos ficaram longo tempo manietados, sob intervenção, ou dirigidos por simpatizantes do governo. Os principais líderes estavam sendo perseguidos. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968. Em seu retorno ao país, enfrentaria tempos difíceis. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão. Era abril de 1974 quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de “comunista”. Lembrava-se de ter sido colocado num avião da Base Aérea, “algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. O avião aterrissou no meio da mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Pelos ruídos do trânsito, perceberam que haviam chegado a uma cidade. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa cela, no chão frio – “não tinha nada, muito menos colchão”.

Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório -, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

Quando já estavam ensanguentados, eram pendurados em paus-de-arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou dependurado durante dez dias - quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo. “Amanhã é você”, ameaçavam os agentes.

Quando parecia desmaiado, ouvia: “Mete o dedo no olho dele pra ver se ainda está vivo”. Com a sucessão de maus-tratos, quase 40 anos depois considerava um milagre que ainda estivesse vivo: “Não sei como não morri, andei perto de morrer”, dizia. Nos interrogatórios, a pergunta era se ele era comunista e se planejava atividades armadas.

Agente - Senhor Pompeu, o senhor quer fazer a revolução a mão armada?

Pompeu - Não, nem sei usar espingarda.

Agente - Mas sabe onde estão as armas?

Pompeu – Sei. Estão nas mãos da polícia – dizia, justificando que as únicas armas que já tinha visto nas mãos de trabalhadores eram a enxada, a foice e o martelo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida. Nos últimos anos, foi beneficiado com a Lei da Anistia, obtendo um reconhecimento político do Estado brasileiro pelas prisões, torturas e perseguições a que foi submetido. Naqueles dias em que nos vimos pela última vez, ele planejava distribuir entre os oito filhos a indenização que recebera.

As memórias do conflito da fazenda Japuará, no Ceará

A violência sofrida pelos moradores da fazenda Japuará, no município de Canindé, no Ceará, é emblemática do período em que se intensificou a repressão do regime militar implantado em 1964. Ali ocorreram graves episódios de enfrentamento entre lavradores, peões contratados pelo fazendeiro e forças policiais, no começo dos anos 1970. O livro escrito pelo camponês Francisco Blaudes de Sousa Barros, *Japuará, um relato das entranhas do conflito*, evidencia as diferentes formas de repressão política ocorridas no campo no regime militar. Alguns aspectos haviam sido abordados por outros estudos e publicações, mas a narrativa de um trabalhador que viveu na pele o conflito oferece novas dimensões de uma história que permanecia em boa parte desconhecida. O relato mostra que, ali,

houve uma clara articulação entre a repressão comandada pelo latifúndio, a violência privada, e aquela promovida pelos agentes públicos, por meio das forças policiais.

As violências praticadas pelo novo proprietário da fazenda sobre os moradores começaram no final dos anos 1960 e se agudizaram no começo dos anos 1970. Os principais confrontos, conhecidos como a “chacina de Japuara”, ocorreram em dois momentos no dia 2 de janeiro de 1971, opondo moradores e parceiros aos proprietários da terra. No primeiro evento, o proprietário Júlio Cesar Campos contratou trabalhadores que atuavam nas frentes de emergência contra a seca para destelharem as casas, destruir as cercas e arrombar o açude, visando expulsar os moradores. O açude era essencial no cotidiano das famílias, que dele obtinham água e peixes. O segundo momento caracterizou-se pelo enfrentamento entre moradores e a polícia local.

O camponês Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, pai de Blandes, foi quem comandou a resistência dos moradores e parceiros à ação do latifundiário e da polícia. Pio Nogueira atuava no movimento sindical desde 1962. Conforme registrou Barreira (1992, p. 50) em 1968 já existia uma Delegacia Sindical em Japuara. Cunhado de Firmino da Silva Amorim, antigo ocupante da fazenda, Pio morava na área desde 1950, na qual havia feito várias benfeitorias. A desavença entre moradores e parceiros, de um lado, e proprietários, de outro, se arrastava havia anos quando estourou o conflito principal. O estopim foi a violência perpetrada pelo proprietário da área, homem de grande influência local.

A questão surgiu da venda da propriedade, em 1968, pela herdeira a Julio Cesar Campos, um comerciante proprietário de outras duas fazendas no município (BARREIRA, 1992, p. 48-49). O primeiro dono da área, Anastácio Braga Barroso, ainda em vida, havia arrendado a terra a seu sócio, Firmino da Silva Amorim, que, por sua vez, deixou-a sob a administração de Pio Nogueira. Ao colocar a propriedade à venda, a herdeira, Hebe Braga Barroso, assumiu o compromisso de dar prioridade ao antigo ocupante, mas descumpriu o acordo verbal, vendendo a área a outro interessado. O ocupante deu entrada na Justiça em uma ação preferencial de compra e em outra exigindo indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário solicitou imissão de posse e ganhou a questão. Em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu então 59 trabalhadores e suas famílias. O mandado judicial concedia 24 horas para que deixassem a área. Um advogado designado pela Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo.

Naquele sábado de 02 de janeiro de 1971 ocorreram os dois confrontos mais graves, que deixaram quatro mortos e vários feridos. No primeiro episódio, houve uma tentativa de despejar os moradores à força. O latifundiário Júlio Cesar Campos contratou dezenas de homens que trabalhavam nas frentes de emergência da seca, por 10 cruzeiros cada, para tentar expulsar os moradores de Japuara. O líder sindical Vicente Pompeu da Silva, ex-presidente da Fetraece, contou que o fazendeiro “chamou vários trabalhadores pagando o dia de serviço a 10 cruzeiros quando a média na região era de 3 cruzeiros e mandou derrubar a parede do açude e a casa de Pio Nogueira”. Os contratados se dirigiram ao local, onde destruíram cercas e benfeitorias, destelharam casas e ameaçaram romper o açude.

Sem conseguir demover os agressores, o administrador da fazenda e líder do grupo, Pio Nogueira, foi para dentro de sua casa para tentar impedir a destruição. Disparou sua arma para o alto e acabou ferindo um peão, que caiu sobre uma cerca de varas e morreu. Joaquim Rodrigues, o Piau, era um alistado nas frentes de emergência. Os peões começaram a se reunir em frente à casa. Temendo uma investida, Pio fez vários outros disparos para o alto. O grupo se dispersou e deixou a fazenda.

No segundo episódio, num confronto entre o subdelegado Cid Martins, policiais militares e agricultores, três pessoas perderam a vida: o próprio Cid, o agricultor Raimundo Nonato Pais, o Nonatinho 21, e o policial militar Jorge Paulo de Freitas. A confusão começou quando da chegada do subdelegado, acompanhado de policiais armados. De forma violenta, Cid Martins questionou Nonatinho 21, um camponês já idoso, sobre onde se encontrava o líder do grupo, Pio Nogueira. Depois disso, humilhou o trabalhador. Nonato foi atingido no rosto, à queima-roupa, por um disparo de revólver calibre 38 e reagiu empunhando sua foice.

Os policiais dispararam tiros de metralhadoras e de outras armas pesadas; os moradores do local se defenderam como puderam: utilizando foices, facões e outros instrumentos de trabalho. O delegado Cid foi morto; o irmão dele, Francisco Martins, que o acompanhava, matou o camponês Nonatinho 21. Feridos, os policiais militares e o irmão do subdelegado bateram em retirada. Os agricultores diretamente envolvidos na batalha fugiram para o mato, temendo represálias. As mulheres e filhos enfrentaram espancamentos, humilhações e perseguições. Muitos trabalhadores foram presos.

O grupo de Francisco Nogueira Barros, o Pio, seu filho, Francisco Blaudes de Sousa Barros, Joaquim Abreu, Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21, Antonio Soares Mariano, o Antonio Mundoca, e Luís Mariano da Silva, o Luís Mundoca, ficou vários dias na mata, sofrendo a falta de água e alimento. Pio, Blaudes, Joaquim, Alfredo e Antônio Mundoca foram resgatados pelos advogados da Fetraece, por jornalistas e escoltados por um coronel da PM até Fortaleza, onde ficaram presos por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros. Luís Mundoca, que estava ferido a tiro, havia deixado o grupo para buscar ajuda e acabou preso. De acordo com Gomes (2006, p.23), os camponeses ficaram presos no Quartel do Corpo de Bombeiros Sapadores, quando se iniciou o Inquérito Policial Militar (IPM) que os implicou como responsáveis diretos das mortes. O caso então foi remetido à Justiça comum. No final do processo dez trabalhadores rurais foram indiciados como implicados na morte do carreteiro, do soldado e do delegado. Ninguém foi indiciado pela morte do morador da fazenda¹¹.

Dias depois desses episódios, a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A solicitação estava fundamentada na eclosão do próprio conflito, na irregularidade da venda da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros. O sociólogo Cesar Barreira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), que fez uma série de entrevistas com Pio Nogueira nos anos 1990, destaca: “Um mês e dois dias após o término dos confrontos explícitos, o Presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes que variam de 26 a 42 hectares” (BARREIRA, 1992, p.56). Japuara tornou-se, assim, o primeiro caso de Reforma Agrária no Ceará, em pleno regime militar.

O registro feito pela *Gazeta de Notícias*, na data da desapropriação da fazenda, em 25 de março de 1971, destacou que “o decreto baseou-se na exposição de motivos do Ministério da Agricultura que lembrou os lamentáveis feitos ali ocorridos recentemente, quando ocupantes da área, há vários anos, com arrendamento e parceria, foram vítimas da violência por parte do proprietário Júlio Cesar Campos. Diz ainda o ministro que a área se caracteriza como de forte tensão social”. Barreira destacou que o decreto foi uma “medida acauteladora” do governo Médici, traduzindo o temor, por parte do regime militar, de que o caso da fazenda Japuara se estendesse a

¹¹ Francisco Martins, irmão do subdelegado morto no conflito, indiciado no IPM como autor da morte do trabalhador rural, não figurou entre aqueles que deveriam ir a julgamento (Barreira, 1992, p.49).

outras propriedades em situação de conflito (1992, p.52).

Quase 15 anos depois, em 1984, os camponeses indiciados no processo foram absolvidos com base na tese de legítima defesa e negativa de autoria dos crimes. Em decorrência dos episódios, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a ser considerado o grande inimigo dos proprietários de terra e agente da subversão local (BARREIRA, 1992, p.55, 58). O próprio advogado Lindolfo Cordeiro, assessor jurídico da Fetraece, foi preso durante o regime militar e assassinado ao sair da prisão, em 1978, a mando de latifundiários (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p.117, 340).

A Coleção Camponeses e o Regime Militar

A Coleção “Camponeses e o Regime Militar” surgiu em 2011 como um desdobramento do projeto do livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, reunindo narrativas escritas por pesquisadores e pelos próprios camponeses. O primeiro livro da Coleção é *João Sem Terra, veredas de uma luta*, de autoria da jornalista Marcia Camarano, publicado em 2012.¹² João Sem Terra é considerado um personagem quase mítico. Suas histórias de luta e resistência, que remontam ao período pré-golpe de 1964, eram contadas pelos colonos a seus filhos nos acampamentos de sem-terra no Rio Grande do Sul nos anos 1980 e 1990.

João Machado dos Santos, o João Sem Terra, foi um dos fundadores do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no início dos anos 1960 e participou da conquista dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Foi perseguido, sequestrado, preso e torturado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) gaúcho. Para sobreviver, foi obrigado a despedir-se da mulher e dos sete filhos, e a migrar para o interior de Goiás, onde passou a viver de forma clandestina, tornando-se um exilado em seu próprio país. João Sem Terra ficou desaparecido por 25 anos e durante este período sua família não sabia se estava vivo ou morto. Seus filhos tinham sido proibidos de pronunciar o nome do pai porque a família continua a ser vigiada e ameaçada pelas forças de repressão.

Somente quando descobriu que sua história e seu desaparecimento haviam sido contados no livro *A saga do João Sem Terra*, do jornalista Carlos Wagner, é que João decidiu retornar e falar sobre a experiência do desterro. Soube-se então que ele vivia com um nome falso em Goiás, mas seguia

¹² Para escrever o livro, Marcia Camarano entrevistou filhos de João Sem Terra e baseou-se ainda em outros estudos e registros, como o filme *João Sem Terra* (2010), dirigido por Tereza Noll Trindade.

militando e atuando na organização de trabalhadores. Ao voltar, retomou o contato com a família, apesar da distância de 25 anos de ausência.

O segundo livro da Coleção, *Japuara, um relato das entranhas do conflito*, publicado 2013, como já mencionado, foi escrito pelo camponês Francisco Blaudes Sousa Barros. Trata-se de um dos poucos registros existentes no país de memórias escritas pelos próprios trabalhadores. Fizemos os primeiros contatos com Blaudes em 2010, durante as pesquisas para o livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, quando estivemos na fazenda Japuara, em Canindé, no Ceará. Ali descobrimos que aquele homem simples, que tinha completado apenas a sexta série, vinha escrevendo à mão um relato minucioso do conflito ocorrido na fazenda no começo dos anos 1970. Decidimos então nos empenhar na sua publicação. Ao longo de quase dois anos, Blaudes nos enviou cerca de 150 páginas escritas à mão, além de uma pasta com fotografias e recortes de jornais.

Na primeira parte do livro, Blaudes registrou seu testemunho sobre o conflito de Japuara por meio de uma narrativa em que se expressava na terceira pessoa do singular, constituindo uma espécie de narrador-herói. Havia começado a escrever pensando em si mesmo como um personagem da história, tratando a si mesmo como a um “ele” - só no final considerou importante destacar que se tratava da história de sua vida e de sua família. Para compor o relato, lançou-se a um trabalho exaustivo de pesquisa em acervos, cotejando as informações obtidas com suas próprias lembranças, recorrendo também à criação literária para compor as lacunas que a memória não conseguia alcançar. Durante quatro décadas, havia acalentado o projeto de escrever sobre aquelas memórias traumáticas. Uma das razões é que, apesar de ter participado das lutas de Japuara, os jornais da época não registraram seu nome (somente o nome de seu irmão, com a foto dele, de Blaudes). Esse apagamento teve consequências não apenas simbólicas: a Comissão de Anistia do Ceará negou seu pedido de reconhecimento como perseguido político sob a alegação de que não havia provas de sua participação no conflito nem de danos que teria sofrido.

Na segunda parte do livro, a narrativa desloca-se do conflito de Japuara para a aventura na qual Blaudes embarca ao longo da vida: ele empreende diferentes migrações para sobreviver, como muitos outros trabalhadores nordestinos dos anos 1970 e 1980. Por 40 anos vive em diferentes locais – no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e no Maranhão – e exerce diferentes atividades – lavrador, fotógrafo, comerciante, professor líder sindical. Retorna ao Ceará para um reencontro com sua história, para escrever as

memórias de Japuara. Na segunda parte da obra, descreve sua trajetória na primeira pessoa do singular, assumindo o eu da autoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias dos líderes camponeses Vicente Pompeu da Silva e de Marcos Martins da Silva (ambos de PE) e o conflito da fazenda Japuara (CE) traduzem de diferentes maneiras como se deu a perseguição aos trabalhadores rurais numa das regiões que registrou a repressão mais brutal. Os relatos evidenciam que a própria defesa dos direitos dos camponeses, após o golpe militar, passou a figurar como “subversão”. Com isso, a repressão mais violenta encampada pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais se voltou contra os trabalhadores do campo e seus líderes.

De forma mais vasta, pesquisas tais como a que resultou no livro *Retrato da Repressão Política no Campo* e na Coleção “Camponeses e o Regime Militar” têm contribuído diretamente para as investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade e, especialmente, pela Comissão Camponesa da Verdade, no sentido de se desvendar a dupla face da violência sofrida pelos trabalhadores rurais durante a ditadura no Brasil. Esses documentos têm se convertido também em instrumentos políticos para que os próprios camponeses perseguidos possam buscar o reconhecimento do Estado pelas violências a que foram submetidos por agentes públicos e privados. Como se sabe, a falta de registros escritos sobre as violências praticadas no campo **é um dos obstáculos enfrentados pelos trabalhadores** do campo nos movimentos pela memória, verdade e justiça. Muitas das demandas apresentadas por camponeses junto à Comissão de Anistia e à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foram indeferidas sob a alegação de insuficiência de documentação e de provas dos fatos narrados.

No período recente, há um esforço coletivo de movimentos sociais e de pesquisadores para o resgate das memórias subterrâneas da repressão no campo, no sentido de que a justiça e reparação dos trabalhadores perseguidos possa ter avanços significativos, revelando não apenas as ações cometidas diretamente pelo Estado, mas também a repressão acionada por agentes privados. No entanto, ainda pouco do que foi apurado por pesquisadores e movimentos sociais, em diferentes projetos, figura nos registros oficiais.

Em 2012, Gilney Viana, então diretor do Programa Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,

realizou um estudo sobre os camponeses excluídos da Justiça de Transição, a partir de dados contidos em *Retrato da Repressão* e em outros levantamentos. Analisou como o regime militar, financiado pelo latifúndio, “terceirizou” prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados de camponeses. Uma das consequências dessas alianças entre as oligarquias rurais e o aparato repressivo do Estado é justamente a dificuldade de comprovação da responsabilidade do Estado pelos crimes: 97,6% dos camponeses mortos e desaparecidos no regime militar foram alijados da Justiça de Transição (VIANA, 2013). Seu estudo revelou que 1.196 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre o pré-64 e o final da transição democrática (entre 1961-1988). Entretanto, a maior parte das mortes não ocorreu pelas mãos de agentes do Estado, mas por agentes privados. Pelo menos 602 novos casos que foram excluídos da Justiça de Transição poderiam ser considerados como “graves atentados aos direitos humanos”, caracterização necessária para que fossem investigados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Como evidenciou Viana, ele mesmo um ex preso político e também integrante da Comissão Camponesa da Verdade, o Estado brasileiro só reconheceu uma pequena parte do conjunto de camponeses atingido pela repressão. Há múltiplas causas: a maior parte dos trabalhadores perseguidos desconhece seus direitos, mas entre aqueles que ingressaram com requerimentos, por exemplo, na Comissão de Anistia, ou cujos familiares tenham apresentado solicitações à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ou nas comissões de reparação dos Estados, muitos tiveram seus pedidos indeferidos por falta de provas documentais. Mesmo quando há um reconhecimento da condição de perseguidos políticos – e as vítimas recebem o estatuto de anistiadas -, em muitos casos há um reconhecimento apenas parcial, sem direito à reparação.

Deve-se ressaltar que isso ocorreu, por exemplo, com a família do líder comunista Gregório Bezerra (que só recentemente obteve uma vitória na Justiça para fazer jus à uma indenização) - assim como com a família dos líderes camponeses João Sem Terra (RS) e José Pureza (RJ), entre outras. Numa entrevista realizada em 2010, o filho de Gregório Bezerra, Jurandir Bezerra, na época com 83 anos, nos contou ter ouvido de uma representante da Comissão da Anistia em Recife que teria que provar que seu pai foi realmente preso e torturado. Como se sabe, as terríveis torturas sofridas por Gregório, arrastado pelas ruas de Recife, foram televisionadas

e essas imagens chocaram o Brasil e o mundo. Além disso, suas *Memórias*, publicadas originalmente em 1979 (com nova edição em 2011), são um testemunho vívido dos horrores praticados pelos agentes da repressão no país sobre os trabalhadores e seus líderes.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder**. Conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992.

BARROS, Francisco Blaudes Sousa. **Japuara, um relato das entranhas do conflito**. Brasília: MDA/SDH, 2013.

BERNARDES, Denis. Octávio Ianni e a questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem**. Recife: UFPE, 2005, p.40-41.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória. In: Montenegro, Antonio Torres e outros (org.). **História: cultura e sentimento**. Outras histórias do Brasil. Cuiabá e Recife: Ed. UFMT e Ed. Universitária UFPE, 2008.

CAMARANO, Márcia. **João Sem Terra, veredas de uma luta**. Brasília: MDA, 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985** - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CIOCCARI, Marta. Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil. **Revista Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1 e 2, p. 25 a 44, jan./dez. 2011.

CIOCCARI, Marta; DELLA TORRE, Djane. Introdução: Blandes, o camponês reconta a história. In: BARROS, Francisco Blandes Sousa. **Japuara, um relato das entranhas do conflito**. Vol. 2 da Coleção 'Camponeses e o Regime Militar'. 1. ed. Brasília: MDA/SDH, 2013.

CIOCCARI, Marta. Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil. In: Mattos, Marcelo Badaró; Vega, Rubén. (Org.). **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 153-174.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

CYRULNIK, Boris. **Autobiografia de um espantelho: histórias de resiliência**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FIGURELLI, M. Fernanda. Sociabilidades, direitos e cabeças raspadas; reconstruções de experiências sindicais rurais. In: LEITE LOPES, José Sergio; CIOCCARI, Marta (Orgs.). **Narrativas da Desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 77-103.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962.

KOURY, Mauro. **Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974**. 2010. 370 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MADEIRA, Raimundo. Gênese sindical sob a marca da repressão. **O Povo**. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20 abr. 2004, p. 4.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986**. São Paulo: Global Editora, 1987.

OLIVEIRA, Papito de (org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. **Revista de Cultura e Política**, v.1, n.1, p. 41-56, 1979.

RELATÓRIO FINAL da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão da minha utopia**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2010.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, Vol. 24, n.61, p.51-61, jan/abr. 2011.

SIRONI, Françoise. **Borraux et victimes: psychologie de la torture**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1999.

VIANA, Gilney. **Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição**. Brasília: SDH, 2013.

LUTA PELA TERRA E IMPACTOS TERRITORIAIS: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO DONA HELENA – PB¹

*Maria Clyvia Martins dos Santos*²
*Marco Antonio Mitidiero Junior*³

Resumo: Este texto é parte da monografia intitulada Impactos territoriais da criação do assentamento rural Dona Helena-Cruz do Espírito Santo/PB, apresentada em 2014, na UFPB. O presente artigo aborda os impactos territoriais gerados após a implantação do assentamento no município, bem como sua história de luta, resgatando e debatendo esse processo de transformações na vida dos camponeses e no entorno do assentamento. Entendemos que a implantação de um assentamento pode gerar importantes alterações sociais, econômicas, e políticas de âmbito local e até regional. Assim, é nessa perspectiva que direcionamos nossos olhares nesse estudo, buscando desvendar as potencialidades e as transformações já existentes no município em que se inseriu o assentamento Dona Helena, e para isso foi imprescindível conhecermos a história de luta dos camponeses. Dessa forma, buscamos contribuir com estudos sobre o meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Impactos territoriais, assentamento, potencialidades, história de luta, camponeses.

1 Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no Projeto Questão Agrária na Paraíba: Estrutura Fundiária, Movimentos Sociais e Reforma Agrária - Plano: "Impactos Territoriais dos Assentamentos Rurais na Zona da Mata Paraibana: estudo de caso do Assentamento Dona Helena", coordenado pelo Professor Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior, e financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB).

2 Aluna do Programa de Pós Graduação em Geografia – UFPB. mariaclyvia@yahoo.com.br

3 Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia – UFPB. mitidierousp@yahoo.com.br

Abstract: This text is part monograph Impactos territoriais da criação do assentamento rural Dona Helena-Cruz do Espírito Santo/PB, presented in 2014 in UFPB. This article addresses the territorial impacts after the implementation of the settlement in the city and its history of fighting, rescuing and discussing this process of transformation in the lives of farmers and around the settlement. We understand that the implementation of a settlement can generate important social changes, economic, and local levels and to regional policies. Thus, it is in this perspective that we direct our eyes in this study, seeking to unravel existing potentialities and the changes in the city in which it entered the settlement Dona Helena, and it was essential to know the history of struggle of the peasants. Thus, we seek to contribute to studies on the Brazilian countryside.

Keywords: Territorial impacts, settlement, potential, history of struggle, peasants.

INTRODUÇÃO

A questão agrária paraibana é fruto de um histórico processo marcado pelo confronto e extermínio de grupos indígenas, pela exploração do trabalho escravo, pela grande propriedade rural e pela produção de açúcar para exportação. E esse processo histórico se consolidou em torno do monopólio da terra, da exploração do trabalho e também da produção para exportação.

Na década de 1990, mudanças importantes aconteceram e refletiram diretamente no quadro agrário paraibano. Essas mudanças promoveram uma reorganização fundiária no Estado da Paraíba, com a desapropriação de grandes latifúndios e a criação de assentamentos rurais. Assim, a hipótese central deste trabalho é de que os assentamentos rurais proporcionam um impacto territorial em seu entorno, entendendo a noção de impacto territorial como transformações sociais, econômicas, políticas, demográficas e de estrutura fundiária nas áreas de assentamento e no entorno destes.

Abordaremos esta perspectiva de transformações a partir do aumento populacional, da educação, da geração de novos empregos, do plano político, da estrutura fundiária local, da produção agropecuária municipal, do comércio local/regional, além dos níveis de organização dos camponeses, entre outros aspectos.

Para tanto consideramos como objetivos específicos: a) Levantar

informações históricas sobre o processo de assentamento das famílias (conflitos, fracionamento da área, projetos, etc.) no PA Dona Helena; b) Levantar informações sobre a produção e comercialização do Assentamento Dona Helena; c) Evidenciar prováveis impactos territoriais no município onde se localiza o projeto de assentamento.

O trabalho realizado busca referendar uma noção teórica ainda em construção nas ciências humanas, que é a ideia de impacto territorial⁴. Esta ideia objetiva compreender as diferentes dimensões sociais e territoriais resultantes da alteração da estrutura fundiária em municípios onde ocorreu a luta pela terra organizada por movimentos sociais, uma vez que os assentamentos rurais de reforma agrária transformam o lugar insólito, sem vida (vazio demográfico) e improdutivo representado pelo latifúndio em lugar com vida e produtivo representado pelo assentamento. Sobre esse aspecto, Gehlen (2004, apud PAIM, DALL'IGNA, 2009, p.09), afirmam que:

A reforma agrária, por essência, é política pública com forte impacto social, sem diminuir os argumentos econômicos de aumentar a produção e de inclusão de parcela da população no circuito do mercado e produtores e de consumidores. [...] O desenvolvimento local e regional sofre impacto positivo e diversificado com essa política. [...] Nesta perspectiva do desenvolvimento econômico combinado com a diminuição da pobreza pela oferta de postos de trabalho e pela dinamização do desenvolvimento local, a reforma agrária é legitimada porque responde aos interesses gerais, não apenas dos camponeses.

Essas mudanças podem ser classificadas como impactos internos e externos. Para Silva e Mitidiero (2010, p.10) podemos tentar identificar os impactos que estão ligados diretamente aos camponeses e os que estão envolvidos em níveis mais abrangentes, como por exemplo, no debate político do município ou região do assentamento:

é inegável a existência dos impactos, e que estes se refletem em “impactos internos”, que são os relacionados à própria mudança na vida dos camponeses como, por exemplo, o incentivo a educação dentro do assentamento, as atividades econômicas, o caráter organizacional, como também, os impactos externos que são sentidos pela sociedade ao redor, já que atuação dos camponeses não se restringe apenas ao próprio assentamento.

⁴ Leite, 2004.

De acordo com Leite et al (2004, p. 32) “estas duas dimensões encontram-se interligadas, e analisar o impacto “externo”, exige anteriormente uma observação sobre o que acontece internamente nos assentamentos”.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiram em pesquisa e análise bibliográfica, a partir das leituras e fichamentos dos textos; em coleta de dados secundários no Banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o qual fundamentará a nossa análise acerca da Produção Agrícola Municipal (PAM) e sobre a estrutura fundiária com dados do Censo Agropecuário (2006), e também com o censo demográfico e outros; no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) buscamos documentos acerca da implantação do Projeto de Assentamento (PA), bem como a atualização das informações acerca dos assentamentos no município.

A Pesquisa empírica foi realizada no Assentamento Dona Helena a partir da elaboração e aplicação de questionários estruturados, que abordaram questões como: a produção no assentamento, a renda dos camponeses, os diferentes serviços oferecidos no assentamento como educação, saúde e transporte, entre outros. Flexibilizamos as entrevistas com conversas mais abertas, não nos restringimos apenas aos questionários elaborados, valorizamos a participação de todos aqueles que se dirigiam e se propunham a dar sua contribuição no trabalho.

Também recorremos à Secretaria Municipal de Educação e Ação Social, onde buscamos informações sobre o número de alunos camponeses e de profissionais da educação que atuam nas áreas de assentamentos do município. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram um gravador do tipo MP3, máquina fotográfica e questionários para realização das entrevistas. Após a aplicação dos questionários foi feita a tabulação e análise dos dados obtidos e a sistematização dos dados quantitativos (tabelas, gráficos, quadros) no software Excel.

Luta pela terra e formação territorial do PA Dona Helena

O assentamento Dona Helena foi constituído, a partir da desapropriação do imóvel Fazenda Engenho Novo, situado no município de Cruz do Espírito Santo-PB.

A história da luta pela terra no imóvel Fazenda Engenho Novo começou no início da década de 1990. Com a falência da Fazenda, que culminou nos conflitos pela terra, de um lado estavam os trabalhadores pobres sem terra e do outro uma família rica e proprietária de um grande latifúndio improdutivo.

Foi um período marcado por confrontos e pela resistência dos trabalhadores sem terra, posseiros, foreiros, acampados e ex-canavieiros, que receberam o apoio da CPT no processo de luta pela terra.

A área atual do assentamento Dona Helena pertencia à família de Renato Ribeiro Coutinho, possuía uma área total de 808 hectares e detinha a propriedade da Fazenda Engenho Novo em Cruz do Espírito Santo, e assim como muitas propriedades da região a área destinava-se ao plantio da monocultura canavieira.

Na Fazenda Engenho Novo existiam posseiros e foreiros⁵ que trabalhavam no plantio e no corte da cana, estes viviam em condições de trabalho desumanas e de grande exploração. Os posseiros não podiam realizar reparos nas casas onde viviam, e se desrespeitassem a ordem do proprietário eram expulsos, uma estratégia para retirá-los da terra, de acordo com Mitidiero (2008, p. 407):

Sempre que um posseiro tentava fazer algum reparo na estrutura de sua casa, era duramente reprimido pelos funcionários da Fazenda. Era uma tática lenta, mas que alcançava resultados, na medida em que os casebres, sempre muito precários, começavam a tombar e muitos posseiros abandonavam suas casas na iminência de desabamentos.

Com a partilha das terras da Fazenda Engenho Novo, se iniciava uma nova forma de perseguir e de expulsar os posseiros e os foreiros da área. Pois, parte da propriedade passou a ser administrada pela Empresa Agropecuária Vale do Paraíba LTDA (AGROPAR) que passou a apoderar-se gradativamente da área, expulsando as famílias que ali viviam. Segundo Nogueira (2006, p. 63):

(...) parte da área passou a ser administrada pela Empresa Agropecuária Vale do Paraíba LTDA (AGROPAR), a qual foi, gradativamente, invadindo o espaço onde moravam os posseiros foreiros, expulsando-os e assim apoderando-se de toda a área. (...) se iniciaram os conflitos. As famílias de posseiros moradores e foreiros que ali viviam foram sendo expulsas progressivamente sem receberem nenhum direito por isso.

Com a crise no setor sucroalcooleiro paraibano no final da década de 1980, ocasionada entre outros motivos pelo fim dos incentivos disponibilizados

⁵ Os posseiros são agricultores que juntamente com a família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo. O trabalhador foreiro é aquele que paga a renda (foro) anual e obrigado, muitas vezes, ao cambão (trabalho gratuito, dois ou três dias por semana). Carneiro (1963, apud, NOGUEIRA, 2006, p. 61).

pelo Programa do Açúcar e do Alcool (PROÁLCOOL), várias usinas na Paraíba vieram à falência. Dentre as que faliram estava a Fazenda Engenho Novo, que não resistiu à crise e também fechou suas portas. Conforme Moreira e Targino (1997, p.121):

Na verdade, malgrado todos os investimentos de capital e incentivos fiscais fornecidos pelo Proalcool, o setor canavieiro paraibano chegou ao fim da década de 80 extremamente endividado. Esse, entre outros fatores, estaria na base do atual quadro de “crise”.

A crise no setor sucroalcooleiro e as iniciativas dos trabalhadores rurais foram sem dúvidas o motor para a desapropriação da Fazenda Engenho Novo e para a desapropriação de diversos latifúndios no Nordeste.

Conforme Leite et al (2004, p.46), no caso da mancha da zona canavieira do Nordeste⁶ (envolvendo a Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas), apesar da ação das Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba em meados dos anos 1950, e de um sindicalismo de trabalhadores atuantes, só depois de 1995 é que ocorre o grande salto nas desapropriações, fato que se justifica pela crise da agroindústria sucroalcooleira em meado dos anos 1980:

O fato novo nessa região, capaz de explicar essa distribuição no tempo, é a já concentrada crise da agroindústria sucroalcooleira a partir da segunda metade dos anos 80, com o fechamento de usinas e destilarias deixando dívidas trabalhistas, associadas às ocupações de terra.

A perseguição com os posseiros e foreiros já existia, mas foi com a falência da Fazenda Engenho Novo que se iniciou o processo de luta pela terra. Foi um período marcado por conflitos, e violência. Dentre as várias situações de confronto podemos destacar a proibição em plantar na área. Quando os posseiros insistiam em plantar tinham suas plantações arrancadas. A situação de miséria em que viviam os posseiros, a pressão psicológica sofrida durante o conflito por parte do proprietário ao arrancar suas roças, a matança de animais podem ser consideradas e apontadas como violência moral. Um dos camponeses entrevistados da pesquisa relata o que aconteceu na época do conflito:

⁶ Leite et al, 2004. *A zona da Mata edificada sob forte influência da cana-de-açúcar*. (p.52)

Não teve violência, mas teve processo teve 36 pessoa processada inclusive desses processados teve alguns que teve que pagar trabalho voluntário no município pra cumprir a pena, e outros foram absolvido depois de um tempo. (...) e não houve violência em termo de agressão, teve a questão da luta a gente prantava eles arrancava, prantava im cima da lavora da gente, nós arrancava também, (...) (Camponês 1, Assentamento Dona Helena, 2012).

O proprietário pressionava os posseiros, impedindo-os de plantar e praticamente os obrigando a sair da terra e ir para a cidade. Segundo este entrevistado:

A luta de Dona Helena começou muito antes de 95 porque existiam os posseiros aqui no qual eles resistia pra não ir pra cidade, o fazendeiro ficava pressionando, matando bicho, não pagava o dinheiro deles correto e foi quando eles pediram apoio ao STR e da CPT, e entrando em consenso ai arrumaram um grupo de pessoas de fora de varias cidades para dar apoio ai continuaram a luta fizeram acampamento (...) (Camponês 3, Assentamento Dona Helena, 2012).

A luta e a resistência dos posseiros em permanecer na terra recebeu o apoio da CPT, que os ajudou durante o processo de formação da luta pela terra, na organização para a ocupação da Fazenda Engenho Novo, além de ter trazido famílias dos municípios vizinhos para ajudar no processo. O assentamento Dona Helena representa uma particularidade na participação da CPT no Estado da Paraíba, como afirma Mitidiero (2008, p. 408) “a experiência da Fazenda Engenho Novo possui o estigma de ser a primeira ocupação organizada e coordenada pela Pastoral da Terra na Paraíba”.

Diante dos relatos notamos também o apoio da CPT na luta pela desapropriação e conquista da terra na fala de um dos entrevistados da pesquisa:

(...) no inicio da luta nós tivemos o apoio maciço da Pastoral da Terra que é a CPT, tivemos o apoio de forma geral da igreja, tivemos o apoio do Sindicato, tivemos o apoio também da Universidade (UFPB), tivemos o apoio dos assentamentos. Hoje a gente continua com o apoio da CPT. (Camponês 2, Assentamento Dona Helena, 2012).

De acordo com um camponês, além da CPT, a luta pela terra também recebeu o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Cruz do Espírito Santo e do vice-prefeito que na época era Severino Bento, conhecido como Biu do Bar, o qual foi um dos trabalhadores pobres que lutou pelo acesso à terra:

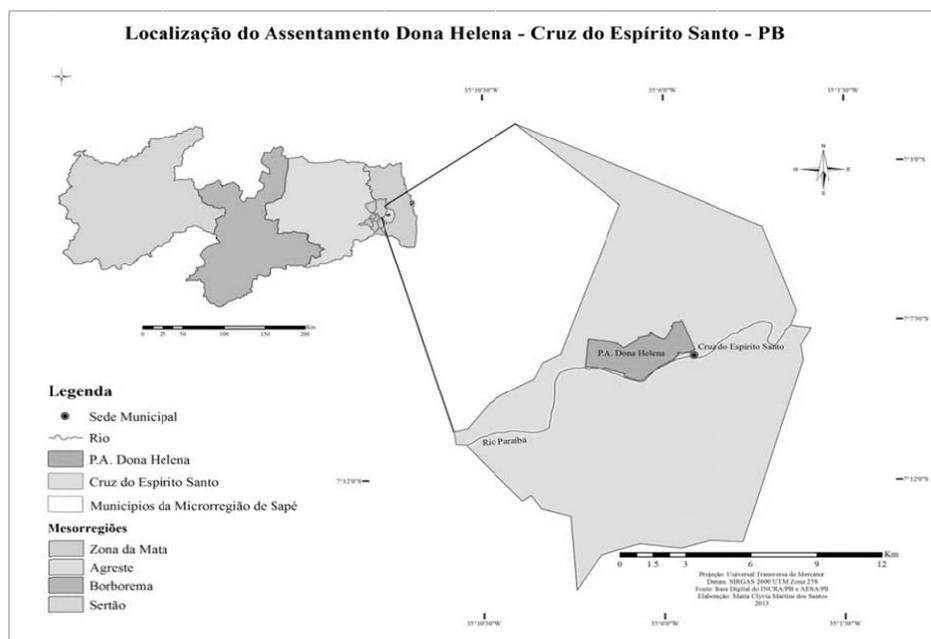
Apoio da CPT, Frei Anastácio, Dorival, e também a paróquia de Cruz do Espírito Santo, como também do nosso querido, ilustre Biu do Bar, foi vice-prefeito na época fez um pedido na câmara pra acampar numa área da prefeitura, um grande apoio, como também apoio de outros companheiros que veio de fora (...). (Camponês 3, Assentamento Dona Helena, 2012).

Em 20 de julho de 1996 foi criado o projeto de Assentamento Dona Helena, foram assentadas 105 famílias, dentre as quais estavam posseiros, foreiros, acampados, ex-canavieiros, e as famílias indicadas pelo STR local. Desse modo concordamos com Nogueira, (2006) ao afirmar que o a criação do assentamento Dona Helena resulta da luta, das ocupações, e da resistência dos trabalhadores rurais sem terra, na propriedade do imóvel Fazenda Engenho Novo.

Caracterização do PA Dona Helena

O assentamento Dona Helena encontra-se localizado no município de Cruz do Espírito Santo, na Microrregião de Sapé, situado na Zona da Mata Paraibana, como mostra o Mapa 1.

Mapa 1: Localização do Assentamento Dona Helena



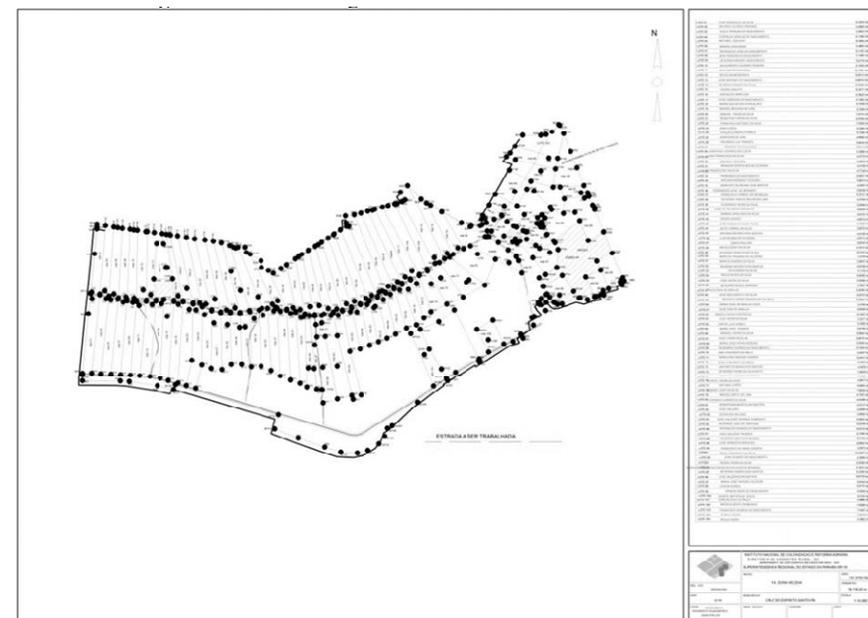
Fonte: INCRA-PB/AESA-PB, 2013. *Elaboração das autoras.*

O assentamento possui uma área total de 762,27 hectares, representando 12,4% da área do total de assentamentos no município de Cruz do Espírito Santo e está entre os assentamentos que possuem a maior área ocupada por assentamentos na Zona da Mata Paraibana.

Segundo o INCRA-PB Cruz do Espírito Santo possui um total de 834 famílias assentadas, dos quais 105 são do assentamento Dona Helena, representando quase 13% do total de famílias assentadas no município.

O módulo fiscal⁷ de Cruz do Espírito Santo é de 10 hectares⁸. A divisão do imóvel foi realizada pelo INCRA, que estabeleceu 7 hectares para cada família, devido ao grande número de famílias a serem assentadas, o que pode inviabilizar o desenvolvimento da produção familiar. E a divisão das parcelas foi realizada pelos camponeses. As casas encontram-se organizadas por lotes (figura 1).

Figura 1: Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena



Fonte: INCRA-PB, 2013.

⁷ INCRA – Módulo Fiscal - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar.

⁸ DI LORENZO, (2007, p. 109).

Existem ainda no PA a área coletiva e uma área destinada às instalações do Centro Rural de Formação (CRF) e à Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena (ATRADH).

Apesar dos problemas, é evidente que ocorreram mudanças na vida dos camponeses, uma vez que a conquista do assentamento promove uma melhoria nas condições de vida das famílias assentadas, e transformações em seu entorno, das quais trataremos a seguir.

Impactos Territoriais da Criação do PA Dona Helena

Os assentamentos rurais proporcionam uma reorganização das formas de produção na área, podendo afetar a dinâmica do comércio local, além de promover alterações na organização social, econômica e política de um município ou de uma região. Essas transformações são compreendidas neste trabalho como impactos territoriais. A esse estudo interessou identificar os impactos territoriais da criação do Assentamento rural Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo/PB.

No que tange à população assentada, esta é representada por uma população historicamente excluída, e o assentamento possibilitou o acesso à terra e melhorias nas condições de vida. Constatamos que (64%) dos responsáveis pelos lotes eram do sexo masculino e (36%) do sexo feminino. A faixa etária dos entrevistados varia entre 40 e 76 anos. Quanto à escolaridade dos entrevistados, notamos que a grande maioria (40%) não terminou o ensino fundamental, características próprias de uma população historicamente privada de direitos básicos como educação por exemplo. Dos entrevistados (89%) não estudam e apenas (11%) encontram-se em sala de aula.

Todos camponeses afirmaram que já haviam trabalhado na agricultura antes do assentamento. Verificamos que (73%) dos camponeses trabalhavam na agricultura, no período anterior ao assentamento, principalmente como meeiros, foreiros, posseiros, parceiros e moradores, (18%) como canavieiros e (9%) na construção civil.

A grande maioria dos responsáveis pelos lotes já vivia na zona rural (64%), enquanto (36%) viviam na zona urbana. As famílias que constituem o assentamento Dona Helena são de origens diferentes, do próprio município de Cruz do Espírito Santo, Alagoa Grande, Boqueirão, Mamanguape, Itatuba, Sapé, São Paulo-SP, águas Belas-PE, Bayeux e Pedras de Fogo. Conforme Nogueira (2006, p. 76) “os camponeses de Dona Helena têm

origem de diferentes municípios do estado da Paraíba e de outros estados do país”. Mas, (56,1%) residiam no município de Cruz do Espírito Santo. Sendo assim, (43,9) da população assentada veio de outros municípios, um número expressivo de famílias que passaram a compor o assentamento e refletir nos dados demográficos do município.

A criação do assentamento Dona Helena gerou maior demanda de infraestrutura social, como escola, posto de saúde, energia elétrica, acesso à água, entre outros serviços. Assim sendo, a construção de instalações é também a expressão do impacto da existência dos assentamentos, pois, “novas demandas se abrem, que agora se voltam para negociações com agentes de governo sobre a organização interna e para obtenção de créditos e infraestrutura” (MEDEIROS, LEITE, 2004, p.112 e 115).

Todos os assentamentos do município de Cruz do Espírito Santo possuem uma escola. Assim, de certo modo contemplados com a criação do assentamento, uma vez que gerou uma maior demanda de serviços e conseqüentemente um maior número de funcionários empregados (professores, merendeiras, faxineiros, vigias, secretárias, e outros). A escola tem dois banheiros, uma videoteca, cozinha, duas salas de aula, secretaria e uma dispensa. A Escola do assentamento foi uma conquista dos camponeses que se mobilizaram por uma educação melhor e mais acessível para seus filhos e mediante seus esforços obtiveram êxito.

Vale frisar que essas escolas localizadas nas áreas rurais só atendem alunos/as até o 5º ano do Ensino Fundamental. Os alunos/as das séries seguintes têm que se deslocar para o centro urbano do município para dar continuidade a seus estudos. Para os alunos que precisam deslocar-se até a cidade existe o transporte escolar municipal que os leva até as escolas do município. O assentamento Dona Helena se localiza próximo à cidade e também é contemplado com o transporte escolar.

No assentamento não existe Posto de Saúde, e os camponeses procuram os serviços de saúde na cidade. Mas, o assentamento conta com o trabalho dos agentes de saúde que regularmente visitam as famílias assentadas.

A conquista da rede de eletrificação do assentamento foi uma luta da ATRADH juntamente com os camponeses: a luta por energia elétrica durou mais de 4 anos, e após a conquista, todos os lotes foram beneficiados.

Em relação ao acesso à água, todos os lotes possuem cisternas, uma forma encontrada para assegurar que os camponeses tenham água em suas casas, mas em épocas de forte estiagem é usado o carro pipa para o abastecimento de água (figura 3). Apesar do Assentamento se localizar bem

próximo às margens do Rio Paraíba e também de uma lagoa, não existe um projeto voltado para o beneficiamento desses camponeses em relação a esses cursos d' água.

Figura 2: *Abastecimento de cisterna no PA Dona Helena*



Fonte: *Pesquisa de campo, 2014. Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.*

A água encanada é uma conquista recente, de um projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) com a Prefeitura do município. A princípio deveria atender as 105 famílias assentadas, no entanto não é o que ocorre. Apesar da tubulação estar presente na maioria das casas a água não chega devido às diferentes altitudes: a água é levada de forma gravitacional até as casas, e por isso não chega a todos os lotes.

No que se refere à organização interna do assentamento, a grande maioria dos camponeses entrevistados declarou participar da Associação. As assembleias mensais ocorrem na sede do assentamento onde também se localiza o CRF. De acordo com Di Lorenzo (2007, p. 222) “a instalação do CRF na sede da ATRADH foi importante por que possibilitou a reconstrução da sede do Assentamento, cujas instalações se encontravam

em grande parte em ruínas”.

Além da associação, que representa os trabalhadores rurais do assentamento, existe também o grupo de mulheres que é um projeto da associação onde as mulheres trabalham fazendo bolo, e uma Cooperativa onde os camponeses buscam recursos para construir um engenho. A forma como os camponeses se organizam é também a expressão do impacto da existência do assentamento na vida dos mesmos. Para Leite et al (2004, p. 115):

Em todos os casos, as formas como os camponeses se organizam são a expressão do impacto da existência dos assentamentos na sua vida. Em contrapartida, essas formas de associação acabam gerando impactos sobre a inserção dos camponeses na vida dos municípios onde se localizam e na visão que a sociedade mais ampla tem deles, em especial os governantes e a população das cidades próximas (...).

A associação tem grande representatividade dentro do assentamento, nela os camponeses encontram formas de manterem-se unidos e organizados para enfrentarem da melhor maneira os diversos desafios do assentamento, “essas pessoas precisam ser capazes de se organizar de maneira duradoura para afrontar conjuntamente os problemas” (D' INCAO, ROY, 1995, p.23). Na figura 3, podemos visualizar uma das assembleias mensais.

Figura 3: *Assembleia realizada no Prédio do CRF*



Fonte: *Pesquisa de campo, 2013. Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.*

Nas assembleias da ATRADH podemos observar que a participação dos camponeses ocorre de forma democrática, isto é, todos têm o direito à vez, voz e voto todos podem durante a reunião dirigida pela presidente da associação, expressar suas opiniões, apresentar seu ponto de vista, sendo assim, a associação é um espaço de decisões coletivas como afirmam dois camponeses:

Não participa quem não quer, por que a associação aqui toda vida ninguém venha dizer que ela foi um órgão privado que nunca foi não, ela toda vida da vez e voz ao associado e a todo mundo que chegar, até gente que “vinher” visitante também tem direito de participar, de dar sua opinião ou contra ou a favor mais tem vez e voz (Camponês 5, Assentamento Dona Helena, 2014).

Lá na assembleia, lá é livre pra todo mundo falar, se não quiser falar não fale, e quem quiser falar fale, lá dá oportunidade pra todo mundo falar. (Camponês 6, Assentamento Dona Helena, 2014).

De acordo com a presidente da associação existem 202 associados, com 93 destes adimplentes. Apesar de nem todos camponeses fazerem parte da associação, os que dela fazem parte são engajados com os problemas do PA.

Um dos camponeses expressou sua opinião sobre as vitórias da associação, ressaltando a conquista da escola e da água encanada no assentamento,

Trouxe o colégio que pra gente foi uma maravilha, só em a gente ver que as crianças da gente num vai andar como daqui, no conjunto ou na rua, só os que num o estudo dele aqui, mais uma criança dessa sair daqui, eu mesmo num confiava em deixar uma criança dessa (...) Essa água também foi uma parte da associação que deu uma grande força, os dirigente da associação que deu uma grande força e exigiu mesmo, então são batalhas conseguidas pela associação (Camponês 5, Assentamento Dona Helena, 2014).

A ATRADH possui um importante papel no Assentamento, através dela os camponeses associados tem a possibilidade de venderem seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁹, e recebem o pagamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) repassados diretamente aos camponeses.

⁹ O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap).

Produção e comercialização do Assentamento Dona Helena

No assentamento podemos encontrar práticas sustentáveis através da produção agroecológica. Predominam no PA as atividades produtivas de ordem familiar. São os membros da família os responsáveis pelo preparo da terra, plantio e colheita. Tanto as mulheres como os homens exercem esse trabalho nos roçados. E até as crianças algumas vezes ajudam a família.

Dentre os destaques na produção do assentamento Dona Helena, estão a: batata-doce, mandioca, castanha de caju, milho, fava, banana, goiaba, laranja, limão, mamão, maracujá e também a cana de açúcar. Encontramos ainda o plantio de abacate, abacaxi e feijão. Todos camponeses entrevistados têm em seus lotes acerola, coco e seriguela. Isto é, a produção no assentamento ocorre de forma diversificada, contribuindo para a “diversificação da produção agropecuária local” (MEDEIROS, LEITE, 2004, p. 74).

Di Lorenzo (2007, p. 148) aponta que as técnicas adotadas na produção agrícola do PA Dona Helena “consistem em formas de manejo tradicionais, como o aproveitamento das podas e dos defensivos orgânicos, além da incorporação de novas práticas, como a produção de biofertilizantes com o aproveitamento dos recursos locais”. O uso de biofertilizantes é de baixo custo e não desestrutura o solo como ocorre com o uso de fertilizantes químicos. Além disso, geram uma produção mais saudável e propícia ao manejo agroecológico da área produtiva, oferecendo alimentos mais saudáveis e respeitando o meio ambiente.

A produção do PA destina-se em sua maioria para o consumo: apenas 27 famílias assentadas comercializam seus produtos. De acordo com a presidente da ATRADH cinco famílias participam da feira do município (que ocorre nos domingos), quatro famílias da feira do agricultor (no sábado), aproximadamente sete famílias comercializam seus produtos na feira agroecológica da UFPB, e onze famílias do assentamento participam do PAA. O assentamento se localiza bem próximo à cidade de Cruz do Espírito Santo e da capital, isso facilita o escoamento da produção para o comércio local/regional.

Figura 4: Feira Agroecológica da UFPB



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014. Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

A feira do agricultor realizada no próprio município é abastecida pelos assentamentos: Dona Helena, Campos sementes e Mudas, Massangana I e Canudos.

A feira é recente no município e tem recebido o apoio do STR, do Prefeito Municipal Pedrito, dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O número de famílias assentadas que participam das feiras ainda é muito pequeno, os incentivos e as colaborações existentes são insuficientes. De acordo com Di Lorenzo (2007, p. 151) alguns motivos relacionados à reduzida participação desses camponeses (na Feira Agroecológica da UFPB) são: a pouca produção do excedente; as dificuldades dos camponeses para se manterem na terra; dos endividamentos obtidos para custeio da produção; a localização da parcela em terrenos de solos impróprios ao cultivo; ausência de projetos de irrigação, dentre outros.

No assentamento também observamos a criação de alguns animais, dentre eles estão, o gado bovino, caprinos, suínos e em maior proporção as aves. Em sua maioria destinam-se mais para o consumo. A criação que se destina mais para o comércio são as aves e também os ovos na feira do município e na feira agroecológica da UFPB. Encontramos também a criação de abelhas que possibilita a comercialização da produção do excedente do mel.

Os moradores do município em sua maioria (91%) afirmaram que consideram importante a produção nos assentamentos e a participação dos camponeses nas feiras, principalmente por uma maior qualidade dos alimentos. A produção nos assentamentos repercute em transformações importantes para o município, rebatendo diretamente na oferta de alimentos e nos preços comercializados, como afirma um dos moradores do município entrevistado na pesquisa:

eles tão produzindo e pegando sua produção e vendendo aqui ao povo de Cruz do Espírito Santo e do conjunto(...). Agora tão plantando mais, cuidando mais da terra. Também os que eles vende também é melhor que o preço da feira né. Porque vem diretamente do produtor, num tem atravessador aí é mais barato o que eles produz na terra né. Às vezes eles têm produto lá, tem macaxeira, tem inhame, tem verdura, quem quiser pode ir lá e comprar mais barato do que na feira. (Morador 1, Cruz do Espírito Santo, 2013).

Nessa perspectiva concordamos com Bergamasco e Norder (1996, p. 48) ao afirmarem que “a implementação dos assentamentos pode alterar as relações entre o campo e a cidade, já que os efeitos locais e regionais da grande propriedade, produtiva ou não, são significativamente menores que os benefícios da agricultura familiar”.

Além disso, a produção beneficia os camponeses, e dá a oportunidade de inserção dos mesmos como produtores e vendedores dentro do universo da economia local/regional, realizando atividades dentro e fora do lote.

Neste âmbito Bergamasco e Norder (1996) ressaltam a importância de políticas públicas voltadas para a produção agrícola em bases familiares no Brasil, já existentes em todos os países desenvolvidos, associadas às estratégias para o desenvolvimento econômico e ampliação do mercado de consumo interno. Desse modo, “os assentamentos, caso implementados em maior escala, poderiam beneficiar não apenas a população sem-terra, mas grande parte da sociedade brasileira” (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p. 67).

Renda dos camponeses e condições de vida

Os camponeses de Dona Helena dedicam-se a atividade agropecuária nos lotes, cultivando alimentos e criando alguns animais. E complementam a renda com os trabalhos fora do assentamento. Em alguns casos ocorre a

venda do excedente da produção como já tratado.

A renda das famílias assentadas provém de três fontes principais: o trabalho agrícola dentro do lote, o trabalho fora do lote e as transferências governamentais. O trabalho na produção de bolo por parte das mulheres do assentamento também contribui para a composição da renda de algumas famílias.

Constatamos que 54,5% das famílias entrevistadas tem sua renda composta pelo trabalho fora do lote (construção civil, vigia, costureira, caseiro e em outros lotes), e 36,4% das famílias da produção no lote.

Verificamos também a renda proveniente do lote e do trabalho fora do lote comparando esta com a renda anterior à entrada no assentamento. Houve uma melhoria significativa da renda dos camponeses: na renda mínima, que era de R\$ 70,00, agora é de R\$ 80,00, houve uma diferença pouco significativa; mas na renda média familiar houve um aumento de R\$ 450, 00; e, ao comparar as maiores rendas entre as tabelas, percebemos uma diferença de pouco mais de R\$ 750, 00. Quando comparamos a renda atual das famílias assentadas com a renda a anterior a entrada no PA fica evidente que houve uma melhoria nas condições de vida destas.

Nesse sentido, chamamos a atenção para o impacto interno, isto é, para as mudanças ocorridas na vida das famílias assentadas, as quais apontaram ter havido uma significativa melhoria econômica, quando comparada a situação anterior a entrada destas no assentamento. Para Leite et al (2004, p. 233):

o acesso á terra permite ás famílias dos camponeses uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento.

Em relação às transferências governamentais, estas provêm basicamente do Programa Bolsa Família do governo federal e de aposentadorias. Todas as famílias entrevistadas no PA Dona Helena complementam sua renda com essas transferências governamentais.

Do total das famílias entrevistadas, 54, 5% recebem o benefício do Programa Bolsa Família (valor não informado). Já as famílias entrevistadas que complementam a renda com recursos de aposentadoria ou pensão no valor de um salário mínimo¹⁰ correspondem a 63,6% do total. E há também

¹⁰ Ministério do Trabalho e Emprego. Valor atual do Salário Mínimo: R\$ 724,00 a partir de 01.01.2014.

a complementação da renda com a produção de cana de açúcar.

A análise indicativa de melhorias nas condições de vida considerou além da percepção dos camponeses (poder de compra, alimentação e etc.) a posse de alguns bens de consumo e de transporte, realizando uma comparação da situação atual com a anterior ao assentamento.

Todos entrevistados afirmaram possuir fogão a gás, geladeira e televisão. Enquanto que 18,2% possuem antena parabólica e freezer, e 54 5% afirmaram possuir outros bens como: aparelho de som ou rádio, ferro elétrico e liquidificador. Quanto ao período de aquisição dos eletrodomésticos, 30% dos camponeses já tinham antes e os demais (70%) conquistaram após o assentamento.

A presença das motos no assentamento é bastante significativa, 55% dos camponeses declaram possuir esse bem. A posse das bicicletas também é representativo, 36% dos entrevistados afirmaram possui-la. Já a posse de carros não é significativa, 9% apenas o possuem. Vale destacar que todos os meios de transportes citados foram conquistados após o assentamento.

É importante chamar a atenção para o impacto externo relativo à posse dos bens de consumo duráveis e de transporte comprados pelos camponeses no comércio local/regional. Conforme dados obtidos na pesquisa constatamos que os bens de consumo duráveis foram comprados respectivamente em Sapé, Cruz do Espírito Santo, Santa Rita e Bayeux. A participação dos camponeses promove alterações na dinâmica do comércio local e regional, como é o caso dos mercados e demais serviços que se localizam nos municípios citados acima.

Todos camponeses declaram que a vida melhorou após o assentamento e que desejam continuar no PA. A percepção dos camponeses sobre suas condições de vida antes e depois do assentamento reafirma a fala anterior do camponês. Todos declaram que houve melhoria nas condições de moradia, saúde, alimentação, educação, lazer poder de compra, segurança física e perspectivas do futuro da família. Os destaques são em relação à moradia, alimentação, poder de compra e futuro da família.

A percepção dos camponeses sobre a melhora nas condições de moradia está relacionada ao material de que era construída a casa no período anterior ao assentamento. No total, todas as casas são construídas de tijolo ou bloco. Antes de serem assentados, esse dado era de 60%, e os demais 40% tinham suas casas construídas com barro ou taipa ou ainda com papelão ou plástico.

O assentamento Dona Helena foi contemplado com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e os camponeses que se encontram adimplentes

com o banco poderão realizar reformas em sua moradia. Eles receberão 17.200 reais, 35% do total serão para a mão de obra, e o restante, 11.200 reais para a compra de material. Conforme a Presidente da associação:

Ai o assentamento foi contemplado também, ai as pessoas que tava adimplente com o banco, aqui em Dona Helena são 73 que estão em ordem, mas dos setenta e três só 65 aproximadamente quiseram a reforma. Quem vai executar a reforma é uma construtora e quem é o proponente, a entidade organizadora também é o sindicato. 17.200, 35% é para a mão de obra, aí fica 11.200 para a compra de material. O camponês paga 168 durante 4 anos os demais se for aplicado dentro dos padrões ai o governo federal dá isenção (Presidente da Associação, 2014).

Esse projeto do PNHR irá proporcionar maiores campos de trabalho para os moradores do município. A construtora que irá executar o projeto das reformas além de ter a obrigatoriedade de contratar quem é do município dará preferência ao comércio local na compra dos materiais.

Em relação às condições de alimentação, estes também são aspectos importantes na caracterização das condições de vida dos camponeses, e todos entrevistados apontaram melhoras. A esse aspecto, Leite et al (2004, p. 249) enfatiza que:

O acesso à terra e a possibilidade de plantio para consumo por si só aparecem levar a uma melhoria nas condições de alimentação de pessoas que, muitas vezes, viviam de trabalho temporário ou eventual, ou então, mesmo tendo acesso à terra, como “moradores” ou “parceiros”, em situação de instabilidade.

Ao serem indagados sobre as perspectivas para o futuro da família todos consideraram que será melhor. Apesar das dificuldades os camponeses esperam e confiam em um futuro melhor.

A melhoria das condições de habitação, saúde, educação, alimentação e outras, demonstram que houve mudanças importantes na vida dos camponeses, tendo em vista que no período anterior ao assentamento, viviam em sua maioria em uma situação de precariedade como posseiros, canavieiros e acampados.

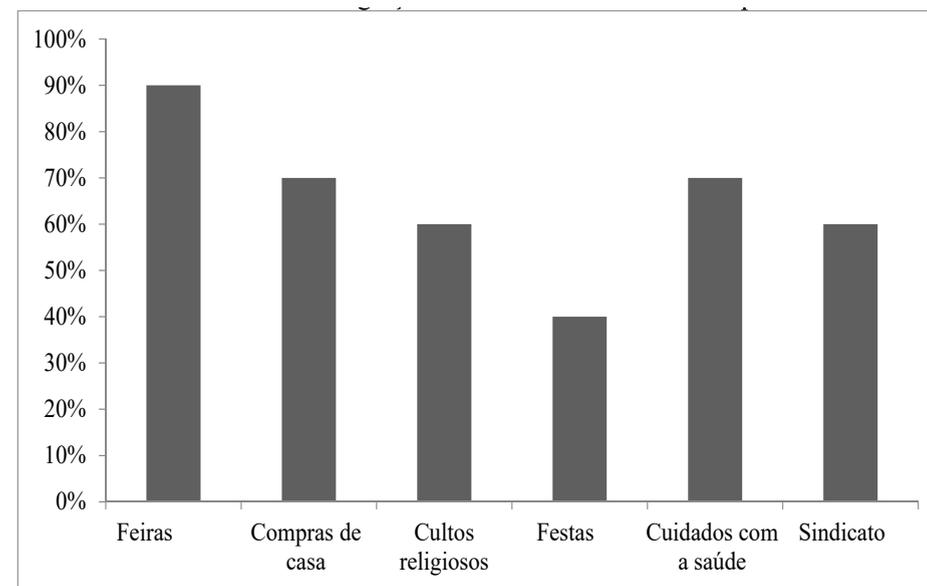
Integração do PA com o município de Cruz do Espírito Santo

Com a chegada dos camponeses ocorreu um crescimento no comércio local, advindo das compras realizadas em mercadinhos, farmácias, lojas de móveis e eletrodomésticos, contribuindo assim para o desenvolvimento do comércio do próprio município, bem como das cidades de Santa Rita e Sapé, ambas aumentando a oferta de empregos, gerando renda e possibilitando melhorias econômicas, como podemos constatar no depoimento de um morador de Cruz do Espírito Santo sobre os camponeses:

Eles compra muito, eu vejo muito camponês comprando móveis, vai no mercadinho, ajuda né, por causa dos imposto também e pra o comerciante né. Muitos compra em Santa Rita e muitos compra aqui, os camponeses né, aumenta tudo né, aonde tem renda tem emprego né não (Morador 1, Cruz do Espírito Santo, 2013).

Ao serem questionados sobre as atividades que os levam ao município, 90% dos camponeses apontaram que costumam ir para as feiras, 70% para as compras de casa e cuidados com a saúde, 60% para cultos religiosos e Sindicato, e 40% para as festas que acontecem no município (graf.1).

Gráfico 1: Integração do assentamento no Município



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração das autoras.

82% dos moradores entrevistados acreditam que a implantação dos assentamentos promoveu mudanças no comércio local (lojas, mercados, farmácia e etc.), principalmente com o crescimento no número de mercados, mercadinhos e lojas.

Um dos camponeses também dá a sua opinião sobre a participação dos assentamentos no comércio do município:

Cresceu mais, o comércio cresceu, o município cresceu né porque muita gente que construíram essas casas, a maioria vieram de fora, então cresceu, o município cresceu. Cresceu o comércio que muita gente que trabalha com lavoura vende aqui, negocia aqui mesmo na feira, o preço fica melhor, então cresceu tanto o comércio como o município cresce (Camponês 5, Assentamento Dona Helena, 2014).

A maioria dos comerciantes entrevistados apontou que a implantação dos assentamentos no município promoveu modificações no comércio (lojas, mercados, farmácia e etc.) e que houve crescimento de vendas no seu estabelecimento comercial após a implantação dos PAs. Conforme um dos entrevistados na pesquisa, “é fundamental a participação deles, a gente vende mais pra eles do que pro pessoal daqui mesmo. Os camponeses compram mais do que os que moram na cidade” (Comerciante 4, Pesquisa de Campo, 2014).

E sobre a participação dos assentamentos um dos comerciantes apontou que o Assentamento Dona Helena é o que mais compra em seu estabelecimento, por ser o mais próximo da cidade:

O que mais compra aqui em Cruz dos assentamentos é o Assentamento Dona Helena. O Dona Helena, metade da Fazenda São Filipe e metade do Engenho São Paulo, a maioria eu acho que compra em Santa Rita (Comerciante 1, Pesquisa de Campo, 2014).

E apesar do município possuir um grande número de assentamentos, o que poderia alavancar o comércio local, estes estão localizados bem próximos a outros municípios como Sapé e Santa Rita, cidades que tem um comércio maior e oferece preços mais baixos, com maior oferta de produtos nos mercados e lojas.

No que tange à participação política, os camponeses também tem um papel importante no campo político do município, pois o aumento populacional incide diretamente no aumento de eleitores. Como afirmam Medeiros e Leite (2004, p.86) “as alterações demográficas também produzem novos ingredientes à disputa local”.

90% dos entrevistados acreditam que o voto dos camponeses tem peso nas eleições municipais e que o assentamento Dona Helena apoiou a candidatura de Biu do Bar (Severino Bento) a prefeito em 1996. Já quando questionados sobre o apoio a Biu do Bar em 2012 em sua candidatura a vice-prefeito os camponeses acreditam que o assentamento o apoiou, mas não da mesma forma. Apenas 50%, isto é, metade do assentamento o apoiou.

Assim, direcionamos nossos olhares para a capacidade que os camponeses têm de transformação, revelando a dimensão dessa participação no contexto local, sendo possível perceber que dentro do contexto municipal a participação dos camponeses não pode ser desconsiderada, com aproximadamente 300 eleitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se desvendar as principais abordagens dos impactos territoriais do Assentamento Rural Dona Helena. Para contextualização dos impactos, foi necessário identificar os principais sujeitos causadores das transformações ocorridas no meio rural. As transformações ocorrem no interior do assentamento, nas relações entre as famílias assentadas e seu entorno. Após a implantação do assentamento, inicia-se a fase de reivindicações por infraestruturas (rede de esgoto, energia elétrica, posto de saúde, rede de água) destinadas para consolidação e desenvolvimento das famílias assentadas.

Diante do que foi apresentado neste trabalho, percebemos a importância da implementação dos assentamentos rurais, assim como a importância de políticas públicas voltadas para esses projetos. O Estado Brasileiro precisa redefinir as políticas públicas voltadas para o meio rural, de modo que as políticas agrícolas para os camponeses estejam associadas a um conceito de desenvolvimento mais amplo, tendo em vista que os assentamentos propiciam transformações importantes na vida das famílias assentadas e no seu entorno.

É fato que os PAs implantados no Brasil são resultado da luta de trabalhadores rurais sem terra, e a redefinição de políticas públicas para esses projetos traria impactos locais surpreendentes. Felizmente a luta pela terra organizada pelos trabalhadores rurais sem terra está gerando novas destinações para as áreas dos latifúndios improdutivos. Novos acampamentos estão sendo organizados, novos assentamentos serão criados e novas famílias serão assentadas, surgindo assim, novos impactos territoriais.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

D' INCAO, M.C.; ROY, G. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

DI LORENZO, I.D.N. **A Construção da Territorialidade camponesa no assentamento Dona Helen, Cruz do Espírito Santo-PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPB, João Pessoa, 2007.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Área do projeto, Capacidade de assentamento, N° de famílias Assentadas, Tituladas, N° de vagas e Excedentes nos Projetos de Reforma Agrária,** 2014.

_____. **Módulo Fiscal.** Disponível em: <<http://www.incr.gov.br/index.php/servicos/fale-conosco/perguntas-frequentes>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

_____. **Diretoria de Cadastro Rural – Departamento de Cartografia e Recursos Naturais,** 2013.

_____. **Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena,** 2013.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: UNESP/Nead, 2004.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2014.

MITIDIERO JUNIOR, MARCO A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** São Paulo, 2008.

MOREIRA, E. **Por um Pedaco de Chão.** 1. Ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997. 332p.

NOGUEIRA, A.P.F. **A Formação Territorial e a Organização do Espaço no Assentamento Dona Helena no município de Cruz do Espírito Santo-PB.** Monografia (Graduação em Geografia). UFPB, João Pessoa, 2006.

PAIM, R.O.; DALLIGNA, S.F. A importância da Reforma Agrária: Diagnóstico do Assentamento Congonhas - Abelardo Luz - SC/Brasil na Perspectiva do Desenvolvimento Econômico. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009. In: **Anais...**, 2009.

SILVA, D.P.O.; MITIDIERO JUNIOR, M.A. Os Impactos Territoriais da Luta pela Reforma Agrária: Estudo do Projeto de Assentamento 22 De Novembro, Município de Lagarto (Se). XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. In: **Anais...**, Porto Alegre, UFRGS, 2010.

Sites Consultados:

Geo Portal AESA. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/shapes.html>>. Acesso em 31 de Julho de 2007.

NA ESTEIRA DA ILEGALIDADE: ANÁLISE DAS RELAÇÕES JURÍDICAS NAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DA TERRA NO ASSENTAMENTO DA FAZENDA REUNIDA EM PROMISSÃO¹

Maria Elena Miranda²

Resumo: O presente artigo trata de um Assentamento Rural na cidade de Promissão em São Paulo, constituído em 1986. A pesquisa procurou abordar os modos de apropriação das terras no assentamento como terra camponesa em suas múltiplas formas, as quais chamei de pluriapropriação. As condições de apropriação e transmissão da terra no assentamento se davam em desacordo com a normatização que rege os programas de assentamentos rurais no país, tornando os assentados “fora da lei”. São considerados ilegais o arrendamento de terra, o fracionamento do lote, o exercício de atividades assalariadas pelos titulares e a comercialização dos direitos de posse. O inquérito instaurado pelo Incra, transformado em processo administrativo, constatou que as transações de venda e transmissão de direitos no assentamento de Promissão, realizadas até 1998, eram irregulares. Algumas delas foram regularizadas, considerando que o perfil dos compradores atendia às exigências legais, mesmo que as transações não as tivessem atendidas. No entanto, a pesquisa demonstrou que as “vendas irregulares”, muitas vezes, atendiam as necessidades de reprodução social dos assentados, uma vez que os lotes comprados eram destinados aos filhos dos assentados que lá permaneciam.

Palavras-Chaves: Pluriapropriação; Apropriação da Terra; Camponês; Assentamento; Transmissão da Terra.

1 Este artigo foi extraído da minha tese de Doutorado defendida no Departamento de Antropologia da FFLCH – USP em setembro de 2003. O artigo sofreu uma pequena alteração na redação para adaptação dos tempos verbais. Como tenho visitado o assentamento periodicamente e não observei grandes mudanças e, parte do que o artigo retrata refere-se aos acontecimentos passados e já concluídos, mantive a estrutura básica do capítulo original da Tese.

2 Doutora em Antropologia pela FFLCH-USP E-mail: elenusp@usp.br

Abstract: This article deals with a rural settlement in the city of Promissão in the state of São Paulo, established in 1986. The research sought to approach the forms of appropriation of the land in the settlement as peasant land in its multiples forms, which I have called pluriappropriation. The conditions of appropriation and transfer of land in the settlement occurred in disagreement with the regulation governing the rural settlement programs in the country, transforming the settlers in “transgressors”. The land lease, the division of the rural module, the employment of holders and the sale of tenure rights are considered illegal. The inquest established by Incra, converted in administrative process, concluded that sales transactions and transfer of rights in the settlement of Promissão performed until 1998, were irregular. Some of them were regularized, considering that the buyers’ profiles had fulfilled the legal requirements to be eligible for land tenure in settlements of agrarian reform, even if the transactions has not fulfilled legal criteria. However, research has shown that “irregular sales” often were coming met the social reproduction needs of the settlers, since the lots purchased were destined to the sons of the settlers who had remained there.

Keywords: Pluriappropriation; Land Appropriation; Peasant; Settlement; Land Inheritance.

1. INTRODUÇÃO

A reinserção dos trabalhadores rurais sem terra no modo de vida camponês tem propiciado novas reflexões nos estudos de campesinato no Brasil. A teoria da prática de Bourdieu me pareceu adequada para compreender o modo de vida camponês recriado no contexto dos assentamentos rurais. Ela nos permite entender a cultura camponesa subjacente nos discursos e nas práticas dos assentados, práticas essas que nos remetem à matriz da cultura caipira paulista. A população assentada é constituída por grupos bastante heterogêneos, formado por posseiros, antigos parceiros, arrendatários, agregados, trabalhadores rurais volantes, pequenos sítiantes expropriados por inadimplência bancária ou fragmentação excessiva do patrimônio familiar no processo sucessório e, finalmente, por pessoas que passaram por experiências recentes de trabalho assalariado urbano. Embora o assentamento de Promissão tenha sido formado por pessoas procedentes de diversas regiões do Brasil, os assentados apresentam traços muito marcantes do modo de vida do caipira paulista e suas experiências camponesas estão fortemente referenciadas a esse sistema cultural. Desse modo, o habitus

camponês paulista opera como uma matriz que estrutura as práticas dos assentados.

Minha análise procurou reconstituir as práticas e as ideologias em jogo no assentamento, fundamentando-se nos dados etnográficos, obtidos por meio de pesquisa de campo, in loco e de pesquisa documental realizada nos autos do processo administrativo aberto pelo INCRA³. A partir dessa análise constatou-se que o habitus incorporado funcionava como estrutura estruturante de novas práticas e estas estruturas engendradas pelo habitus operavam em contradição com o sistema normativo que rege os assentamentos. Neste contexto, fez-se necessário estabelecer um diálogo com a Antropologia Jurídica.

Considerando que o assentamento da Fazenda Reunida em Promissão é um dos maiores de São Paulo, fez-se necessário a delimitação do universo de pesquisa. Diante disso, achei conveniente selecionar somente três agrovilas: Penápolis, José Bonifácio e Campinas para permitir uma análise mais segura do objeto de estudo. Além disso, incorporei à análise os casos de sucessão por morte e o papel da mulher na condução do sítio, quando esta era nomeada sucessora do marido. Desse modo, tive de percorrer outras agrovilas, além das três supracitadas, pois em quase todas existiam casos de mulheres titulares de lotes. Embora não se trate de estudo de caso, para facilitar a análise dos dados, apresentei-os como “casos”, referenciado por uma classificação de A à F. Estes casos singulares nos permitem perceber como os sujeitos concretos se articulam nas tramas de apropriação e transmissão do lote.

2. As diversas formas de apropriação do lote no assentamento

Observa-se no assentamento de Promissão a construção de uma enorme quantidade de casas agregadas àquelas das famílias titulares. Nem sempre isto corresponde a um fracionamento da área de cultivo dos lotes. Em alguns casos, o titular constrói um puxadinho ao lado da sua casa para seus pais ou seus sogros já velhos. Em outros casos o “puxadinho” é para um filho casado. No período em que estava realizando a pesquisa, era muito comum a existência do “puxadinho”, construído para um irmão casado que havia

³ No período de março a maio de 2003 realizei uma pesquisa documental a partir dos dossiês que instruíam o processo administrativo nº 54190.001184/98-79, instaurado pelo Incra. A pesquisa contou com o apoio do Superintendente Regional do Incra e dos Procuradores do órgão.

perdido o emprego e foi para o assentamento em busca de moradia. Neste último caso, a situação tendia a ser provisória, pois a esperança de ambas as famílias era que a família hospedada conseguisse adquirir um lote de um assentado desistente, ou que fosse selecionada pelo Incra em um novo programa de assentamento. Às vezes, ficavam no lote apenas a mulher e os filhos, enquanto o marido saía para viver em um acampamento na esperança de tornar-se um assentado. Porém, o caso mais comum era a construção de casas para os filhos casados. E mais uma vez, nem sempre isto implicava na divisão da propriedade. A situação das novas unidades familiares era bastante diversificada. Na maioria das vezes, a família do filho morava no assentamento, mas ele era assalariado em alguma cidade da região. Em minha última visita ao assentamento, em setembro de 2015, tive notícias de que estas práticas continuam em uso.

Podemos afirmar que existem várias maneiras de se apropriar do lote no assentamento. A essas diversas formas chamamos de pluriapropriação⁴ do sítio. Emprego o termo pluriapropriação como apropriação do lote no assentamento da Fazenda Reunida nos seus múltiplos sentidos e nas suas múltiplas formas. O lote é apropriado pelos assentados enquanto espaço de moradia e de trabalho, mas também apropriado enquanto espaço de segurança da família. É para ele que ocorrem os filhos ou parentes migrados para a cidade, quando estes perdem o emprego. Para Martins, este tipo de apropriação do lote assenta-se principalmente na “indissociação da terra para trabalhar e casa para morar, base do sossego, isto é, da supressão do risco do desenraizamento em consequência das vontades pessoais e fatores impessoais” (MARTINS, 2003, p.23). Assim, o sítio camponês ou o lote do assentado é o espaço singular onde a vida e o trabalho não se dissociam. Para ser mais exata, a vida e os meios para obtenção da sua preservação estão de tal forma imbricados, que eles se realizam no mesmo espaço e por meio dele. Assim, o lote pode ser apropriado também para a extração de renda através do arrendamento de pastos ou de áreas de cultivo quando as condições de crédito agrícola para custeio da safra não são favoráveis aos assentados, ou quando estes não dispõem de braços suficientes para cultivarem eles mesmos a terra. Martins (2003) analisa este contexto ainda sob o prisma dos desenraizamentos, que disseminam padrões de conhecimento apoiados

⁴ O termo pluriapropriação foi sugerido por minha orientadora quando analisamos juntas as formas de ocupação dos lotes no assentamento. O termo apropriar vem do latim *appropriare* que significa tomar como propriedade, como seu; *arrojar-se a posse de*; tomar como próprio ou adequado, conveniente; adequar, adaptar; acomodar; tornar próprio, seu; *apossar-se de*; tomar para si; *apossar-se*, *apoderar-se* (FERREIRA, 1986). Defino pluriapropriação como as múltiplas formas de se apropriar de algo ou múltiplas maneiras de tornar algo conveniente e adequado para si.

em estratégias de sobrevivência consideradas transgressoras da lei. Assim sendo podemos dizer que estes padrões e estas práticas não são diferentes daquelas utilizadas pelos demais camponeses.

O assentado ou um membro da família também pode tomar a decisão de se assalariar temporariamente nas usinas de açúcar, e o lote, enquanto espaço de moradia, poderá ser utilizado para abrigar a família e ainda ser utilizado para o cultivo de uma pequena produção de mantimentos como mandioca, milho, feijão, legumes e verduras, a ser feito nos períodos de folga com a ajuda dos demais membros da família. Em algumas situações, os recursos obtidos com o trabalho assalariado são empregados na aquisição de insumos para a produção agrícola no sítio. Os cortadores de cana estudados por Sigaud (1979) desenvolviam uma estratégia semelhante a esta com a clara intenção de se preservar na condição camponesa. Eles plantavam pequenas áreas de roças com recursos provenientes do salário de um dos filhos ou do chefe de família. Estes, muitas vezes, trabalhavam no corte de cana no período da safra e, no período da entressafra, dedicavam-se ao cultivo de suas roças. Neste caso, a prática da atividade agrícola exercida em regime “autônomo” é o elemento definidor da sua condição camponesa.

A apropriação do lote do assentamento pode ser feita também para elevar o status social. De boias frias e sem terras, eles transformam-se em possuidores de terras, ao serem assentados. Desta forma, o status de assentados lhes proporciona o regaste do orgulho e da dignidade de camponeses. Rapchan (1993) mostra o significado desta passagem da condição de sem terra para a de Sem Terra (com letra maiúscula), enquanto categoria política forjada no processo de construção da identidade. O lote é apropriado como o espaço onde são forjadas as subjetividades e onde é construída a noção de pessoa.

Nas suas relações concretas com a terra, a apropriação do lote da reforma agrária propicia ao agricultor sem terra as condições materiais ou potenciais de sua reprodução enquanto camponês. Do ponto de vista simbólico, ela lhes dá o suporte ideológico que os insere no mundo e os eleva à condição de sujeitos sociais.

Neste sentido, podemos afirmar que a pluriapropriação do lote difere do conceito de pluriatividade, pois não se trata apenas do fato de o camponês exercer múltiplas atividades como estratégias de sobrevivência, aliás, o que é muito comum em outras regiões do Brasil e em campesinatos com outros perfis. No assentamento, temos formas diversas de exercer o papel de assentado, de exercer as suas funções no lote e de conceber o lote do assentamento. O lote é apropriado como uma estratégia de manutenção e de

reprodução da sua condição camponesa. A posse do lote é a contrapartida de uma vida inteira de expropriações (da terra, das condições de trabalho e até da capacidade de venda da força de trabalho), uma vez que muitos deles trabalhavam como boias frias no corte de cana ou na colheita de laranja, com baixos salários e sem as garantias dos direitos trabalhistas. A posse da terra lhes permite a apropriação simbólica e política do status de assentados e dos meios de reprodução da sua condição camponesa. Ser assentado é ainda um fator de segurança social, pois o lote no assentamento lhes garante o espaço de moradia e as condições mínimas de sobrevivência, através da produção de alimentos básicos a serem consumidos pelas famílias em momentos de dificuldades financeiras. Assegura ainda a recriação dos “referenciais de tipo familista” (MARTINS, 2003, p.27), revigorando o modelo de família extensa, quando abriga famílias de irmãos, filhos ou outros parentes, contradizendo aqueles que concebem a família assentada enquanto família nuclear. O assentamento passa a ser o lugar de agregação dos núcleos de parentesco com a possibilidade de vir a ser um território de parentesco. Ou seja, o sítio estaria funcionando como um espaço de reserva para assegurar a sobrevivência não só da família do titular, mas também dos descendentes e parentes próximos. Desta forma, o sítio funcionaria como um abrigo para outras famílias do grupo de parentesco que, eventualmente, fossem atingidas pelo desemprego, pela falta de moradia ou por qualquer outro infortúnio. As evidências de que os lotes estão recebendo outros núcleos familiares podem ser comprovadas pela existência de duas ou três casas construídas no mesmo lote. Mas, como já foi dito, nem sempre os lotes são divididos em unidades produtivas distintas, podendo abrigar famílias, que o utilizam enquanto espaço de moradia, mas não enquanto espaço de trabalho. Em outros casos registrados por minha pesquisa etnográfica, encontramos acordos verbais entre pais e filhos casados, pelos quais os primeiros dão aos segundos um pedaço de terra para plantar.

Apropriar-se do lote de assentamento é tomá-lo para si de muitas maneiras, é encontrar inúmeras formas de garantir a sobrevivência e a reprodução social, seja pelo exercício de múltiplas atividades no lote ou fora dele (pluriatividade), seja pelo fato de possuir a terra como elemento garantidor da condição camponesa.

Tomando o termo apropriação no seu sentido de adequação e de adaptação, podemos entender a pluriapropriação como múltiplas formas de adequar-se e adaptar-se à condição de camponês assentado.

Passo, a seguir, a apresentar alguns arranjos de ocupações familiares nos

lotes do assentamento, que se constituíam a partir do estabelecimento das novas unidades familiares nos sítios dos pais.

Caso A - Lote da Agrovila de Penápolis

Com a morte do senhor MP em 1998, pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular da Agrovila de Penápolis, MP, a viúva, que se encontrava com sérios problemas de saúde, resolveu deixar o assentamento e ir morar com uma filha na cidade. Um dos filhos era casado com a filha do senhor S.T., também assentado da agrovila de Penápolis, e já morava no sítio do sogro. Apenas um filho casado continuou no lote, porém não conseguiu tocá-lo sozinho porque seus filhos ainda eram pequenos. Em 2000, arrendou aproximadamente, 12,5 hectares do sítio e estava cultivando apenas 4 hectares. Com a morte do pai, a dívida com o antigo Procerca foi amortizada, ficando o novo casal numa situação bastante satisfatória. Por ocasião da morte do pai, M era a única filha solteira do casal, mas, em seguida, casou-se com EM e foi morar no sítio do sogro, senhor JM. Segundo meus informantes, a opção de ir para o lote do sogro foi dela, por ficar próximo à escola onde trabalha.

Caso B – Lote da Agrovila de Penápolis

No sítio do senhor JM já moravam um filho solteiro e seu filhinho (neto do senhor JM) e B., casado com uma das filhas do senhor W, também assentado da agrovila de Penápolis (senhor W tem 13 filhos vivos) e, posteriormente, filho EM casado com M, filha do pastor MP. Portanto, eram praticamente quatro famílias abrigadas em um único lote. No entanto, a maioria deles trabalhava fora e morava no assentamento. Meus informantes contaram que B. era o único que ajudava o pai (JM). Ele trabalhava fora do lote, fazendo serviço de pedreiro. Mas, por ocasião do plantio e da colheita, ele ajudava o pai no lote, operando com máquinas agrícolas (nivelando, tombando a terra e plantando). O trabalho realizado na condição de autônomo, como prestador de serviço, ele o fazia esporadicamente. No entanto, ele privilegiava o serviço no sítio do pai. O outro filho era mecânico e trabalhava na cidade. O filho solteiro também trabalhava na cidade, mas eu não tinha informações a seu respeito. Ainda segundo meus informantes, o senhor JM depositava toda a confiança em B. para sucedê-lo na chefia do sítio.

O primeiro caso apresentado nos revela um baixo nível de ocupação camponesa. O falecimento do titular e o estado de saúde precário da viúva fizeram com que esta saísse do assentamento, deixando lá somente um grupo familiar recém-constituído (um dos filhos do primeiro casal) que não

dispunha de braços para o trabalho agrícola, levando, inevitavelmente, ao arrendamento da maior parte do lote. Podemos afirmar que não houve queda na utilização do lote. Apesar de apresentar uma baixa densidade populacional, o lote abrigava a família e proporcionava-lhe os meios para a sua manutenção através da renda proveniente do arrendamento e da pequena lavoura cultivada pela ela.

O segundo caso, ao contrário, apresenta uma alta taxa de ocupação. A utilização, no entanto, variava. Em alguns momentos, ela alcançava índices elevados e, em outros, podia ocorrer uma retração na produção em função da disponibilidade de braços para o trabalho na lavoura. Neste grupo familiar extenso, boa parte dos integrantes residia no lote, mas não o explorava por meio de atividades agrícolas. O lote era explorado por JM, que era um senhor idoso, e um de seus filhos, B, que operava as máquinas agrícolas. Os demais filhos casados trabalhavam fora. O número de trabalhadores no lote, portanto, era pequeno e eles não contavam com recursos para contratar trabalhadores de fora, pois os salários auferidos pelos filhos que se assalariaram eram gastos na manutenção de suas famílias, não havendo comprometimento com o sítio do pai. Desta forma, pode-se afirmar que à exceção de B, que ajudava o pai JM, os demais filhos de JM apropriavam-se do lote do pai como espaço de morada e de segurança para família, usufruindo, ainda dos equipamentos sociais do assentamento (escola, postos de saúde, estradas, espaços de lazer e serviços religiosos). Além disso, o lote do pai no assentamento oferecia-lhes o conforto do afeto familiar e das reciprocidades no interior do grupo de vizinhança.

Mesmo com esses arranjos descritos acima, que privilegiavam o sítio do pai do marido, não é possível afirmar que haja uma tendência à virilocalidade. Interrogados sobre as regras de residência dos jovens casais, tanto os assentados da agrovila de José Bonifácio, quanto os da agrovila de Penápolis diziam que esta era opcional, que não havia uma regra rígida e que tudo dependia do acordo entre eles. A pista pode estar no arranjo resultante da aliança entre duas famílias na constituição de um novo casal na agrovila de Penápolis que passo a relatar.

Por ocasião do casamento, o pai da moça ainda era bastante jovem, tinha mais duas filhas que o ajudavam e podia contar com a ajuda da esposa na roça. A família estava assentada em uma terra pouco fértil e não cultivava grandes lavouras, mas, na época, tinha uma área de pastagem razoavelmente grande. Sozinho, o pai da moça conseguia retirar o leite

e cuidar do gado. O pai do marido, ao contrário, já estava velho, doente e sem ninguém para ajudá-lo nos cuidados com o gado. Diante disso, a escolha do sítio do pai do marido como local de morada foi conveniente para o novo casal, que precisava de um espaço para morar, e para o pai do marido, que precisava de auxílio para as tarefas do sítio e para os cuidados com o gado. Ao que parece o local de moradia também pode ser determinado por algumas injunções socioeconômicas e não somente pela livre escolha do jovem casal ou dos seus pais.

O dever de prestar ajuda aos pais necessitados é um fator muito forte e vai ter uma grande influência no processo de tomada de decisão dos novos casais quando tiverem que definir seus destinos. Esta preocupação foi observada mais intensamente entre os filhos mais jovens. Os mais velhos, normalmente, quando casam e definem seus destinos, deixam os pais ainda com saúde e amparados pelos irmãos mais novos. Os mais novos que, em geral, são os últimos a sair (essa regra tem exceções), deixam os pais já velhos, com a saúde debilitada e sem braços para o trabalho na lavoura. Não haveria uma regra explícita de ultimogenitura, mas há uma tendência apontando nessa direção.

A distribuição extraoficial da terra não se dá somente como nos dois casos acima citados, ou seja, nas transmissões de pais para filhos. Como já vimos anteriormente, ela está presente também entre irmãos e parentes próximos. O irmão titular cede uma fração de terra para o outro plantar, enquanto espera que ele seja selecionado pelo Incra. Isto acontece quando o irmão tem experiência na roça e não exerce profissão remunerada fora. Normalmente, nestes casos, a família titular tem poucos braços para trabalhar a lavoura, contando ainda com filhos pequenos. Desta forma, a família titular disporia de terra sobrando, que seria cedida como empréstimo a uma outra família de parentes, recriando, conforme Paoliello (1998), o sentido da dádiva que gera reciprocidade, pela cessão ou troca de terras. Há, porém, um caso em que o titular vendeu a metade do sítio a dois irmãos, embora oficialmente o INCRA não tenha sido informado sobre o fato. Os irmãos compradores residiam na região metropolitana de São Paulo e pagavam a um outro irmão para cultivar a parte que lhes “cabia”. Este tipo de operação só é possível entre irmãos, dado seu caráter irregular. A legalização da operação não seria possível, nem mesmo depois da titulação, considerando que o lote não poderia ser fracionado por ter a dimensão do módulo mínimo da região.

Caso C – Lote da Agrovila de Penápolis

A situação do patrimônio dessa família pode ser assim representada: VC vendeu a metade geodésica de seu sítio para VD e PC, que moravam em Osasco. Ambos mudaram-se para a cidade de Promissão pouco tempo depois, e PC comprou a parte do irmão VD. Quem cultivava o sítio (metade vendida aos irmãos) era um outro irmão, WS, que é casado com uma das filhas do senhor W (já mencionado acima). Posteriormente, PC arrendou a sua parte (a metade do lote), e WS foi morar no sítio do seu sogro, senhor W. A família titular cadastrada no Incra (senhor VC e dona Va) ficou com a outra metade do lote. Esse abrigava, além da família do titular, a família de uma filha casada da dona Va, fruto de uma união anterior. O genro de dona Va trabalhava no sítio com o senhor VC (parece que a família do genro não tinha terra). Ele esteve também acampado em Brejo Alegre, no acampamento do MLST, mas desistiu um ano depois, voltando para o sítio da sogra. Enquanto o genro esteve acampado, a filha de dona Va e o netinho permaneceram com a família do senhor VC no assentamento. Segundo informações de C, cunhada de VC, o genro dele o ajudava muito na terra: “Ele limpa a terra, ele carpe. Só que dinheiro que é bom”. (ela fez um gesto com os dedos para indicar que ele não recebia nada).

A situação do lote foi finalmente definida. Fui informada que PC recentemente desinteressou-se pelo lote e pressionou seu irmão VC a vender a parte dele. PC voltou para Osasco. VC arrendou uma terra em uma cidade próxima de Promissão e mudou-se com a sua família e a família da filha de sua esposa para a cidade, retomando a condição de sem-terra. É curioso notar que VC foi o único dos irmãos que não tinha migrado para a grande São Paulo na década de 1970. Ele tinha permanecido sempre vinculado ao trabalho agrícola e, assim mesmo, não conseguiu manter-se no lote.

No caso apresentado acima, temos uma situação peculiar de apropriação do lote, ou várias formas de apropriação. Uma informação adicional importante no caso PC é que ele é portador de deficiência visual e goza de certo respeito e admiração dos irmãos por trabalhar em dois hospitais no município de São Paulo. Os dois empregos proporcionam-lhe uma boa renda familiar, a qual lhe possibilitou adquirir a parte dos irmãos (comprou inicialmente $\frac{1}{4}$ do lote e, posteriormente, mais $\frac{1}{4}$, ficando com a metade no final) e investir em alguns equipamentos. A mãe, que morava em Osasco, também mudou para a cidade de Promissão. Estando mais próxima dos filhos, passou a exercer certa pressão sobre os demais, favorecendo o PC.

O senhor WS é um homem criado no campo, acostumado com o trabalho da lavoura, que trabalhava duro na metade que pertencia ao

irmão PC, mas não manifestava o desejo de ter a sua própria terra. Ele é casado com a filha do senhor W e em sua entrevista disse-me que não tinha vontade de ter o seu próprio lote. Alegava como justificativa não querer enfrentar as dificuldades que os seus irmãos e os demais assentados enfrentavam. Assim, ao sair do lote dos irmãos (VC, VD e PC), WS foi morar no lote do sogro, senhor W. Talvez se sentisse mais seguro sendo agregado junto aos parentes dele ou os da sua esposa.

A situação do titular agravou-se com essa divisão do lote, pois teve uma drástica redução nos seus rendimentos. Inicialmente, a venda da metade do lote para os irmãos se deu em decorrência de uma situação de inadimplência. Com o dinheiro recebido dos irmãos referente à venda saudou parte das dívidas e renegociou juntamente com os demais assentados a outra parte. A venda para os irmãos era uma estratégia para evitar a sua desistência do programa de assentamento. Não a evitou, mas, conseguiu adiar a sua saída. Com essa primeira venda, conseguiu manter para si, pelo menos, a metade do lote, ficando a outra metade para grupo de parentes. Se tentasse vender a pessoas estranhas, teria que vender o lote inteiro, como fez mais tarde.

Por fim, o caso mais peculiar é o do genro da esposa do titular que vivia uma condição mais à margem do grupo de parentesco por não ter ligações consanguíneas com ele e por ter uma ligação por afinidade indireta com o titular (genro da esposa do titular). Segundo os informantes pertencentes ao mesmo grupo de parentesco e residentes em outro lote, o genro era um dos que mais trabalhava e não auferia nenhum rendimento a não ser o que ele e a sua família consumiam na unidade doméstica (alimentação, moradia, energia elétrica e outros). Pode-se dizer que ele era um morador de favor, uma vez que a herdeira preferencial seria a filha legítima do casal e não a sua esposa. No entanto, ele tinha muito interesse em ter a sua própria terra.

A morada de favor é uma situação muito comum no assentamento. Foi amplamente observada e apontada no trabalho de campo e nas declarações constantes no cadastro do INCRA, referente ao local da última moradia dos compradores de lotes. Uma família que mora de favor no sítio de um assentado, terá sempre uma rentabilidade menor, mesmo que lhe seja cedida a metade das terras agricultáveis, pois essa família não terá acesso ao sistema de crédito colocado à disposição da família titular.

Um problema sério, não só no assentamento, mas em todo o sistema de

produção camponesa, é o das famílias jovens que não dispõem de mão-de-obra para o cultivo. Neste caso, precisariam contar com um sistema de ajuda mútua como troca de dias ou ajuda de parentes na execução das tarefas mais pesadas. Não observei no assentamento de Promissão a ocorrência de mutirões como os descritos por Pessoa (1997) entre os assentados por ele estudados. A escassez de braços para o trabalho pode ser suprida também pela presença do agregado ou do morador de favor. Como exemplo de agregação temos o caso do senhor WS descrito acima. A diferença que vou estabelecer para o assentamento de Promissão entre o agregado e o morador de favor repousa no fato de que o primeiro, geralmente, não tem pretensões de obter sua própria terra, enquanto o morador de favor está numa condição provisória até conseguir um lote no assentamento ou em algum outro em vias de ser implantado. No assentamento, aquele que se presta à condição de agregado, ou seja, aquele que não tem a expectativa de tornar-se beneficiário, geralmente é uma pessoa solteira ou viúva que não espera constituir família. O senhor WS era uma exceção.

Quanto aos assentados que receberam “terra fraca”, terra de baixa fertilidade, estes terão sempre mais dificuldades em tirar da terra os meios para a sobrevivência de sua família. Eles estão, portanto, mais propensos a arrendar suas terras para fins de cultivo ou pastagens. Nesses casos, eles continuam morando no lote para não levantarem suspeitas junto aos órgãos do governo. Além do arrendamento, os sitiante nestas condições podem retirar-se temporariamente para exercer atividades fora do sítio a fim de poder arcar com as despesas da família. Situações como estas também foram observadas entre os camponeses do Sul em áreas de ocupação mais antiga (WOORTMANN, 1990; 1997; SEYFERTH, 1974). Desta forma, a apropriação da terra se dá diretamente enquanto espaço de moradia e indiretamente enquanto provedora dos meios de subsistência da família. No caso dos que se assalariam, os rendimentos dela extraídos são complementares ao salário. Esses assentados de “terra fraca” precisam contar com um projeto de financiamento para recuperá-las. Caso isto não aconteça, torna-se difícil para a família tirar da terra o seu sustento, sendo necessário lançar mão de outras estratégias para assegurar sua sobrevivência. O arrendamento de parte do sítio e o assalariamento enquanto estratégias têm a vantagem de manter o sítio como espaço de moradia e de geração de renda complementar, com o cultivo de pequenas roças que não exijam nem terras férteis e nem a força de muitos braços. Além disso, os assentados titulares dessas terras

podem criar algumas vaquinhas e animais de pequeno porte, obtendo uma importante fonte de proteína como complemento alimentar.

A partir dos casos analisados e dessa breve reflexão, procurei dar mais clareza ao que estou entendendo por “pluriapropriação” do sítio. Esta noção poderia ser aplicada também a outras formas de apropriação do espaço do sítio, como a que se deu por um tempo na cooperativa de produtores, criada pelos assentados da agrovila de Campinas - Copajota. Nesta cooperativa, o sítio foi apropriado coletivamente. Nenhum cooperado tinha a posse de fato do sítio. Este era entregue à cooperativa. A assembleia dos cooperados decidia que tipos de produção seriam desenvolvidos nas terras da cooperativa. Aqui não se via o processo de fracionamento da posse e sim a agregação de vários lotes para formar o patrimônio da cooperativa. É verdade que em um determinado momento, o descontentamento entre os cooperados e a queda da produtividade levaram a cooperativa a devolver parte das terras à produção individual dos assentados/cooperados, retendo apenas dois hectares de cada sítio. Posteriormente, a cooperativa tornou-se inadimplente junto aos bancos e entrou em solvência. As terras retornaram aos seus titulares, e alguns dos ex-cooperados deixaram a vila da cooperativa, onde residiam com suas famílias, para morarem nos lotes.

Na Copajota tivemos um tipo de apropriação bastante peculiar. Em primeiro lugar seria preciso examinar a apropriação ideológica do sítio do assentamento. Os integrantes da cooperativa vinham de uma experiência de acampamento bastante prolongada. No acampamento tiveram que fortalecer a sua coesão interna para fazer frente aos grupos de assentados provenientes da região de Promissão, que se opunham à permanência deles no assentamento, além de todas as adversidades que enfrentaram com o latifundiário, proprietário das terras que estavam sendo desapropriadas. Quando já estavam no assentamento, um pequeno grupo (inicialmente, 32 pessoas) tentou dar continuidade à experiência do acampamento criando a Copajota, conforme Simonetti (1999). Esse grupo tinha uma forte ligação com uma vertente marxista da Igreja Católica e do MST e procurou implantar na cooperativa um sistema coletivista que fundia o trabalho com a vida privada de uma forma totalmente inversa à fusão experimentada pelos camponeses sitiante. O trabalho para os camponeses sitiante é regido pela dinâmica da vida familiar. Ele se insere nessa dinâmica, envolvendo as relações de parentesco e de vizinhança numa verdadeira rede de reciprocidades.

Seus ciclos misturam-se ao calendário religioso e, assim, trabalho e festa se complementam. A cooperativa pretendeu separar a festa do trabalho e implantar formas mais “racionais” de divisão do trabalho. A produtividade passou a ser cobrada como se os assentados estivessem inseridos na relação entre patrões e empregados e a renda foi coletivizada.

Os lotes, na Copajota, foram apropriados ideologicamente como o espaço de realização dos ideais de sociedade que um determinado grupo do MST entende ser uma sociedade socialista. Nesse processo, o grupo construiu uma subjetividade coletiva que se sobrepunha aos sujeitos individuais, forjados no seio do grupo. Enquanto sujeitos singulares, eles pensavam a si mesmos como detentores do poder de mudar a história e de criar uma sociedade igualitária. No interior no grupo, no entanto, não tinham o poder de decidir o que comeriam no almoço, uma vez que o cardápio era decidido coletivamente pela seção da cozinha comunitária. É na contradição existente entre estas duas subjetividades que o conflito aflorou. Suprimiu-se quase que inteiramente a vida privada. Tudo foi coletivizado, e até a educação dos filhos menores foi delegada ao grupo responsável pela creche comunitária. Os filhos que estavam na idade de trabalhar passavam a ser comandados pelos chefes de seções, tirando a competência do pai de família que anteriormente era quem introduzia o filho no trabalho da roça e exercia a autoridade sobre ele na execução dos serviços. No período de vigência da cooperativa criou-se um corpo de normas e um sistema coercitivo para pô-lo em prática. Essas normas vigoravam concomitantemente com as normas oficiais. Pode-se dizer que, pelo menos, nesse rápido período de existência da Copajota, tivemos um pluralismo legal. O estatuto da cooperativa e os regulamentos internos eram rígidos. Tentou-se, pela normatização, impor a coesão ao grupo⁵.

A cooperativa tendia a transformar-se em uma comunidade “organizada” como a descrita por Mendras (1978)⁶. Temos nesse caso um projeto de

5 Ao tratar das definições de direito e de costume, Weber diz que num processo mais elevado do direito, esse buscaria soluções mais racionais não referenciadas nos costumes. Ou seja, haveria uma elevação do direito racional com a elaboração de normas escritas, suprimindo os costumes considerados inadequados em determinados momentos da vida social (1991).

6 A partir da definição dos juristas, Mendras assim define a comunidade organizada “A comunidade “organizada” ou “tácita” se faz quando dois irmãos, primos ou afins, maiores, pessoas usando seus direitos, que não estejam sob posse de outrem, moraram juntos por um ano e um dia, vivendo com uma despensa comum, uma panela, sal e fogo comuns, não fazendo mais que uma mesa e dividindo seus ganhos, lucros e perdas” (Gaudemet apud Mendras, 1978: 67-68, grifo do autor). Ele faz uma distinção entre a comunidade “organizada” ou “tácita” e a comunidade “expressa”. Esta última seria firmada através de um contrato. Para efeito de análise comparativa, eu estou desconsiderando essa diferenciação entre os tipos de comunidade.

construção de um campo semi-autônomo de normas legais, criando no assentamento uma situação de pluralismo legal conforme Moore (2000) e Merry (1988). Esse corpo de normas contava com um aparato de coação⁷ para se fazer cumprir. Entretanto, não estava referenciado no costume camponês, mas sim nas propostas políticas e ideológicas de um grupo. Embora esses ideais portassem uma proposta de transformação radical da sociedade, proposta esta que se dizia socialista, o modelo de cooperativa criado por eles reproduzia os velhos esquemas do capitalismo, tanto na forma de organizar o trabalho interno, quanto na forma de se relacionar com o mercado envolvente.

O grau de coerção não foi suficiente para manter a coesão do grupo. Inicialmente, houve uma dissidência, 16 famílias deixaram a cooperativa, rachando-a ao meio. Alguns membros do primeiro grupo dissidente formaram outra cooperativa. Depois veio o processo de solvência da Copajota. O grupo que restou, estava esfacelado. A pequena facção resultante do antigo grupo não conseguiu propor nenhum outro modelo de associação. Os assentados que compunham a cooperativa voltaram para os seus lotes, reapropriando-se do modo de vida camponês. Eles finalmente tomaram posse do lote.

Podemos dizer que o tipo de apropriação forjado nesta comunidade foi “de orientação racional referente a valores”,⁸ pois os assentados que organizaram a Copajota tinham, naquele modelo de cooperativa, a crença de que ela espelharia a sociedade justa e igualitária com qual tanto sonhavam e, a partir daí orientaram toda a sua ação fundamentada por esta convicção.

As relações de produção implementadas pela Copajota muito se assemelham às relações capitalistas, que ao expropriarem o camponês dos seus meios de produção, expropriaram-no também de sua autonomia no uso do tempo. Para que isso acontecesse, foi preciso estabelecer normas rigorosas para controlar o tempo de trabalho. Foi preciso dividir o tempo do trabalhador em horas de trabalho, de descanso e de lazer. Da mesma forma, fazia-se necessário separar as esferas do trabalho e da vida privada,

7 Em Weber (1991, p.219), as organizações associativas poderiam renunciar seu aparato coercitivo se entenderem que a mera desaprovção social aos membros infratores, com suas consequências indiretas, seria suficiente como sanção. Além de possuir os dispositivos estatutários que permitiam à direção punir os membros infratores, a Copajota contava também com a possibilidade de impingir-lhes sanção moral que, em alguns casos, levou à rupturas mais drásticas.

8 Weber define uma ação social determinada de modo racional referente a valores como aquela em que o agente (indivíduo ou coletivo) age sem considerar as consequências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma “causa” de qualquer natureza (1991, p.15).

bem como as relações familiares e de parentesco das relações profissionais.

A apropriação do sítio do assentamento devolve ao camponês assentado a autonomia para reapropriar-se do tempo. No sítio, não há divisão entre as esferas do trabalho e as esferas da vida privada. Vida e trabalho se misturam, possibilitando ao assentado apropriar-se do seu tempo, empregando-o de acordo com as suas necessidades materiais e espirituais no trabalho, nos momentos de contemplação e de oração, no lazer e nas suas relações afetivas.

Aqui no sítio é bom. Se eu quiser, trabalho de sol a sol. Mas, se eu não quiser dou uma parada para visitar um amigo, receber uma visita ou dar umas voltas na cidade. Às vezes paro e fico horas e horas olhando a plantação. Tenho essa liberdade. Se fosse empregado na cidade, não podia fazer isso e nem ficar aqui conversando com você a essa hora da tarde. Melhor vai ser o dia em que a gente puder ter um carrinho pra levar a família pra passear na prainha, nos fins de semana ou pra almoçar num restaurante em dias de domingo (JC, assentado da agrovila de Campinas, entrevista realizada em 2001).

O controle do próprio tempo é a expressão máxima de autonomia camponesa. Assim sendo, a apropriação do sítio vai se consumir na medida em que ocorre a sua apropriação espacial e temporal, recriando o modo de vida camponês. Em alguns momentos, suprime-se o relógio e utiliza-se como guia a posição dos astros. Embora os assentados usufruam do lazer durante a semana, os fins de semana permanecem, no seu imaginário, como o tempo do lazer por excelência

3. PARENTES E HERDEIROS

3.1. Parentesco e Herança no Assentamento

A realidade que pesquisei não me permitia fazer apenas uma escolha, sob pena de reduzi-la a uma mera abstração teórica sem correspondência na esfera do real. A pesquisa de campo é, pois, a nossa melhor informante sobre os caminhos etnográficos e teóricos que devemos trilhar.

Herdeiros de uma história de expropriação, muitos desses camponeses que se encontram no assentamento da Fazenda Reunida em Promissão só têm a deixar para seus filhos os caminhos percorridos, suas crenças, suas tradições e os segredos do ofício de lavrador. Este patrimônio cultural é também a única herança que a

maior parte desses camponeses recebeu de seus antepassados.

Cientes de que a terra é pouca para todos os filhos, eles pensam e elaboram várias estratégias. Tais estratégias estão sendo desenhadas em todo o assentamento. Na agrovila José Bonifácio, o desejo dos pais é que seus filhos casem dentro do assentamento e, de fato, os jovens parecem estar seguindo esta tendência “endogâmica”. Quando isso não é possível, parece-me que é mais comum as moças saírem do sítio dos pais após o casamento, indo morar na cidade, ou então o novo casal torna-se arrendatário na região de José Bonifácio.

Nas agrovilas em que as discussões sobre cooperativismo e agroindústria avançaram, a estratégia apontava para a absorção dos filhos como trabalhadores da cooperativa, uma vez que estes não poderiam herdar a terra. Assim sendo, eles procuravam tanto resolver o problema da exclusão dos herdeiros e a fragmentação excessiva da terra, quanto evitar o êxodo rural dos filhos, pela geração de emprego no próprio assentamento, seja nos setores burocráticos da cooperativa, seja nas futuras agroindústrias que se pretendia implantar.

Em alguns casos, era desejável à família que uma filha casasse com um rapaz “bem empregado” na cidade, capaz de proporcionar a ela uma vida financeiramente estável. Isto possibilitaria, também, aos pais e aos irmãos hospedagem em momentos de “precisão”, durante um tratamento médico mais especializado, por exemplo, em que um dos membros da família precisasse recorrer a hospitais mais bem equipados. Pois, nestes casos, ter alguém da família com quem contar numa cidade grande é muito importante. Mas, quando um filho homem resolve ir para uma cidade grande procurar emprego, há uma enorme insatisfação, principalmente, se ele for o mais velho, que ajuda seus pais no trabalho sítio. Quando alguns filhos têm que se assalariar nas usinas da região, muitos se sentem constrangidos e envergonhados pelo fato. Sabemos, no entanto, que esta é uma estratégia muito comum em todo o campesinato brasileiro e que, provavelmente, muitos deles, no passado, já tiveram que conviver com esse tipo de situação.

Em alguns casos, no assentamento, a insuficiência de terra leva alguns jovens a saírem para novas ocupações ou se inscreverem no Incra para se instalarem em outros assentamentos ou ainda adquirir lotes de beneficiários desistentes no próprio assentamento. Há ainda casos de compra de lotes de assentados desistentes sem a prévia inscrição no Incra. Estes lotes são destinados aos filhos de assentados, conforme ficou evidenciado nos dossiês do processo que transitou no Incra para apuração de irregularidades no

assentamento. Este fato pode nos dar um indicativo de que há uma tendência de fixação da família camponesa no assentamento.

O assentamento de Promissão, no entanto, é resultado de uma multiplicidade de tradições e modos de conceber a vida na terra. Tendo passado por longos processos migratórios, esses assentados se encontram nas terras de Promissão com projetos de vida que, muitas vezes, colidiam com os projetos coletivos construídos por grupos que passaram por uma reflexão sobre processos organizativos junto a entidades mediadoras, como CPT, M.S.T., PT, FNT, etc. É nessa diversidade de perspectivas que se constroem as estratégias de alianças, transmissão da propriedade e a tentativa de fixação dos jovens no assentamento.

Para muitas famílias engajadas no MST e na CPT, ser filho de assentados significa ser herdeiro de uma luta que não finalizou com o assentamento definitivo, mas que tem continuidade na luta pela reforma agrária, que os conduz a novos acampamentos, seja como animadores, seja como postulantes a uma nova terra. Além disso, a preocupação com a geração de novas fontes de renda tem sido uma constante nos debates dos assentados.

Nas três agrovilas estudadas (José Bonifácio, Campinas e Penápolis), parece-me que a tendência mais comum é a continuidade das regras de parentesco e dos grupos de vizinhança, com os quais vivenciaram quando crianças. Nas agrovilas de Penápolis e de José Bonifácio existe um grande contingente de assentados que foram meeiros, arrendatários, parceiros e sitiantes, mas também há muitos beneficiários que, nos anos imediatamente anteriores ao assentamento, estavam exercendo atividades como boias frias. Muitos deles nunca saíram da roça, e por essa razão parecem trazer o modo de vida camponês mais vivo em suas lembranças. Desta forma, reconstroem as redes de solidariedade vicinal pelo compadrio, e pela regra do casamento endogâmico, como arranjo preferencial.

Outra possibilidade, como já foi dito, é a inscrição do novo casal no INCRA, aguardando a vacância de um lote, ou a compra mesmo sem a inscrição prévia. Ao contrário do que concluiu Paoliello (1998), ao tratar da escassez de terras livres como fator limitante da reprodução do modo de apropriação das comunidades do Vale do Ribeira, no assentamento, os agricultores sem-terra passam a ressignificar o programa de reforma agrária como uma possibilidade de que este se constitua em uma nova “fronteira” onde existam terras livres para o apossamento. Embora o tamanho do módulo para os assentamentos rurais possa funcionar como um fator limitante à divisão da herança, a reforma agrária traz novas perspectivas

para a reprodução social desse campesinato.

Nos assentamentos, o modo de vida camponês é reapropriado inclusive por aqueles que há muito tempo tinham sido dele expropriados, e cujas vidas já estavam adaptadas ao meio urbano. Esse neocampesinato está incorporando novos saberes técnicos, reaprendendo os segredos da natureza e da lida com a terra.

3.2. Quem herdará a terra?

Quando se pensa em desenvolver uma pesquisa em um dos maiores assentamentos do Estado de São Paulo, com as indagações iniciais sobre as regras para a escolha dos herdeiros, espera-se encontrar os jovens assentados absolutamente integrados à vida rural, almejando ser os sucessores dos seus pais. No entanto, o que se encontra em Promissão não é bem isto, fato que não destoaria do que acontece em boa parte das sociedades camponesas do Brasil e do mundo, como podemos ver em Woortmann (1995) e Bourdieu (1973). Ou seja, encontramos jovens desencantados com a vida no campo, decididos a tomar o rumo da cidade. No caso dos assentamentos, o que mais poderia causar estranhamento à sociedade brasileira é o fato de que há pouquíssimo tempo esses jovens, ainda crianças, acompanhavam seus pais nos acampamentos, e estes tinham como objetivo conquistar uma terra para plantar e viver longe das grandes cidades. Muitos desses jovens ainda têm lembranças de suas vidas nas cidades e dos sonhos que seus pais nutriam de um dia poder voltar para o campo. Entretanto, assiste-se hoje a uma enorme evasão de jovens do assentamento de Promissão. Este possível “desinteresse” dos jovens pela vida no campo poderia nos conduzir às seguintes indagações: qual seria a causa desta evasão? Em que isto compromete os projetos familiares de herança? Seria este êxodo a continuação de uma prática camponesa bastante conhecida da Antropologia Jurídica que consiste em selecionar um ou dois herdeiros no processo de sucessão para evitar a excessiva fragmentação dos sítios?

Não pretendo esgotar tais questões neste trabalho, dada a complexidade que elas assumem no assentamento. Mas pretendo dar algumas indicações a partir de pistas que o trabalho de campo me proporcionou.

Não se tem uma estatística precisa destas migrações, mas, segundo os assentados, não há uma distinção de gênero. Saem tanto os rapazes, quanto as moças. A maioria deles já tem um contato estabelecido na cidade, seja com um parente, que possa dar um abrigo seguro, seja com amigos da

família. Vão, principalmente, em busca de trabalho. Nas saídas, os vínculos com o assentamento são mantidos, ou porque ficaram os pais e os irmãos, ou porque deixaram a mulher e os filhos. Se os jovens estão saindo, quem herdará a terra?

O projeto de herança no assentamento pode ser pensado enquanto uma demanda potencial. Para pensar essa questão, é importante considerar o fato de serem recentes os assentamentos e que não tiveram ainda tempo de maturação suficiente para gerar um sistema de transmissão de herança. Muitos assentados são descendentes de terceira ou quarta geração de expropriados, não tendo, portanto em sua bagagem cultural, a experiência da transmissão da terra.

Dentre todos os sentidos da palavra demanda, atribuídos pela ciência econômica ou não, o sentido do qual me apropriado é o de busca, de procura. Assim sendo, a demanda realizada ou efetiva pode ser expressa pelo equilíbrio entre algo que se buscou e o que se realizou, e isto pressupõe a realização de algo.

Os estudos de herança realizados por Moura (1978) e Woortmann (1995) se inserem nesse quadro. Tem-se o modelo ideal de herança que é uma construção coletiva de uma dada comunidade e têm-se as realizações do modelo nas experiências concretas dadas pelos casamentos e processos sucessórios. As práticas de transmissão da terra confirmam o padrão de herança, ou seja, o modelo de herança. É através dos eventos de casamento, sucessão e partilha da herança que os modelos são desvelados para o pesquisador. Assim temos a demanda realizada.

No caso dos assentamentos, a herança se coloca enquanto uma busca, uma perspectiva, uma vez que a reprodução camponesa a pressupõe, mas não necessariamente a realiza. A experiência de assentamentos rurais ainda é muito recente, e os grupos ainda não desenharam o modelo de herança que irão adotar. Desta forma, podemos dizer que ela é uma demanda em potencial. Ou seja, algo que está em processo de construção. Ela existe em sua potência, no estado de vir a ser.

Quando da realização da pesquisa, alguns indícios dessa demanda já podiam ser percebidos entre os assentados quando estes compravam para os seus filhos os lotes dos desistentes. No contexto da pesquisa, podia-se dizer que era demasiado cedo para tomarmos isso como um padrão de comportamento. Como era cedo também para se definir qual era o filho preferencial na escolha do herdeiro ou qual era o critério das famílias nas escolhas matrimoniais. Mas era possível vislumbrar

uma tendência entre os assentados de assegurar a, pelos menos, dois ou três filhos a possibilidade de terem terras para plantar. Um o sucederia na titularidade do lote e alguns outros poderiam residir no lote e trabalhar fora ou, até mesmo, comprar um lote que porventura entrasse em vacância. No entanto, era sabido que não haveria terra para todos e, possivelmente, alguns deles voltariam à condição de sem-terra da qual seus pais tinham saído. Outros certamente seriam absorvidos pelo trabalho assalariado urbano, visto que as famílias assentadas já tinham uma grande preocupação em garantir que seus filhos estudassem e que tivessem qualificação profissional. Esta preocupação se estendia a todos, inclusive àqueles que estavam “destinados” a permanecer no campo.

A transmissão do lote no assentamento ainda se dava de maneira informal. O processo sucessório dava-se no âmbito administrativo tanto para a transmissão inter vivos como para a sucessão por morte. Não são raros os casos em que a sucessão se deu verbalmente, sem nenhum documento que assegurasse a posse ao sucessor.

O caso que vou apresentar a seguir trata de um lote na agrovila de Campinas, cujos titulares separaram-se judicialmente.

Caso D – Lote da Agrovila de Campinas

Dona H e o senhor MM tinham 5 filhos (2 homens e 3 mulheres). Dona H e o senhor MM separaram-se judicialmente no ano de 1998. Na decisão do poder judiciário, o lote coube à dona H. O senhor MM deixou o assentamento. As 3 filhas do casal já estavam casadas. Ao que se sabe, duas casaram com filhos de assentados de outras agrovilas. A terceira casou com uma pessoa de fora. Dona H casou de novo e foi morar em Goiás, deixando o lote aos cuidados de um dos filhos, JY. Ela levou consigo o filho menor. A transferência para JY ainda não havia sido feita no Incra, como pude constatar no dossiê do lote, no qual ainda constava no nome de dona H. Ela deixou-o apenas para “cuidar das coisas”, segundo informações do próprio filho quando foi entrevistado por mim em 2001. Segundo ele, nenhum dos outros filhos demonstrou interesse em cuidar do lote. O filho que ficou no lote, JY, é casado com a filha de uma família assentada em uma outra agrovila. A mãe dele, dona H, vem ao assentamento sempre que precisa assinar alguma coisa, uma vez que ela continua sendo a titular do lote e não lhe passou procuração para representá-la. A sucessão foi “de boca”, ficando os outros filhos fora do lote. Ao que tudo indica, a escolha do sucessor atendeu a dois critérios: interesse em ficar no lote e possuir alguma capacidade de gestão de empreendimento agrícola.

Esse caso apresenta muitas possibilidades. O fato de a mãe não ter transferido o lote para o filho que ficou, significa que o quadro sucessório pode sofrer alteração, se alguns dos filhos, naquela época ainda muito jovens, vier a se interessar também pelo lote. Além do mais, o filho que estava na posse do lote, não parecia ter demonstrado muita aptidão para o trabalho no campo, mostrando-se muito mais interessado em ocupações assalariadas na cidade, embora tivesse dito que o dinheiro que ele conseguia poupar com o trabalho na cidade, era investido em reparo de cercas e no plantio de milho. No dia seguinte após a entrevista (em setembro de 2001), ele viajaria para São Paulo para trabalhar numa empreiteira que contratara parte de uma obra na construção de um conjunto habitacional (obras do governo do Estado de São Paulo). Um amigo o havia indicado para a construtora responsável pela obra, para trabalhar como carpinteiro. Sua esposa, porém, ficaria com o filho no lote à sua espera. Uma possibilidade que se desenhava naquela época era a de que ele viesse a desinteressar-se pelo lote, forçando a mãe a vendê-lo, por não ter mais quem se dispusesse a cuidar dele. No entanto, se ele permanecesse no lote e o cultivasse, haveria grandes chances do Incra reconhecê-lo como o legítimo dono, transferindo-o para o seu nome ex-officio, independente da vontade da mãe e dos irmãos, que não residiam no lote e nem o exploravam.

Em uma de minhas entrevistas, presenciei uma discussão entre a entrevistada (uma das viúvas da agrovila de Penápolis) e a vizinha que me acompanhava (mãe da futura nora da viúva).

Caso E – Lote da Agrovila de Penápolis

Dona AP e o senhor CR tinham 5 filhos (2 homens e 3 mulheres). Em 1997, o senhor CR faleceu. O filho caçula continuou morando com a mãe. Todos os demais estavam casados. O filho mais novo estava preparando-se naquele momento para casar com EB, uma das filhas de dona CA e do senhor AA, do lote F da mesma agrovila. A viúva deixou clara a intenção de voltar a casar-se (ao que tudo indicava o pretendente frequentava a mesma igreja que ela – Igreja Evangélica do Verbo Divino) e não queria o filho caçula e a futura nora morando na mesma casa que ela. Sua pretensão parecia ser a de manter o filho em seu lote, até porque era ele quem ordenhava as vacas e cuidava do serviço pesado do sítio. Mas ela o queria morando com a nova esposa em uma casa separada. O filho, por sua vez, naquele momento, não dispunha de dinheiro para construir a nova casa, e sua noiva estava grávida de 5 meses, tendo, portanto, pressa em resolver a situação. Os pais da noiva, senhor AA e dona CA, diziam que gostariam

que os dois fossem morar na casa deles porque só tinham 3 filhas, sendo que uma já estava casada e morando no sítio do sogro (situação já analisada acima) e a outra também ia casar-se e morar fora, e se o jovem casal não fosse morar com eles, muito em breve, eles ficariam sozinhos. No entanto, o noivo se achava na obrigação de cuidar de sua mãe viúva, e esta, por sua vez, dependia dele para cuidar de seu sítio. Dona AP dizia gostar muito da nora, mas, de antemão, achava que não daria certo as duas morarem sob o mesmo teto, porque “as coisas em sua casa tinha que ser do seu jeito”, e ela não aceitava que ninguém mexesse em seus pertences. A futura nora, EB, por sua vez, era agente de saúde do Programa de Saúde da Família (PSF). Tinha, portanto, um salário que permitiria ao casal viver tranquilo, para o padrão do assentamento, e não parecia disposta a aceitar as imposições da sogra. Por fim, o casal optou por viver no sítio dos pais da moça devido à comodidade de não ter que construir nada. Neste caso, o rapaz passou a ir todos os dias de madrugada ao sítio da mãe (que não é longe) para retirar o leite. Não se obteve informações sobre o casamento da mãe. Mas a definição do herdeiro, naquele momento, era uma incógnita, ficando, talvez, postergada para o momento posterior à morte da mãe.

Este embate travado pelas duas famílias nos dá a dimensão dos problemas enfrentados na ocasião de se decidir a sucessão e o local de moradia dos novos casais. O filho caçula da viúva seria o sucessor natural, uma vez que foi o único a permanecer na terra. No entanto, via agora o seu domínio ameaçado pelo futuro padrasto e resistia em sair, talvez porque tinha investido trabalho e boa parte de sua juventude naquele sítio. A mãe, que via no casamento do filho a possibilidade de também ter um novo companheiro, percebeu que o filho adquiriu os direitos de sucessão sobre o lote e que agora não estava disposto a dividir o domínio com o padrasto.

O projeto familiar de escolha do herdeiro pode ser frustrado por motivações de fora do assentamento, ou por motivos endógenos ao assentamento. Assim, passarei a relatar um fato para ilustrar como os projetos familiares podem ser abortados.

Caso F – Lote da agrovila de Penápolis

Um dos futuros herdeiros de uma família de assentados casou-se com uma moça do assentamento e foi morar no sítio dos pais dele. Estes propiciaram todo conforto possível à nova família, com o intuito declarado de segurá-la no sítio. No entanto, a jovem esposa estava encantada pela vida na cidade e sonhava ver o marido trabalhando como empregado, ganhando salário todo mês, e não apenas por ocasião das colheitas. O filho, “futuro herdeiro”, foi seduzido pelos caprichos da esposa, que brigava

com a sogra todos os dias, na intenção de conseguir um pretexto para a mudança. O casal de assentados conta com amargura a sua versão dos fatos, em uma de minhas entrevistas. A assentada que me acompanhava comentou que no assentamento não tinha jovens mais “trabalhadores” do que os filhos desse casal, que agora só pode contar com dois deles para efetivar o projeto de transmissão da terra.

A tensão no relacionamento entre sogras e noras parece ser muito frequente no assentamento. Vejamos as possíveis razões para tais desavenças. Se, em tempos passados, as mulheres camponesas suportavam certas imposições (seja dos maridos, seja das famílias destes) por não terem escolha, hoje elas estão menos dispostas a aceita-las, pois, um leque de perspectivas se abre para elas com a possibilidade de trabalhar fora e ter seu próprio dinheiro. Isto pode ser um fator determinante no processo de decisão de ficar ou partir. Pois mesmo se ficarem, o nível de tensão pode tornar-se insuportável, principalmente se a jovem esposa tiver acesso a salários e prover parte das despesas da família. Esta situação seria insustentável para o jovem esposo.

Indagados sobre o motivo da saída dos jovens, os assentados respondem que eles não têm perspectivas no assentamento. Vejamos o que diz um assentado:

O assentamento está ficando assentamento de velho, sabe? Os jovens tão indo embora. Eles precisavam de um incentivo, que dê dinheiro. Eu tenho um que já foi embora pra cidade e tem um outro aí, que está esperando sair uma vaga lá na cidade, também já vai embora. É como eu falei, por exemplo, esse ano eu toquei um milho. Eu toquei um lote de milho ali, e deu mil e quatrocentos sacos de milho aí. Mas não deu pra eles comprar roupa. Até agora, eles não compraram roupa ainda. Quer dizer, como é que eu tenho moral pra falar pra ele ficar comigo aqui? Olha, mil e quatrocentos sacos de milho, fora a catação! Imagina aí, mais cento e cinquenta sacos de milho só de catação e ainda ficamos devendo. Não deu pra pagar as contas, nem pra eles comprar uma roupa. Não tem mais dinheiro. Como vai comprar roupa? Perde até a graça de trabalhar na roça. (Senhor M, agrovila de Campinas)

Para eles, como vimos, o principal motivo da saída dos jovens era a falta de dinheiro. Eles precisavam de roupas, diversão, e não estavam dispostos a abrir mão das possíveis facilidades oferecidas pela cidade para permanecerem na roça. Desta forma, como nos dizia o assentado da agrovila de Campinas, “o assentamento está ficando um assentamento de velho”. As famílias de idosos, cujos filhos partiram para a cidade, sobrevivem com

recursos de aposentadorias e de aluguéis dos pastos.

Observa-se, atualmente no assentamento, uma situação bastante inusitada para uma família camponesa: a solidão de muitos assentados idosos. Estes, quando não acolhem os netos adolescentes com desajustes familiares na cidade, são obrigados a amargar a solidão. Uma agente de saúde do Programa de Saúde da Família (PSF) chamava a minha atenção, já o início de 2000, para a grande quantidade de pessoas idosas que sofriam de depressão por causa da solidão em que se encontravam no assentamento. Embora eu não tenha levantamento estatístico sobre o assunto, pude observar pessoalmente este quadro em algumas de minhas entrevistas. Em uma delas, fui convidada a deixar o hotel e ir passar uns dias na casa da pessoa entrevistada (uma senhora viúva da agrovila de José Bonifácio), que se encontrava sozinha em uma casa enorme. Ela dizia que teria muito prazer em me receber. O detalhe é que eu estava vendo esta senhora pela primeira vez na vida, em uma visita de pouco mais de uma hora. Isto nos indica certa carência de afeto ou a falta de alguém com quem conversar.

Já naquela época, início da primeira década dos 2000, a solidão dos velhos preocupava os profissionais do PSF, encarregados de visitá-los periodicamente. Preocupava também os técnicos do Itesp e do INCRA, considerando que, em alguns casos, os velhos não teriam para quem deixar a terra e, por ocasião da sucessão, o lote seria vendido pelos herdeiros.

A impossibilidade de fazer o lote produzir reduzia a autoestima do agricultor velho, que se sentia impotente ao ver o mato crescer e nenhuma roça ser cultivada. O que restava a estes idosos era a sensação de fracasso. Alguns lembravam o momento em que os filhos ainda estavam em casa, enchendo-se de tristeza ao constatarem o vazio que restou. Outros já foram para o assentamento sozinhos ou acompanhados de alguns filhos menores, sendo que os demais não quiseram ir, preferindo ficar nas cidades onde moravam, em casa de parentes. A presença dos jovens e das crianças lhes transmitia confiança e esperança no futuro, mesmo que esta confiança viesse acompanhada de aborrecimentos causados pela rebeldia juvenil, como é o caso dos netos adolescentes que iam morar com os avós no assentamento porque, em algum momento, apresentaram distúrbios de comportamento na cidade.

Felizmente, o êxodo dos jovens não era a regra geral. E, para a maioria dos casos de saídas de jovens, podia-se observar, implicitamente, o jogo da sucessão, pois em grande parte das famílias, pelo menos um dos filhos ficava para cuidar dos pais e do sítio. Geralmente este casava-se com uma moça do

assentamento e assumia pouco a pouco as tarefas de comando da unidade de produção, que estava nas mãos do chefe de família (geralmente o pai idoso). Era o início da sua preparação para assumir as funções do herdeiro.

Ao que me parece, a escolha do herdeiro não é uma tarefa fácil para as famílias e, muitas vezes, a preferência das famílias é prejudicada pelos interesses particulares e pessoais do escolhido. Neste caso, as famílias podem substituir o escolhido por um outro, ou aceitar passivamente uma escolha que tenha partido de um outro filho, cuja preferência é a de ficar na roça. E mesmo que este não goze da preferência dos pais, ele será bem aceito, se for “trabalhador” e souber conduzir os “negócios” do sítio com diligência.

3.3. Antecipação da Herança: compra de lotes para filhos de assentados.

A solução encontrada por muitos assentados para beneficiar mais de um filho com a possibilidade de ter a terra é a compra de lotes dos beneficiários desistentes. A partir de 1993, passou-se a fazer uma lista interna do assentamento, contemplando os filhos e parentes de assentados que moravam com eles “de favor”. A decisão de fazer uma lista foi tomada em uma assembleia de assentados em novembro de 1993. Consta nos autos do processo nº 54190.001184/98-79 cópia da ata de reunião realizada no dia 5 de novembro de 1993, quando os assentados decidiram pela elaboração de uma lista interna com os nomes de seus filhos e parentes e estabeleceram os seguintes critérios para a seleção dos candidatos:

1. Serão beneficiados os filhos e parentes de assentados que moram no assentamento há mais de um ano.
2. Os futuros beneficiários deverão constituir uma família.
3. O lote onde [a família] o futuro beneficiário mora, deverá estar totalmente utilizado, isto é, com produção nos 8 alqueires.
4. A preferência será dada à família que não se beneficiou ainda, sendo que no caso do segundo filho, será feita uma avaliação pela comissão.
5. Toda transferência de lote deverá ser feita na presença da comissão, que fará uma vistoria no lote do beneficiário que está saindo e do que vai entrar [da família do beneficiário que vai entrar].

6. Está excluída qualquer hipótese de transferência do lote para pessoas estranhas que não moram dentro da Fazenda Reunidas.

7. O prazo para o beneficiário entrar no lote deverá ser no máximo de 15 dias.

8. Caso o beneficiário desista, deverá repassar para o próximo da lista sem custos.

9. O futuro beneficiário deverá obter um lote dentro de sua própria agrovila, sendo que para a escolha em outra agrovila, será necessário uma reunião da comissão, juntamente com o DAF/Itesp para uma avaliação conjunta do caso.

A despeito da objeção dos funcionários do Incra, na época designados para acompanhar o assentamento, os assentados mantiveram a decisão e a lista foi elaborada pelos representantes de agrovilas, auxiliados pelos funcionários do Itesp em Promissão. Consta nos autos do referido processo, nas folhas 2.673 a 2.675, a cópia do ofício de um funcionário do Incra, dirigido ao superintendente regional do órgão em São Paulo, informando sobre a decisão dos assentados de elaborarem a lista interna. No ofício, ele ressalta que os assentados foram alertados de que a lista interna feria o artigo 2º. do Estatuto da Terra, os artigos 64, 72, 77 e 108 do Decreto nº 59.428 e o artigo 20 da Lei 4.947 de 06 de abril de 1966. Não obstante a esta advertência do funcionário do Incra aos assentados, a lista interna correu em paralelo com a lista do órgão, elaborada a partir das inscrições feitas nas prefeituras, nos sindicatos, no correio e no próprio Incra. À medida que os beneficiários informavam aos funcionários do Itesp a sua intenção de desistir, os funcionários acionavam o próximo da lista interna dos assentados. Como o Incra não se manifestava a respeito das indenizações a serem pagas pelas benfeitorias, a negociação entre o beneficiário desistente e o pretendente era feita livremente entre as partes, geralmente no escritório do Itesp em Promissão. Ao saber da intenção de venda do beneficiário desistente, o pretendente procurava-o para negociarem o preço.

A objeção do Incra fundamentava-se, principalmente, no próprio Estatuto da Terra que delegava a ele a competência para indenizar as benfeitorias e assentar o próximo da lista elaborada pelo órgão, segundo os critérios de classificação estabelecidos por ele. Tais critérios levam em conta o número de filhos da família, experiência na atividade agrícola, idade, entre outros. É evidente que segundo esses critérios os filhos solteiros ou recém-casados dos assentados não seriam classificados para compor a lista do Incra. A lista

interna, do ponto de vista legal, constituiria então um meio de fraudar a transação de lotes ou, na melhor das hipóteses, ela “furava a fila” da lista de espera do Incra, quando o pretendente constava nas duas listas, o que nem sempre acontecia. Desta forma, a lista interna dos assentados constituía uma contradição aos princípios de transparência, universalidade, isonomia e impessoalidade, aos quais o serviço público deve pautar-se. Esta prática chocava-se frontalmente com a legislação vigente.

Tabela 1 – Assentados Irregulares: transferências de lotes realizadas pelos assentados até 1998.

Situação / Agrov.	J. Bonif.	Penap.	Campinas	Outras	Total	Perc.
Filho	10	6	2	27	45	29,0%
Filha	1			6	7	4,6%
Irmão		1	1	6	8	5,2%
Cônjuges	4	2	3	13	22	14,8%
Parente N. Esp.	1	2		9	12	7,8%
Não Parente	3	14	2	40	59	38,6%
Total	19	25	8	101	153	100%

Fonte: Dados referentes ao processo INCRA n° 54190.001184/98-79

Analisando essas práticas por outro prisma, encontraremos algo muito instigante para a investigação antropológica. Elas demonstram uma recomposição ou, em alguns casos, uma constituição de um território de parentesco. Para os grupos familiares que, anteriormente ao assentamento, já se organizavam em um mesmo espaço geográfico, entendido como um grupo de vizinhança, constituído por uma família extensa, podemos afirmar que essa prática permite uma recomposição desse grupo. Entretanto, considerando o grau de desenraizamento de muitos dos assentados, poderíamos entendê-las, também, como um processo de constituição ou gestação de um território de parentesco no espaço do assentamento.

Durante o trabalho de campo, não foi possível detectar com que frequência essas práticas foram acionadas pela mesma família e quem era o filho beneficiado. Através da pesquisa documental foi possível verificar que, entre as famílias cujos filhos já eram adultos no começo do assentamento, era mais frequente a compra de lotes para um dos filhos mais velhos, já

casado ou em vias de casar. Desta forma, antecipa-se a herança do filho mais velho, mantendo o lote do titular, provavelmente, para o mais jovem ou para aquele que permanecer com os pais até o momento da sucessão. Há ocorrência de compra de lote para a filha ou para o genro, mas a maior ocorrência é a compra para os filhos do sexo masculino. Evidentemente a regra tem exceções. Há casos ainda, de compra de lote para o filho mais jovem, porém, é bom destacar que o filho beneficiado estava casado e os mais velhos permaneciam solteiros ou tinham migrado para a cidade.

4. CONCLUSÃO

O INCRA entende o parceleiro enquanto família nuclear e não considera a hipótese da constituição de famílias extensas. Os estudos de campesinato demonstram que a estrutura das sociedades camponesas se funda, principalmente, no parentesco por consanguinidade e por afinidade. A ocupação territorial por uma família extensa possibilita a ajuda mútua e as trocas materiais e simbólicas. Desconsiderando os aspectos legais e analisando pelo ângulo das relações de parentesco, parecem mais inteligíveis as práticas de aquisição de lotes para os filhos e parentes de assentados.

É importante destacar que essas práticas dependem de algumas injunções de ordem política e econômica. O período em que a compra de lotes foi mais praticada pelos assentados ou por seus parentes, foi também o de maior rentabilidade econômica, favorecida pela liberação das linhas de crédito para investimento e para custeio. A conjuntura política também favorecia as expectativas dos assentados, principalmente no que tange à política local. No início da década de 1990 até meados da mesma década, houve muito investimento no assentamento: melhoramento de estradas, eletrificação rural, construção de escolas, etc. Havia, portanto, um interesse dos jovens em permanecer no assentamento, e a compra de lotes dos beneficiários desistentes era a via mais fácil e rápida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, Rio de Janeiro/São Paulo/Campinas, ANPOCS/Hucitec/Editora da Unicamp/, 1992.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. IN: **Etudes rurales**, Paris, 1973.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1994.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**, 9.ed., São Paulo: Duas Cidades, 2001.

D'AQUINO, T. ET AL. Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.1, UNESP/CNPq, 1994.

D'INCAO, M. C. de M. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da Reforma Agrária. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 23, 1991.

D'INCAO, M. C. de M. **O bóia-fria, acumulação e miséria**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

DAVIS, S. H. (org.) **Antropologia do Direito**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**, 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FARIA, J. E. **Eficácia jurídica e violência simbólica**. O direito como instrumento de transformação social. São Paulo: Edusp, 1988.

IOKOI, Zilda G. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do MST. IN: **Revista Brasileira de História**, n. 22, ANPUH/Marco Zero/Fapesp/CNPq, mar.-ago. 1991.

MARTINS, J.de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. (ORG.) **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MERRY, S. E. Legal Pluralism. IN: **Law & Society Review**, v. 22, n. 5, 1988.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOORE, S. F. Law as Process. **Anthropological Approach**, Oxford, Lit Verlag and James Currey, 2000.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

PAOLIELLO, R. M. **Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como o direito e estratégia de apropriação**, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). IFCH-Unicamp, Campinas, 1992.

_____. **As Tramas da Herança: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra**. Tese (Doutorado em Antropologia). FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

PEREIRA, J. R. **De Camponeses a Membros do MST: os novos produtores rurais e a sua organização social**, tese de Doutorado em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais-UnB, Brasília, 2000.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa**. Cotidiano e história em assentamentos de Goiás, tese de Doutorado em Sociologia, IFICH-Unicamp, São Paulo, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**, 1.ed., Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1973a.

_____. **Bairros rurais paulistas**, 1.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1973b.

QUINTEIRO, M. da C. IN: MARTINS, J. de S.(org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

RAPCHAN, E. S. **De Identidades e Pessoas: um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 1993.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 52, 1985.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.26, 1980.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1979.

SHIRLEY, R. W. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, J. G. da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**, 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, M. A. M. In: MARTINS, J. de S.(org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada**. A (re)construção do território camponês em Promissão. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1999.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**, 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

_____. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1991.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, n. 81, Rio de Janeiro, 1983.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. Amor e celibato no universo camponês. Textos **NEPO 17**, Unicamp, Campinas, 1990.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da UNB, 1995.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p.11-73, Tempo Brasileiro, 1990.

“AOS POUCOS, A VIDA VOLTA AO NORMAL”. CONFLITOS E COTIDIANO EM UM ASSENTAMENTO RURAL¹

Amone Inacia Alves²

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar o cotidiano de um assentamento rural, Fazenda São João do Bugre, a mais antiga ocupação em Goiás, a fim de analisar as experiências vivenciadas após o período de conflito. A escolha desse assentamento, na região de Goiás, se deu pelo fato de ter, desde o processo de acampamento e ocupação, um forte acompanhamento e suporte da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Contribuiu, também, para a escolha desse assentamento o fato de que as entrevistas selecionadas com agentes e ex-agentes pastorais apontaram para o fato de que eram inexistentes movimentos sociais no campo no Estado antes dessa ocupação. Com o uso da etnografia, entrevistas de caráter semiestruturado, procuramos captar os sentidos e os significados da conquista da terra para aquele grupo. Nesse propósito, questionamos: Em que aspectos tornaram visíveis as mudanças provocadas pela formação empreendida pela CPT aos trabalhadores rurais da Fazenda Estiva/São João do Bugre? A fim de analisar essa questão fomos ao Assentamento da Fazenda Estiva, para melhor entender os resultados dessa formação empreendida pela CPT.

Palavras-Chave: Conflito; Assentamento Rural; Cotidiano; Religiosidade Camponesa; Formação.

1 Trabalho inicialmente apresentado na Anped Centro-Oeste em 2013.

2 Mestre em Sociologia pela UFPR, Doutora em Educação pela UFG. Professora Adjunto da FE/UFG, atuando nas áreas de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

Abstract: this study aims to analyze the daily life of a rural settlement, Fazenda São João do Bugre, the oldest occupation in Goiás, in order to analyze the experiments experienced after the period of conflict. The choice of this settlement, in the region of Goiás, was given by the fact that, since the process of encampment and occupation, a strong follow-up and support of the Pastoral Commission of the Earth- CPT. Contributed also to the choice of this settlement that the selected interviews with agents and former pastoral pointed to the fact that were non-existent social movements in the country in the State before this occupation. With the use of Ethnography, interviews of Semistructured nature, we seek to capture the senses and meanings of the conquest of the Earth for that group. In that purpose, question: in which ways made visible the changes caused by the training undertaken by CPT rural Farm workers Stowage/São João do Bugre? In order to analyze this question went to the farm Settlement stowage, to better understand the results of the training undertaken by CPT.

Keywords: Conflict; Rural Settlement; Daily Life; Religion; Training Peasant.

INTRODUÇÃO

Esse texto, fruto da pesquisa de doutorado intitulada: “Quem deu à luz: A CPT e a formação de trabalhadores rurais” visa apreender como se constitui o cotidiano, tomado nos espaços da religiosidade e trabalho, no Assentamento São João do Bugre (GO), antiga Fazenda Estiva, localizada no interior de Goiás.

Mostraremos como o trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT – participou na formação de trabalhadores rurais nesse Assentamento. Para tanto, inquirimos: como a concepção religiosa contribuiu para a consciência política? Como se encontra atualmente, após 20 anos de imissão de posse, São João do Bugre?

Na primeira parte, mostraremos o surgimento da ocupação da Fazenda Estiva, que após a fase de assentamento, passou a se chamar Fazenda São João do Bugre. Em seguida, mostraremos o cotidiano do Assentamento São João do Bugre (GO) vinte anos após a sua consolidação. Na segunda parte, mostraremos como foi o trabalho de formação de trabalhadores empreendido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, naquele assentamento.

1. A ocupação da Fazenda Estiva/ São João do Bugre

O início da ocupação da Fazenda Estiva se deu quando Antônio Baiano³ chegou ao lugar em 1979, lá encontrando Antônio Vitorino. Do outro lado do Rio do Bugre, na Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, trabalhando na condição de agregados. Nesta versão, segundo Antônio Baiano, Alceu de Barros lhe confidenciou que estaria providenciando a documentação da terra e quando assim sucedesse, ele poderia permanecer onde estava.

No entanto, de acordo com este relato, em março de 1981, ou seja, três anos depois, apareceu Helion Barros de Oliveira, filho de Alceu de Barros, pressionando para que todos dali se retirassem, vez que havia comprado as terras de seu pai. Antonio Baiano afirma que inicialmente, o próprio Helion o procurou, fortemente armado, exigindo que se retirasse. Dois meses depois, os jagunços abriram uma picada e fizeram uma cerca aos redores do rancho. Seguiram-se os incêndios, cortes da plantação, tiros a esmo e dois despejos, sendo o primeiro datado na ordem judicial de 28 de junho de 1984.

Diante de tanta pressão, cinco famílias saíram. Antônio Baiano afirma que Antônio Vitorino teria sido cooptado por Helion, prometendo-lhe a permanência na terra, caso ele não entrasse no movimento. O fato é que Antônio Baiano convenceu outros vizinhos a resistirem na terra a fim de assegurarem a sua permanência.

Os posseiros, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, requereram providências legais como o mandato de segurança, pois já tinham o direito legal de posse. A esses posseiros somaram mais famílias, com a finalidade de tanto permanecerem na posse, como em solidariedade.

O agravamento da situação se deu quando em 30 de maio de 1984 o fazendeiro Helion de Barros de Oliveira, acompanhado de um jagunço armado, invadiu a residência de Antônio Alves de Souza, Antônio Baiano, atacando-o violentamente o que provocou a sua hospitalização e um inquérito policial registrado na Polícia de Goiás.

O histórico de agressões não parou por aí. Em 25 de junho do mesmo ano, o Antônio Baiano voltou a ser agredido por Helion no Cartório da cidade de Goiás, sendo testemunhado por oito funcionários do cartório. Ao mesmo tempo, por ordem de ação judicial do juiz da Cidade de Goiás, João Jubé, no dia 26 de junho do mesmo ano, três famílias foram despejadas da fazenda,

³ O único posseiro, propriamente dito era o Antônio Baiano, apesar de a partir de 1983 passaram a morar 18 famílias em um mesmo rancho de folha de bacuri, de 6mx 3m.

acompanhadas pelo oficial de justiça com mais três jagunços.

No momento do despejo só estavam presentes no acampamento as crianças, pois os posseiros trabalhavam nas plantações. Os jagunços quebraram os pertences dos posseiros, levando-os em um caminhão. No dia seguinte, mais uma vez a mando de Helion, jagunços armados atearam fogo em quatro ranchos e duas residências, uma casa de farinha e um paiol. Além disso, soltaram 86 cabeças de gado nas plantações, destruindo-as. No decorrer dos acontecimentos mais uma vez Antônio Baiano foi ameaçado de morte.

Na ocasião do conflito Dom Tomás Balduino⁴, solidarizando-se com os posseiros, realizou uma missa na catedral da Cidade de Goiás, ainda que ações de despejo fossem emitidas pela justiça local⁵.

O fato é que a Fazenda Estiva marca um novo posicionamento da igreja em relação aos conflitos agrários. Sobre esse novo modo, o depoimento do ex-agente da pastoral é significativo:

Então, o primeiro trabalho da CPT foi teológico, porque a igreja antigamente tinha uma aliança com a oligarquia rural que defendia que a propriedade era sagrada, então ninguém poderia tocar que era tabu. E isso era de Deus, era assim mesmo. A pastoral da terra teve que fazer um trabalho de reconceitualização teológica, para entender até que ponto a propriedade era sagrada e se era sagrada mesmo e se era pecado mesmo fazer ocupação de terra e querer uma terra. E muitas vezes caminhava mesmo na linha de dizer que era inveja, querer o que era do outro. Muitas vezes mesmo caminhava numa linha moral de entender que hoje tem muita gente sem-terra e muita terra sem gente, isso é fruto de uma história de uma construção histórica, e não de uma realidade dada por Deus⁶.

Neste sentido, percebe-se que a própria igreja teve que se adaptar à proposta de acompanhar os trabalhadores nas suas lutas. Em um primeiro momento, esse trabalho funcionou no plano da assessoria jurídica, seja no apoio ou na própria organização, como na doação das comunidades católicas de alimentos, roupas e remédios. Porém, em um segundo, e talvez o mais importante momento, o trabalho da CPT era mais no sentido de um apoio moral, para que os trabalhadores tivessem um amparo nas suas conquistas.

⁴ Além disso doações em favor dos "Posseiros da Estiva" eram estimuladas pela própria igreja.

⁵ A imissão da posse só foi possível no dia 12 de novembro de 1988, sendo que o decreto de desapropriação foi no dia 10 de agosto de 1987.

⁶ Entrevista concedida em 07/08/09

Neste propósito, de apoio moral, a religiosidade conferiu uma força para que mantivessem na resistência aos grileiros, à justiça e à própria desmotivação comum a que se encontravam na condição de sem-terra.

Então tudo isso foi feito um trabalho, me lembro muito bem que no início os agricultores resistiram e disseram: não, não farei isso, é pecado. Mas na medida em que os trabalhadores foram percebendo que a terra é um dom de Deus deixada para todos e que quem começou com a escritura foi exatamente aqueles que tinham a responsabilidade de cuidar, então as pessoas começam a rever a sua concepção teológica, sua relação com a terra, sua perspectiva de fé e começam então a ter experiências importantes de luta pela terra, os trabalhadores começam a fazer uma releitura da própria palavra de Deus e dos seus conceitos e preconceitos ideológicos nessa questão da terra. Então começa a ter trabalhadores que dizem: não é assim que as coisas acontecem (Entrevista concedida em 21/10/2011 por um agente pastoral que acompanhou os trabalhadores em ocasião da ocupação).

Essa fala do agente pastoral é significativa também porque mostra que o trabalho da CPT foi também em direção da conscientização dos trabalhadores rurais, de que lutar por seus direitos não era um erro, mas uma necessidade, haja vista as más condições a que se viam submetidos. A CPT conferiu ainda um novo status ao movimento, que era quanto à possibilidade de organização, que praticamente era desconhecida no campo. A fala de Manuel Santana, Manezão, mostra a importância desse respaldo político:

Só que antes a gente não pensava nessas entidades de apoio. Não pensava em sindicato, não pensava na federação dos trabalhadores, CPT, a gente não conhecia. A gente não sabia nem se tinha algum advogado que teria coragem de trabalhar pra uma pessoa que tava naquela situação... Um trabalhador pensando no outro trabalhador. Mas pensando que a gente teria a ajuda de Deus, só (PESSOA: 1999, p. 92).

Esse respaldo político foi responsável pelo modus operandi que seria adotado dali por diante pela igreja presente em outras ocupações. Era necessário constituir um modo de ação que de fato marcasse a presença da CPT no campo da formação. Isso porque em um primeiro momento da transmissão do capital simbólico foi o de transmitir um capital político, instrumentalizando os trabalhadores para o enfrentamento nas primeiras demandas pela terra.

Esse modus operandi consistia em mudar a forma de agir do trabalhador, ampliando a sua concepção sobre a necessidade do enfrentamento, ou das

próprias conquistas advindas dos embates. Essa mudança de perspectiva em relação a esse modo de agir incluiria a percepção na forma de enxergar na terra, a promessa de Deus. Com esse intento, a CPT conseguiu atingir trabalhadores com a apropriação da linguagem bíblica, conforme relato de Tonho Palestina, trabalhador rural, ex-agente pastoral:

Eu vivia na terra com os meus irmãos e meu pai a gente começou então a participar da leitura da bíblia, e logo em seguida já, no começo de 78, a gente começou a discutir a questão do sindicato daquela região lá. Uma coisa que deu muita força para a gente naquela época do regime militar foi a CPT que já tinha um trabalho grande na região de Goiás, mas na minha diocese de São Luís de Montes Belos, o bispo não aceitava, por causa dos fazendeiros, da terra muito concentrada, aí mesmo assim, nós fazíamos as nossas reuniões da comunidade (Entrevista concedida em 05/06/2009).

Esse trabalhador passou a ser formado a partir da absorção de um tipo de militância política imbricada a uma perspectiva religiosa. Conforme afirma Franco a ocupação de terras passa a ser uma “ação política sacralizada” (Pessoa, 1999). Sem essa sacralização da luta, acredito, talvez não seria viável se pensar em ocupações e posses no contexto dos anos 1980.

O resultado da formação empreendida pela CPT aparece nas falas e práticas, no momento do confronto direto com a polícia, seja para acalmar demandantes pela terra, ou mesmo para conferir um alento:

(...) Em São João do Bugre, um trabalhador que está assentado lá até hoje, um senhor de idade o senhor Antônio, em que ele começou a fazer uma luta pela terra, pela posse dos pais que estavam a sessenta anos, a terra foi grilada, e ele fez toda uma luta e a questão da terra entrou junto nessa luta, e ajudou e ele dizia: eu rezo duas horas por noite para dar conta do enfrentamento da pistolagem no outro dia. (Entrevista concedida por um ex-agente da pastoral em 21/05/2009).

O apoio dado pela Comissão Pastoral da Terra serviu para dar uma maior visibilidade à Igreja Progressista⁷, ainda que não houvesse um consenso sobre a participação de membros católicos nas lutas sociais⁸.

⁷ É claro que não se pode deixar de mencionar a participação de uma ala da igreja ligada à hierarquia eclesial. O episcopado de Dom. Tomás Balduino foi significativo no sentido de aproximar a igreja das causas sociais, como na criação do Movimento de Educação Brasileira - MEB ou mesmo da participação da CPT.

⁸ Vários bispos impediam a atuação da CPT nas suas Dioceses, seja pelo próprio conservadorismo de suas convicções ou por receio da identificação da igreja com os movimentos sociais e a consequente perda de membros que não queriam participar desse tipo de comunidade religiosa.

Os que ficam, os que vão...

A priori, partimos do pressuposto de que os assentamentos rurais não são uma realidade estanque, mas um processo de ressignificação de experiências, que envolveram diferentes mediadores. Em alguns assentamentos aparecem novas formas de sociabilidade, sobretudo, organizativas, como cooperativas e associações. Novas demandas aparecem voltadas para as negociações com o governo.

Estiveram presentes na história dos assentamentos diferentes agentes: partidários, religiosos e sindicais, trazendo uma nova dinâmica ao movimento, transformando o teor da reivindicação. Muitos desses agentes foram abrindo espaço para outras pessoas advindas de outros espaços sociais. Há ainda aqueles que mantêm uma rotina de frequência nos assentamentos, desde a época dos acampamentos que lhe deram origem, tais como: líderes de movimentos sociais, promotores, pesquisadores, policiais executando ordens judiciais. Todos exerceram, ou exercem ainda, uma forte influência para o assentado, que absorve desses agentes alguma forma de conhecimento.

Como realidade de mudança no próprio assentamento, encontramos novos assentados que na maioria das vezes, conhecem pouco, ou desconhecem totalmente, o histórico da região. Alguns nunca ouviram falar que ali desenrolou uma luta sangrenta pela posse, com feridos a bala dos dois lados. Esses novos moradores não possuem o conhecimento necessário para participar da luta, mas exercem uma influência sobre ela, de alguma maneira, seja neutralizando as ações do grupo, ou mesmo mudando o estereótipo de parceleiro local.

Isso porque a maioria desses novos moradores se encontra instalada na região, devido à compra da parcela, ainda que formalmente isso não aconteça por limitações impostas pela legislação e pelo controle do Incra. Então, são designados como ‘sitiantes’, ‘chacareiros’ ou ‘pequenos proprietários de terras’.

A entrada de novas pessoas nos assentamentos reconfigura o lugar, também, pelo fato de que são vistos como gente de fora, com pouco conhecimento dos que lá estão desde o início. Alguns desses novos proprietários fazem da gleba de terra uma chácara de lazer de final de semana, chegando a ficar quinze dias sem ir até lá, comprada já de terceiros moradores, que por sua vez tinham comprado de antigos parceleiros. Questionamos sobre a possibilidade do acontecido, sendo respondido que a essa prática, muito comum por sinal, as autoridades

que supervisionam fazem vista grossa.

Os assentamentos rurais também são influenciados pela conjuntura, sendo que diferentes agentes formadores participaram na formação de quadros de lideranças e base, no trabalho de assessoria jurídica, nos projetos de implantação de novas tecnologias ou nas práticas de associativismo rural, dentre tantas outras situações que tornam o assentamento uma realidade de múltiplas mudanças.

Entre os trabalhadores rurais, como não poderia ser diferente, essa mudança tem outras dimensões. Alguns assentados, pela experiência de êxito em outros movimentos sociais, atuam em sindicatos e até militam em partidos políticos, sendo muitas vezes candidatos que se elegem.

A título de exemplo, a gleba Mosquito foi indicada a trabalhadores rurais principalmente vindos de Itapuranga, por parceiros da Estiva, que não só apontaram a sesmaria, como ajudaram na organização e resistência. Os primeiros ocupantes nos disseram que trabalharam intensamente no sentido de indicar aos outros “o caminho das pedras”. Isso mostra, mais uma vez, a influência da formação, aqui no caso, trabalhadores rurais que adquiriram conhecimentos e os transmitiram a outros trabalhadores rurais, o que possibilitou novas ocupações.

Nos assentamentos, encontramos ainda, assentados que de certa forma abandonaram as parcelas, pela simples descrença nas possibilidades de futuro na posse da nova terra. Esses viram enormes dificuldades em nela permanecer por dificuldades de acesso – São João do Bugre, por exemplo, é recortada por estrada de chão a aproximadamente 10 km do asfalto – ou pela distância de levar os meninos da escola. A família mora na cidade, ficando apenas um dos membros no campo, a fim de garantir a posse.

Ao invés de enviar produtos próprios da roça para a cidade, como a carne de porco, bovina e aves em geral, como galinhas e perus, e seus derivados – toucinho, leite, queijo, manteiga, ovos, dentre outros – é o contrário que acontece. A maior parte dos produtos consumidos é importada dos supermercados e mercadinhos mais próximos. No campo pouco ou quase nada se produz.

Esses parceiros, ainda que tenham os direitos de posse, pouco trabalham na terra, que serve apenas como moradia. É bem mais fácil procurar emprego na cidade ou em outras fazendas, haja vista as queixas feitas que os financiamentos do governo não são fáceis de conseguir.

Há entre as histórias de vida dos assentados aqueles que, no entanto,

não abandonaram os seus lotes, que continuaram trabalhadores rurais no pedaço de terra que adquiriram. Esses assentados passaram a adotar um novo linguajar típico de quem conhece todo o processo jurídico de aquisição de terras, levando adiante novos capitais, a fim de ajudar em novos empreendimentos.

A labuta empurra o trabalhador para essa aquisição desse conhecimento. O cotidiano faz com que o homem do campo se torne aguerrido pelas contingências sociais em que se encontrava na condição de não proprietário. A militância aparece na solidariedade aos outros companheiros que se acham na mesma situação.

O conhecimento adquirido pelos assentados permite inúmeras conquistas. Um dos entrevistados se tornou líder, pois por seu intermédio que os vizinhos conseguiram energia elétrica, antes mesmos dos grandes proprietários de terras da região. Na entrevista contou que um grande fazendeiro da região ironizou: “Você poderia ser candidato a vereador, tudo o que quer consegue”, ironia que foi devolvida na mesma medida: “Se eu me candidatasse a vereador, o senhor deveria ser o prefeito”.

Na Fazenda Estiva, atual São João do Bugre, os trâmites legais da regularização da área demandaram oito anos, com enormes incertezas em relação ao êxito ou fracasso da aquisição ou não da terra. Segundo relatos de parceiros, naquele período não podiam plantar e colher, pois estavam constantemente ameaçados pelos jagunços, que chegaram a incendiar os ranchos e destruir as plantações várias vezes.

Tornou-se necessária a manutenção de novas relações de sociabilidade com pessoas “de fora” do assentamento, com os povoados próximos, com o poder público municipal, com os candidatos a vereadores e deputados que muito prometem e vão pedir votos, além de várias outras instituições que vez ou outra visitam os assentamentos, sugerindo formas de plantio, associativismo, dentre outras práticas vistas com o intento de melhorar a situação do assentado.

Acrescentam-se às experiências, novas amizades com vizinhos parceiros que se tornam compadres de filhos, inclusive nascidos já na parcela. Tornam-se amigos, além de parceiros, dos mediadores que frequentaram e muitas vezes ainda frequentam o assentamento, a exemplo dos agentes pastorais.

A visita ao São João do Bugre provoca surpresa e perplexidade. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que não encontramos no local nenhum projeto de continuidade da reforma agrária. A

impressão deixada é que, passados os primeiros anos de incentivos financeiros, não existem atualmente propostas governamentais que deem seguimento a esses incentivos.

No entanto, a partir das falas, percebemos outro discurso. Para os parceiros, o plantio envolve a aplicação de insumos agrícolas industrializados, bem como o manuseio de máquinas modernas, razão pela qual necessitam de créditos do governo, que nunca vieram, ou vieram tardiamente, desvalorizando o poder de compra.

Percebemos que nos relatos, há ainda, outra concepção para o trabalhador rural, de que a terra e tudo o que ela possa dar, passa a assumir uma ideia de valor de troca, abandonando qualquer tentativa de plantio ou cultivo de alimentos. Parecem, com esse argumento, absorver a mesma lógica mercantilista do agronegócio.

Esse pensamento comum que atinge o campo brasileiro, cujo assentado reproduz no seu cotidiano, pode ser atribuído à própria inexperiência do camponês com a condução de suas terras. Um fato pode explicar essa dificuldade em gerir a sua própria parcela: percebe-se que há uma dificuldade muito grande em partilhar terras, máquinas e produtos em comum. Os assentados tendem a reproduzir os mesmos valores anteriores à aquisição do lote, orientando-se a organizar o espaço rural com uma visão individualista, tendo cada um o “seu quintal”.

Assim foi em São João do Bugre, onde cada um recebeu o seu lote e não participou de qualquer atividade coletiva. A questão econômica do assentamento ficou reduzida à produção da família, sendo que o plantio do milho, do feijão, da mandioca, da laranja e o manejo de animais como galinha, porco e gado de leite apareceram como a principal fonte de renda.

Atualmente, notamos um aspecto ainda mais grave, que é o fato de não encontrar quase nenhuma produção de cunho familiar. Notamos que grande parte dos assentados aluga o pasto como única fonte produtiva e compra da cidade a maior parte dos gêneros alimentícios de que precisam.

Os assentados, então, dedicaram-se ao plantio e trato de animais domésticos adotando um modelo de organização, cuja forma de sociabilidade garante não só a sobrevivência do núcleo, mas das despesas com alimentação na cidade.

Percebe-se que onde houve a formação de uma sociedade civil no meio rural, ocorreu uma maior incidência da agricultura familiar (Abramovay, 1997, p.55). Onde houve latifúndios, ou formação associativa no meio

social, a evasão do campo para a cidade foi bem menor. Isso porque a agricultura familiar torna-se um elemento decisivo na oferta racionalizada de serviços – transportes, educação, comunicações, eletricidades – fazendo com que se reduzam as diferenças entre vida rural e urbana, condição básica para a permanência do homem do campo no campo.

Nas situações em que isso não vingou, houve um forte êxodo rural, de uma ou mais gerações, alterando o modo de vida camponês. No caso do São João do Bugre, os alimentos produzidos como excedente, passaram a ser vendidos principalmente na cidade de Goiás, garantindo uma renda extra para a família, em uma produção eminentemente feminina. Por algum tempo esse modelo funcionou adequadamente, garantindo a renda.

No entanto, ao longo de sua existência como assentamento rural, várias situações ocorreram. Na época da imissão na posse, nove famílias receberam as parcelas e passaram a viver na terra. Naquele momento, as famílias estavam imbuídas em produzir, plantando e colhendo o alimento necessário para a subsistência. Tentativas de cooperativa e de produção autossuficiente, que supriria as necessidades do núcleo, não é a realidade que pode ser observada atualmente. Das nove famílias, apenas quatro permaneceram na propriedade. Os outros núcleos familiares, por motivos diversos como: óbito do cônjuge, dificuldades de permanência por falta de recursos, doença, ou mesmo desinteresse, venderam a parcela, conforme também já citamos.

Nos lotes dos quatro que permaneceram, não aconteceu o que se chama de ‘produção familiar’, porque o núcleo produtivo se desfez ou foi bastante alterado. Os filhos cresceram, foram estudar na cidade e de lá nunca voltaram. Ficaram no campo apenas os mais velhos que não têm mais “forças” para o trabalho pesado da roça, como é o caso de um assentado que vive apenas com a mulher, também idosa. Então resta nos assentamentos uma população envelhecida, cuja idade não permite uma inserção ativa no mercado de trabalho. Fixou no lugar também, graças a uma não adaptação ao ritmo de vida.

Essa situação mostra, por outro lado, que a parcela ocupada pelos pais não gera interesse dos filhos em permanecer no campo, a não ser quando se inscrevem em movimentos sociais, demandando também um lote de terra. Em São João do Bugre o filho de um assentado conseguiu uma parcela nos fundos da propriedade do pai, e nela convive com sua família. No entanto, percebemos aí uma situação isolada, que não reflete a realidade na maioria dos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias dos assentados em São João do Bugre têm em comum o fato de que, imbuídas de significações sucedidas pela luta da terra, trouxeram importantes mudanças para o retrato dos assentamentos rurais no Estado de Goiás – como a possibilidade para outros trabalhadores de ocupar e resistir e conseguir a posse – mudando as suas próprias vidas, o que possibilitou alterações na forma de atuação, de trabalhador rural a militante político.

Pode-se dizer que a fase de acampamento foi expressiva para a mudança de perspectiva de suas trajetórias. Isso porque, naquele momento de visibilidade, houve a construção de uma consciência coletiva de sem-terra, provocada pela necessidade de efetivação do projeto de vida, o que tornou necessário a aquisição de uma série de habilidades intrínsecas para participar do confronto e das negociações.

Então, receber a terra, assume simbolicamente não apenas a conquista de uma renda, mas de um projeto de liberdade, o que significa ser dono da condição de trabalho. Encontramos na fala dos entrevistados, esse fato como a principal vantagem em vivenciar todas aquelas situações de violência presenciadas na fase do acampamento.

A Comissão Pastoral da Terra atuou na formação dos trabalhadores rurais em momentos distintos. Essa formação empreendida ocorreu no próprio momento do conflito, quando era necessário instruí-los, sobre os direitos e as demandas que deveriam compreender, a fim de garantir a posse.

A CPT naquele momento enviou não apenas advogado, mas agentes pastorais, que passaram a frequentar mesmo em momentos de muito conflito. O trabalho da CPT foi no sentido de inserir a questão da terra uma visão mística, que serviu como alento para as horas mais difíceis.

Antes da presença da igreja, os trabalhadores acreditavam que, as ações desenvolvidas de apossamento e ocupação, eram “invasão de coisa alheia”, “de roubo da propriedade”, “de bandidagem”. Aos poucos, através das palestras realizadas pela Pastoral, e pela cumplicidade construída com os agentes pastorais, os trabalhadores internalizaram que, nada mais faziam, do que perseverar e acreditar, dobrando o joelho sem se levar ao aprisionamento.

Então, pode-se afirmar que a área da formação oferecida pela CPT, permitiu ao trabalhador rural aquisição de uma série de habilidades para o desdobramento dos conflitos. Se até aquele momento do ‘encontro na Estiva’, o que havia era uma necessidade de sobrevivência individual, no curso dos acontecimentos, aos poucos, se constituíram laços entre os

trabalhadores rurais, na construção do “nós”, do pertencimento coletivo e da visualização de uma classe social de sem-terra.

No entanto, mostramos que a formação empreendida em São João do Bugre esbarrou na efetividade econômica do assentamento, incompatibilidade que existe entre os projetos do governo e de alguns mediadores para a concreta reforma agrária no Brasil. Em muitos casos, inclusive observados diretamente em São João do Bugre, existe uma distância considerável entre os que pensam claramente no significado da conquista da terra e dos que planejam. Projetos de governo não são capazes de incorporar a vida desses assentados, que na maioria das vezes, a imissão da posse chega no momento em que já se encontram exaustos da labuta diária.

Entre o sonho e a realidade, São João do Bugre ficou no meio do caminho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.76-88, Abr/jun, 1997.

BOLETIM informativo: CPT – Regional Centro Sul de Goiás. a 1, n. 3, mar/ 1985

BOLETIM da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975, p.8

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. O campo científico. In ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. Col. Grandes Cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 21-38.

CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

GOMES, L.A.L. A dolorosa transição: de trabalhadores sem-terra a trabalhadores com terra. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais – UFG, Goiânia, 1992.

IANNI, O. **A utopia camponesa**. In Dialética e capitalismo. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. O Mundo agrário. In **A era do globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1997.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MEDEIROS, L.S. de. Questões sobre o sindicalismo rural. in **Tempo e presença**, CEDI, n. 243, jul. 1989^a, p. 7-9.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1986.

PANINI, C. **Reforma agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PELOSO, R. **A força que anima os militantes**. Caderno de Formação do MST, 27, 1998, p.7.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985;

PESSOA, J. de M. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no Aprendizado da Itinerância. In **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato**. NEVES, D. P. (org.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. **A Revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

_____. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Editora Alínea, 1999b.

_____. et al. **Saberes do nós**. Ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

POLETTI, I. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985;

SILVA, J. S. da. A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo. **Dissertação defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia** - UFG: Goiânia, 2003.

SILVA, M.A. de M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA. A., Formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. **Dissertação de mestrado apresentada na: Universidade estadual de Campinas**, Faculdade de Educação, Campinas 1994.

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA¹

*Manuela Finokiet*²

*Irio Luiz Conti*³

*Angelita Bazotti*⁴

*Carmen Janaina Batista Machado*⁵

Resumo: Este artigo discute a contribuição da Educação do campo na valorização de assentados da reforma agrária que trabalham na agricultura familiar. Há experiências significativas sobre o papel da educação e da escola, entre elas as experiências de Educação do campo, emergidas recentemente a partir de demandas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desse modo, os principais protagonistas da Educação do campo são os próprios movimentos sociais de luta pela reforma agrária. É nesse contexto que se insere a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho, localizada no Distrito de Armada, município de Canguçu, Rio Grande do Sul, a qual conta com 16 assentamentos de reforma agrária. A escola atende alunos do 1º ao 5º ano, oriundos dos assentamentos do entorno e empreende esforços para desenvolver práticas pedagógicas inseridas na realidade dos alunos, conjugando as dimensões teórica e prática, com estímulo ao resgate de sementes crioulas, hortas escolares, dias de campo com as famílias, educação socioambiental e outras que incentivam modos de vida saudáveis às pessoas em seus lugares de vida na agricultura familiar.

Palavras-chave: Educação do campo, assentamentos rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Escola.

1 Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 20 a 23 de julho de 2015, em Porto Alegre e originam-se da pesquisa de doutorado, em andamento, da primeira autora desse artigo.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha câmpus Júlio de Castilhos. Email: manuela.finokiet@iffarroupilha.edu.br

3 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), bolsista CAPES/FAPERGS e conselheiro do CONSEA Nacional. Email: irio@ifibe.edu.br

4 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Socióloga do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Email: angelitabazotti@gmail.com

5 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Integrante do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPe) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (GEPAC). Email: carmemachado3@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to discuss the contribution of Rural Education in the feasibility of the land reform settlers' appreciation. There are significant experiences about the role of education and school, among them, Rural Education, which has recently emerged from social movement demands, mainly from the Landless Workers' Movement (MST). Thus, the main protagonists of Rural Education are the social movements themselves which fight for land reform. It is in this context that the *State Primary School Orestes Paiva Coutinho* is inserted, situated in Armada District, Canguçu municipality, Rio Grande do Sul, which accounts to 16 land reform settlements. This school has students from the first to the fifth years, who come from nearby settlements and it endeavors to develop pedagogic practices according to the students' reality conjugating practical and theoretical dimensions. It also focuses on rescuing creole seeds, school vegetable gardens, field days with the families, socio-environmental education and other practices that encourage healthy lifestyles of people in their places of life of family agriculture.

Keywords: Rural Education, rural settlements, Landless Workers' Movement, school

*Vem lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular.*

(Trecho do Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

1. Introdução

Este artigo discute a contribuição da Educação do campo na vida das crianças de famílias assentadas em projetos de reforma agrária no município de Canguçu, no Rio Grande do Sul. Há experiências significativas sobre o papel da educação e da escola, entre elas as de Educação Popular e de Educação do campo. Esta última é recente e surgiu a partir de demandas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os principais protagonistas da Educação do campo são os próprios atores sociais que lutam pela reforma agrária. É nesse contexto que se insere a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho, localizada

no Distrito de Armada, município de Canguçu⁶. Esse município conta com 16 assentamentos de reforma agrária, constituídos a partir da década de 1990, por pessoas originárias de diversas regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A Escola atende alunos do 1º ao 5º ano, oriundos dos assentamentos de seu entorno e realiza atividades de valorização destes nos assentamentos, mediante a conjugação de atividades curriculares e o desenvolvimento de projetos de agricultura ecológica, hortas escolares, resgate de sementes crioulas e outras.

Nesse contexto, abordam-se, inicialmente, aspectos da trajetória da Educação do campo e a contextualização do município de Canguçu e dos assentamentos de reforma agrária que lá se estabeleceram. Na sequência são feitas reflexões e articulações dessas experiências com o processo pedagógico vivido pela comunidade escolar e se traçam algumas considerações finais.

2. Breve trajetória da Educação do⁷ campo

Algumas experiências têm promovido importantes debates em torno da educação e da escola de modo alternativo. Entre elas, localizam-se as experiências de educação popular⁸, emergidas “formalmente” a partir da década de 1960. E a Educação do campo que surgiu recentemente, a partir de 1998, influenciada pela educação popular e de demandas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Caldart (2009) observa o contexto, práticas e sujeitos da Educação do campo, discute tensões e contradições ao longo do seu percurso (principalmente entre o Estado e os movimentos sociais) e identifica impasses e desafios relacionados à crise do capitalismo e seus desdobramentos em

⁶ Os autores agradecem à diretora Nara Regina Correa, às professoras Cristiane Correa Martins e Sirlei Rodrigues Becker, à funcionária desta Escola Leda Jeske, bem como à comunidade do entorno, pelas informações fornecidas que motivaram e possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

⁷ “Na sua origem, o ‘do’ da Educação do campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, Educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites ‘impostos pelo quadro em que se insere’, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas” (CALDART, 2009, p. 41).

⁸ Conforme Paludo “as raízes da educação popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular: Enfim, são as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano e o avanço obtido pelas ciências humanas e sociais na formulação teórica para o entendimento da sociedade latino-americana” (PALUDO, 2012, p. 283).

questões relacionadas ao trabalho do campo. A autora defende que a Educação do campo não é uma proposta de educação, mas a disputa por uma concepção de educação (e de campo) diferente da atual. Desse modo:

Se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 38).

Nesse sentido, o vínculo de origem e os principais protagonistas da Educação do campo no sul do Brasil são os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, particularmente o MST. No entanto, cabe destacar que existem inúmeras experiências de Educação do campo que vêm sendo desenvolvidas simultaneamente em diferentes partes do país, como, por exemplo, a Rede de Educação no Semiárido (RESAB), que trabalha em torno da elaboração de propostas curriculares contextualizadas no Semiárido, e as experiências educativas realizadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB).

Caldart (2009) destaca que é preciso ter cuidado para não confundir educação com escola e, uma vez que educação é mais que a escola, é necessário pensar a escola sempre em perspectiva, para que se consiga transformá-la “na direção de um projeto educativo vinculado a práticas sociais emancipatórias mais radicais” (CALDART, 2009, p. 43). Assim, a educação se vincula a “lutas sociais por uma humanização mais plena: luta pela terra, pelo trabalho, pela desalienação do trabalho, a favor da democratização do acesso à cultura e à sua produção, pela participação política, pela defesa do meio ambiente” (p. 43).

A Educação do campo, de acordo com Caldart (2009), não é uma luta por um tipo específico de escola do campo⁹, mas nasce trazendo questionamentos à política educacional e à teoria pedagógica. Sua

⁹ Entende-se por “escola do campo aquela que os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos tipos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimento e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implantação” (ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C., 2004, p. 53).

crítica originária à escola (ou à ausência dela) não se faz no sentido de defender um tipo específico de escola para os trabalhadores do campo, mas de reclamar pela necessidade da escola como lugar de educação estar em todos os lugares (o campo é um deles), em todos os tempos da vida e para todas as pessoas. Nesse sentido, o que se propõe não é fortalecer a contradição (inexistente) entre campo e cidade, mas, sim, “reconhecer a especificidade dos processos produtivos e formadores do ser humano que acontecem no campo” (CALDART, 2009, p. 47), buscando compreender como historicamente essa relação foi construída a partir da ideia de oposição.

Segundo Paulo Freire, *educar é intervir* e, por meio da educação pode-se modificar e (des)construir realidades. Por isso, o processo educativo precisa incentivar a autonomia, o respeito, o diálogo, a criticidade, a criatividade, o reconhecimento da identidade cultural e a consciência do inacabamento e da incompletude (FREIRE, 1996). Para isso, é preciso fugir do idealismo - as ideias separadas da realidade governam o processo histórico - e do objetivismo mecanicista, que nega a presença do ser humano como sujeito transformador do mundo, subordinando-o à transformação da realidade sem sua decisão (FREIRE, 2011). Nesse sentido, a educação, tanto nas instituições formais como nas não formais, possui um papel relevante no processo de libertação e emancipação do ser humano no contexto atual. Pois, educar para a cidadania, a criatividade e o protagonismo social, mais que uma filosofia educacional, implica a revisão dos currículos, reorientação da visão de mundo e da educação como espaço de inserção do indivíduo, não apenas em uma comunidade local, mas em uma comunidade que é local e global ao mesmo tempo.

Diversos autores apontam a necessidade de se discutir sobre a organização do currículo escolar (MOREIRA, SILVA, 2002). Ou seja, ter escola não é suficiente, é necessário disputar o conteúdo daquilo que é ensinado pela escola. O currículo, longe de ser neutro na construção de conhecimentos sociais, está intimamente imbricado em relações de poder, produzindo identidades sociais e individuais (MOREIRA, SILVA, 2002). Aos poucos “os educadores e movimentos sociais incorporaram às suas pautas de reivindicações o direito dos diferentes grupos terem seus saberes, suas histórias e práticas culturais contempladas e reconhecidas no âmbito do currículo escolar” (LIMA, 2011, p. 244). Segundo o mesmo autor:

Os projetos educativos devem estar em sintonia com os projetos de desenvolvimento das comunidades, para que os conhecimentos e saberes produzidos na sala de aula possibilitem aos alunos atuarem de forma ativa nos projetos de transformação social e na produção de novos saberes sociais, culturais e tecnológicos voltados para o desenvolvimento, utilizando de forma sustentável os potenciais culturais, ambientais, organizativos e produtivos de cada região (LIMA, 2011, p. 2-3).

Considerando esses aspectos, fica reforçada a necessidade de interação entre a escola e a comunidade do entorno na concepção e implantação do currículo escolar. Ademais, muito embora a organização curricular seja elemento fundamental, a Educação do campo não se faz apenas em espaços formais como a escola, mas envolve a família, a comunidade e as relações que se estabelecem além da escola, que possibilitam aos indivíduos se tornarem cidadãos do e no mundo. Seus objetivos precisam ser construídos numa interação dialógica, gerando um processo educativo que, simultaneamente, inclua e transcenda o espaço escolar.

Caldart (2009) identifica alguns focos de tensões e contradições presentes no contexto de origem da Educação do campo que ajudam a conformar seu percurso. Um deles está relacionado ao campo na dinâmica do capitalismo, com intensa expansão do capital internacional e do agronegócio no campo, e o outro se relaciona à tensão (permanente) entre a pedagogia do movimento (movimentos sociais) e as políticas públicas (Estado).

Quanto à expansão do capitalismo no campo, a autora destaca que a lógica de pensar o campo apenas como lugar de negócio faz com que as “escolas do campo” de certa forma percam sua função, muito embora a educação escolar dos trabalhadores do campo entre na (ou volte à) agenda política do país. Isso porque a “reestruturação produtiva” implica a necessidade de qualificação de mão de obra, demandando novos currículos para os cursos de Agronomia, cursos superiores específicos para gestão do agronegócio e educação profissional que se adequem ao contexto de expansão de agronegócio.

Ademais, a Educação do campo se constitui pela articulação entre a política produzida pelos movimentos sociais e sua interação mais próxima com o Estado na disputa pela formulação e implantação de políticas públicas específicas para o campo. Articulação esta que visa compensar a discriminação histórica vivenciada pela população do campo, inclusive do acesso a políticas de educação, assim como as demais políticas públicas. Segundo Caldart:

Para os movimentos sociais, lutar pela Educação do campo é passar a pensar na educação do conjunto da classe trabalhadora e é buscar pautar dessa forma, em uma perspectiva de classe, a questão da política educacional. E no específico de organizações como o MST, significa passar a compreender que a ocupação da escola pelo movimento precisa ser feita/pensada como apropriação da escola pelos trabalhadores, pelo seu projeto histórico e não apenas pelos interesses imediatos da organização, por mais justos, politizados e amplos que eles possam ser (Caldart, 2009, p. 53).

A autora salienta, ainda, que a disputa pela forma e conteúdo das políticas públicas gera riscos (de cooptação pela classe dominante), mas também possibilidades de ampliar a compreensão das formas de superação do capitalismo, já que não há como construir um projeto alternativo de campo sem ampliar as lutas e o leque de alianças para além do campo. E, no caso do MST, a educação possui um papel fundamental porque ela não é separada de suas dinâmicas sociotransformadoras, conforme a afirmação que segue:

Quando dizemos que a luta é um princípio educativo é porque acreditamos que, na medida em que esses sujeitos se organizam coletivamente para a ocupação da terra e para a vivência em acampamento, eles vão adquirindo nesse processo o valor da solidariedade do compromisso com a terra, do cuidar do outro, da partilha e principalmente da rebeldia organizada para o enfrentamento às elites que excluem e marginalizam a classe trabalhadora brasileira (SANTOS SILVA et al., 2005, p. 58).

Outra questão importante é que, muitas vezes, para o sistema vigente, a Educação do campo acaba sendo reduzida às escolas e, embora a pressão social traga a ideia de especificidade, no momento da formulação de uma política, a tendência acaba não sendo o específico, de modo que ele acaba tendo que se enquadrar na forma já instituída - mesmo que tenha contribuído para a exclusão e a discriminação que justificaram a discussão da especificidade. Caldart reconhece a existência de algumas “políticas focais, recortadas no tempo, no espaço, nos sujeitos, mas que então não se configuram como políticas efetivamente públicas, de perspectiva universalizante” (CALDART, 2009 p. 54).

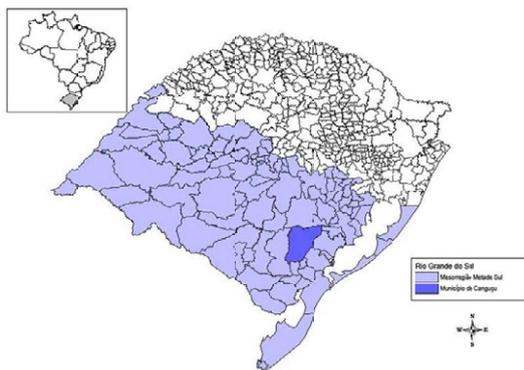
Um dos grandes desafios apontados por Caldart (2009) aos movimentos sociais consiste na superação dos impasses que resultam de sua articulação e aproximação com o Estado. Ela destaca que é preciso resgatar o protagonismo dos movimentos sociais trabalhando a Educação do campo e a pedagogia do movimento de forma integrada, compreendendo-a para

além de uma política pública e de ensino, de modo a abranger o conjunto dos trabalhadores do campo. Isso supõe que os movimentos sociais pressionem pelo direito à educação, sem descuidar nem recuar na disputa pelo conteúdo que conforma a Educação do campo.

3. Contexto de formação dos assentamentos de reforma agrária em Canguçu

Os primeiros habitantes da região de Canguçu (Figura 01) foram os índios tapes e tapuias (guaranis), os quais se estabeleceram na Serra de Tapes onde Canguçu está localizado (BENTO, 1983; MAESTRI, 2000). Fialho (2005) sugere que a região do atual município de Canguçu, no passado, foi um território de fronteira, primeiro entre os grupos indígenas (guaranis e pampianos) e, no período colonial, entre Portugal e Espanha. Depois, a região passou por conflitos entre estancieiros sobre os limites de cada sesmaria que conformaram as identidades e hierarquias das oligarquias regionais. Com a chegada dos invasores¹⁰ europeus essas comunidades, ao longo do tempo, acabaram sendo dizimadas. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação, há registro de algumas famílias Mbyas Guaranis que se estabeleceram no município em 2014.

Figura 01. Mapa de localização da mesorregião “metade sul” e do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Base Cartográfica IBGE – 2010. Elaborado por Natalia Salvate Brasil - 2014.

¹⁰ Tendo em vista que a colonização foi historicamente utilizada para denotar ocupação de “espaços vazios”, alguns autores, como Bossi (1992), têm substituído este termo por invasão europeia, numa tentativa de reduzir o romantismo e o heroísmo que caracterizaram as narrativas oficiais sobre o processo de ocupação desses espaços supostamente “vazios”.

Posteriormente, Canguçu foi ocupado por açorianos e brasileiros. Alguns se estabeleceram em pequenas áreas de terra e se dedicaram ao cultivo de produtos de subsistência e venda de trigo, outros foram contemplados com sesmarias (grandes extensões de terra) para a criação de gado (FIALHO, 2005). O autor ressalta que “grosseiramente poderíamos dizer que a sociedade, no início do povoamento, era formada por duas classes proprietárias dos meios de produção – agricultores familiares e estancieiros – e por outras duas desprovidas dos meios de produção – peões e escravos” (FIALHO, 2005, p. 77). Com o passar dos anos houve uma mudança estrutural significativa e “os peões passaram de empregados ou agregados a pequenos proprietários de terras, dedicando-se quase que exclusivamente à pecuária” (FIALHO, 2005, p. 77).

Na segunda metade do século XVIII, o desenvolvimento das charqueadas em Pelotas fez com que grande parte da população se dedicasse, principalmente, à pecuária e a atividade agrícola passou a ser realizada basicamente para a subsistência (BENTO, 1983). Com isso, entre o último quarto do século XVIII e o final do século XIX as charqueadas foram responsáveis pelo dinamismo da região sul do Rio Grande do Sul (FIALHO, 2005). Posteriormente, essa situação se alterou devido à decadência das indústrias charqueadoras e a instalação de frigoríficos em outras regiões do Estado (BENTO, 1983; COTRIM, 2003).

Fialho aponta que em razão da proximidade geopolítica, o desenvolvimento de Canguçu esteve (e continua) associado ao de Pelotas. No passado, em função das charqueadas e das lutas de configurações de domínios territoriais e de oligarquias regionais e, nas últimas décadas, em razão da indústria de doces e conservas. Atualmente, o município enfrenta uma nova relação de dependência, desta vez, da indústria de tabaco (com sedes nos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, região central do Estado) e a estrutura fundiária é desigual e conflituosa, em razão de Canguçu contar “com grandes e pequenas propriedades rurais, resultado das concessões de sesmarias de campo e de mata, respectivamente, e do processo de divisão dos bens por herança” (FIALHO, 2005, p. 81). Esses fatores estão na base da formação desse município predominantemente rural e agrícola, com a maior parte de sua população vivendo em pequenas propriedades rurais (BENTO, 1983).

A emancipação política de Canguçu ocorreu em 1857. O município, com área de 3.525,293 Km², possui 53.259 habitantes, dos quais 63% residem no meio rural (IBGE, 2010). Canguçu possui cinco distritos e além da presença de grandes propriedades é conhecido por ter o maior número de minifúndios

da América Latina, com mais de 10 mil estabelecimentos rurais com área média de 16 hectares. A produção agrícola é baseada no milho, soja, fumo, batata inglesa e em menor quantidade arroz, feijão, tomate, batata-doce e mandioca. A pecuária conta, principalmente, com a criação de bovinos, ovinos e suínos (MACHADO, 2014).

Nesse contexto “marcado pela contradição entre as grandes propriedades, voltadas para a pecuária extensiva e os grandes projetos de silvicultura, e os inúmeros estabelecimentos de agricultura familiar, em pequenas propriedades” (DAVID, 2005, p. 84) se inserem os assentamentos de reforma agrária no município de Canguçu.

O início da instalação desses assentamentos deu-se na década de 1990, com agricultores sem terra oriundos das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul e também algumas famílias de Santa Catarina. David (2005) acentua que o contexto de criação dos assentamentos rurais na chamada “metade sul”, da qual Canguçu faz parte, integra uma estratégia de desenvolvimento da região Sul do Estado, como uma região marcada pela presença de solos empobrecidos, por sua “estagnação econômica e pela reduzida concentração populacional” (2005, p.73). O mesmo autor menciona que:

[...] em virtude do quadro de depressão socioeconômica dominante na região, em comparação com as regiões dinâmicas do Estado, como o Norte e o Nordeste, foi instituída a região-plano da Metade Sul (atualmente Macrorregião Sul), resultante da intervenção para alterar quadros de lentidão, estagnação ou decadência em face das novas tendências econômicas nacionais e internacionais que encontram, nesse espaço, sérias dificuldades na implantação de inovações, por forças de rugosidades sociais, econômicas e institucionais (DAVID, 2005, p. 73).

Ao mesmo tempo, essa estratégia buscou distencionar os conflitos fundiários das regiões de origem de seus demandantes, cujas terras eram mais escassas e de alto valor agregado, mediante a instalação de assentamentos em diversos municípios da região sul gaúcha e em Canguçu.

Com base nesse cenário, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) comprou e/ou desapropriou imóveis para a instalação dos assentamentos rurais, o que “vem provocando profundas transformações (de ordem política, social, econômica e espacial) numa área marcada pela estagnação” (DAVID, 2005, p. 75). Disso resulta que o município de Canguçu é conformado por vários assentamentos:

Atualmente, estão instalados 16 assentamentos em Canguçu, com pessoas originárias de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e estados vizinhos, como Santa Catarina. São os assentamentos: Doze de Julho (22 famílias), Nova Conquista (15 famílias), Nova Esperança (nove famílias), Nova Sociedade II (oito famílias), fundados em 1989. O assentamento Colônia São Pedro (sete famílias) foi fundado em 1991, seguido pelo Salso (19 famílias), em 1997 e o Arroio das Pedras (49 famílias), em 1998. Os assentamentos Boa Fé (quatro famílias), Renascer (90 famílias) e União (64 famílias) foram criados em 1999. Os demais assentamentos – Bom Jesus (11 famílias), Guajuviras/Novo Amanhecer (18 famílias), Herdeiros da Luta (57 famílias), Mãe Terra (12 famílias), Perseverantes na Luta (20 famílias) e Pitangueiras/Sem Fronteiras (23 famílias) – foram criados em 2001 (DAVID apud MACHADO, 2014, p. 37).

Entre as questões que cabem ser resgatadas está o fato de que vários assentamentos foram instalados no Distrito da Armada, em Canguçu, localizado a mais de 70 Km da sede do município, onde as condições de acesso, estradas e serviços de infraestrutura ainda são precárias. Além disso, é preciso considerar as condições ambientais e socioeconômicas dessa região e levar em conta que o local de origem das famílias possui características muito distintas das do local do atual assentamento. Machado (2014) buscou compreender as transformações nos modos de fazer agricultura e nos hábitos alimentares das famílias assentadas e constatou que muitas delas encontram dificuldades para lidar com a nova terra e a impossibilidade de plantar determinadas culturas que estavam originalmente presentes nos modos de fazer agricultura em seus locais de origem.

A implantação dos assentamentos rurais no município trouxe desafios de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental que precisam ser encarados pelos poderes públicos e as instituições, bem como pelas políticas públicas, dentre elas a política educacional e de assistência técnica e extensão rural. A educação e a escola se fazem necessárias para fortalecer os modos de vida das famílias assentadas de Canguçu.

4. Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho: outra educação é possível?

Esta seção contextualiza a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho e a seguir trata do cotidiano pedagógico da escola e apresenta as formas de interação entre escola e comunidade.

A Escola foi fundada em 8 de maio de 1959, na Armada, 5º Distrito de

Canguçu, a 73km da sede do município. Segundo Machado (2014), na sua fundação a sede da Escola, que atendia crianças até a 4ª série, localizava-se em uma fazenda. Posteriormente, em 1982, foi transferida para um terreno doado por um morador e atende crianças do 1º a 5º ano, em sua grande maioria, provenientes dos assentamentos do entorno.

A Escola possui um histórico de resistência, especialmente, por duas razões: por ter se mantido em funcionamento após um período em que houve o fechamento de inúmeras escolas rurais no Estado; e porque em suas proximidades se localiza uma escola municipal que atende alunos de educação infantil e ensino fundamental que poderia atender esses alunos.

Conforme relato de uma ex-gestora educacional, em Canguçu existiam mais de 290 escolas multisseriadas. Muitas foram desativadas e atualmente o município conta com 57 estabelecimentos de ensino, dos quais três são privados, 36 são municipais e 18 são estaduais. O contexto em que ocorreu o fechamento das escolas rurais, principalmente a partir de metade da década de 1990, reflete uma política mais ampla do Estado brasileiro que considera as escolas do campo como “atrasadas” em relação às da cidade. De acordo com Lima:

Historicamente as escolas do campo foram pensadas a partir do modelo de educação implementado na cidade, desconsiderando as especificidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais do mundo rural. Parte desse processo associa-se à perspectiva de negação do campo enquanto espaço de produção cultural, econômica e política, influenciado pelo capitalismo que insiste em compreender as comunidades rurais como espaço do atraso, subdesenvolvimento e de improdutividade (LIMA, 2011, p. 3).

A educação faz parte de um contexto em que o “modelo” de desenvolvimento é a urbanização e as questões sobre o rural, quando trabalhadas, estão voltadas para o agronegócio e monoculturas destinadas à exportação, evidenciando a emergência de políticas contraditórias no interior do próprio Estado. Ao mesmo tempo em que investiu na instalação de 16 assentamentos rurais no município, que requerem um conjunto de infraestrutura para atender às demandas dessas famílias, adotou a política de fechamento de escolas rurais no mesmo período.

No caso da Escola Orestes Paiva Coutinho, com a articulação e apoio da comunidade e em função da demanda contínua de alunos dos assentamentos, ela segue em funcionamento. Em 2015 atendia 37 alunos na faixa etária de 7 a 15 anos, cujas famílias ocupam-se com atividades de cultivo de milho,

feijão, produção leiteira, horta, pomar e miudezas (abóbora, batata-doce, mandioca, melancia) (MACHADO, 2014).

O corpo docente da Escola é composto pela diretora, duas professoras, uma funcionária e dois monitores do Programa Mais Educação¹¹. Ela promove uma série de atividades que buscam articular o ensino com a realidade na qual está inserida, qual seja, de assentamentos rurais e do trabalho na agricultura. Assim, desenvolve projetos como: A importância da agricultura familiar; Antigos saberes em novos sabores na nossa cultura alimentar; Horta escolar; Pesquisando o Rio Camaquã; Resgatando as sementes crioulas e Bagagem literária. Através dessas atividades, busca reforçar a importância de uma educação voltada ao contexto no qual os alunos estão inseridos, além de proporcionar momentos de discussão sobre a produção de alimentos saudáveis.

4.1. O cotidiano pedagógico da Escola

O processo de ensino nessa Escola está centrado nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos assentados rurais na região. A base curricular está constituída pelos seguintes componentes: língua portuguesa, arte, educação física, história, geografia, ensino religioso, relações humanas, matemática e ciências. Conforme sua proposta pedagógica:

A metodologia da ação pedagógica está embasada na concepção Metodológica Dialética de Conhecimento, onde o ponto de partida do processo de construção do conhecimento e a prática social concreta e a realidade onde ela acontece. Visa ao desenvolvimento de sujeitos críticos, transformadores da realidade social, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanista. Leva em conta realidades e sujeitos, diferentes saberes e os diferentes níveis de desenvolvimento do aluno ao estabelecer os marcos de aprendizagem através de ações teóricas e práticas, visando a preservação ambiental para a importância do cultivo orgânico, valorizando o trabalho na terra e buscando a permanência do jovem no campo (PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, s/n).

¹¹ O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10. Ele constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais e municipais que fazem a adesão ao Programa de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Mais informações podem ser acessadas em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16690&Itemid=1113>.

Conceber os componentes curriculares e a escola a partir do seu próprio contexto é fundamental, não apenas enquanto proposta pedagógica, mas também como prática pedagógica cotidiana. Por isso é indispensável que as atividades desenvolvidas considerem e reflitam a realidade vivida pelos alunos nos assentamentos rurais.

As aulas estão organizadas da seguinte forma: os alunos do 1º, 2º e 3º anos compartilham um mesmo espaço de aprendizagem pela parte da tarde, enquanto os do 4º e do 5º anos estudam juntos pela manhã. No turno inverso ao da aula, duas vezes por semana, os alunos permanecem na Escola para as atividades realizadas pelos monitores do Programa Mais Educação. Cabe destacar que essas atividades são conduzidas por moradores locais, inclusive familiares de alunos, o que implica uma aproximação e envolvimento da comunidade com o processo educacional.

A Escola conta com uma horta escolar e um pequeno viveiro de produção de mudas onde são realizadas aulas práticas. Parte do que é produzido na horta é utilizado na merenda escolar. Há também atividades práticas que são realizadas em parceria com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que prestam assistência técnica aos assentados e comparecem à Escola para trabalhar técnicas de plantio de espécies florestais adaptadas à região, reaproveitamento de alimentos, atividades com variedades de sementes crioulas e outras.

Embora haja um Plano de Ensino que define previamente os conteúdos que devem ser trabalhados em aula, a Escola tem buscado articulá-los com o contexto das comunidades incluindo, por exemplo, o ensino da cultura afrodescendente, tendo em vista que os assentamentos se localizam próximo a duas comunidades quilombolas. Visibilizá-las faz parte de uma estratégia de reconhecimento e valorização de sua história no território.

Da mesma forma, a promoção de práticas educativas que levem os alunos a reconhecer-se como assentados rurais é parte do processo de formação que envolve atividades que tratam, por exemplo, de aspectos da história da localidade (antigas fazendas vendidas ao INCRA e a chegada das famílias aos assentamentos), trajetória de luta pela terra das famílias assentadas, importância do Moinho da Cooperativa Terra Nova¹² localizado no Assentamento Sem Fronteiras, observação do

12 A Cooperativa Terra Nova foi criada em 2006 pelas famílias assentadas do município de Canguçu, com sede no Assentamento Pitangueiras/Sem fronteiras. Suas atividades estão voltadas para a produção de leite, vendida a uma cooperativa de laticínios no município de Pelotas, o beneficiamento e comercialização de farinha de milho, processada pelo moinho colonial, além de uma casa de mel.

plantio e de sementes cultivadas nos assentamentos (época de plantio, ciclo das culturas, fases da lua e sementes crioulas). O Plano de Ensino da Escola realça em sua proposta pedagógica que:

[...] a educação deve visar a formação de sujeitos críticos, os quais entendemos como pessoas que estão preparadas para perceber, compreender, analisar e intervir no seu contexto de modo que consigam articular suas práticas sociais com as relações de trabalho, considerando valores como dignidade, respeito, solidariedade, justiça, honestidade, coerência, compreensão e autocrítica individual e em parceria com o coletivo (PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, s/n).

Isso mostra que essa é uma Escola do campo, não apenas por inserir-se em um contexto de assentamentos da reforma agrária (pois isso não seria suficiente para ser uma Escola do campo), mas porque, através de sua proposta e prática pedagógica, reconhece a trajetória de seus educandos como sujeitos de seu processo de aprendizagem, estimulando-os a atuarem na produção de alimentos saudáveis a partir de sua realidade concreta.

4.2. A Escola na comunidade e na sociedade

Para além dos muros da Escola, momentos de vivência, integração e trocas de experiência também fazem parte do currículo escolar. Uma das atividades em que vários alunos participaram no ano de 2014 foi o 17º Encontro Estadual dos Sem Terrinha, que faz parte da Jornada Nacional dos Sem Terrinha do MST, evento que é promovido desde 1994 durante a semana do dia da criança. O encontro - que se inseriu nas comemorações dos 30 anos do MST cujo lema foi “Somos filhas e filhos de uma história de luta” - reuniu cerca de 500 crianças de acampamentos e assentamentos do MST do Rio Grande do Sul. Durante dois dias os alunos participaram de atividades lúdicas, desportivas, plenárias (Figura 2) e reivindicaram seu direito à educação do campo contextualizada à sua realidade, além de políticas públicas para a produção de alimentos saudáveis. Houve momentos em que eles partilharam com os demais participantes as atividades que eles têm desenvolvido na Escola Orestes Paiva Coutinho.

Figura 2. À esquerda mostra a abertura do 17º Encontro Estadual dos Sem Terrinha, com a participação de alunos, pais e professores. À direita, trabalhos desenvolvidos pelos alunos da Escola Orestes Paiva Coutinho no encontro.



Fonte: Manuela Finokiet, 2014.

Como o encontro foi realizado no município de Viamão - RS, os alunos, professoras e a funcionária da Escola, além de algumas mães e lideranças do MST tiveram atividades preparatórias prévias ao deslocamento até o local do encontro, onde permaneceram durante dois dias em alojamentos coletivos.

O que restou como aprendizado e o que os alunos irão colocar em prática das discussões ocorridas é difícil de afirmar, mas algumas ações observadas merecem ser mencionadas. Pode-se começar com o processo de preparação, composto por diversas atividades que foram apresentadas no encontro. Visivelmente percebia-se o orgulho e a felicidade desses alunos durante e depois do encontro. Após o retorno à Escola, entre as brincadeiras observadas em um momento de intervalo estava a reprodução de uma música cantada em roda durante o evento. Atividades como essa, que envolvem professoras, pais, mães, lideranças locais e técnicos da EMATER, se constituem em momentos pedagógicos e de educação contextualizada.

Da integração Escola, comunidade e sociedade destaca-se a participação em diferentes espaços, como na VI Feira Estadual de Sementes Crioulas, em 2013, no município de Canguçu, onde realizaram a abertura e exposição na feira e a Feira Municipal de Sementes Crioulas, no município de Ibarama, em 2014, com exposição, apresentação e troca de sementes. Eles também participaram no IV e V Seminários de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar no

município de Pelotas (em 2014 e 2015 - organizados pela EMBRAPA), com apresentação do Projeto Guardiões Mirins de Sementes Crioulas e, desde 2012, contribuem na organização Encontro Mulheres e Agroecologia, comemorativo ao Dia Internacional da Mulher, organizado pela EMATER, mulheres dos assentamentos de Canguçu e Escola.

Outro processo importante diz respeito aos dias de campo desenvolvidos em parceria com as famílias assentadas, a Escola e técnicos da EMATER municipal, que ocorrem desde 2012. A partir de um projeto sobre milho crioulo a Escola realizou um dia de campo na propriedade de duas famílias de alunos, seguido de visita ao Moinho Colonial da Cooperativa Terra Nova, visando conhecer a transformação do grão em farinha. Na oportunidade eles fizeram bolachas e bolos a base de milho, a partir de pesquisas realizadas nas famílias dos alunos. Essas atividades tiveram como finalidade compreender os processos que envolvem a seleção das sementes, a produção, o beneficiamento e o consumo do milho. A partir dessa experiência os envolvidos perceberam a variedade de espécies não só de milho, mas também de feijão, abóbora, mandioca, batata-doce, dentre outras. Ao que desencadeou no Projeto de Resgate de Sementes Crioulas, com continuidade às atividades de pesquisa em sala de aula e dias de campo nas famílias assentadas, assim como visitas à Bionatur¹³ e à Embrapa.

No ano de 2013, na VI Feira Estadual de Sementes Crioulas, entre os alunos das escolas rurais do município foram eleitos os Guardiões Mirins, em que 16 alunos desta Escola receberam kits de sementes crioulas para serem multiplicadas nas propriedades de suas famílias. Em 2014 deu-se continuidade às atividades com a realização de dias de campo nas famílias desses alunos e na Escola (oficinas de culinária e de artesanato em palha de milho ministradas por um membro de uma comunidade quilombola). O projeto, assim como os demais já citados, segue com as atividades de pesquisa, dias de campo e participação em diferentes espaços (feiras, seminários e outros eventos), rumo à consolidação e ampliação das parcerias.

¹³ A Bionatur (marca comercial da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda - Conaterra) é uma rede de sementes agroecológicas que iniciou em 1997, conformada por assentados da reforma agrária e agricultores familiares dos municípios de Hulha Negra e Candiota, no Rio Grande do Sul. Atualmente, a Bionatur se constitui como importante rede de produção e comercialização, com atuação em âmbito nacional.

Em um momento em que muito se fala da necessidade de conservar o ambiente, reduzir o consumo de agrotóxicos e incentivar a produção agroecológica e o consumo de alimentos saudáveis, pode-se indagar o que atividades educativas como essas representam nesse contexto de assentamentos rurais?

No mínimo, significam a possibilidade de pensar/fazer a Escola e o currículo escolar a partir de seu próprio contexto social e político, buscando problematizar e abordar questões que fazem parte do cotidiano de seus alunos e das famílias que integram a comunidade escolar. Além disso, também possibilitam a integração e o envolvimento de diferentes membros da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas na e pela Escola. Tais práticas remetem à compreensão da importância do planejamento dos projetos da Escola do campo “de forma integrada ao contexto social, dando uma dimensão política à prática educativa [...] tendo a pesquisa e a reflexão crítica da realidade como eixo norteador do currículo” (LIMA, 2011, p. 13).

O fato do currículo escolar e a proposta pedagógica da Escola de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho estarem sintonizados com o contexto social, político e ambiental geral vivenciado pelos alunos, por si só, não “garante” que suas famílias irão adotar práticas estimuladas pela Escola, como por exemplo, a produção agroecológica. Toda proposta e prática pedagógica são localizadas, não são lineares nem completas, cabendo reconhecer seus limites e pensar a escola e a educação a partir dessa realidade e em estreita interação com as famílias e a comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais implantados no município de Canguçu trouxeram desafios de ordem econômica, política, cultural, ambiental e social ao poder público e à sociedade local e regional. Conceber e estruturar a educação e a escola a partir desse contexto é uma tarefa essencial e complexa. A Educação do campo resulta de processos de lutas dos movimentos sociais, no caso específico, com um forte protagonismo do MST, para que não só reflita, mas também se reconheça a capacidade das pessoas e suas organizações nos processos de aprendizagem e transformação social.

Construir o currículo escolar de acordo com a realidade e as demandas da comunidade, com base em valores e princípios como, por exemplo, a

produção agroecológica, é mais que uma opção pedagógica. É também uma opção política e de concepção de sociedade. Ademais, a atuação da Escola na e com a comunidade, a partir de eventos e dias de campo junto às famílias, possibilita e incentiva os alunos, desde crianças, a promoverem processos de inserção e atuação social que transcendam o currículo escolar e valorizem seu potencial criativo e inovador desde seu contexto de vida.

Nessa perspectiva, ainda que de forma embrionária, pode-se entender os projetos desenvolvidos pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho. Ela empreende esforços para desenvolver práticas pedagógicas inseridas na realidade dos alunos, conjugando as dimensões teórica e prática, com estímulo ao resgate de sementes crioulas, horta escolar, dias de campo com as famílias, educação socioambiental e outras que propiciam que os alunos cresçam em um ambiente escolar educativo que desperta para uma visão integral do ser humano e sua relação com a natureza.

A Educação do campo se faz em espaços formais, como a escola, mas envolve também a família, a comunidade e as relações que se estabelecem no contexto social no qual as famílias e a Escola estão inseridas. As atividades promovidas pela Escola mencionada, como sua participação no encontro dos Sem Terrinhas e visitas a propriedades demonstrativas de práticas socioambientais sustentáveis sinalizam para processos educativos inovadores e transformadores, tanto da Escola como da sociedade, a partir da Educação do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BENTO, C. M. **Canguçu reencontro com a história; um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983.

BOSSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, educação e saúde** (Online), v. 7, p. 35-64, 2009.

COTRIM, M. S. **“Pecúria Familiar” na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do “pecuarista familiar” no município de Canguçu/RS.** 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DAVID, C de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS.** 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo.** 2005. 295-301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 fevereiro, 2014.

LIMA, E. S. Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura da. **Diálogos sobre Educação do Campo.** Teresina: EDUFPI, 2011.

MACHADO, C. J. B. **“Aqui até o Arado é Diferente”:** Transformações no Fazer Agricultura e em Hábitos Alimentares entre Famílias Assentadas - um Estudo Realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. 155 f. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2014.

MAESTRI, M. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais.** 2ed, Passo Fundo: UPF, 2000.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.

PALUDO, C. Educação popular In: CALDART, R., PEREIRA, I., ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário de educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 282-287. 2012.

SANTOS SILVA, A. dos et al. Práticas vividas no contexto da Educação Infantil do MST. In: SILVA BAHIA, Celi da Costa; SILVA FELIPE, Eliana; SOUZA PIMENTEL, Maria O. Silva de (Orgs.). **Práticas Pedagógicas em Movimento: Infância, Universidade e MST.** Belém: EDUFPA, 2005. p. 57-72.

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA “SUELI MARI GHELLER” - VIDEIRA – SC

Juliana Nunes¹
Marluse Castro Maciel²

Resumo: A rotatividade na escola de campo interfere na construção de identidade dos educandos. Diante dessa questão surge a necessidade de uma reflexão sobre as características e motivos que levam a rotatividade, assim como compreender a importância de uma educação no campo e para o campo. Neste contexto, o objetivo deste artigo é compreender os motivos que causam a rotatividade dos alunos de 1º à 5º ano da Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller. Trata-se de um estudo de caso e a metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi análise de dados quantitativos coletados. Entende-se que o aluno, como todo ser humano, cria sua identidade a partir da cultura que o cerca, por isso necessita pertencer a um grupo para construir essa identidade, nesse sentido, a evasão escolar e a rotatividade não permitem que esse sentimento de pertencimento aconteça, afetando o educando cognitivamente e afetivamente. Desse modo, surge um novo olhar voltado para a educação do campo, pois essa pesquisa vem mostrar que a escola pesquisada possui desafios e anseios, diferentes das demais, que precisam ser enfrentados.

Palavras-chave: Rotatividade, Educação no Campo e Identidade.

1 Graduada em Pedagogia na Uninter - Videira - SC. Pós-graduada em nível de especialização Lato-Senso em Práticas pedagógicas no IFC - Fraiburgo - SC.

2 Doutora em Sociologia pela USP e pós-doutora em desenvolvimento regional pela FURB - Blumenau - SC. Professora do Instituto Federal Catarinense e coordenadora do grupo de pesquisa GIPS.

Abstract: The turnover in the field school interfere in the construction of identity of students. Faced with this question arises the need for a reflection on the features and reasons that lead to turnover as well as understand the importance of education in the field and into the field. In this context, the purpose of this article is to understand the reasons which cause the rotation of 1st to 5th year students of the School Professor Sueli Maria Polo Gheller. It is a case study and the methodology used to carry out this research was analysis of collected quantitative data. It is understood that the student, like every human being, creates his identity from the culture that surrounds it, so you need to belong to a group to build this identity, in this sense, truancy and turnover do not allow this feeling of belonging happen, affecting the cognitive and affective student. Thus, a new look aimed at the education field, as this research has shown that the school has researched challenges and aspirations, different from the others, that need to be addressed.

Keywords: Turnover, Rural Education, Identity.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo de caso que busca refletir sobre a problemática da rotatividade de alunos na Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller, situada no interior da cidade de Videira SC, que incide na falta de identidade da escola como sendo do campo.

Este trabalho faz parte dos estudos de conclusão do curso de pós-graduação do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus de Fraiburgo-SC, tendo como base a análise das fichas de chamadas e um levantamento sobre os tipos de trabalhos realizados pelos pais dos alunos da escola Polo Professora Sueli Maria Gheller, e entrevistas com professora que residem na localidade. A pesquisa inicia com uma análise documental, das fichas de chamadas das turmas do 1º ao 5º ano, a partir do ano de 2010 até o ano de 2014, e parte para uma sistematização dos dados com análise da realidade da relação entre educando e instituição.

O desafio desta pesquisa é compreender o atual contexto em que a educação no campo, da escola pesquisada, se encontra, bem como compreender os motivos que levam os alunos a pedirem transferência e depois de um período indeterminado retornarem à escola.

Por isso, o objetivo deste artigo é compreender a rotatividade dos alunos

de 1º à 5º ano da Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller incide na falta de identidade dos alunos em relação à e a não configuração da escola como sendo do campo. Inicialmente parece que a despreocupação em se tornar uma escola DO campo é justificada pela rotatividade dos alunos. Tal pesquisa nos leva a seguinte problematização: de que forma a rotatividade do aluno da escola do campo interfere na construção de sua identidade?

Este artigo apresenta relevância por se tratar de um assunto muito recorrente, mas pouco estudado: a rotatividade de alunos de escolas localizadas no campo.

Sendo assim, após um breve histórico da instituição, iniciar-se-á uma reflexão sobre escola no campo e a importância de se ter uma identidade, em seguida será feita uma análise da tabela e do gráfico com os dados obtidos, bem como uma reflexão sobre a característica da “rotatividade” que faz parte da escola pesquisada.

A educação do campo se propõe a atender à necessidade de formar pessoas comprometidas e responsáveis por uma dinâmica de vida coletiva e emancipada, dos processos anacrônicos geradores de miséria e marginalização, os quais caracterizam o contexto civilizatório ao qual estamos submetidos.

2. HISTÓRICO DA ESCOLA

A escola de Educação Básica Municipal Polo Professora Sueli Maria Gheller, situa-se na comunidade de Sede Etelvina no distrito do município de Anta Gorda - SC, e tornou-se escola polo em fevereiro de 1997, atendendo alunos das comunidades de Imbuial, Linha XV de Novembro e da própria comunidade, e tem uma história que merece ser contada.

No meio rural existem diferentes histórias de vidas, famílias que chegam e que vão sempre em busca de melhores condições. Em geral, são famílias numerosas e com situação financeira precária, funcionários de granjas, aviários e serraria que partem em busca da concretização de promessas de um bom salário, moradia, água e luz gratuitos.

Neste sentido, o Governo Municipal de Videira criou as escolas polo, que trata-se de escolas rurais que atendem várias comunidades, com intuito de desativar algumas escolas no campo e concentrar em apenas uma, ou seja, uma única escola atende à vários bairros rurais. Esta mudança trouxe impacto para a comunidade, pois havia três pequenas escolas em comunidades vizinhas: uma na comunidade de Imbuial, outra na comunidade da Linha

XV, e outra na comunidade de Sede Etelvina. Essas escolas eram todas multiseriadas, ou seja, uma professora atendia a todas as turmas. A secretaria da educação unificou essas três escolas em uma só, numa escola polo. Essa escola polo atende os alunos das três comunidades, e os alunos utilizam gratuitamente um transporte disponibilizado pela prefeitura.

No entanto, a escola existe desde 1881, quando imigrantes italianos partiram da Itália rumo ao Brasil numa viagem de navio que durou entre 30 e 40 dias. O destino foi o Porto de Paranaguá no Estado do Paraná. Desse ponto espalharam-se por várias regiões do Rio Grande do Sul. A partir de 1910, com a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, os colonizadores partiram em busca de novas terras chegando a região do Vale do Rio do Peixe.

No ano de 1924, os colonizadores italianos chegaram, com carroças alugadas, a uma localidade denominada na época como Sede Dona Etelvina, este por sua vez era o nome do proprietário das terras que abrangia toda a comunidade. Mais tarde essa localidade recebeu o nome da esposa do proprietário e passou a se chamar Sede Dona Etelvina, e a vasta região foi dividida em colônias pela Companhia Shimitt de Porto Alegre.

No início da colonização a parte central do lugar foi dividido em lotes com a finalidade de fundar ali a cidade de Videira, o que não deu certo. Os lotes eram divididos em pequenas extensões de terras, no qual um deles a escola foi construída. Mais tarde chegaram ao local imigrantes poloneses e alemães.

Nos primeiros anos as famílias viviam da agricultura, plantavam feijão, milho e trigo e também criavam porcos. Como todo sustento era tirado da terra, surgiu a necessidade de construir um moinho na localidade para transformar os grãos em alimentos.

Na década de 70, a família Gheller dedicou-se a extração de madeiras, construiu uma serraria, e até hoje se mantém no ramo. As demais famílias cultivam a terra, produzem leite e criam aves e suínos.

A escola da comunidade foi fundada em 1930 para atender aos filhos dos primeiros moradores. Era uma escola pequena, mantida pelo estado que atendia somente alunos da localidade. No início a escola recebeu o nome de Anita Garibaldi em homenagem a Ana de Jesus Ribeiro. O primeiro professor do lugar foi o senhor Luís Grigolo que trabalhou aproximadamente 32 anos, depois mudou-se de cidade em busca de uma vida melhor.

Nessa época, quem assumiu seu lugar foi a professora Sueli Maria Gheller que trabalhou durante 35 anos alfabetizando e preparando crianças

para continuar seus estudos mais tarde na cidade, na pequena classe que atendia quatro turmas. Devido a este trabalho desenvolvido, no ano de 1999 a escola foi ampliada e passou a receber alunos das comunidades vizinhas. No dia 13 de outubro de 1999 com intuito de homenagear a professora Sueli Maria Gheller (falecida no dia 25 de janeiro de 1999) reuniram-se pais e professores da escola e também a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para então dar seu nome à referida professora a escola.

Hoje, a Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller é uma escola municipal, atende alunos das séries iniciais de 1º ao 5º ano. Possui uma estrutura pequena: são três salas de aula, refeitório, sala dos professores/secretaria, dois banheiros e uma sala de informática/vídeo que atualmente acomoda os alunos do programa Mais Educação. A escola não possui ginásio de esporte, utiliza o pavilhão da igreja localizada na frente para a realização das aulas de educação física. No fundo da escola tem um pequeno parque onde as crianças brincam na hora do intervalo.

Atualmente a escola atende cerca de 60 alunos. Para a realização dessa pesquisa foram analisadas as fichas de chamadas do 1º ao 5º ano, a partir do ano de 2010. Aos alunos com idade entre 6 e 10 anos. Através das fichas foi levantado o número de alunos que entraram e saíram da escola no período de 2010 a 2014, com ênfase na rotatividade dos alunos que saem e acabam retornando a escola no mesmo ano ou no ano seguinte.

3. ESCOLA DO CAMPO: ROTATIVIDADE E IDENTIDADE

3.1. A Rotatividade como dificuldade para implementação de uma escola do campo

Apesar de a escola já apresentar problemas referentes à rotatividade de alunos desde 1999, essa pesquisa foca nos anos de 2010 à 2014. Este período se justifica primeiramente porque a partir de 2008, foi implantada uma serraria nas proximidades da escola e da empresa Grajas carbe, ambas empregam muitos dos pais dos filhos que frequentam a escola, o que influenciou o perfil dos alunos da escola. E segundo, por 2010 se tratar do ano em que a política educacional do governo federal se expressou numa legislação que é o esforço de continuidade da luta de sujeitos do campo. Neste ano foi efetivado o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, o

qual dispõe sobre a política de educação do campo. De modo que:

Art. 1º: A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

O decreto evidencia uma proximidade com as necessidades das populações do campo, principalmente, ao expressar o alcance da oferta da educação básica e superior, essas vinculadas, às exigências de uma educação com qualidade social, o que implica garantir também a permanência desses sujeitos no tempo educativo escolar.

Segundo o decreto nº 7 352 de 4 de novembro de 2010, entende-se por:

I- populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e,

II- escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Com o decreto presidencial, define-se o que é escola do campo: independentemente da localização, o que importa é se atende estudantes que residem na zona rural e tenham ligação com a vida do campo. Sendo assim, a escola não é entendida como um ambiente apenas para o filho do agricultor, mas ela abrange a todos os trabalhadores rurais, os sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo, assim como a Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller. É um novo olhar voltado para a educação do campo como um direito que nos faz pensar em uma política de educação que se preocupa em construir uma qualidade de ensino que forme sujeitos conscientes de seus direitos.

Dessa forma, quando se fala em educação do campo não podemos nos remeter ao termo educação rural. Segundo Fernandes e Molina apud LIMA FILHO e JANATA (2005, p. 9) a educação do campo “supera a concepção de educação rural, cuja referência é o campo

somente como lugar de produção de mercadoria e não como espaço de vida”. Ainda, segundo os autores “o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, no qual as pessoas não precisam estudar, ou basta uma educação precarizada e aligeirada”.

Nesta perspectiva, o campo é pensado como um espaço de produção, onde o conhecimento necessário se restringe a arar a terra e cuidar do gado. Segundo SCHENDLER (2005) toda proposta de educação do campo está vinculada a um projeto do campo. Este é concebido como espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam para ter acesso e permanecerem na terra. Assim, a educação é pensada a partir das especificidades do campo e de seus sujeitos.

É necessário compreender a diferença entre a educação do campo e a educação no campo. A primeira trata de uma educação onde o aluno do campo se locomove para uma área urbana em busca de estudo. A segunda trata da educação realizada no ambiente do campo e com um trabalho pedagógico que contemple as necessidades do aluno que lá reside. Segundo Caldart apud LIMA FILHO E JANATA (2005, p. 51).

A educação do campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vida. Assim, ela deve ser no e do campo. No porque o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e do, pois o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada a sua cultura e as suas necessidades.

Debater Educação do Campo é então um processo para refletir sobre a realidade, é fazer da educação um processo e uma dinâmica de emancipação da vida pela relação fraterna e honesta de partilha, sem que as partes se coloquem umas sobre as outras, para superar o que Freire (1967) denuncia como a ação educativa de quem se sente superior e que se doa a quem reconhece como inferior.

Amparado nessa matriz a sociedade urbanizada caracterizada como civilizada e, portanto não selvagem, tem seus sujeitos disciplinados e a ela adaptados, mas a Educação do Campo na medida em que busca por uma educação e uma escola que possa levar o educando ao esclarecimento e à emancipação diante da opressão vivida no modo capitalista, se configura como desafio que ameaça essa condição e por isso ela se caracteriza como “falsa disciplina” e passa a ser foco de ações que tentam

impedi-la de alcançar seus propósitos de libertação e autonomia. Pensar o direito de uma população de compreender o mundo a partir do lugar onde vive da sua terra. Pensar campo a partir do campo e não da vida urbana.

Portanto, este artigo trata de educação no campo, pois os alunos, em sua maioria, partem da cidade para o campo em busca de melhores condições de vida, ali residem e frequentam a escola que está situada no campo, porém sem nenhuma perspectiva de um currículo integrado e relacionado ao meio rural. A escola está localizada no meio rural, mas não trabalha com a perspectiva de educação do campo sob o argumento de que os pais nem sempre possuem relação direta com o trabalho rural, pois são funcionários de propriedades rurais e apesar de passarem a viver no lugar possuem suas raízes vinculadas a área urbana.

Além disso, surge o problema a falta de identidade, que inicialmente é atribuída ao aluno por causa das mudanças dos pais, e por isso não consegue se fixar na escola. Porém percebe-se que a própria escola não possui identidade como sendo do campo.

Segundo Caldart (2004, p. 42), “o desafio é formar cidadãos conscientes enquanto classe trabalhadora não necessariamente do campo, mas que parte em busca de melhores condições de vida sem que perca sua identidade”. Esse é o grande desafio da escola Polo, formar cidadãos conscientes sem que estes percam sua identidade. É preciso afirmar e reafirmar a importância para o desenvolvimento do educando pertencer a um lugar, produzir sua história. Sobre isso, cabe ressaltar que, “a identidade é construída socialmente, os acontecimentos da vida de uma pessoa produzem sobre ela uma imagem de si mesmo, que se constrói a partir das relações que ela estabelece com os outros: pais, família, parentes e amigos”.

O educando não cria uma identidade sozinho, é necessário um grupo que reforce e o reconheça como membro para que este cresça individualmente e se caracterize como sujeito de um lugar que faz parte de uma cultura. No entanto, o esforço em se trabalhar como prática pedagógica a identidade nesta escola é inexistente. Sendo assim:

O ser humano é uma construção simbólica que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. Ao mesmo tempo, produz uma “coesão social” e permite o reconhecimento do indivíduo diante do grupo, e em consequência disso estabelece a diferença em relação ao outro.

É a vida social, portanto, que proporciona o quadro das trocas afetivas que, desde o começo da vida do educando vão construindo sua identidade através de estruturas culturais e dos mecanismos que toda sociedade cria para codificar e controlar o cotidiano da vida dos seus membros. Ou seja, há uma transferência do “todo social” para cada ser do grupo desde o começo da vida do indivíduo no grupo, caracterizando uma identidade que é dele como uma pessoa, mas que é também a do grupo através dele (KEMP, 2001, p. 72).

Assim a construção de uma identidade passa pelo processo de socialização, e sobre isso é interessante a afirmação feita por Kênia Kemp, de que “construir uma identidade é dialogar com referências simbólicas disponíveis, as quais só são percebidas quando se deslocam de sua pretensa naturalidade”. Trata-se da identidade do contraste que surge como uma oposição, é a afirmação de si mesmo diante do outro.

A esse respeito, Gadotti comenta que “as identidades são atribuídas pela sociedade”. No entanto, não se restringe a isso o papel da sociedade, pois “é preciso ainda que a sociedade as sustente, e com bastante regularidade. Uma pessoa não pode ser humana sozinha e, aparentemente, não pode apegar-se a qualquer identidade sem o amparo da sociedade”.

A escola é uma instituição social que tem por objetivo promover a educação. Em cada contexto histórico surge a necessidade da construção de um projeto pedagógico que faça parte da realidade da comunidade à qual a escola pertence, é preciso um olhar voltado para a questão da falta de identidade do aluno com a instituição pesquisada. Essa característica faz parte da rotina escolar e não pode mais ser ignorado.

A realidade que produz a educação do campo não é nova, mas ela não é discutida com foco na rotatividade dos alunos e as consequências resultantes. Não se trata de números, mas de pessoas que enfrentam dificuldades de adaptação, de aprendizagem, de vida. Os educandos enfrentam o desafio da nova escola, além da cobrança de acompanhar o ritmo da turma, para que depois de assimilarem essa mudança, retornarem ao antigo ambiente e outra vez, passarem pelo mesmo processo.

Segundo Santos (1995, p. 47), refletir sobre o contexto escolar envolve compreender as relações sociais e históricas nas quais se encontra a escola, sendo que estas se situam em espaços que abrangem o espaço local, o nacional e o transnacional. Desse modo, a rotatividade na escola do campo é uma realidade dessa instituição em especial e afeta direta e indiretamente todos os funcionários da escola.

De acordo com Silva, (2002, p. 32) “a globalização e o capitalismo desenfreado causam a ausência de respeito aos direitos humanos e à ausência de princípios éticos que articulem os fundamentos essenciais da dignidade humana, ao mesmo tempo que a população busca na migração uma oportunidade para sair da pobreza”. Esse deslocamento das famílias acaba interferindo diretamente no desenvolvimento educacional dos filhos, pois à medida em que se muda de escola, as crianças demonstram dificuldades em acompanhar o ritmo da nova turma, e precisam de tempo para que haja uma nova adaptação. Segundo relato das professoras, depois de um determinado período, o aluno retorna à escola, ou continua migrando para outras instituições e o problema se torna mais grave, pois embora continuem seus estudos, por não haver uma consonância das escolas do campo, aprendem muito pouco.

No que tange a relação escola e comunidade não há participação efetiva dos pais, que são funcionários assalariados que trabalham em granjas, aviários e em uma serraria que fica na comunidade vizinha, portanto, possuem horários de trabalho determinado pelo patrão. Também não participam da organização educacional e comparecem na instituição somente quando solicitados.

Os alunos recebem transportes terceirizados e pagos pela prefeitura para deslocar-se de casa até a escola. O número de alunos que entra e sai da escola afeta de forma geral todos os educandos. Se por um lado os estudantes transferidos sentem-se deslocados enquanto passam a fase de adaptação, por outro lado, os alunos permanentes da escola também são prejudicados pela constante retomada de conteúdos que já foram estudados.

A construção da identidade se dá no relacionamento com o outro e o sentimento de pertencimento a um lugar associado a valores e costumes. Entretanto, a transição dificulta o desenvolvimento da identidade do educando, porque é preciso haver tempo para a construção da identidade, e o tempo geralmente é interrompido por essa transição.

É importante ressaltar que as pessoas que vivem no campo possuem uma raiz própria, um jeito de viver diferente de quem vive na cidade. Nesse processo enquanto buscam condições melhores de vida, afirmam que é urgente a necessidade de luta por direitos à educação e ao trabalho para se estudar e viver no campo. A realidade exige a participação de todos na luta pela transformação das condições sociais dos sujeitos

do campo, nesse cenário os movimentos sociais têm cumprido um papel político importante que ajuda a clarear, a afirmar direitos e criar possibilidades de viver dignamente.

Veremos então, que por vezes a falta de identidade de escola como sendo do campo tem a responsabilidade transferida para o aluno que muda de escola constantemente por causa do trabalho dos pais.

3.2. A realidade local e suas implicações

Pode-se dizer que no sistema educacional brasileiro os conflitos e os problemas são muitos, entretanto, neste artigo deu-se prioridade à rotatividade que estigmatiza a qualidade de ensino e desafia os educadores a buscar alternativas a fim de formar sujeitos participantes de sua própria educação. Neste contexto, foram analisadas as fichas de chamadas das turmas do 1º ao 5º ano a partir do ano de 2010 até o ano de 2014, conforme os motivos relatados anteriormente. Essa análise aconteceu gradualmente da seguinte maneira: iniciou-se com a turma do primeiro ano de 2010, selecionando os nomes dos alunos que entraram ou saíram nesse ano, em seguida, foi analisada essa mesma turma no ano de 2011 e selecionaram os nomes dos alunos que entraram ou saíram, destacando os nomes de quem saiu ou retornou mais de uma vez durante esse período. E assim, essa turma foi analisada até o ano de 2014 onde concluíram o quinto ano. Desse modo, foram analisadas as demais turmas.

Os dados coletados foram sintetizados numa tabela, e a partir da quantidade total de alunos de cada ano, foram calculados a porcentagem de alunos rotativos na Escola Polo Profª Sueli Mª Gheller. É importante enfatizar que os alunos que frequentaram a escola entre 2010 e 2014, e em algum momento transferiram, e não mais retornaram a escola, não fazem parte da porcentagem de rotatividade. Entretanto, está representado, na tabela a quantidade de alunos no início e no final de cada ano letivo, assim como o número de alunos que entraram e saíram.

É possível observar, que apesar do pequeno número de estudantes da escola do campo Sueli Gheller, a porcentagem de evasão escolar é alta, esse fator afeta diretamente a construção da identidade do aluno com a instituição, pois não há um sentimento de pertencimento, ainda mais porque a margem de tempo entre as mudanças varia de um a seis meses.

Quadro 01: Entradas e saídas dos alunos de 1º à 5º ano no período de 2010 - 2014

Turmas: 1º - 2º - 3º - 4º - 5º ano	Total de alunos início do ano	Quantidade de entrada	Quantidade de saída	Total de alunos no final do ano letivo	Alunos que saíram e retornaram à escola mais de uma vez durante o ano	Porcentagem de alunos rotativos
Ano 2010	41	16	16	41	13	31%
Ano 2011	45	25	11	59	18	40%
Ano 2012	54	17	10	61	16	26%
Ano 2013	55	13	6	62	10	16%
Ano 2014	46	14	15	41	14	34%

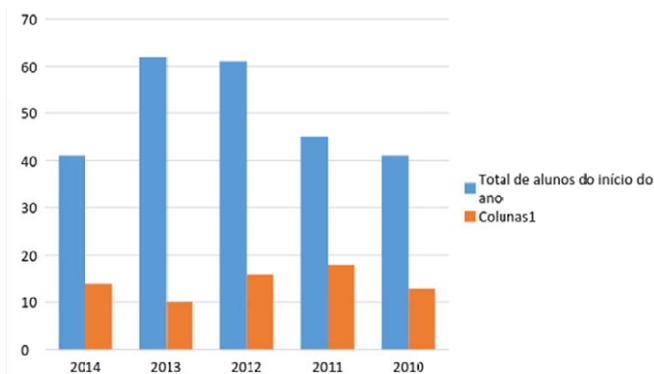
Fonte: Juliana Nunes

Observando a tabela percebe-se que durante o ano letivo de 2010, 31% de todos os alunos da escola entraram ou saíram (saíram e retornaram) da escola. Em 2011 chegou a 40% a rotatividade dos alunos, em 2012 o número caiu para 26%, enquanto que em 2013 caiu ainda mais para 16%. E por 2014 o índice de rotatividade voltou a subir, para 34%.

O gráfico abaixo mostra as oscilações entre o número total de alunos de cada ano com as entradas e saídas durante o ano letivo.

Com base nos dados da tabela, temos abaixo um gráfico representando o total de alunos no início do ano letivo e o número de estudantes que entraram e saíram da instituição dividido em cada ano letivo, de 2010 à 2014.

Tabela 01: Total de alunos no início do ano letivo e o número de estudantes que entraram e saíram da instituição dividido em cada ano letivo, de 2010 à 2014.



Fonte: Juliana Nunes

O gráfico mostra que o ano de 2011 teve o maior número de alunos que estudaram na escola Polo Professora Sueli Maria Gheller mais de uma vez durante o ano letivo, totalizando 40%. Por outro lado, o ano de 2013 apresentou a menor taxa de rotatividade com 16%. Essa oscilação varia de acordo com a oferta e procura de empregos por parte dos pais, com exceção, de outros fatores isolados.

Observando o gráfico percebe-se que a porcentagem de alunos que matriculam-se e transferem-se da escola é realmente alarmante, não se trata apenas de números, mas de sujeitos que migram, que se adaptam, que aprendem a recomeçar num lugar novo, numa moradia nova, sob novas perspectivas que quase sempre não são suas, mas sim de seus pais, que ao saírem em busca de melhores empregos são os responsáveis diretos pelo índice de rotatividade dos educandos.

Não foram realizadas entrevistas gravadas com os pais, justamente pela dificuldade em ter acesso à eles, e por haver pouco tempo para realizar a pesquisa. No entanto, quando participavam das reuniões sempre apresentavam algum dado que era registrado no diário de campo.

Os pais dos alunos que fazem parte da estatística de rotatividade dessa pesquisa, participam esporadicamente e de forma fragmentada da organização escolar, pois trabalham em horários que dificultam sua participação. Em conversa com os pais no cotidiano da escola, comentam sobre seus trabalhos que são basicamente três os tipos de empregos: trabalhadores de granjas, ou seja, cuidam do nascimento, alimentação e vacinação dos suínos; empregados dos aviários, trabalham alimentando as aves e limpando o ambiente; e funcionários da serraria que tratam a madeira, cortam e empilham. Moram em casas que pertencem aos seus patrões, não pagam aluguel, não pagam o consumo de água, apenas a luz que consomem. Os horários de trabalho e o dia de descanso são determinados pelos contratantes e o salário é relativamente baixo por se tratar de famílias numerosas.

Como se trata de um trabalho no campo, fica difícil a locomoção das famílias para a cidade para a realização de compras, passeios, consultas médicas e demais atividades, o que muitas vezes motiva as famílias a saírem do campo e voltarem a morar na cidade. Ou acontece um processo contrário, onde as famílias vão para a cidade, não conseguem se habituar e retornam para o campo. Por esta característica, podemos perceber que mesmo havendo dificuldade em criar laços indenitários com a escola, a trajetória de vida destes trabalhadores o levam à uma identidade rural.

Percebe-se que as idas e vindas das cidades estão relacionadas ao acesso dos equipamentos públicos e sociais.

Neste caso, mesmo havendo dificuldade de se fixarem em uma residência, a rotatividade ocorre no meio rural, por isso a constituição de uma identidade do campo. Percebe-se que as famílias dos educandos que não permanecem na escola, não apresentam uma expectativa de morar por um longo período na comunidade, como não possuem propriedades ou imóveis, acabam não criando vínculo com a terra, e quando se deparam com uma realidade diferente daquela prometida como proposta de trabalho, desistem de viver no campo, sem ao menos lutar por seus direitos de trabalhadores.

Além disso, foram realizadas entrevistas com três professoras, por serem residentes no local, pois conhecem os pais e a realidade que a cercam, para que falassem sobre a rotatividade de alunos na escola, pois elas enfrentam o problema no cotidiano. Nas suas falas percebe-se que a escola não possui um currículo de educação do campo e veem que a rotatividade culmina num sério problema de aprendizagem.

Segundo relatos das professoras a realidade dos pais está voltada para o meio rural, mesmo sendo assalariados:

Algumas famílias trabalham na agricultura e são moradores da localidade. São famílias fixas que possuem propriedade rural. Outras famílias vêm para trabalhar nas propriedades como assalariados: trabalham na lavoura, em granjas de suínos e aves ou em reflorestamentos de empresas particulares. E ainda tem famílias que trabalham em uma serraria na localidade ou como trabalhadores temporários de tomates e frutas. (Professora Maria)³

Alguns pais são proprietários de terras e trabalham com agricultura e pecuária (basicamente gado de leite e corte, suinocultura e avicultura), outros e, a maioria são funcionários dessas granjas e também funcionários de uma serraria localizada na comunidade de Imbuial. (Professora Rosa)

Os pais das crianças trabalham na suinocultura, avicultura e muitos na serraria. (Professora Ana)³

O depoimento das professoras revelam a dificuldade apresentada por causa da rotatividade.

A rotatividade aumentou desde que a serraria passou a funcionar em três turnos. Isso fez com que muitos procurassem outra atividade. (Professora Maria)

³ A pedido das professoras, seus nomes não serão identificados. Neste caso serão utilizados nomes fictícios.

A rotatividade interfere no aprendizado das crianças, pois quando estão acostumados com a professora e regras da escola, os pais decidem mudar de local para morar e trabalhar. (Professora Rosa)

Com certeza, quando o aluno começa a se entrosar com os colegas, compreender a linguagem da escola, se familiarizar com regras, dar sequência aos conteúdos, entre outras coisas importantes, ele acaba sendo transferido e precisa fazer novamente essa fase de adaptação. Às vezes volta e fica sempre neste processo de adaptação. (Professora Ana).

O problema relacionado à identidade, está focado no fato de que a maioria das vezes os alunos nem sabem a qual comunidade pertence, qual seu município, enfim qual sua localização. Uma das professoras comenta: “Eles por não permanecerem tempo em uma única escola, acabam não tendo vínculo pelo local e isso atrapalha muito em sua identidade”.

No discurso, parece haver uma culpabilização do aluno e dos pais pela falta de identidade com a escola. E percebe-se pelas falas das professoras que não há preocupação, por parte da instituição, em desenvolver uma identidade de educação do campo na escola.

Costa (2012), afirma que a problemática da rotatividade nas escolas rurais são recorrentes:

“Nesse sentido, a maioria das comunidades rurais precisa passar por um processo de conscientização política para entender que o acesso à educação é um direito de todos os cidadãos, e que frequentar uma escola não significa efetivamente ter acesso à educação”. (COSTA, 2012, p. 7)

O autor também afirma que as escolas trabalham dentro das quatro paredes da sala de aula, como se estivessem no meio urbano, sem explorar o exterior.

Não necessariamente o educando precise ter uma identidade com a escola, mas sim com o campo, com o meio rural. A falta de identidade com o campo se revela na fala da professora:

Na maioria das vezes ele nem sabe a que comunidade pertence, qual seu município, enfim qual sua localização. Sentem-se perdidos, pois não estabelecem relação com uma comunidade. (Professora Rosa)

Essas mudanças (rotatividades) são vista pela escola como um problema que interfere no desenvolvimento cognitivo do educando, em geral, pois segundo as professoras, são crianças carentes e demonstram desinteresse pelos estudos, além de apresentarem uma aprendizagem defasada em relação aos demais alunos que frequentam regularmente a escola. “Por isso, os alunos rotativos desafiam os professores a realizarem um trabalho diferenciado

voltado para suas necessidades”. (Professora Ana)

O desafio de motivar e incentivar a aprendizagem fica a cargo do professor, que compreende a problemática, mas parece não ter respaldo e preparo para tal.

A instituição existe nesse meio há anos e deveria ter por finalidade educar o povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino.

Isso exigiria mudanças no comportamento das pessoas, tanto dos educadores, quanto dos educandos, assim como o envolvimento dos profissionais da educação que enfrentam as dificuldades resultantes da rotatividade dos alunos, para que todos compreendam que embora diferentes entre si todos são os “sujeitos” da mudança, na visão freireana somente intenções e atitudes democráticas não são suficientes: é preciso criar nas escolas uma cultura de participação que reúna todos os envolvidos no processo educacional, possibilitando a propagação de todas as informações necessárias ao debate e à tomada coletiva de decisão, “quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (PAULO FREIRE, 1998, p.25). A escola, portanto, deve ser transformada em um espaço rico de possibilidades para auxiliar no desenvolvimento cognitivo, social e humano dos seus atores escolares.

Segundo Kolling e Caldart (2002, p. 24), “construir uma escola do campo significa pensar e fazer o projeto educativo dos sujeitos do campo”. A partir do momento em que a escola Professora Sueli Maria Gheller tornou-se uma escola polo e acolheu alunos das comunidades vizinhas, filhos de funcionários, adquiriu a rotatividade como uma característica.

Esta não é uma característica passageira, há muitos anos faz parte da rotina da escola, todavia, essa característica não precisa ser permanente, uma política pública voltada para os trabalhadores do campo, sejam eles agricultores, pecuaristas ou funcionários, poderia criar condições para a permanência das famílias na área rural e conseqüentemente a permanência das crianças na escola. O envolvimento de todos os sujeitos do campo será capaz de promover e alcançar a transformação. Segundo Freire,

Nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. Os caminhos da libertação são os do oprimido que se liberta: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsavelmente (FREIRE, 1967).

Nessa perspectiva, a educação do campo não pode ficar à margem da cidade. Os sujeitos são diferentes, e nessa diferença afirmam que é através da ação educativa que se dá o pleno desenvolvimento do ser humano. É por isso, que não se pode pensar em educação do campo sem transformar as circunstâncias sociais em que os sujeitos do campo estão inseridos e sem prepará-los para serem os protagonistas da sua própria transformação como estratégia para constituição de identidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados é possível concluir que a porcentagem de alunos rotativos na escola Polo Professora Sueli Maria Gheller, é realmente grande. A rotatividade escolar acontece porque os pais são trabalhadores rurais assalariados e mudam-se em busca de melhores condições de emprego, quando não encontram o que procuram, retornam para o antigo trabalho.

Por um lado, a identidade da escola do campo é definida pelas suas vinculações as questões inerentes a sua realidade, portanto, a realidade da escola Polo Sueli Gheller é exclusiva e predominante, cuja característica mais preocupante é a rotatividade. Por outro lado, a identidade do aluno é a afirmação de si mesmo diante do outro, sua permanência na escola é fundamental para reafirmar essa identidade.

Não se pode falar em identidade sem falar da convivência, da permanência, do outro. Precisamos do outro para nos espelhar, nos corrigir, nos guiar. Quando se tem uma rotina dentro de um grupo que se complementa, a pessoa cresce, se constrói gradativamente. Como necessidade humana todos precisamos nos identificar e pertencer a um grupo e a criança não é diferente. A rotatividade não permite que o aluno mantenha uma identidade com a escola, pois o mesmo entende que depois de um período aquele ambiente não fará mais parte de sua vida, o que atrapalha o vínculo com a escola.

Por isso, lidar com a rotatividade é um grande desafio não apenas para a escola que precisa se ajustar para receber e se despedir desses alunos, mas também para os educandos que não se identificam com o ambiente, que não se sentem ligados à instituição. Nessa relação que se estabelece com o outro e constrói a identidade vai na contramão da realidade que a rotatividade impõe a vida do aluno.

Enfim, a rotatividade existe e precisa ser enfrentada, de forma consciente e conscientizadora, afinal faz parte da educação do campo e está no campo. É através da educação que os sujeitos podem ser os protagonistas da sua

própria transformação.

Por este motivo, é necessário repensar a identidade da escola como escola do campo, pois estes alunos possivelmente irão se identificar com a realidade rural que vivem, e que ao mudarem de escola não sintam o impacto. Infelizmente, não há entre as escolas uma integração que permita a abordagem dos mesmos conteúdos trazendo dificuldade ao educando. Como isso não é feito, parece as vezes que a “culpa” da dificuldade é simplesmente da rotatividade. Ela é sim, um fator agravante no processo, mas não substancial.

Trata-se de uma escola no campo, ou seja, a escola encontra-se no meio rural, porém desconectada com a realidade. Talvez se pensassem numa pedagogia do campo, a construção da identidade seria mais palatável aos alunos que mesmo com suas idas e vindas, identificar-se-ia com a realidade rural independentemente do espaço.

Deste modo, o olhar voltado para a escola do campo deve ser diferente para cada escola, pois cada uma possui suas especificidades, suas características, suas necessidades próprias. Nessa concepção, a educação transforma-se em instrumento imprescindível na luta que tem por finalidade a construção e a ampliação dos saberes humanos, habilitando os vários sujeitos que nela estão a se encontrarem e intervirem na formação de suas próprias transformações.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

_____. **Referenciais para uma política nacional de educação do campo**. Brasília: MEC. Fev. 2004.

CALDART, R, S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____ & MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CORTELAZZO, I.; ROMANOWSKI, J. **Pesquisa e prática profissional: organização da escola**. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

COSTA, Antonio Claudio Moreira. **Práticas pedagógicas em escolas no campo: constatações, análises e proposições**. XVI Encontro Nacional de Didáticas e práticas de ensino, 2012, Campinas. In: Anais..., Campinas, 2012.

FERNANDES, B, M; MOLINA, M, C. **O Campo da Educação do Campo**. Brasília, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____, M. Aprender, ensinar: um olhar sobre Paulo Freire. **Abecedário a Revista da Educação**, São Paulo: Criart, 2002.

KEMP, K. Identidade Cultural. In: GUERREIRO, S. (Org). **Antropos e psique: o outro e sua subjetividade**. São Paulo: Olho D’água, 2001.

KOLLING, E. J; CALDART, R. S. Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo** - Coleção por uma educação do campo, n.4, 2002.

LIMA FILHO, A. M; JANATA, N. E. Educação do campo. IN: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Cadernos temáticos, educação do Campo, fev. 2005.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

SILVA, Carmen S. B. **A nova LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SCHENDLER, S. F. **Uma história em construção**. Palestra proferida no IV Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária em Rio Bonito do Iguaçu, em 06 de setembro de 2005.

Sites Consultados:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/39062/a-historia-pessoal-e-social-e-a-construcao-da-identidade-do-educando#ixzz3r2uAri2J>

A EDUCAÇÃO DO CAMPO DE ARARAQUARA: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO

*Silvani da Silva*¹

*Vera Lucia Silveira Botta Ferrante*²

Resumo: Este artigo busca apresentar o percurso do programa Educação do Campo de Araraquara/SP. Os dados referem-se a levantamento desenvolvido no âmbito da pesquisa para conclusão da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara/UNIARA intitulada “A utopia da Educação do Campo frente à ideologia industrial: o caso de Araraquara/SP. Para desenvolver a análise recorreremos à concepção materialista histórica dialética e alcançamos os objetivos traçados utilizando os instrumentos de pesquisa de análise documental, examinando os projetos políticos pedagógicos e os planos de gestão das escolas. Mediante a análise que fizemos dos dados, chegamos à conclusão de que o Programa escola do campo realizado nas escolas EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, Professor Hermínio Pagotto e Eugênio Trovatti não preservaram a perspectiva contestatória dos movimentos sociais.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Escola do Campo, Material Didático.

1 Pedagoga (UFSCAR/ São Carlos) Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara / UNIARA. Este trabalho faz parte da dissertação de Mestrado, intitulado: A utopia da Educação do Campo frente a ideologia industrial: o caso de Araraquara/SP, financiado pela CAPES, sob a orientação da segunda autora. E mail: silvani_pevermelho@yahoo.com.br

2 Socióloga, Pesquisadora 1ª CNPQ, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

Abstract: This article seeks to present the route of Education for the countryside program in Araraquara/SP. The data refer to survey developed as part of research for completion of the Master's thesis in Territorial Development and Environment of the UNIARA, entitled "The utopia of Rural Education across the industrial ideology: the case of Araraquara/SP. To develop the analysis we used the historical materialist dialectical conception and achieve the goals set by using the tools of documentary analysis of research examining the pedagogical political projects and plans of management of schools. Through the analysis we concluded that the Program conducted in schools EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, Herminio Pagotto and Eugenio Trovatti not preserved contestatory perspective of social movements.

Keywords: Education for the countryside; Field School; Courseware.

INTRODUÇÃO

A realidade do campo brasileiro com suas contradições aponta para dois projetos que disputam os territórios. De um lado, temos o agronegócio alicerçado na propriedade privada e na exploração das forças produtivas, e de outro, a agricultura camponesa e dos pequenos produtores, para a qual o campo é lugar de produção de vida, de alimentos, de cultura e não meramente de produção econômica.

Contrários à perspectiva do agronegócio, os movimentos sociais e as organizações sociais que atuam no campo vêm resistindo à visão hegemônica e articulam-se por uma Educação do Campo, que propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. De acordo com Molina (2005, p.28), a perspectiva da Educação é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

De acordo com Caldart (2005, p. 18) são elementos principais da Educação do Campo, a situação social objetiva das famílias trabalhadoras do campo que sofrem com o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social e da exclusão; a barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura.

A proposta de Educação do Campo aprovada na 1ª Conferência Municipal de Educação (2001) de Araraquara defendeu uma escola vinculada à cultura, aos valores e à luta dos trabalhadores. E mais, defendeu a educação como elemento fundamental para transformação das relações no campo como determinam os movimentos sociais. Passada mais de uma década da implantação do programa, esta pesquisa centrou-se em desvelar se o ensino das Escolas do Campo Maria de Lourdes da Silva Prado, Eugênio Trovatti e Professor Hermínio Pagotto vem sendo uma forma de resistência e se as mesmas preservam a perspectiva contestatória apresentada pelo ideário dos movimentos sociais do campo.

A análise aqui apresentada pauta-se em dados obtidos na pesquisa de mestrado intitulada "A utopia da Educação do Campo frente a ideologia Industrial: o caso de Araraquara/SP. Para desenvolver a análise recorreremos à concepção materialista histórica dialética e alcançamos os objetivos traçados utilizando os instrumentos de pesquisa de análise documental, examinando os projetos políticos pedagógicos e planos de gestão das escolas. Os dados foram coletados nas escolas e nas comunidades entre novembro de 2014 e março de 2015. Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas com três gestores, três professores, sendo um de cada unidade e nove egressos, sendo três de cada unidade escolar. O artigo apresenta, a título de contextualização, as características do município marcado economicamente pela presença do complexo industrial sucroalcooleiro altamente capitalizado e como a agricultura familiar sobrevive a este cenário no qual impera o agronegócio. Em seguida, apresenta a proposta de educação do campo formulada pelos movimentos sociais e a implantação do Programa Escola do Campo do município, discutindo as tensões e contradições principais de seu percurso, a partir da inclusão do uso do material didático do Método SESI de Ensino. Mediante a análise que fizemos dos dados, chegamos à conclusão de que as escolas EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, Professor Hermínio Pagotto e Eugênio Trovatti não preservaram a perspectiva contestatória dos movimentos sociais.

As Contradições do Campo no Município de Araraquara

Fundada em 22 de Agosto de 1817, Araraquara configura-se como uma importante cidade do interior paulista, localizada no centro do Estado de São Paulo, a 273 Km da capital. Possui uma posição geofísica privilegiada. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

de 2010, a cidade tem uma população total de 208.725 habitantes, sendo 202.802 a população urbana e 5.923 a população rural. O município ocupa uma área total de 1.003,625 Km².

No quesito educação, a cidade de Araraquara possui ampla rede de escolas públicas e privadas, oferecendo desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. A população é atendida por trinta Escolas Estaduais, sendo nove de ciclo I do ensino regular, duas de ciclo I de ensino integral, dezesseis de ciclo II de ensino regular, duas de ciclo II de ensino integral, quatorze de ensino médio regular, três de ensino médio integral, três Centros de Ressocialização (masculino e Feminino e Penitenciária), dois Centros de Estudos de Línguas (CEL), duas Escolas Técnicas Profissionalizantes, quatro núcleos de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De responsabilidade do Município são quinze escolas municipais de Ensino Fundamental, sendo uma destinada à educação de jovens e adultos e três Escolas do Campo. Quarenta escolas municipais de Educação Infantil, sendo três localizadas no campo. Conta atualmente com doze unidades de escola de tempo integral, sendo três escolas localizadas no campo.

Das escolas que atualmente atendem a educação de jovens e adultos (EJA) duas, de ensino fundamental estão sob responsabilidade do município. Compõem a oferta de educação também as escolas particulares, totalizando trinta e duas de educação infantil, dezesseis no ensino fundamental, quinze no ensino médio e sete escolas técnicas profissionalizantes.

Destaca-se a oferta do ensino superior oferecida pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) que subdivide-se em: Faculdade de Ciências e Letras (com os cursos de Administração Pública, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia); Faculdade de Ciências Farmacêuticas (curso de Farmácia-Bioquímica e curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia); Instituto de Química (curso de Química em três modalidades: Bacharelado em Química, Bacharelado em Química Tecnológica, Licenciatura em Química e Engenharia Química) e a Faculdade de Odontologia.

Além do Campus da UNESP, o Município possui outras instituições que oferecem ensino superior, sendo elas: Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Universidade Paulista (UNIP), União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP), Faculdades Logatti e uma unidade do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Favorecida pelo cruzamento de rodovias e ferrovias para o escoamento da produção, a cidade abriga os setores metal-mecânico, indústria

têxtil, tecnologia de informação, comércio e serviços que empregam mão de obra intensiva. Todavia, a base da economia é a agroindústria alicerçada nas culturas de laranja e cana-de-açúcar, tendo como marca o latifúndio, o que pode ser visto em sua paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar, segundo dados do Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas (LUPA) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha. (GOMES et al, 2010, p. 5).

Isso significa que a posse da terra é fortemente concentrada: como na maior parte do país, poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de commodities agrícolas principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monocultura e com grande aporte tecnológico, dependentes de elevados investimentos e de uso intensivo de agroquímicos para a produção de mercadorias, conseqüentemente, fortalecendo a agricultura do negócio.

Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra (FERRANTE, 1992). Por isso, desde a década de 1960, com a fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais, começava uma trajetória de lutas por melhores condições de trabalho.

A década de 1980 ficou marcada pelo agravamento da situação social e econômica do país, caracterizada pela grande concentração de conflitos no campo, conhecidos nacionalmente como era das greves, estruturação que vai influenciar a promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Nesta região, com a paralisação das atividades da usina Tamoio, os trabalhadores Rurais passaram, a partir de 1983, a se mobilizar para que as terras fossem distribuídas como restituição de dívidas trabalhistas e esta foi a primeira referência da possibilidade de Reforma Agrária na região. Depois de muitas negociações, os trabalhadores optaram pela indenização em dinheiro, o que não tirou a perspectiva da Terra continuar a constar das reivindicações dos boias-frias.

Em 1985, os trabalhadores “boias frias” haviam mostrado, no ciclo das greves de Guariba, que os proletários rurais não eram dóceis herdeiros da modernização. Entram em greve contestando as condições de reprodução social, especificamente o aumento das contas de água. Para Ferrante (1994); Barone (1996) no processo passam a contestar igualmente as formas impostas no circuito da produção social, especialmente a extensão imposta

para que o corte da cana se estendesse de cinco para sete ruas.

Resultados indiretos dessa luta são os três assentamentos rurais da cidade, sendo eles: o da Fazenda Monte Alegre, o de Bueno de Andrada e o Bela Vista do Chibarro, sendo os dois primeiros de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o último de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A realidade do campo brasileiro com suas contradições aponta para dois projetos que disputam os territórios. De um lado, temos o agronegócio alicerçado na propriedade privada e na exploração das forças produtivas, e de outro, a agricultura camponesa e dos pequenos produtores, para a qual o campo é lugar de produção de vida, de alimentos, de cultura e não meramente de produção econômica. O quadro abaixo resume as características e contradições mais gerais do campo brasileiro hoje:

Quadro 1- Características Gerais e Contradições do Campo Brasileiro.

Agronegócio	Produção Coletiva/Familiar
Propriedade Privada- Latifúndio	Agricultura familiar ou propriedade coletiva da terra
Trabalho Alienado	Trabalho Livre
Transgênico e Insumos Industriais	Agroecologia
Destruição das Forças Produtivas	Preservação das Forças Produtivas
Individualismo	Coletivismo/Cooperação
Educação Rural	Educação do Campo
Capitalismo	Socialismo

Adaptado de D`Agostini (2005, p.2.3).

Os assentamentos resistem nessa região marcada economicamente pela presença do complexo industrial sucroalcooleiro altamente capitalizado, composto por um complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças. Constitui-se na expressão da expansão capitalista sobre o campo, acaba por se utilizar dos assentamentos no sistema agrícola, subordinando a renda dos assentados à lógica capitalista.

Porém a subalternidade dos assentados à agricultura capitalista é contraditória. De acordo com Ferrante (2012) esta não é a única perspectiva que se tem apresentado no caminho dos assentamentos. De acordo com a

pesquisadora, uma infinidade de alternativas, tais como a diversificação agrícola, produção sem uso de agrotóxicos, a produção de artesanatos, as festas tradicionais, turismo rural, a presença das instituições políticas como: associações, cooperativas, grupos formais e informais retomam o preceito da coletividade, contrapondo-se a máxima de produtividade e de valorização priorizadas pela racionalidade capitalista.

Desse modo, nos assentamentos de Araraquara predominam a, combinação entre variadas estratégias que se remetem às mais diversas trajetórias: sejam de autonomia ou de subalternidade que, contraditoriamente, garantem a resistência. Afinal não tem havido no campo políticas públicas realmente eficazes que permitam aos assentados criar um novo jogo que possa rejeitar completamente o agronegócio dentro dos seus territórios. Além disso é preciso um novo paradigma de educação e formação a fim de que as famílias percebam sua situação social objetiva que inclui o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social e da exclusão; a barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura.

A educação do campo como estratégia contra ideológica

Para os movimentos sociais do campo, ao lado da luta pela socialização da terra contra a propriedade privada, está também a luta pela formação da consciência, e esta perpassa o acesso à educação e ao conhecimento. Para construir uma nova sociedade, é preciso que os trabalhadores tenham conhecimento para além do senso comum. É necessário o domínio do conhecimento científico para identificar as contradições da realidade concreta na essência da sociedade capitalista como sistema contraditório em que, ao mesmo tempo em que se põem em movimento forças para seu desenvolvimento, tais forças trazem em si o germe da sua destruição.

De acordo com Araújo (2007, p. 02), a concepção hegemônica, atualmente representada pelo agronegócio e a indústria, vê o meio rural como atrasado, desertificado, apenas como produtor de mercadorias para atender aos ditames econômicos. Sua proposta de educação rural é baseada na formação da força de trabalho e para difundir ideologias, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes.

Já os movimentos sociais do campo, nas suas trajetórias, vêm

demarcando uma concepção de sociedade, desenvolvimento rural, educação do campo, diferente da concepção hegemônica. Sua proposta prima pelo fortalecimento da agricultura familiar construída a partir dos saberes locais, da preservação das culturas tradicionais e do respeito às diferentes dinâmicas organizativas, baseadas na cooperação, solidariedade e construção coletiva. Além disso, está associada ao respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, às relações, às culturas e saberes, à organização e participação política dos povos do campo. Ela se apresenta como ampliação das possibilidades dos camponeses criarem e recriarem as condições de vida no campo.

Porém, a construção desse modelo de desenvolvimento sustentável implica na desconstrução da ideia do desenvolvimento associada apenas ao crescimento econômico. Igualmente, nas mudanças das práticas culturais que foram introduzidas pela lógica capitalista industrial no campo e são utilizadas pelos agricultores familiares em suas atividades produtivas, baseadas na destruição do meio ambiente e utilização de insumos químicos que reforçam a dualidade entre o campo e a cidade.

A leitura e compreensão dos processos produtivos e culturais formadores (ou deformadores) do campo é tarefa fundamental para transformação da realidade do campo. Daí a importância da educação na construção do olhar crítico, de acordo com a realidade sociocultural e ambiental em que vivemos, no sentido de pensar alternativas que apontem novos caminhos e novas perspectivas de desenvolvimento voltadas aos interesses e às necessidades da população do campo. Desse modo, torna-se necessária a realização de processos formativos que envolvam principalmente as escolas, mas também as organizações sociais e as instituições de associação técnica e extensão rural; que desenvolvam novas formas de pensar e conviver e agir no/com o mundo (CALDART, 2005).

Contrários à perspectiva do agronegócio, os movimentos sociais e as organizações sociais que atuam no campo e articularam-se por uma Educação do Campo, propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. Para Molina (2005, p.28), a perspectiva da Educação é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem

e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

Segundo Whitaker (2008, p. 301), a educação proposta pelos movimentos sociais nada tem a ver com as teses dualistas equivocadas de ideólogos dos pecuaristas e cafeicultores dos anos 30, que pretendiam “fixar” o homem do campo. Ao contrário, suas propostas emanam dos movimentos sociais de contestação que se originaram entre os “condenados da terra”, os quais querem educar seus filhos para lutar exatamente contra os interesses desses pecuaristas, cafeicultores, grandes produtores de soja, de cana ou de laranja, etc. Mas para isso precisam fazer seus filhos adquirirem a fala da norma culta da língua e os conteúdos pretensamente universais criados pelo capitalismo, contra o qual precisam lutar com as mesmas armas, ou seja, o saber da cultura legítima (BOURDIEU, 2001 apud WHITAKER, 2008, p. 301).

A partir de suas demandas, os movimentos sociais conseguiram realizar duas Conferências Nacionais “Por uma Educação Básica do Campo”, em 1998 e 2004, respectivamente. A partir dessas Conferências, a educação do campo foi sendo aos poucos, institucionalizada pelos marcos regulatórios do Estado, principalmente, a partir da promulgação jurídica da Educação do Campo na legislação brasileira, em especial, em 2002, com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002) e com a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária) no Ministério do Desenvolvimento Agrário e, em 2003, a implantação de uma secretaria no MEC/SECAD e um Grupo de Trabalho (GT), Educação do Campo.

Com a aprovação destas diretrizes, outra concepção de campo foi legitimada. A resolução apresenta o campo como sendo um espaço heterogêneo, caracterizado pela diversidade econômica, decorrente do envolvimento das famílias em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), pela presença fecunda dos movimentos sociais e por uma ampla e diversificada produção cultural. Essas diretrizes apontam para a importância do direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável e que permita à população do campo viver com dignidade (BRANCALEONI, 2002, p.162).

O movimento da Educação do campo defende a superação da antinomia e da visão predominante de que o moderno e mais avançado

é sempre o urbano. Busca construir um novo olhar para relação, campo/cidade, vistos dentro do princípio da igualdade social e da diversidade cultural. Participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país; reforça a ideia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida digna (CALDART, 2005, p.23).

A educação do campo se afirma na defesa de um país vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade atual. Neste contexto pode ser a escola um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de outra proposta de educação e de desenvolvimento territorial. Para Fernandes (2012 c), o conceito de desenvolvimento territorial deve ser compreendido numa totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, ou seja em sua complexidade.

Nas escolas do campo, o debate sobre o desenvolvimento territorial deve começar pela desconstrução da ideia de desenvolvimento disseminada nos meios de comunicação que distorcem completamente a proposta de desenvolvimento e sustentabilidade, apresentando aos educandos a filosofia do consumo como uma alternativa de vida moderna e desenvolvida. As práticas educativas desenvolvidas nas escolas, além de problematizarem esses discursos precisam mostrar aos alunos os equívocos dessas práticas e seus efeitos perversos na vida das pessoas das classes populares e na biodiversidade do planeta.

Portanto, a educação é uma estratégia contra-ideológica importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas).

O movimento por uma Escola do Campo em Araraquara

Desde a criação dos assentamentos houve a preocupação da comunidade em relação à educação das crianças. Os pais manifestavam o desejo de ter uma escola no assentamento que oferecesse o ensino fundamental completo. Além disso, havia a preocupação que abarcava desde aspectos relacionados às dificuldades decorrentes do deslocamento (transporte, distância dos pais, longo tempo fora de casa) até a própria questão da construção da identidade destas crianças enquanto assentadas e, por decorrência, a viabilidade de

futuro dos próprios assentamentos (BRANCALEONI, 2005).

A ideia de educação do campo em Araraquara surgiu a partir da conjuntura estadual, na qual, discussões promovidas principalmente pelo MST, motivada por sua participação no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997 visavam operacionalizar a discussão da Educação do Campo em todo o Estado de São Paulo inclusive o interior.

Em 1999, representantes do MST convidaram alguns professores e educadores de Araraquara para discutir mudanças na Educação para a Reforma Agrária. Durante as reuniões, decidiu-se levar a exposição “ÊXODOS”, do fotógrafo Sebastião Salgado para alguns assentamentos do Estado. Pretendia-se, com a exposição, levantar algumas discussões com as comunidades, professores da escola rurais sobre a história de migração dos assentados e a luta pela terra, a educação oferecida no meio rural, o deslocamento das crianças para estudar na cidade, dentre outras questões. Essa exposição veio para o Assentamento Bela Vista do Chibarro, intermediada pelos educadores do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e por docentes da Universidade de São Paulo (USP) e foi por ela que começou o debate sobre a educação rural de Araraquara.

Representantes da comunidade e professores conduziam as reuniões mas, na medida que evoluíram, passaram a ser coordenadas por técnicos do ITESP e USP que convidaram outras instituições como a FERAESP, (UFSCAR), (UNESP), a Organização Não Governamental (ONG) Brincadeira de Criança e o coletivo Estadual de Educação do MST. Através de estudos de outras experiências realizadas principalmente no Estado do Paraná em Educação do campo, chegou-se a uma proposta de municipalização da escola do Assentamento Bela Vista mediante a construção de um Projeto Político Pedagógico do campo que englobasse as escolas dos Assentamentos Monte Alegre e Bueno de Andrada.

A proposta foi apresentada durante a I Conferência de Educação de Araraquara realizada em 2001. Nesta ocasião, o Grupo de Trabalho (GT) da Escola Rural defendeu a necessidade urgente de uma proposta pedagógica do campo e a extensão do atendimento do Ensino Fundamental na zona rural para oito séries e deixou consignadas as linhas gerais para a proposta pedagógica: que pudesse garantir a “efetivação” de um ensino combinando à reflexão teórica com a atuação prática no campo e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, visando à aquisição dos conhecimentos da cultura cotidiana e dos saberes do

arbitrário cultural dominante, ou seja, necessários à cidadania, voltados para a criação de habilidades e de formação de atitudes e valores, além do fortalecimento dos vínculos com a família e a terra. A proposta foi aprovada na conferência (BRANCALEONI, 2005, p. 102).

A articulação por uma Educação do campo defende uma escola do campo vinculada à cultura, aos valores e à luta dos trabalhadores do campo. E mais, defende a educação como elemento fundamental para transformação das relações no campo. Assim, não basta mais a conquista da terra, há outro latifúndio a ser conquistado, o do saber (CALDART, 2009 apud BRANCALEONI 2002, p 162).

O projeto “Escola do Campo” segundo Brancaleoni (2005 p. 112) define objetivos que devem ser alcançados através da prática pedagógica e do cotidiano das três escolas para as quais ele foi elaborado, da seguinte forma:

- Organizar uma escola para atender os (as) educandos (as) do campo, da área rural e dos assentamentos resultantes da Reforma Agrária;
- Universalizar o acesso, o regresso e a permanência dos educandos com sucesso da população rural na Educação Básica;
- Instrumentalizar o (a) educando (a) com as concepções de processo permanente de escolha e luta e de trabalho produtivo e coletivo da terra;
- Democratizar as oportunidades de permanência, com sucesso, do homem no campo.

Tem-se como objetivos específicos:

- Ensinar a ler, escrever e calcular a realidade;
- Ensinar fazendo, isto é, pela prática;
- Construir o novo;
- Preparar igualmente para o trabalho intelectual e manual;
- Ensinar a realidade local e geral;
- Gerar sujeitos da História;
- Preocupar-se com a pessoa integral;

O projeto ainda define dez princípios básicos que devem fundamentar as práticas da escola do campo.

- Qualidade social da educação

- Inserção num contexto global;
- Educação voltada para a valorização da cultura de trabalho no campo (teoria e prática);
- Democratização do acesso ao conhecimento;
- Gestão democrática- participação da comunidade na tomada de decisões;
- Espaços e tempos alternativos de educação;
- Construção de um novo homem e de uma nova mulher a partir do resgate da identidade;
- Resistência e luta do homem do campo;
- Integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica;
- Concepção de que a história é construída pelas lutas sociais.

O processo de elaboração do projeto não se encerrou quando a versão escrita foi concluída. Assim, elaboração e implementação se entrecruzaram em muitos momentos. Enfim, foi um momento novo, marcado por dúvidas e incertezas, tanto por parte da equipe escolar, quanto das comunidades e até mesmo da equipe da prefeitura, visto que todos se lançavam diante da proposta de construir uma experiência de educação do campo pioneira no Estado de São Paulo (BRANCALEONI, 2005 p. 131).

Mas de acordo com a pesquisa de mestrado realizada por Feng (2008), o trabalho pedagógico desenvolvido na escola Hermínio Pagotto³, incorporava uma prática interdisciplinar dos conteúdos que eram correlacionados com as questões de meio ambiente, identidade, ética, trabalho, saúde e política.

Portanto existem aspectos positivos e inovadores que vêm sendo adotados na escola Hermínio Pagotto, no âmbito da qual deve-se identificar aulas que incorporam as propostas e as concepções teórico-metodológicas relativas à realidade local. Um dos destaques é a presença marcante da concepção de educação de Paulo Freire especialmente com a metodologia. A experiência de construção coletiva, de gestão compartilhada que perpassa o trabalho, nas diversas etapas e processos organizativos, desde o planejamento até vivência da sala de aula, com a participação ativa de professores e alunos (FENG, 2008, p.78).

O autor descreve ainda que o programa Educação do Campo se mostrou importante para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e mudanças na percepção e no hábito dos professores e seus alunos

³ Não encontramos pesquisas que relatavam as práticas das escolas Maria de Lourdes da Silva Prado e Eugênio Trovatti, por isso relatamos apenas a experiência da escola Hermínio Pagotto.

promovendo uma consciência melhor sobre a importância da vida do campo. Através de entrevistas e o acompanhamento das aulas pôde-se evidenciar diversas práticas educativas e a repercussão que elas geraram” (FENG, 2008, p. 61).

Outro aspecto importante segundo esse autor era o fato das aulas acontecerem em outros espaços disponibilizados na escola como: cozinha experimental, o laboratório de ciências, o laboratório de informática, a sala multimeios, a horta. Além disso o trabalho de campo que incluía a visita aos lotes, agrovila e outros assentamentos favorecia a assimilação entre a teoria e a prática.

Quanto ao material didático, desde a implantação do programa houve uma demanda por livros didáticos e materiais atrativos para a realidade sociocultural dos alunos. No entanto, nesta questão não houve elaboração do material específico. O material mais próximo à realidade do campo chegou com Plano Nacional de Livro Didático (PNLD) do Campo, que incorporou livros didáticos com conteúdo mais apropriado para a realidade camponesa. Esse material que é elaborado para todo o território nacional, no entanto, não dá conta das especificidades do território brasileiro. Mas, os professores entrevistados revelaram que os livros do PNLD eram um facilitador, pois era o material didático mais condizente com a proposta do programa.

A mercantilização no processo ensino aprendizagem

A educação do campo proposta pelos movimentos sociais é um projeto de educação que está em construção com nexos no projeto histórico socialista. Tem como protagonistas os próprios camponeses e trabalhadores do campo, suas lutas, organização e suas experiências educativas que incluem a escola, mas vão além dela. Ela se contrapõe à educação como mercadoria e afirma a educação como formação humana. Nesta perspectiva, o papel da educação, é o de forjar sujeitos críticos capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento do campo e de nação. Todavia esse posicionamento do MST em construir uma educação juntando com a sua estratégia de luta contra hegemônica tem estabelecido tensões com a classe burguesa, e conseqüentemente com o Estado burguês.

Os motivos dessas tensões variam desde a resistência dos poderes públicos em propiciar uma escola de qualidade no campo, até a escolha

que e de quem deve ensinar nessas escolas, ou seja, a escolha dos educadores para atuar nas escolas de assentamentos, o debate sobre o currículo, o material didático, a gestão escolar. Em Araraquara, apesar da implantação do programa ter tido o apoio do poder público municipal, depoimentos afirmam que houve conflitos dessa ordem.

A tensão aumentou ainda mais com a mudança da gestão municipal (2008) que sob argumento ideologizado da má qualidade do ensino na cidade, implantou o Método do Sistema Sesi de ensino para todas as escolas municipais incluindo as três escolas do campo.

Em Araraquara, antes de ser implantada, a proposta do SESI foi amplamente divulgada pela mídia araraquarense. Então quando a proposta se materializou, foi posta em ação sem resistências e aceita com entusiasmo pelos cidadãos urbanos e rurais, já que foi imbuída do compromisso de melhorar a “qualidade” da educação no município. Observa-se isto nas palavras do Secretário de Educação:

Havia uma demanda da sociedade para melhorar a qualidade do ensino na rede municipal, que já era boa, mas precisava do complemento oferecido pelo sistema do SESI com apoio do material didático desenvolvido pela instituição ao longo de nove anos e com qualidade mais que comprovada, uma vez que os índices de avaliação do SESI são excelentes. (SILVA, 2011, p. 36)

Como já foi dito, a maioria da população desconhece a operacionalização do modo de produção capitalista. Afinal, como disse Marx (2004) se a verdadeira essência das coisas aparecesse aos olhos não seria necessário estudar, pesquisar e produzir conhecimentos científicos. Fica claro que o capitalismo busca consentimento para seu projeto e as ideias liberais de educação vão fundamentar e legitimar ideologicamente a sociedade capitalista. As ideias liberais de educação vão se cristalizar e influenciar as definições da Teoria de Capital Humano⁴. A explicação, dada através de pesquisas, vinculava o sucesso ao potencial de capital humano contido nestes países, em detrimento dos outros que tinham baixo estoque de capital humano.

Esta teoria busca vincular a escolarização e a obtenção de algumas

⁴ A teoria de Capital humano postula que o “capital humano” é o capital incorporado aos seres humanos, especialmente na forma de saúde e educação. Portanto, ele é explicativo do desenvolvimento econômico desigual entre os países, regiões e cidades (SCHULTZ, 1973). As nações subdesenvolvidas foram incentivadas a investir em capital humano para que entrassem em desenvolvimento. Os indivíduos, por outro lado, que investissem em educação e treinamento, poderiam ascender socialmente.

competências como forma de alcançar uma melhor posição social. Contudo, mascara as desigualdades, desconsidera as questões relacionadas às diferenças de classes que são deixadas de lado e deposita no indivíduo as consequências de sua posição, ou seja, quem não consegue uma posição social melhor deve ser auto responsabilizado, pois não teve méritos.

De acordo com Marx e Engels (1986), a educação burguesa é um dos fatores importante no desenvolvimento capitalista, pois via de regra, a educação formal do sistema capitalista aumenta a concorrência entre os trabalhadores, ao formar quantidades excedentes na mesma função, e, por conseguinte, o barateamento do valor do salário médio pago a um profissional especializado em determinada área e, também, potencializa as habilidades da força de trabalho possibilitando que um trabalhador execute múltiplas funções ou trabalho não pago, mais valia. Ou seja, educação formal para todos ocasiona a baixa geral, com raras exceções, do valor pago pela força de trabalho especializado e o aumento do trabalho não pago.

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador (MARX, 2004, p.66)

Para Marx (2004, p.66) o homem é uma mercadoria que se vende apenas pela sua força de trabalho e está sujeita às leis do mercado, as demandas e ofertas, então a busca pela educação como mercadoria se torna apenas uma forma subjetiva de se valorizar ou se adequar às novas ofertas de trabalho.

De acordo com Ramos (2012), atualmente, busca-se uma nova subjetividade de trabalhador adequado aos interesses do capital, que já não é correspondido com apenas o ensino técnico, por isso hoje há um interesse da indústria no ensino básico, para aplicar a ideologia⁵ urbano industrial que tem como propósito reordenar a relação entre escola e emprego dentro de uma pedagogia das competências, que visa institucionalizar novas formas de educar os trabalhadores no contexto político-econômico neoliberal, entremeado a uma cultura pós moderna, a qual escamoteia as raízes das questões sociais e responsabiliza os próprios indivíduos pelos seus problemas e pela resolução dos mesmos. Agora é necessário formar para a

⁵ Para o conceito de ideologia aqui utilizado veja em Marx e Engels (1986)

flexibilidade, a empregabilidade e desenvolver competências, habilidades e a criatividade para que as pessoas sejam capazes de se adaptar “aos humores” do “mercado de trabalho”

Estas ideias são explicitadas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, que argumenta que somente o investimento na Educação permitirá ao país aumentar o estoque de capital humano com efeitos diretos nas estratégias da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas.

A educação é uma fonte de crescimento e uma das bases de elevação da produtividade. A educação e a saúde da população brasileira são pilares do Mapa Estratégico. O posicionamento competitivo da indústria brasileira está cada vez mais apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e a criatividade (CNI, 2007, p.31).

Então, por trás da aparência e do argumento proclamado da “qualidade” do ensino esconde-se uma teoria educacional na qual o papel da educação segue um ideário mercadológico centrado em princípios e práticas da racionalidade mercantil, produtividade, competitividade e flexibilidade voltado ao desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea. De acordo com Saviani (2001) é uma ideologia típica do modo de produção capitalista que tem como marca distintiva mascarar os objetivos reais, por meio de objetivos proclamados.

A nova gestão de Araraquara compartilha dessa perspectiva. Tanto que investiu alto na parceria para a implantação desse sistema que vem acompanhado de muita inovação tecnológica e didática apropriada para os objetivos educacionais da indústria.

[...]Com investimentos na ordem de 25 milhões dedicados à pasta de 2010, a prefeitura melhorou a estrutura física e de pessoal da rede educacional, inovou a metodologia aplicada com uma parceria com o Sistema Sesi de ensino e revolucionou com a informatização das unidades preparando seus alunos para o futuro. (Disponível em: <http://prototipo.techs.com.br/prefeituraararaquara2012/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=3099> Acesso em 17.02. 2015 às 14h:54m)

Mas apesar do alto investimento e do discurso em prol da “qualidade

do ensino” no município, dados disponibilizados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2013 apontam que a média de nota das escolas municipais ficou abaixo da meta estipulada.

Quadro 2. *Dados do IDEB*

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Araraquara	5.0	5.4	5.6	5.6	5.7	5.0	5.4	5.7	6.0

Fonte: *Elaborado pela pesquisadora⁶.*

Sabemos que indicadores de resultado educacionais não são medidas perfeitas do que se pretende mensurar e, em vista da diversidade de objetivos da escola, são certamente incompletos, além do que, dificilmente dão uma medida direta do trabalho das próprias escolas, pois os resultados obtidos pelos estudantes dependem também das suas próprias características (condições socioeconômicas, bagagem cultural, habilidades inatas etc.) e do contexto em que a escola está inserida (se a comunidade interage com a escola, se a região é violenta etc.) Portanto, não são capazes de aferirem a qualidade do ensino e da aprendizagem, visto que existe uma série de variáveis que interferem no processo educativo. No entanto, é uma medida que afere competência e habilidades requeridas para esse propósito.

A nova gestão pública, de forma verticalizada alinhou o ensino de Araraquara e ficou dependente do sistema privado de apostilas. Mas os dados confirmam que o auto investimento não foi capaz de melhorar a qualidade de ensino da rede municipal. Isso porque, o material didático não condiz com a realidade dos alunos, por isso é difícil de ser assimilado. Além da dependência no sistema apostilado do Sesi, há também uma postura por parte da secretaria que impede as escolas de fazer suas próprias propostas pedagógicas e isso têm impossibilitado que novas ferramentas sejam desenvolvidas para melhorar o ensino.

Não podemos esquecer que além de responder as demandas de mão de obra, ou seja, o capital humano, a proposta de Araraquara é orientada pela ideologia neoliberal, sendo assim, serve para transmitir os ideais e valores necessários para o sistema vigente não estando interessada na promoção do

⁶ **Fonte:** *Dados do IDEB disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=8274599>>*

ser humano enquanto, cidadão consciente crítico e participante do próprio processo de construção da vida política e social do país conforme deseje os movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa pudemos perceber que em Araraquara, a educação do campo já iniciou sua jornada no terreno movediço das políticas públicas, da relação com o Estado, na instância municipal. Na jornada do programa, o município tem cumprido o dever de manter as escolas, mas não tem dado o direito de dar continuidade aos princípios pedagógicos e emancipatórios da Educação do Campo.

No início do programa, se propôs rupturas com o instituído, um ensino tradicional, urbanocêntrico e etnocêntrico, sendo respeitados os sujeitos concretos do campo, com seus anseios e necessidades. Dentro de uma teoria pedagógica crítica, novas práticas pedagógicas foram plantadas e incorporadas para o ensino das crianças. O currículo foi construído, tendo como base o contexto social e cultural dos alunos, os conteúdos seguiam os parâmetros curriculares e as aulas incorporavam as concepções teóricas metodológicas relativas à realidade.

Em 2009, quando o novo prefeito assumiu a gestão municipal, uma nova concepção de educação foi estabelecida no município que propôs um “alinhamento” educacional para todas as unidades escolares através da implantação do Método Sesi. Isso criou entraves que dificultam a operacionalização dos princípios e objetivos que foram estabelecidos para o Programa Escola do Campo e as escolas voltaram a ser urbanocêntricas, e sociocêntricas (WHITAKER, 2008).

Os motivos que levaram a nova gestão a introduzir este método de ensino foram discutidos neste artigo e a conclusão a que se chega, já discutida por Pavini, Whitaker e Ferrante (2013) é que este método não é apropriado para a classe trabalhadora, seja ela, do campo ou da cidade que vivencia espaços socioculturais, distantes da subcultura do industrialismo.

Apesar do Programa Escola do Campo ser uma política pública assegurada pelo Plano Municipal do Município de Araraquara, no decorrer do percurso, que ultrapassa mais de uma década, alterações verticalizadas foram impostas e o Programa Escola do Campo foi pisoteado, como dizem os professores das escolas. Em seu lugar, foi

introduzida a ideologia urbana industrial que tem como propósito reordenar a relação entre escola e emprego dentro das pedagogias das competências que visam institucionalizar novas formas de educar os trabalhadores, no contexto político - econômico neoliberal.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. N. R. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007.

BARONE, L. A. **Revolta Conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNESP, Araraquara, 1996.

BRANCALEONI, A. P. L. **Um olhar acerca do processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico em uma escola do campo do município de Araraquara**. 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto, 2005.

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S.M. S. (orgs.). **Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo**, Brasília, DF. Coleção por uma educação do campo, n.5, 2004.

D' AGOSTINI, A. **Contradições do Campo Brasileiro: os desafios da Educação do Campo**. Texto da mesa de abertura da capacitação do PRONERA-UNEB, 2005.

FENG, L.Y. **Projeto Educação do Campo: Estratégias e alternativas no campo pedagógico**. 2007. 82 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Centro Universitário de Araraquara-UNIARA, Araraquara, 2007.

FERNANDES, B. M.; **Sobre a tipologia de Territórios** (2012 c). Disponível em: <http://www.landaction.org/ING/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIADE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 16.03. 2014.

FERRANTE, V.L.S.B; ET AL. Síntese da Regiões: retomando questões do presente/futuro dos assentamento. **Revista Retratos de Assentamento**, v.15, p. 339-375, 2012.

FERRANTE, V.L.S.B. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos boias-frias. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.3, jul.-set, p.93-104, 1994.

GOMES, T.P. **Assentamentos da Região Central do Estado de São Paulo sob uma perspectiva analítica a partir de indicadores sociais: Apresentação da pesquisa contratual INCRA/UNIARA N° 100000/2010**. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1H/05Thauana_Gomes.pdf>. Acesso em: 12. Jul.2014.

MARX, K. ENGELS. F. A. **A ideologia alemã**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX. K. **O capital: Crítica a Economia Política**. Livro I, Rio de Janeiro: Editora Civilizações Brasileira, 2004.

MOLINA, M.C; JESUS, JESUS, S.M. S. A Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S.M. S. (orgs.). **Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo**, Brasília, DF. Coleção por uma educação do campo, n.5, 2004.

RAMOS, M. Pedagogias das Competências. In: Caldart, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de janeiro: Expressão popular, 2012.

SAVIANI, D. História da educação e política educacional. In: SBHE (Org.). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, p. 11-19, 2001.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SOBERANIA ALIMENTAR E AGRONEGÓCIO: NOTAS ALÉM DA PORTEIRA

*Newton Narciso Gomes Jr*¹
*Oswaldo Aly Junior*²

Resumo: Explorando os conceitos de segurança e soberania alimentar, o presente artigo busca questionar a abrangência de ambos os termos e mostrar sua insuficiência com relação ao acesso e ao custo da aquisição de alimentos principalmente para as camadas de baixa renda, o que remete ao paradoxo clássico do abastecimento alimentar. Nestes conceitos a circulação, distribuição e comercialização de alimentos, assim como o papel do consumidor são temas não tratados. Também, chama a atenção para o moderno sistema agroindustrial de produção de alimentos que rompe com o conceito cultural do que é comida e alimento, ocultando sua implicação direta em termos da saúde e das doenças que são desenvolvidas a partir deste padrão alimentar.

Palavras-Chave: Comida; Abastecimento Alimentar; Segurança Alimentar e Soberania Alimentar

1 Economista. Professor da universidade de Brasília, professor permanente do PPG em Política Social, SER/UnB, professor permanente do PPG em meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, MADER/FUP/UnB, Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional, MADER/UNB/CNPQ, Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários- NEAGRI, CEAM/UnB, Coordenador Editorial da revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA. swnewtongomes@gmail.com

2 Engenheiro Agrônomo, Professor da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, Araraquara-SP, Membro do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa de Águas Subterrâneas – IGC-USP, Doutorando no IGC-USP, diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), oalyjunior@gmail.com

Abstract: This paper use the concepts of food security and food sovereignty and in order to question the scope of both terms and show their inadequacy regarding access and the cost of purchasing food especially for low-income populations, which refers to the classic paradox of food supply. These concepts circulation, distribution and sale of food, as well as consumer paper are not treated subjects. Also draws attention to the modern agro-industrial system of food production that breaks with the cultural concept of what is food and food by hiding its direct implication in terms of health and disease that are developed from this dietary pattern.

Keywords: Food; Food Supply; Food Security; Food Sovereignty

Introdução

Em 1996, durante a realização em Roma da Cúpula Mundial da Alimentação promovida pela FAO³, a Via Campesina⁴ introduziu no debate a ideia da Soberania Alimentar apresentada como outra via de luta distinta da segurança alimentar e nutricional na medida em que voltava-se para a construção do livre direito dos povos de escolher como comer, decidir como essa comida deve ser produzida e de saber de onde provém aquilo que comemos. Com essa leitura a Via Campesina defende que revolucionou o debate da segurança alimentar, superando-o nos seus limites do direito à alimentação, este circunscrito às garantias de que sua consecução poria fim à fome sem que houvesse outras condicionantes que não as associadas às garantias de acesso regular e permanente aos alimentos.

Tomada sob esse ponto de vista, a soberania alimentar representaria no cenário das lutas sociais a expressão dos interesses e direitos dos povos enquanto a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) seria um amálgama de posições que conviveriam com o agronegócio e a agroindústria e seus arranjos, sem grandes contradições uma vez que a construção da SAN e do Direito Humano à Alimentação estariam, ambas as dimensões, associadas ao enfrentamento da fome e sua superação.

O objetivo desse ensaio é discutir a violência do agronegócio e da agroindústria a ele associada, sobre o imaginário social ao desconstruir e

3 Food Agriculture Organization, organismo da Organização das Nações Unidas que atua no campo da segurança alimentar e nutricional, agricultura, combate à fome, etc.

4 Movimento Social Internacional que congrega militantes e organizações sociais envolvidas com as lutas pela terra em todas as suas dimensões.

ressignificar a ideia de comida e de alimentação e, também, que soberania alimentar e segurança alimentar não são ideias concorrentes e sim princípios que orientam ou deveriam orientar as políticas e iniciativas da produção, comercialização e consumo de alimentos de sorte a que propiciassem o preenchimento adequado dos requerimentos para a fruição do Direito Humano à Alimentação.

2. O fim do tempo para comer

A intensa propaganda empregada para vender substâncias alimentares que se multiplicam aos milhares pelas gôndolas e prateleiras dos supermercados tem impactado o imaginário social levando ao enfraquecimento ou ressignificação da ideia do que seja de fato comida. Contribui para essa distorção, ainda no campo da propaganda, o ufanismo embutido em frases que martelam ser o país o celeiro do mundo, o maior produtor dessa e aquela commodity.

O estiolamento do significado de comida é a porta de entrada para o crescimento preocupante de produtos alimentares processados e industrializados que confundem memórias olfativas e gustativas e embaralham todas as relações que a comida construiu através dos tempos com a história dos indivíduos, suas sociabilidades e referências.

As mais recentes pesquisas sobre consumo e dispêndio alimentar, publicadas nos suplementos da Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares (POF) de 2009 revelam um movimento de recuo no consumo e dispêndio com alimentos tradicionais e o crescimento importante daquelas opções que estejam associadas a menores preços, praticidade e rapidez no preparo, modernidade dentre outros aspectos, todos eles remetendo a uma ideia de que o consumo de tais substâncias fala mais do consumidor do que ele mesmo.

O suplemento Antropometria da POF 2009 revela que o excesso de gordura é um fator de agravo de saúde identificado em pelo menos 51% da população brasileira de 5 anos de idade em diante, independente da região em que que habitam ou da classe de renda a que pertençam. O estudo aponta que tem crescido em ritmo forte o consumo de substâncias alimentares cuja composição apresenta excesso de sódio, gorduras e açúcares além de uma infinidade de compostos artificiais e, ao mesmo tempo em que registram insuficiência de fibras e micronutrientes nas suas composições. A captura dessa situação sugere que ingressaram na cesta de consumo alimentar, novos produtos alimentares processados e industrializados, e que vêm ocupando

espaço antes preenchido pelos alimentos tradicionais da nossa gastronomia.

O enrijecimento da elasticidade da demanda do consumo dos alimentos tradicionais, aqueles que compõem a base da nossa tradição alimentar já fora captado pelo estudo de Schlindwein e Kassouf (2007) que apontou como fatores relevantes para as alterações do padrão alimentar a disponibilidade de tempo para preparo de refeições, que empregam produtos de cocção tempo – intensivos, restrições à mobilidade urbana que estreita sobremaneira os tempos livres das pessoas, a presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho, etc.

A POF registrou, também, uma evolução importante nos dispêndios com alimentação fora do domicílio, que estava na casa de 24,1% na edição de 2003 saltando para 31,1% na edição de 2009, contudo, duas outras informações merecem nossa atenção: a alimentação fora do domicílio responde por 16% da ingestão calórica per capita o que leva a uma segunda observação, a de que segue sendo no domicílio o local onde preferencialmente a população toma suas refeições.

Não seria razoável, embora a inexistência de dados seguros prejudique qualquer afirmação, associar o consumo de alimentos fora do domicílio com a prática de trocar refeições por opções de comida de rua. A proliferação de restaurantes que operam como autosserviço onde se paga pelo peso da comida que será consumida pelo comensal e outros arranjos similares e as inúmeras opções de preços praticados por tais estabelecimentos que se destinam às mais diferentes classes de renda é indiscutível, como também não se discute a nova tendência que cresce nas cidades grandes e médias, do serviços oferecidos pelos food truck que, bem distante da ideia de lanche se apresentam como opção rápida e funcional para uma refeição completa, a preços competitivos com o mercado tradicional.

Esse atalho iniciado parágrafos atrás pode sugerir que escapamos do tema e objeto desse ensaio. Mostraremos mais adiante, que não. A razão pela qual o assunto da alimentação fora do domicílio entrou nessa reflexão está associada à manipulação ou corrupção do imaginário social. Qualquer observador, por mais desatento que seja, quando acompanha o movimento das pessoas nos horários de almoço não deixará de notar pelo menos duas características comuns entre os comensais: a pressa que é identificada pelo caminhar dos indivíduos, pela impaciência nas filas de servir e pela displicência no arranjo do prato. Mesmo incorporando noções de alimentação saudável, ideia essa associada à presença de verduras e legumes nos pratos, o ritual inclui do arroz e feijão até inusitadas e exóticas combinações de preparos que jamais

frequentariam qualquer refeição convencional.

Esse comportamento revela uma instigante mistura de memórias e símbolos na forma de comida. Combinam-se a tradição do dia a dia na forma do arroz feijão e mistura como se referia Cascudo (2003), com os preparos de comida de domingo, de comida de festas, de comida da moda, dos filmes, da novela e por aí vai. Aquilo que no momento representa uma satisfação olfativa, gustativa e de memórias, promove simultaneamente um enfraquecimento dessas mesmas sensações na medida em que esse consumo as banaliza, as retira do contexto.

Tudo é consumido movido pela pressão do tempo, pois, a hora do almoço é também a hora livre para o pagamento das contas em lotéricas, bancos e caixas eletrônicos sempre com filas de espera, para as pequenas compras do dia a dia. A comida perde, progressivamente, significado. Ao final do dia tem início a maratona de volta para casa. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) edição de 2009 revela que a população brasileira residente nas dez maiores regiões metropolitanas do país, gasta em média 40,3 minutos diários para se deslocar de casa ao trabalho, ou seja, quase uma hora e meia para ir e vir e, destaca, ainda, que 19,5% da população residente nesses conglomerados urbanos necessita de pelo menos noventa minutos para chegar ao trabalho, ou seja, têm três horas de seu dia gastos com sua locomoção.

Acrescente-se a isso a precariedade do transporte público, o excesso de veículos nas vias e os inevitáveis congestionamentos e está dada, grosso modo, a condição de exaustão que se abate sobre as pessoas quando retornam ao fim do dia para casa. Porém, a mobilidade não se esgota no ir e vir. Outros aspectos a compõem, como as opções de acesso à cultura, lazer, esportes, quase sempre inexistentes nos bairros, a percepção de segurança e insegurança que determina as decisões de sair ou não sair de casa, dentre tantos outros aspectos que desbordam a ideia de deslocamento. Esses determinantes deslocam o acontecer da vida, da rua para o interior dos domicílios onde o privado tende a se impor ao público, o individual ao social.

A pressa do dia no trabalho se repete no domicílio. Contudo, os parâmetros ali são outros. O tempo que urge é o que está disponível para cuidar da casa, dos filhos, etc. O lazer se resume à televisão e ao computador que se popularizou o que abriu novas formas de sociabilidade e de acesso às informações. A comida, a ideia de jantar onde todos se sentam juntos e compartilhem a vida e a refeição, cede vez ao lanche rápido ou à comida submetida ao micro-ondas e devorada em frente à televisão ou computador.

Reina silêncio na casa, os olhos atentos às mensagens diretas e subliminares sobre o que está na moda, o que emagrece, o que faz bem ou mal para saúde, e logo é hora de dormir, pois amanhã a rotina se repetirá, mas, faltará um dia a menos para o descanso do domingo.

Esse cenário está marcado por uma dose, talvez um tom acima, de dramaticidade. Contudo, essa rotina acompanha milhões de pessoas no Brasil e para se certificar de que essa não é uma afirmação descabida basta dispendermos uns poucos minutos num dos muitos restaurantes da cidade nos horários de almoço ou, espiarmos a nós mesmos quando chegamos de volta do trabalho. A ideia de jantar, da conversa em torno da comida, quase desapareceu dando vez ao mesmo comportamento adotado no almoço fora do domicílio, porém, em certa medida piorado, pois à diversidade do self service se impõe a praticidade do lanche ou de qualquer preparo rápido e fácil que não envolva de preferência panelas, louças e muitos talheres.

3. O agronegócio e as substâncias alimentares que comemos.

Houve um tempo em que o supermercado era visto como substituto do armazém tradicional. As compras eram mensais e o objetivo era prover a casa driblando a inflação. Tal como nos armazéns, o supermercado é um difusor de novidades seja para alimentação, higiene e limpeza, vestimentas, calçados e muitas outras coisas para casa, animais, lazer. Contudo, carnes, legumes, frutas e verduras, pães e similares, seguiam sendo produtos associados a equipamentos tradicionais, o supermercado era para a despesa grossa, pagava-se a vista, e as misturas, cada qual no seu lugar, entravam na casa pela compra semanal ou diária, pelo crédito na caderneta.

Mas essas são lembranças dos tempos iniciais do autosserviço no Brasil. Já nos anos 1970 o autosserviço havia decretado o fim do comércio tradicional e com isso sucumbiram açougues, mercearias, quitandas, armazéns e empórios, muitas feiras livres e mercados municipais. Aqueles que resistiram às transformações provocadas pelo domínio do autosserviço, especialmente feiras livres, mercados municipais e alguns açougues o fizeram sofisticando suas ofertas e elevando seus preços. Converteram-se de equipamentos populares em opções para as classes de renda mais elevadas fazendo com que o paradoxo clássico do abastecimento alimentar segundo o qual os ricos pagam menos para se alimentarem melhor enquanto os pobres pagam mais para comerem pior, se mantivesse inalterado.

O que se pretendeu afirmar anteriormente é que este paradoxo identificado e enunciado nos anos 70 aqui no Brasil, estava relacionado com o fato do surgimento e consolidação das redes de supermercado. Estas redes situadas em bairros de rendas mais elevadas permitiam que seus frequentadores comprassem alimentos e produtos de higiene e limpeza a preços bem mais baixos.

Nas periferias estes equipamentos inexisiam e os equipamentos existentes vendiam os mesmos produtos a preços mais elevados e isto tinha um impacto direto sobre a renda e o custo de vida, o que levou a intervenção pública no sentido de criar equipamentos públicos de abastecimento no sentido de regular preços e controlar o custo de vida dos trabalhadores.

Em recente artigo sobre supermercados, Esther Vivas, militante da segurança alimentar e jornalista espanhola, construiu um texto que beira o hilário, mas, também, expõe a nossa ingenuidade diante desse moinho de autonomias pessoais. Num texto ágil, a jornalista vai desvelando segredos sinistros das estratégias de venda, que envolvem desde o tamanho do carrinho e as dificuldades para conduzi-lo em linha reta, passando pelos corredores apertados, a constante mudança do local dos itens mais essenciais sem informação prévia, o que nos obriga a um tour entre gôndolas e prateleiras onde tudo o que a propaganda, a novela, o filme, mostram e distinguem com representação do melhor, do mais moderno. Tudo está ali, ao alcance dos nossos olhos e lógico, das mãos e, sempre há espaço no carrinho .

A tensão no texto é crescente, um triller com câmeras, ocultas ou não, que ali estão para fiscalizar nosso comportamento diante de tudo que está à venda, as imagens orientarão estratégias de venda futuras, com preços cujas frações impedem nosso raciocínio de realizar comparações, com cartões de fidelidade, concursos e sorteios que induzem a que ofereçamos informações que processadas se converterão em correspondências cheias de ofertas especiais “para você”.

Nossas relações com os alimentos têm se convertido em convívio arriscado. A longa trajetória da espécie humana que permitiu que nossos organismos pudessem processar alimentos os mais diversos, que permitiu que os seres humanos pudessem comer praticamente tudo que a natureza oferecesse está sendo perdida (POLLAN, 2006). A sofisticação das sensações que alertam para o risco à saúde de determinadas espécies, ou das condições em que estão esse ou aquele alimento, o conhecimento das inúmeras combinações que permitem uma refeição oferecer macro e micronutrientes necessários ao organismo, toda essa complexa relação que envolve o que

é comida, como ela foi produzida e como e quando chega até à mesa, não resiste às simplificações a que submetemos desde a produção até o consumo de alimentos.

Não vai longe o tempo em que a ideia que tínhamos de uma fazenda era um mundo onde se cultivavam distintas espécies vegetais, animais para corte, frutas etc. Na atualidade essa ideia de fazenda praticamente desapareceu trocada pela monotonia de três ou quatro culturas, milho, soja, cana de açúcar e eucalipto, e grandes extensões para gado bovino e as condições aviltantes da produção de aves e suínos (HAUTER, 2012). A consequência dessas alterações se manifesta na produção agroindustrial. A soja e o milho estão presentes em praticamente todos os produtos alimentares e de lazer, do óleo ao macarrão, do sorvete aos temperos, sucos, refrigerantes e cervejas. A indústria alimentícia simplificou perigosamente os alimentos, empobrecendo-os despojando-os de suas características naturais a ponto de ter que enriquecê-los artificialmente. As memórias sobre frutas, legumes e verduras que variavam conforme as estações do ano, que estavam presentes nessa ou naquela região, tudo é coisa do passado. Atualmente come-se mangas, melancias, melões, figos, uvas e morangos o ano todo, temos frutas e sementes dos mais longínquos cantos do planeta ao alcance do consumidor em qualquer supermercado. Para percorrerem longas distâncias, para driblarem a memória das estações do ano, para serem produzidas em qualquer terreno, toneladas de adubos químicos, venenos e outros componentes são despejados sem critério em plantações e criações cada vez mais especializadas, mais “solteiras”.

Pollan (2006) chama a atenção para o fato de que o número verdadeiro de espécies nas nossas dietas está diminuindo, não obstante a ideia de que há uma miríade de produtos disponíveis para o consumo em qualquer supermercado. A verdade é que a simplificação da cadeia alimentar com a qual convivemos é resultado do desaparecimento de variedades comuns substituídas por um reduzido número de espécies patenteadas, boa parte delas cereais que substituíram as fazendas diversificadas de antanho, desenvolvidas para permitir grande produtividade, colheitas mecânicas e, principalmente, facilidade e adaptação para processamento industrial (POLLAN, 2006).

Na atualidade, soja, milho, trigo e arroz respondem em média por pelo menos dois terços da ingesta calórica diária, caloria barata na forma das mais bizarras substâncias alimentares, além dos preparos tradicionais, tudo em embalagens práticas, coloridas, e acima de tudo, baratas quando

confrontadas com os preços da comida de verdade.

Não deve causar estranheza a ninguém que exatamente a partir dessa nova era do nutricionismo industrial (POLLAN, 2008) a saúde humana experimenta uma degradação impressionante. Exatamente a partir dos anos 1980 quando a dieta ocidental sustentada pelo consumo prioritário de produtos alimentares, processados, refinados, industrializados; pela redução relevante do consumo de frutas, legumes e verduras diversificadas e pelo excesso do consumo de carnes e derivados processados, os agravos de saúde associados ao sobrepeso e obesidade explodiram afetando mais da metade da população a partir da primeira idade estendendo-se por todas as faixas da idade adulta. No mundo todo o consumo desenfreado de gorduras, sódio e açúcares presentes em substâncias alimentares pobres em fibras e micronutrientes com sabores e aromas que podem lembrar qualquer comida que a indústria quiser fez com que diabetes, doenças coronárias, doenças do trato intestinal e hepático além da hipertensão, representem hoje, com as cirurgias bariátricas e outros procedimentos associados ao combate à obesidade e sobrepesos um gasto de algumas centenas de milhões de dólares pelos sistemas de saúde de todo o mundo.

Assim, a letalidade do agronegócio vai muito além dos danos ambientais, da exploração rapace dos trabalhadores, da concentração do poder econômico e político em mãos dos que nada têm com a terra. Suas práticas são decisivas para alimentar o moinho que destroça a cultura, as tradições, a história dos povos, na forma de produzir alimento que não é comida e de alimentar uma indústria alimentícia que produz substâncias alimentares que também não são comidas e que por seu turno suprem o oligopólio do autosserviço que vende essa comida que não é comida para, principalmente, a maioria da população que vive no fio da navalha, apinhada em centros urbanos, entre o sonho induzido da classe média e a realidade do subproletariado.

4. Os limites do significado da soberania alimentar ante o império da agricultura industrial e o oligopólio do autosserviço.

Na atualidade o setor supermercadista exerce um domínio inquestionável no que toca à comercialização varejista de alimentos, itens de higiene e limpeza, além de abocanhar uma fatia relevante das vendas de utilidades domésticas, cama, mesa e banho, vestuário,

eletroeletrônicos e linha branca da cozinha, e até livros.

O setor responde atualmente por pelo menos 80% do volume global de alimentos comercializados pelo setor varejista brasileiro e, mais da metade desse volume está a cargo de pouco mais de uma dezena de grandes redes de autosserviço. Em outros termos significa dizer que os supermercados se relacionam com seus fornecedores, sob as regras de oligopólio e que, portanto, fornecer para esses gigantes envolve riscos razoáveis de perda de autonomia e submissão às suas regras. Logo, quem se habilitar como fornecedor para as redes, ou bem tem condições de produção que permitam uma diversificação da carteira de clientes, ou deve se submeter às regras válidas para fornecedores exclusivos.

Sendo o equipamento de varejo preferencial da sociedade, as compras e distribuição envolvem operações complexas com aquisições em grandes volumes a serem distribuídos ao longo do tempo por dezenas, de lojas da cadeia numa mesma cidade ou região. Não há espaço para falhas e os contratos definem isso, pois, desabastecer um mercado significa empurrar a demanda para o concorrente.

Vimos em seção anterior que a consolidação do autosserviço determinou a liquidação dos equipamentos tradicionais e, mais recentemente assistimos uma progressiva concentração do setor supermercadista sob o controle de poucas cadeias. Assim, dois elementos emergem para qualquer um que planeje fornecer para esse varejo: ter escala capaz de suprir a demanda concomitante de várias lojas e dispor de logística para efetivar a distribuição até as centrais de expedição.

Alguns setores do autosserviço foram terceirizados: os supermercados arrendam o chão da loja e, a exposição e reposição das mercadorias para aquele setor, ficam na conta de quem detém o contrato de fornecimento. Os supermercados fazem os preços, determinam o padrão de qualidade que lhes interessa e, as perdas ficam nas contas do fornecedor. O acerto de contas entre as partes se dá a posteriori, ou seja, depois de encerrada a operação que pode ser semanal ou mensal.

Dispensa maiores explicações serem essas relações de comércio interdidas a qualquer um que não disponha das condições para atender os requerimentos de escala, preço e logística e isso vale quer para verduras e legumes como para qualquer setor que esteja sob as regras da terceirização. Não há exceções, trata-se de negócios e como tal, geração de lucros e fidelização do consumidor.

Tendo esse cenário traçado em grandes linhas, debruçemo-nos sobre o

debate da soberania alimentar. A ideia é ter controle sobre o que produzir, com que métodos produzir e, para quem produzir. Esse arranjo seria a oposição mais adequada às práticas agrícolas associadas ao agronegócio e suas técnicas e manejos hostis ao meio ambiente, portanto, a soberania alimentar pressupõe uma agricultura e agroindústria que tenham como princípio orientador uma produção agroecológica, agroflorestal ou de técnicas preservacionistas que resultem de um lado alimentos saudáveis e seguros e de outros manejos e práticas que se comprometam com o direito das gerações futuras seguirem vivendo num mundo adequado.

A soberania alimentar e os conteúdos presentes nessa ideia, não pressupõem, pelo menos até aonde as discussões permitem enxergar, a superação da economia de mercado e, por conseguinte, um novo modo de produção. Portanto, além das mudanças no imaginário social que deveria ressignificar a ideia de comida sua realização deve, também, definir novos parâmetros a partir dos quais o sistema de abastecimento operará.

Contudo essas dimensões associadas ao abastecimento alimentar: circulação, distribuição e comercialização e o papel do consumidor não integram o campo de discussões da soberania alimentar. Há uma genérica defesa do direito humano à alimentação, sob a perspectiva da disponibilidade de alimentos seguros e saudáveis que fariam frente às aberrações alimentares de hoje. A questão que se impõe nesse momento é relativamente simples: por quais canais serão distribuídos os produtos resultantes das práticas seguras e responsáveis da produção alimentar?

Assessória a essa questão se apresenta a necessidade de se enfrentar outras duas ordens de problemas:

Vimos que a urbanização e as premências do tempo definiram as regras da transição alimentar e que para assegurar o acesso das pessoas ao que genericamente chamamos de comida, sob a mediação do tempo, foram vendidas ideias de modernidade, praticidade e até mesmo de diferenciação social, associadas às compras nos supermercados. Esses equipamentos são os principais aliados da agricultura industrial e seu domínio praticamente eliminou as possibilidades para um enfrentamento da dieta de risco pela via da alimentação saudável assentada em alimentos diversificados e seguros sob todos os pontos de vista. Portanto, a construção da soberania alimentar deve voltar-se, também, para a construção de um novo desenho de política de abastecimento alimentar que abrigue o fim do oligopólio do autosserviço, o resgate da rede capilar de varejo e suas múltiplas possibilidades de equipamentos de comercialização atacadista e varejista.

A produção diversificada de alimentos seguros pressupõe uma revolução no conceito que hoje representa o significado de agricultura. A ideia de que a comida resulta do processamento de umas poucas variedades de vegetais e carnes que submetidas a processos de transformação resultam em uma miríade de substâncias alimentares que imitam as comidas tradicionais só sobrevive se contar com uma longa cadeia de manipulações que tem início na terra e termina na mesa do cidadão. Portanto, a construção da soberania alimentar impõe como condição a realização de uma reforma agrária que desmonte os latifúndios que abrigam as monoculturas associadas ao estreitamento da nossa base alimentar.

A realidade do consumo de alimentos, como vimos em seções anteriores, ressignificou a ideia de comida convertendo o que seria em outros tempos identificado como imitações em produtos ou alimentos originais. Impulsionada pelo nutricionismo, o principal aliado da agricultura industrial e da indústria, a comida foi se convertendo em um similar de medicamento, tamanhas são as restrições sobre o que consumir e as orientações daquilo que deve ser consumido. Todos os dias um alimento pelo menos é apontado como vilão da história; ora o tomate ora a carne bovina, suína ou frango, ora a manga, a batata, os peixes, os ovos. Um movimento permanente condena e absolve alimentos e, principalmente, emula o consumo de certas comidas-chaves, aquelas que substituem nutrientes presentes em diversas plantas e carnes, que curam ou previnem doenças. Assim, pensar a soberania alimentar deve também incluir o enfrentamento da manipulação do imaginário social produzida pela ciência a serviço do mercado e o mercado a serviço do lucro. Isso pressupõe pensar a soberania alimentar sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional e da política pública para a alimentação e nutrição.

Resta ainda nessa seção enfrentar um contencioso entre soberania alimentar e segurança alimentar. Os defensores da soberania alimentar tendem, ora mais diretamente ora mais dissimuladamente a defender que aquela categoria é mais complexa e, portanto, tem primazia à segurança alimentar. A razão fundante dessa interpretação é a de que a SAN está associada à dimensão da fome enquanto que a soberania alimentar estaria associada à comida.

Essa é uma discussão superada pelos estudiosos da segurança alimentar desde que o conceito que hoje define SAN foi consolidado na cúpula paralela de segurança alimentar acontecida em Roma em 1996. Desde lá, a ideia de segurança alimentar desbordou os limites do acesso regular e permanente aos alimentos estendendo-se para a garantia de acesso a alimentos saudáveis e

seguros, resultantes de processos de produção ecologicamente responsáveis. Acrescenta ainda, a associação da SAN com a preservação das práticas alimentares, culturas e tradições gastronômicas dos povos.

Sob essa perspectiva, o significado de fome foi fortemente reformulado. Sem deixar de combater a excrescência representada pelas restrições de acesso de contingentes populacionais à comida, a definição de SAN estendeu a ideia de insegurança alimentar ao consumo inadequado de alimentos, inadequado pelo viés da qualidade, da segurança desses alimentos, inadequados pela violação das tradições e história alimentar dos povos, inadequado, por fim, pela perspectiva da manipulação do imaginário social ressignificando a ideia de alimento e comida.

Na medida em que o significado de SAN adquire esses conteúdos todos os sistemas, desde a produção e transformação até a comercialização e consumo são contaminados por ele. Ou seja, a Segurança Alimentar e Nutricional se apresenta como um princípio que orienta políticas públicas cujo resultado esperado é a satisfação adequada dos requerimentos para a plena fruição do Direito Humano à Alimentação.

Diante desse significado para segurança alimentar e nutricional a tese de que a ideia de soberania alimentar se sobrepõe àquela deixa de ter qualquer sentido. Mais preocupante ainda é o fato de que a soberania alimentar tal como tomada atualmente não põe em xeque a estrutura oligopolizada do sistema de abastecimento e tampouco aponta o enfrentamento da agroindústria de transformação restringindo-se às dimensões da produção o que não responde à pergunta: Vender para quem? Como? A que preços?

5. CONCLUSÕES

O objetivo deste ensaio foi anunciado como evidenciar a violência do agronegócio contra a sociedade brasileira. Não se tratou de qualquer corte pela renda ou classe social uma vez que a violência que se buscou explicitar atinge a todos indiscriminadamente na forma da insegurança alimentar por inadequação da dieta. As consequências desse padrão de agricultura industrial voltada para a produção de substâncias alimentares que imitam comida de verdade e induzem os comensais a identificarem-na como expressão da modernidade e praticidade é o registro pelo IBGE de 51% da sociedade brasileira a partir dos cinco anos de idade convivendo com o sobrepeso e obesidade e, os agravos de saúde dali decorrentes.

Na ponta final desse processo de produção de comida que não é comida

o oligopólio do autosserviço se apresenta como uma barreira de entrada às produções diversificadas da agricultura familiar e a produção agroecológica. Sem um sistema capaz de comportar comercialização de cadeias curtas, diversificadas, a produção de alimentos saudáveis e seguros vem se restringindo a atender, como sempre, os segmentos de renda mais altas e que podem pagar preços mais elevados para comerem melhor.

O peso do item alimentação no Brasil atinge em média algo em torno de 24% do valor total das despesas das pessoas para a provisão da vida. Entretanto, essa média é puxada pela ampla maioria com rendas em torno de 3,5 salários mínimos. Assim, a estrutura de distribuição varejista faz com que o paradoxo clássico do abastecimento se mantenha inalterado.

A ausência de políticas públicas de abastecimento alimentar, de reforma agrária, a omissão dos órgãos responsáveis pela fiscalização da produção e transformação de alimentos, a substituição da noção de cidadania pela ideia de consumidor, a ausência de investimentos em transporte público e regulação do trabalho, tudo isso por um lado amplia as causas que desaguam na insegurança alimentar e de outro, protegem e encobrem a violência do agronegócio sobre o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/>. Acesso em: 03/07/2015.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 03/07/2015.

CASCUDO, C.L. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Ed Global, 2004.

HAUTER, W. **Foodopoly**. New York/USA: New Press, 2012.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**. Rio de Janeiro: Ed Intrínseca, 2008.

_____. **O Dilema do Onívoro**. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2006.

SCHLINDWEIN, M. M.; KASSOUF, A. L. Mudanças no padrão de consumo de alimentos tempo-intensivos e de alimentos poupadores de tempo, por região do Brasil. In: SILVEIRA, F. G. et al. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, cap. 12, p. 423-462, 2007.

VIVAS, E. **O poder dos supermercados**, 2014. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/esther-vivas/2014/08/21/el-poder-de-los-supermercados/>>. Acesso em: 03/07/2015.

AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE AGRICULTURA EM UM LOTE DO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE – ARARAQUARA-SP¹

*Marcella Aiello Sotratti*²

*Zildo Gallo*³

*Flavia Cristina Sossae*⁴

Resumo: A análise sobre práticas sustentáveis de agricultura adotadas em uma propriedade do Assentamento Monte Alegre, na região de Araraquara-SP teve como finalidade documentar através da metodologia de história oral não apenas técnicas de agricultura, mas também sobre outros fatores que a delineiam, como a relação com a terra, através de saberes empíricos e intuitivos, e a comercialização dos produtos. Foram analisadas as práticas agrícolas em um lote e foi verificado que grande parte das técnicas adotadas tem fundamentação em princípios agroecológicos como a não utilização de agrotóxicos e a sucessão de culturas. Porém, alguns fatores como a utilização de sementes potencialmente manipuladas geneticamente e a pequena porcentagem de mata ciliar ao redor dos açudes não permitem que se caracterize a agricultura adotada na propriedade como estritamente de base ecológica.

Palavras-Chave: Assentamento Monte Alegre; Práticas Agrícolas; Agricultura Familiar; Agroecologia.

1 Artigo baseado no Trabalho de Conclusão “Agricultura Familiar e Análise sobre Práticas Sustentáveis de Agricultura Adotadas em uma Propriedade no Assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP”, de Marcella Aiello Sotratti, sob a orientação do Prof. Dr. Zildo Gallo e coorientação da Profa. Dra. Flávia Cristina Sossae, no Curso de Ciências Biológicas – UNIARA.

2 Bióloga formada no Centro Universitário de Araraquara - UNIARA

3 Prof. Dr. do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

4 Profa. Dra. do Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Abstract: The analysis on sustainable agricultural practices adopted in a property settlement Monte Alegre, in Araraquara - SP region aimed to document by oral history methodology not only farming techniques, but also on other factors that delineate, as the relationship with the earth, through empirical and intuitive knowledge, and marketing of products. Agricultural practices were analyzed in a lot and it was found that much of the foundation has adopted techniques in agro-ecological principles such as non-use of pesticides and crop rotation. However, some factors such as the use of potentially genetically manipulated seeds and the small percentage of riparian vegetation around the ponds do not allow characterizing agriculture adopted at the property as strictly ecological basis.

Keywords: Monte Alegre Settlement; Agricultural Practices; Family Farming; Agroecology.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A agricultura familiar

A Agricultura Familiar é um sistema de produção agrícola, que permeia as atividades econômicas agrárias desde o início da colonização do Brasil, no século XVI. A partir da instalação das grandes fazendas nordestinas e em São Vicente, atual Estado de São Paulo, a agricultura começou a despontar como meio de subsistência das famílias, (NETTO, 2008). Ela pode ser definida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção é, geralmente, também responsável pela mão de obra.

O Ministério de Desenvolvimento Social - MDS define como agricultura familiar a “forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado” (MDS, 2013). Não se tem uma definição estática sobre Agricultura Familiar, pois, “em cada país, em cada região, os agricultores possuem valores e ambições diferentes” (NETTO, 2008); se (re)adaptam conforme a infraestrutura local, condições climáticas, do solo, recursos financeiros e auxílio governamental etc.

Conforme Carneiro (1999 *apud* NETTO, 2008) e Tinoco (2006),

agricultura familiar não é sinônimo de trabalho familiar puro; ainda que haja estratégias de ocupar a família em atividades agrícolas, os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas propriedades quando há carência de pessoas na família, sendo que isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, quando a família já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em trabalho.

O termo “Agricultura Familiar” surgiu no Brasil a partir de meados dos anos 1990. Nessa mesma época ocorreram grandes eventos de impacto social, político e rural. Os movimentos sociais no campo, de natureza sindicalista rural, ligados a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), parecem ter contribuído para a adoção da expressão. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nessa época, como os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos produtos agrícolas de exportação, surgiram novas categorias sociais: assentados, arrendatários, parceiros integrados a agroindústrias, não podendo assim ser chamados simplesmente de trabalhadores rurais.

Em 1996, surgiu o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como resposta às pressões do movimento sindical rural durante os anos 1990, com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades para se manterem na atividade. Passaram, assim, a reforçar as relações com o Estado como uma categoria social que necessitava de políticas públicas diferenciadas (SCHNEIDER, 2003).

Em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o marco legal da Agricultura Familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais. Conforme esta lei, a Agricultura Familiar foi assim definida:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda, em conformidade com a Lei nº 11.326, segundo a FAO (*Food and Agriculture Organization*, 2006), no Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada: os estabelecimentos não familiares, apesar de serem 15,6% do total, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

1.2. A agroecologia

A definição conceitual de Agroecologia, muitas vezes, é utilizada de forma errônea ou mesmo as diversas interpretações do termo dificultam o seu entendimento, tornando muitas vezes simplificados seus objetivos e conceitos. Normalmente, tem-se a ideia de que está vinculada a produção de orgânicos, ecológicos, isentos de agrotóxicos, adubos e insumos químicos. Claro que não se deve desvincular a Agroecologia da preocupação com o “ambientalmente sustentável”. Todavia essa ciência emergente é mais que um novo modelo de agricultura, e não deve ser confundida com um tipo de agricultura alternativa.

Canuto (2006) chama a atenção para a expressão “agricultura de base ecológica”, e que a mesma deve ser colocada no plural: “agriculturas de base ecológica” ou, simplesmente, “agriculturas ecológicas”. Esta sutileza traduz a preocupação em considerar a diversidade existente dentro do conceito de Agroecologia. Segundo ele, a Agroecologia é um conjunto abstrato de fundamentos filosóficos e valores éticos enquanto que as Agriculturas de Base Ecológicas são manifestações concretas ou a materialização dos conceitos.

As agriculturas de base ecológica têm diversas denominações pelo mundo como Agricultura Natural, Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica, Agricultura Regenerativa, Agricultura Biodinâmica, Agricultura de Baixos Insumos Externos e Permacultura, entre outras, e se resumem ao

mesmo objetivo: propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, a partir da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional, permitindo a redução ou subtração do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos (CANUTO, 2006)

Porém, a Agroecologia não é a simples adoção de tecnologias agrícolas mais adequadas ao meio ambiente ou o não uso de agrotóxico e insumos agrícolas, é “um campo de conhecimento científico, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica e que pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica” (CAPORAL et al, 2009)

Entretanto, deve-se ressaltar que não há modelos a serem seguidos para a aplicação de agriculturas de base ecológicas, pois “cada manifestação local constrói sua própria forma de concretizar o marco teórico, constituindo sempre novas referências. Tais referências, apesar de não poderem ser replicadas integralmente para outras realidades, são ‘faróis’ que ajudam a desenvolver outras experiências” (CANUTO, 2006), portanto deve-se considerar a realidade na qual serão aplicados os conceitos agroecológicos, sendo passíveis de serem ajustados para se tornarem melhor adaptados para uma transição para o desenvolvimento rural sustentável.

Sob o ponto de vista da pesquisa Agroecológica, para Caporal e Costabeber (2002), os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais.

O saber popular e a tradição passada através de gerações, apesar de não serem considerados métodos científicos validados pela ciência convencional, são valorizados pela Agroecologia, todavia “a valorização destes conhecimentos não desautoriza os achados do método científico e, ao contrário, considera a grande importância das duas fontes e a relação positiva entre elas” (CANUTO, 2006). Portanto: “*A Agroecologia tem base na relação sinérgica entre conhecimento científico e saber popular*” (CANUTO, 2006).

A fragmentação dos conhecimentos advinda do paradigma cartesiano – o qual propõe que para que se entenda o todo é necessário estudar as partes – faz cair no esquecimento as relações entre as partes para integrar o todo. Desta forma, para Caporal et al (2009):

A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis.

Além de aspectos tecnológicos, agronômicos e ecológicos dentro de uma unidade de produção, os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais determinam também a dinâmica rural. Assim, a Agroecologia fundamenta-se na ação social coletiva para garantir a construção do conhecimento e da sustentabilidade econômica e social dos sistemas de produção (CAPORAL, COSTABEBER, 2002; ALTIERI, 2002). Caporal (2009) apresenta o resumo elaborado por Nogaard (1989) onde está indicado que as bases epistemológicas da Agroecologia mostram que a evolução da cultura pode ser explicada com referência ao meio ambiente ou seja:

a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser melhor compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental, que os enfoques das ciências convencionais por si sós.

Com base nas premissas epistemológicas citadas, é possível detectar a importância da construção histórica do conhecimento para a construção do paradigma agroecológico, a qual vem sendo ignorada pelo saber científico ditado pela ciência convencional.

Portanto, o processo de transição para agriculturas mais sustentáveis busca soluções e mudanças graduais quanto ao manejo dos agroecossistemas, na superação do modelo fundamentado pela Revolução Verde, de monocultura e modelos de produção intensiva, substituindo insumos agrícolas, diminuindo

o uso de agroquímicos e demais contaminantes do solo e meio ambiente, incorporando práticas alternativas de cultivo com base nos sistemas naturais, para, enfim, redesenhar os agroecossistemas, atingindo seu equilíbrio do ponto de vista ecológico, biológico, físico-químico.

Além das mudanças nas práticas agrícolas, é preciso considerar os âmbitos político, econômico, social e cultural, já que a transição agroecológica não implica apenas na mudança de processos com base no funcionamento dos agroecossistemas, “mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados” (CAPORAL et al, 2009).

Resumindo, a Agroecologia busca agregar saberes populares, conhecimentos científicos baseados em experiências e estudos, estabelecendo conceitos, metodologias e estratégias para o redesenho ou recuperação dos agroecossistemas. Também, segundo Caporal et al, (2009),

Propõe a prática educativa baseada em metodologias participativas que permitam reconstrução histórica das trajetórias de vida, modo de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desvendamento da relação das comunidades com o seu meio ambiente.

Considerando a importância da agricultura familiar do ponto de vista da produção de alimentos para a população, particularmente para a população urbana, e da agroecologia que objetiva produzi-los saudáveis e livres de contaminantes, preservando assim a qualidade do meio ambiente rural, o presente trabalho teve como finalidade verificar a experiência de uma propriedade de agricultura familiar de assentados rurais do Assentamento Rural Monte Alegre, na região de Araraquara- SP, sob os princípios da agroecologia.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas duas entrevistas informais em julho de 2012 e agosto de 2013, na propriedade estudada previamente agendada conforme a disponibilidade dos narradores. Durante os encontros foram utilizados um roteiro contendo questões abertas que permitiram aprofundar o tema, mas que foram utilizadas apenas como guia da conversa.

Nas visitas efetuadas na propriedade foram realizadas algumas fotos, gravações de áudio e vídeo, sendo que todos esses procedimentos foram efetuados com o consentimento prévio dos entrevistados. As gravações

de áudio e vídeo foram utilizadas apenas como critério de análise para a caracterização da história dos assentados (Maria da Glória e Alvino) e as transcrições de algumas falas tiveram como finalidade validar, intensificar as emoções e a visão do narrador contida no relato.

2.1. Metodologia de História Oral

A metodologia adotada na pesquisa tomou como base procedimentos propostos pela Metodologia de História Oral. A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhas sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC). Acredita-se que esta metodologia começou ser utilizada nos anos 1950, com o advento da invenção do gravador. De acordo com o CPDOC, a metodologia foi introduzida no Brasil na década de 1970, quando o Programa de História Oral do mesmo país foi criado.

A História Oral, como metodologia de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade através de conversas com pessoas, relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas (CASSAB, 2003). Conforme a mesma autora (2003), a narrativa constitui a matéria prima da história oral, assim:

O narrador que conta sua história, seu relato ou dá seu depoimento de vida, não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida, apresentando subjetivamente os eventos vistos sob seu prisma e o crivo perceptivo, possibilitando conhecer as relações sociais e as dinâmicas que se inserem ao objeto de estudo.

A utilização de variadas fontes de informação, como fotografias, cartas antigas, diário, documentários, além da fonte oral, enriquece a (re)construção da história que está sendo lembrada. Sonia Maria de Freitas (2006), no livro História Oral: Procedimentos e Possibilidades, destaca que:

Ken Plummer, na sua obra Documents of Life (1983), aborda o uso de histórias de vida e outros tipos de documentos pessoais nas pesquisas em Ciência Social, os quais resultam em memória de uma experiência social do ponto de vista dos participantes. Entre esses documentos, ele destaca a história de vida, o diário, a carta, a história oral, a fotografia, o filme, etc. (...) Defende a combinação entre os diversos tipos de documentos citados anteriormente, bem como a utilização desses documentos de forma multidisciplinar, ou seja, por historiadores, sociólogos, psicólogos, antropólogos, linguistas, cientistas políticos, etc.

2.2. Caracterização do local de estudo: Assentamento Monte Alegre

Conforme o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2010-2013 o município de Araraquara tem três projetos de assentamentos rurais: Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade, sob a responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Bela Vista do Chibarro, sob os cuidados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A Fazenda Monte Alegre foi comprada pelo Governo do Estado de São Paulo nos anos 40 para a produção de madeira para a Estrada de Ferro Araraquarense.

Nos anos 1970, com a criação da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A) a fazenda ficou ociosa e algumas empresas, coordenadas pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora) foram financiadas pelo Governo Federal para explorar a madeira do local.

Em 1984, a Fazenda Monte Alegre, abandonada pela CAIC, foi reivindicada para a reforma agrária e em agosto de 1985, 32 famílias, boias-frias fugidos do desemprego causado pela mecanização do corte de cana-de-açúcar, ocuparam suas terras. Posteriormente, um grupo de 16 famílias dos municípios de Cravinhos, Urupês e Pontal, juntou-se ao grupo. Em outubro de 1985, surgiu o núcleo 2, com 38 famílias, a maioria de Sertãozinho, vindos do município de Pradópolis, de uma área da FEPASA. Em 1986, foram mais dois núcleos, o núcleo 3, com famílias vindas do Estado de Minas Gerais, e o núcleo 4, cuja maioria das famílias era do município de Guariba. O Assentamento Monte Alegre tem hoje seis módulos, com 358 lotes agrícolas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 História dos assentados Alvino e Maria da Glória

Os assentados rurais Alvino e Maria da Glória são moradores do núcleo 2, lote 45, batizado de São José da Proteção, no Assentamento Monte Alegre, na região da cidade de Araraquara- SP.

Alvino Barbosa da Silva nasceu no Sul da Bahia, na cidade de Caatiba, no ano de 1954. Sua mãe faleceu quando ele era bebê e seu pai casou-se novamente quando ele tinha apenas 2 anos de idade. Quando cresceu um pouco, ainda criança foi morar com os avós e com os tios, e seus irmãos com parentes e conhecidos. Começou a trabalhar muito novo e sua vida era difícil, com condições financeiras precárias:

Eu era novo [...] era novo [...] não sei quantos anos eu tinha [...] mas eu lembro de [...] quando eu comecei a trabalhar eu tinha oito anos [...] assim [...] assim pra minha sobrevivência. Mas eu fui morar com os meus avô [...] mas [...] aqueles véinho [...] não tinha nada [...] Eu não lembro de chegar cedo e te um café pra tomá, alguma coisa..Um dia cê pegava uma raiz de mandioca e ralava e fazia um “bejum”, um dia comia mandioca cozida.

Com a vida difícil e a idade avançada dos avós, foi obrigado a morar em diversas casas de famílias diferentes e aprendeu vários ofícios – trabalhou em boteco, engenho de pinga, plantou, tratou de porcos e galinhas, vacas leiteiras, gados de corte. Quando tinha 18 anos, morava na casa de um tio e devido às desavenças com o tio, levou uma surra e se viu mais uma vez sem lar. Resolveu, então, partir para São Paulo. Assim ele descreve sua despedida da Bahia:

Tô lavando a calça que ela me deu, pra ir embora sem destino... ela (a tia) chegou e disse: Que cê ta fazendo aí?... ela e minha vó. Eu digo: to lavando minha roupa e to indo embora, meu tio me mandou embora, to indo embora. Me pegou, me pisou no pescoço e pau [fazendo um gesto com as mãos indicando pancadas] e minha vó de cima do barranco gritando. Ela foi e parou de bater... [seus olhos marejaram e uma pausa foi dada na fala enquanto tentava, sem sucesso, driblar as lágrimas que escorriam por baixo de seus óculos]... pera... é que emociona.

Em São Paulo, teve a oportunidade de fazer um curso de capacitação para

trabalhar na construção civil como “armador”, aquele que fazia o alicerce de ferro de prédios. Segundo ele, escolheu aprender a profissão porque quando perguntou o que fazia um armador, lhe mostraram duas torres imensas de um prédio que estava sendo construído e pensou “se eu chego lá (na sua terra natal) e digo: eu que fiz ninguém acredita”.

Alvino trabalhou em São Paulo, Ribeirão Preto e foi para Minas Gerais, onde conheceu Maria da Glória Assis Silva, nascida em São Sebastião do Paraíso, no ano de 1959, que sempre morou na área urbana e seu pai trabalhava na construção civil, portanto nunca teve contato com a terra.

Após seis meses de namoro, Alvino e Maria casaram-se em junho de 1977. Alguns anos mais tarde, já com uma filha, mudaram-se para Araras, onde moraram durante 6 ou 7 anos e eram proprietários de quitanda, padaria e açougue. Em 1988, com o desejo de ter uma terra e um lugar tranquilo para os filhos crescerem, se mudaram para o Assentamento Monte Alegre. No início, tinham horta, vacas leiteiras, vendiam queijo e gado de corte. Com a morte súbita dos animais, começaram a investir mais na horta. Atualmente possuem 10 alqueires de terra, nos quais Alvino tem a plantação e conta com o auxílio da mão de obra de um casal vizinho e mais uma mulher.

Os produtos provenientes da horta são comercializados através de cestas semanais, entregues por eles nas residências, com 18 itens entre legumes, hortaliças e frutas. Ainda distribuem seus produtos para escolas municipais e hospitais, em Araraquara e Motuca, e também participam de feiras no Terminal Central de Integração de Araraquara e na Praça Pedro de Toledo, localizada no centro de Araraquara.

O casal tem três filhos, sendo duas mulheres, Daiane e Lindamar e um homem, Jorge Luiz e quatro netos. Os filhos moram e trabalham na cidade. Lindamar é a única filha que cursou ensino superior, e é ela quem auxilia na venda de cestas semanais através da divulgação e contatos por rede social.

3.2. A produção e a comercialização agrícola dos Assentados Alvino e Maria da Glória no contexto da Agroecologia e da problemática socioambiental

Para Nishikawa (2004), as atividades de agricultura desenvolvidas pelos agricultores do Assentamento Monte Alegre têm agido a favor do meio ambiente, recuperando áreas degradadas, solos compactados e com erosões provenientes da anterior monocultura de eucalipto que ali estava instalada.

As práticas agrícolas são provenientes da tradição familiar e do empirismo com o fito de “driblar dificuldades” presentes no solo a ser cultivado, além de obstáculos financeiros decorrentes do modelo de agricultura proposto pelo Governo e por multinacionais; modelo este que consiste na compra de pacotes tecnológicos, os quais englobam insumos agrícolas, sementes e a mecanização da produção agrícola, tornando a acessibilidade a estes quase impossível para o pequeno produtor ou produtor familiar. A imposição da tecnificação no campo, proveniente da Revolução Verde, ora obriga o produtor a recorrer aos empréstimos com juros exorbitantes, ora aumenta a miséria no campo e a migração para as cidades em busca de alternativa para o sustento da família.

Com todas as dificuldades e adversidades provindas da modernização no campo os agricultores e suas famílias sentem a necessidade da diversificação de suas atividades para complementar a renda e continuar inseridos na economia através da pluriatividade, que engloba uma série atividades não-agrícolas remuneradas, como diarista, pedreiro, marceneiro, carroceiro, e geralmente exercidas nos centros urbanos.

3.3. A Revolução Verde e a Agroecologia: aspectos da problemática socioambiental

A fala sobre modernização agrícola remete à ideia de substituição de mão de obra humana por máquinas e tratores, adubação orgânica pela química e assim por diante. Entretanto, a substituição gradativa de técnicas provenientes do saber popular e da tradição familiar pela evolução prometida pela chamada Revolução Verde, não consiste apenas de novas técnicas, mas da reestruturação da organização social e de produção na agricultura. O modelo de agricultura, conhecida atualmente como agricultura convencional, propõe a adoção de imensas extensões de terra para o cultivo de um único produto, a monocultura. Para Netto (1982), a produção agrícola no processo de modernização passou a ter um caráter empresarial. Com o processo de modernização, os chamados agricultores de subsistência, cuja principal determinação da produção é o consumo próprio e da família, levando ao mercado apenas o excedente, vão dando lugar a empresas rurais, capitalistas.

A expressão “Revolução Verde” foi criada nos anos 1960, mais precisamente em 1966 em uma conferência em Washington, Estados Unidos. Ela pode ser definida como a utilização de insumos artificiais industrializados, como fertilizantes, agrotóxicos e melhoramento genético

de sementes, a fim de obter maior resistência contra doenças, intempéries e melhor produtividade (principalmente de grãos) combinados com a utilização de maquinários agrícolas substituindo o manejo humano.

Estas inovações surgiram no pós-guerra, com o discurso humanitário de extinguir a fome no planeta, já que com todas as (r)evoluções tecnológicas propostas pelo modelo, aumentaria em escala exorbitante a produção agrícola no mundo. A proposta de elevar ao máximo o potencial de cultivo culminou na “obrigatoriedade” de se adquirir um pacote tecnológico composto por sementes geneticamente manipuladas, insumos agrícolas para auxiliar o crescimento e fertilização, e agrotóxicos ou agroquímicos para proteger as extensas plantações de pragas e doenças em potencial.

A modernização e a mecanização da agricultura, além dos problemas financeiros para pequenos produtores familiares, acarretaram em prejuízos para biodiversidade ou a diversidade agrícola nas áreas cultivadas e para o solo, pois o modelo atual de agricultura propõe/impõe a monocultura. A substituição do policultivo pela monocultura faz com que se intensifique ainda mais a necessidade de defensivos agrícolas e fertilizantes sintéticos; esta prática simplista de cultivo torna os vegetais mais suscetíveis às pragas e doenças e compacta o solo por falta de rotação de culturas e descanso da terra, e elimina microrganismos, insetos e minhocas presentes neste solo e que auxiliam no equilíbrio do ecossistema; fatores que são prioridade na agricultura de base ecológica, a qual valoriza cada elemento presente na natureza e sua dinâmica.

A permissão do uso de maior variedade de agrotóxicos e em maior quantidade em países com governos progressistas é visto como critério para maior produtividade, maior crescimento econômico, desenvolvimento e progresso humano. A aceitação de agrotóxicos como “necessidade inevitável” vai contra alguns princípios de governos progressistas, como a preservação e promoção da saúde e da natureza, caindo, assim, em contradição.

O setor de agrotóxicos tem peso importante na economia brasileira e, a cada ano ele recorre à justiça para protelar processos e tomadas de decisões quanto à reavaliação toxicológica efetuada pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) referente à concentração permitida destes produtos em lavouras e alimentos e em relação aos malefícios à saúde humana.

Os mais atingidos são os manipuladores destes produtos tóxicos, segundo a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, provocando desde náuseas, tonturas, dores de cabeça até lesões renais e hepáticas, cânceres, alterações

genéticas, doença de Parkinson etc. Os sintomas podem ser sentidos logo após o contato com o produto (efeitos agudos) ou após semanas/anos (efeitos crônicos). O Brasil possui e utiliza mais de 400 tipos de agrotóxicos registrados, entre eles inseticidas, herbicidas e fungicidas.

Além dos prejuízos à saúde humana, os agrotóxicos causam impactos ao meio ambiente como a perda da biodiversidade, contaminação dos solos, das águas, das pessoas e de todos os organismos vivos direta e indiretamente, contaminação do ar etc.

A Revolução Verde ignorou a herança de conhecimentos da agricultura tradicional, familiar ou “crioula”, acumulados e transmitidos ao longo de milhares de anos. Em contrapartida, a Agroecologia valoriza os fenômenos biológicos e o funcionamento dos sistemas vivos. Não se pode esquecer que a agricultura trabalha com os processos biológicos vegetais e animais, envolvendo tanto as dimensões micro (fungos, bactérias do solo etc.), quanto à macro (árvores e animais de uma floresta). Essas duas dimensões apresentam interação ecológica criando uma teia complexa, que é responsável pela manutenção da vida nos ecossistemas, assim como a manutenção da capacidade de produzir alimentos. O conhecimento sobre essas interações permite a elaboração de estratégias de controle biológico, para que não haja a necessidade da utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos. Caporal et al (2009) destaca que também são importantes os estudos sobre os efeitos alelopáticos entre plantas cultivadas, para a definição de consórcio e sucessão de culturas, por exemplo. Tais conhecimentos e preocupações são desprezados pela agricultura convencional, a qual se concentra em soluções simplistas e imediatistas.

3.4. O conhecimento e a realidade agrícola dos Assentados Alvino e Maria da Glória

Na propriedade dos assentados Dona Maria e Seu Alvino são cultivados uma variedade imensa de hortaliças, frutas e verduras, entre elas alface, acelga, chicória, rúcula, agrião, almeirão, espinafre, couve, brócolis, couve-flor, mostarda, repolho, vagem, quiabo, pepino, chuchu, tomate, jiló, abobrinha, abóbora japonesa, berinjela, milho, feijão, hortelã, camomila, batata doce, mandioca, milho, pimentão, salsa, cebolinha, cenoura, beterraba, rabanete, cebola, alho poró, gengibre, pimenta, abacate, manga, jaca, bananas, goiaba,

carambola, abacaxi, maracujá, uva, mamão, laranja, mexerica, limão, além de neem, mamona que são utilizadas para outras finalidades.

A cada novo plantio altera-se o cultivar, pois evita que o “solo se acostume e produza pouco”, explica Seu Alvino; prática chamada de “sucessão de culturas”, ideal para manter a saúde e produtividade do solo, proposta pela Agroecologia.

As mudas, até o ano de 2012, eram cultivadas e compradas de um parente que mora em Araraquara. Atualmente, foi construído um pequeno viveiro de aproximadamente 8m², no qual são cultivadas as mudas que serão, futuramente, transplantadas para a horta. No entanto, as sementes são convencionais, compradas em casas agropecuárias.

O solo é revolvido com trator, que é alugado de um vizinho, movimentando os nutrientes de cima para baixo e vice-versa, tornando assim o solo mais homogêneo e a terra mais fofa para a penetração das raízes e estabelecimento das mudas. Nas faixas de terra criadas pelo trator é adicionada, manualmente, uma mistura comprada de esterco de bovino com terra, revolvendo novamente o solo com enxada. O uso do trator, geralmente, não é recomendado pela Agroecologia já que, devido ao seu peso e sua estrutura, acaba por compactar o solo.

Além do esterco, os vegetais e frutas que são “perdidos” da plantação, a palha do milho e os restos de podas são dispostos no solo a fim de fornecer nutrientes e cobertura, protegendo o solo da perda de umidade e exposição ao tempo- que poderá causar erosão. Conforme dito anteriormente, a Agroecologia se fundamenta na valorização dos processos biológicos e de todas as formas de vida que atuam no solo, bem como na utilização destes conhecimentos para evitar o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos. A utilização de matéria orgânica para adubar o solo reproduz o que ocorre no processo de ciclagem de nutrientes nos ecossistemas.

Os cultivares obedece a certa divisão, não muito rígida, agrupando-se hortaliças e leguminosas em consórcio, pois assim, segundo Alvino, evita-se que doenças e pragas se espalhem por toda a plantação. Árvores frutíferas estão distribuídas por toda a propriedade de forma aleatória. Estratégias estas que são fundamentais para o controle biológico sobre patógenos e hospedeiros.

Para inibir as eventuais pragas, fungos, pulgões e lagartas, utilizam-se infusões de mamona (*Ricinus communis L.*) ou neem (*Azadirachta indica*). Além disso, é realizada rotação de cultura para que uma praga que ataca

um cultivar específico não perdure.

Entre as plantações são deixadas touceiras que juntamente com árvores frutíferas criam barreiras naturais contra o vento e a fim de evitar que as pragas de uma determinada cultura atinjam as outras ao redor.

A irrigação é feita com mangueiras com pequenos furos, dispostas entre as plantações, ligadas a uma bomba que retira água dos três açudes criados artificialmente a partir de uma nascente localizada na propriedade. O desnível do terreno é aproveitado para o escoamento da água poupando esforços para irrigar toda a plantação.

A colheita é realizada durante o ano todo já que cada cultura (principalmente as que demoram mais para se colher como a mandioca e o milho) é plantada em diferentes épocas do ano de forma a criar várias plantações do mesmo cultivar em distintas fases de desenvolvimento, criando uma sucessão na produção ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das visitas na propriedade e conversas com os proprietários, observou-se que são utilizadas técnicas intuitivas e tradicionais de agricultura. As técnicas adotadas estão mais relacionadas à agricultura de base ecológica do que à convencional, fruto da Revolução Verde. Entre alguns exemplos disto, temos:

- A adubação com esterco bovino e “restos” orgânicos da própria horta,
- Utilização de barreiras quebra-vento,
- Aplicação de defensivos naturais, a rotação de cultura e a disposição “aleatória” dos cultivares de modo a se evitar pragas e doenças.
- O método de irrigação utilizado é eficaz, pois não se perde tanta água por evaporação, pois a aspersão é ao rés do chão e a inclinação do terreno é usada a favor.
- Todavia, não se pode dizer que a horta é orgânica e tampouco obedece estritamente a todos os princípios de Agroecologia, alguns fatores que podem validar esta conclusão são:

- Não há a preocupação em obter sementes orgânicas ou crioulas,

- A utilização do trator pode acentuar a compactação do solo e prejudicar a drenagem, a penetração das raízes e a sobrevivência da macro e microbiota. Porém deve-se considerar que para grandes áreas de terra, sua utilização pode se fazer necessária. Sendo assim, seria de bom grado a preocupação com as adequações de máquinas agrícolas neste contexto, como o uso de máquinas mais leve e com pneus mais largos afim de minimizar efeitos prejudiciais ao solo causados por estas.

- Existência de áreas com pouca cobertura vegetal, podendo o solo estar mais vulnerável à compactação e à erosão, bem como perda de umidade e de nutrientes.

- Existe mata ciliar e reserva de proteção permanente, porém ainda se faz necessário o aumento da largura destas, principalmente ao redor do açudes. Ambas tem funções importantes para a manutenção da saúde do ambiente, como o controle do excesso de água das chuvas no solo, facilitação da filtração e absorção de resíduos presentes na água, impedimento da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d’água, além de fornecerem alimentação e abrigo para agentes polinizadores.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CANUTO, J.C. **Bases conceituais da Agroecologia**. Marco referencial em agroecologia / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 21-26.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER J. A., PAULUS, G. **Agroecologia**: uma ciência no campo da complexidade. Brasília, DF: 2009.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F. R. (org) Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, DF: 2009, p. 9-64.

CASSAB, L.A. **História Oral**: miúdas considerações para a pesquisa em Serviço Social. Serviço Social em revista. vol. 5 nº2 -jan/jun - 2003.

CESTAS DE PRODUTOS SEM AGROTÓXICOS, PRODUZIDO NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE, EM ARARAQUARA (2012). <<http://www.youtube.com/>> acesso em 9 de jul. 2012.

CPDOC < <http://cpdoc.fgv.br/> > Acesso em 12 ago. 2013.

FREITAS, S. M. de. **História Oral**: Possibilidade e Procedimentos. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)** – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portal do MDA**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Portal do MDS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 16 de ago. 2013.

NETTO, M. M. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, ano II, n.4, p.17-30, jul./dez. de 2008.

NISHIKAWA, D. L. L. **Levantamento das Práticas Sustentáveis nos Assentamentos da Fazenda Monte Alegre na Região de Araraquara/SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, 2004.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (Ed.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989, p.42-48.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2010-2013. Município de Araraquara. Disponível em: < <http://www.cati.sp.gov.br> >. Acesso em: 2 jul. 2013.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, fev. 2003.

SOTRATTI, M.A. **Agricultura familiar e análise sobre práticas sustentáveis de agricultura adotadas em uma propriedade no Assentamento Monte Alegre - Araraquara-SP**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas), Centro Universitário de Araraquara - UNIARA, Araraquara, 2013.

TINOCO, S.T.J. **Análise Socioeconômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã, SP**. Jaboticabal, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.35, jul./dez. 2000.

PRONAF E A PRODUÇÃO FAMILIAR: A DIVERSIDADE DO TECIDO SOCIAL NA ÓRBITA DO ESTADO

*Raimundo Pires da Silva*¹
*Oswaldo Aly Jr*²
*João Daniel Luchini*³
*Vera Lucia Silveira Botta Ferrante*⁴

Resumo: A presente análise teve como objetivo investigar ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ao verificar a amplitude desta política pública junto ao diverso tecido social da agricultura familiar. Assim, visou em primeiro plano identificar a heterogeneidade constitutiva generalizada sob o conceito agricultura familiar. Em seguida identificou os padrões de distribuição dessa política de financiamento agropecuário. A ênfase conceitual adotada da diversidade do tecido social da agricultura familiar, não se destinou em expor o que recobre essa categoria analítica, mas constituiu-a como referência importante na avaliação da intervenção financeira exclusiva do Estado junto a agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; PRONAF, Estado e Crédito Rural.

1 Engenheiro Agrônomo, doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA.

2 Engenheiro Agrônomo, pesquisador da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA.

3 Cientista Social, mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA.

4 Socióloga, Pesquisadora IA CNPq, coordenadora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA.

Abstract: The present analysis aimed to investigate the action of the national program for strengthening family agriculture (PRONAF) to verify the extent of this public policy by the diverse social fabric of family agriculture. Thus, endorsed in the foreground identify generalized constitutive heterogeneity under the family agriculture concept. Then identify the patterns of distribution of this agricultural funding policy. The conceptual emphasis adopted the diversity of the social fabric of family agriculture, not earmarked in exposing what covers this analytical category, but is it as important reference in evaluating the State's unique financial intervention with family farming.

Keywords: Family Farm, PRONAF, State, Rural Credit.

Apresentação

Nas últimas três décadas a categoria agricultura familiar passou a ganhar notoriedade e legitimidade tanto no transcorrer de lutas e mobilizações, cunhadas por organizações de camponeses, trabalhadores rurais e sem-terra; como no âmbito institucional. Consequentemente, foram se conformando políticas públicas com um conteúdo próprio na definição e na elaboração de ações voltadas à agricultura familiar, ou seja, um conjunto de intervenções destinadas a orientar a evolução social e econômica desse contingente de produtores, em suposta conformidade aos seus anseios.

Na medida em que se generaliza o termo agricultura familiar, recobre-se sob seu manto, a diversidade constitutiva da identidade agrária familiar. Diante disso, para se compreender a magnitude das políticas públicas, se reveste de relevância a analogia deste diverso e heterogêneo universo.

O presente artigo versa sobre as especificidades constitutivas da agricultura familiar e sobre o significado do crédito rural para os distintos segmentos da economia familiar rural, tendo como referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Agricultura Familiar: conjunção constitutiva

O modo de produção familiar ao longo da história agrária brasileira teve diferentes tipologias nos meios acadêmicos, nas políticas de governo, nos movimentos sociais e sindicais: camponesa, pequena produção familiar, agricultura de subsistência, dentre outras.

Embora sujeitas a controvérsias conceituais, as formas sociais de organização do trabalho e da produção familiar tiveram em comum o fato de terem sido historicamente questionadas quanto a sua relevância social e econômica no país. Não raro, eram vistas como parte integrante da pobreza rural e, sua participação como fonte de alimentos para mercado interno e de trabalho ignoradas (AQUINO et al., 2010).

Entretanto, estas formas sociais aquiesceram um modo de vida muito presente e significativo no espaço rural e, a partir de meados da década de 1990, passaram a ganhar espaço e legitimidade, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e politicamente (AQUINO et al., 2010).

Os debates acadêmicos, a formulação de políticas públicas e as preposições de organizações de trabalhadores rurais (com ou sem terra) generalizaram essas várias designações com o uso do termo Agricultura Familiar, entendido, principalmente, como sítio onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (LAMARCHE, 1993).

O esforço analítico de alguns autores destacou o computo do conjunto de estabelecimentos familiares: como o de Kageyama et al (1989/90), que com base no Censo Agropecuário de 1980, apontou que cerca de 71% do total dos estabelecimentos agropecuários eram familiares, sendo que 61% deles utilizavam somente mão de obra familiar (denominados de familiares puros); e o de Veiga (1995) com base no Censo Agropecuário de 1985 quantificou que 68% dos estabelecimentos eram não patronais (familiares puros).

Na origem do Pronaf a definição do que seria o agricultor familiar, para fins operacionais do programa, foi objeto de discordância tendo de um lado o governo e do outro os movimentos sociais do campo e seus parceiros. Estes últimos consideravam que a inclusão de empresas familiares que contratavam mão de obra permanente representaria uma distorção conceitual e de objetivos no programa.

Medeiros (1997, pag. 65), enfatizou três elementos constitutivos da identidade familiar: “(...) o da constituição do campesinato enquanto ator político; o da constituição da categoria trabalhadores rurais através do trabalho sindical, dela fazendo parte o que então era denominado pequeno produtor e, finalmente, o da adoção da categoria agricultura familiar, inclusive com propostas de organização próprias”.

Neste mesmo artigo, a autora grifou que a categoria da agricultura familiar recobria uma enorme diversidade de situações de produção e era ampla o suficiente para incorporar as mais diversas formas de tratamento da questão tecnológica, de relações com mercados e com as agroindústrias

e de alternativas organizativas disponíveis.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (1995) delimitou o termo sob os conceitos trabalho e produção, definindo-o como: produtores que exploram a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, extrativista, agregado, pescador artesanal, pequeno garimpeiro; e que atendessem os seguintes requisitos, utilizar o trabalho pessoal e de sua família, sem concurso de emprego permanente, com eventual ajuda de terceiros quando o processo produtivo necessitar; ter renda familiar originária de 80% da produção agropecuária; ocupar uma área até quatro módulos fiscais⁵; residir na propriedade ou aglomerado urbano próximo.

Portanto, o termo agricultura familiar foi se moldando a partir de acontecimentos que foram sendo encadeados e se sobrepondo na conjuntura do país. Um transcorreu na intelectualidade com o surgimento de diversos estudos e pesquisas sobre sua relevância socioeconômica no contexto rural do país. Outro transcorreu por um conjunto de organizações de movimentos sociais e sindicais, cuja bandeira era a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar. E por fim, decorreu de políticas públicas como: o PRONAF e de Assentamentos de Reforma Agrária, a partir dos anos 90 (ABRAMOVAY, 2006).

Mais recentemente, o conceito Agricultura Familiar foi instituído pela Lei 11326/2006⁶. Essa Lei, iniciativa do executivo e referendada

5 Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em ha. Seu tamanho varia para cada município e depende principalmente das condições de produção: dinâmica de mercado, infraestrutura instalada, disponibilidade tecnológica, além de aspectos naturais como água e solo – quanto mais disponíveis essas condições, menor o tamanho da área necessária para a obtenção de rentabilidade ali desenvolvida. O tamanho máximo para um módulo é de 110 ha e o menor é fixado em 5ha. Fonte Diretoria de Ordenamento Fundiário/SNCR/INCRA e disponível em www.incra.gov.br.

6 Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do

pelo Legislativo, ao aconchegar o conceito num instituto legal manteve a distorção inicial que foi objeto de discordância das organizações dos agricultores familiares e de grupos de pesquisadores que os assessoravam, citado anteriormente.

Deste modo, a agricultura familiar no plano institucional se conformou numa categoria social com derivativas, isto é, com diferentes processos sociais constitutivos em relação à terra: proprietário, posseiro, quilombolas; indígenas; extrativistas e pescadores artesanais; e em relação à condição de produção: patronal e não patronal (trabalho familiar).

Esta categoria social agrupa uma ampla população e distintas atividades econômicas que compartilham entre si certas características comuns: lugar onde se trabalha e também se mora; área até quatro módulos fiscais; a exploração depende do uso da força do trabalho familiar, sem prejuízo da contratação de mão de obra; as atividades agrícolas (agropecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo e pesqueira) são as principais fontes de ingressos da família; presença intensa de policultivo; as atividades agrícolas podem ser complementadas com outras atividades não agrícolas que se realizam dentro ou fora da unidade de produção familiar (empregos temporários, prestação de serviços, pequenas agroindústrias, artesanatos, etc); acesso limitado a recursos de terra e capital.

Vários autores vêm destacando o auspicioso significado da agricultura familiar no desenvolvimento rural, como: provedora de alimentos, asseguradora dos recursos ambientais, geradora de empregos (diretos e indiretos), dinamizadora das economias dos pequenos municípios, mitigadora da pobreza e fonte de ingressos dos mais pobres.

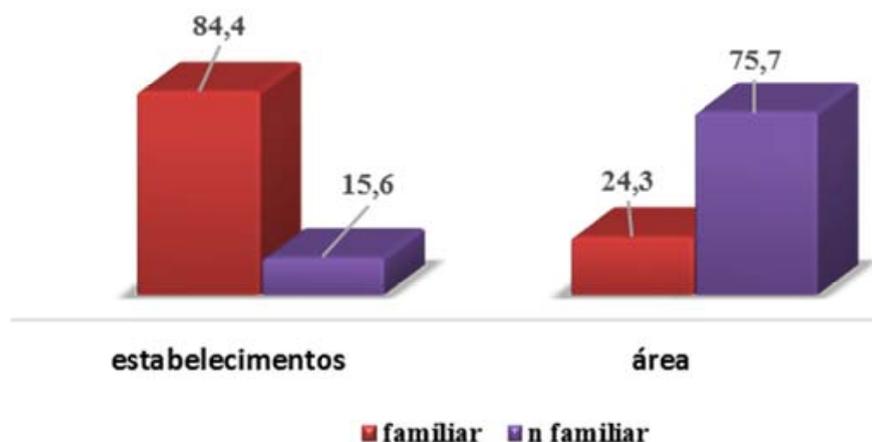
Por trás dos dados, a hegemonia do poder fundiário

No entanto, na perspectiva fundiária, registra-se o predomínio demográfico da agricultura familiar afrontando com predomínio fundiário da não familiar, como pode ser observado no quadro a seguir. Pode-se notar pelos dados do censo agropecuário que o caráter da agropecuária nacional é patronal, a qual se constitui em um poder hegemônico fundiário, que subalterniza os

caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil

produtores familiares territorialmente, que por sua vez, são responsáveis pela maior parte dos alimentos destinados à economia doméstica⁷.

GRÁFICO 1: Distribuição da Terra (%)



Fonte: Censo Agropecuário, 2006/IBGE.

A produção familiar, pelos dados do Censo Agropecuário/2006, apresenta uma distribuição fundiária díspar: os estabelecimentos de estratos de área menor que 10ha, que totalizavam 50% do total, ocupam somente 5% da área total, contrastando com estratos maiores que apesar de serem em menor quantidade detinham predominância no computo da área total. O estrato intermediário com certa predominância numérica se distribuía em 43% da área total (tabela abaixo). Ainda, nesta tabela, pode-se notar que os produtores do 1º quartil, que perfaziam 37% do total, tiveram uma receita menor que dois salários mínimos, enquanto a dos pertencentes aos outros quartis fora superior. Deste modo constata-se certa correlação entre o tamanho do estrato de área e rendimentos maiores.

⁷ No campo do abastecimento alimentar foi constatado que a agricultura familiar era responsável pelo suprimento da maior parte dos produtos básicos consumidos no mercado interno brasileiro, com o fornecimento de: 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão (77% de feijão-preto, 84% de feijão-fradinho e 54% de feijão de cor), 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite (58% de vaca e 67% de cabra), e possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do de aves e 30% do de bovinos. A agricultura familiar era ainda responsável por 63% do produzido em horticultura.

TABELA 1: Estrutura Fundiária e Receita, 2006

Estrato de área	Estabelecimentos		Receita
	ha	nº	SM
até 5	38%	2%	1,8
5 a 10	13%	3%	3,9
10 a 50	33%	25%	7,2
50 a 100	8%	18%	9,4
100 a 500	8%	52%	23,9

Fonte: Censo Agropecuário, 2006/IBGE.

Segundo os dados censitários/2006, os agricultores familiares apresentam as seguintes características:

i. Em relação à terra: 74% encontravam-se na condição de proprietários, enquanto, 16% na condição de acesso precário, seja na modalidade arrendatário ou parceiro ou ocupante; 4% na condição de assentado sem titulação definitiva; e 6% sem área, ou seja, extrativistas, produtores de mel ou produtores que já tinham encerrado sua produção em áreas temporárias.

ii. De acordo com a produção: 22% com lavouras (temporárias ou permanentes); 45,5% com pastagens; e 28% com matas e florestas (naturais ou plantadas), e o restante com outros. Sendo que os estratos de área maior (entre 100 a 500ha) configurados pelo binômio agricultura/pecuária, com predomínio da pecuária. Os estratos de área intermediários (entre 10 a 100) também calcados na produção agrícola/pecuária, entretanto com o predomínio agrícola. Os de menor área encontravam-se num sistema de produção com ênfase agrícola.

iii. Em termos de trabalho, respondeu pela maioria das ocupações agropecuárias, absorvendo cerca de três quartos (74,4%) da mão de obra ocupada na agricultura o que correspondeu a um universo de 12,3 milhões de pessoas, enquanto na patronal havia 4,2 milhões.

iv. Em atividades não agrícolas cerca de 1/3 dos produtores familiares

dedicavam parte do seu tempo em atividades fora do seu estabelecimento, tanto agropecuárias como não agropecuárias, ou seja, sem dedicação exclusiva no próprio estabelecimento.

No que condiz à comercialização de seus produtos, o estudo do IPEA (2010), a partir do levantamento da PNAD/2008, mostrou que 73% dos agricultores familiares produziam sem definir previamente um compromisso de venda da produção, entretanto. Também, 78% do total de agricultores familiares conseguiram vender parte do que foi produzido. E que cerca de 48% destinavam seus produtos para atravessadores e praticamente na mesma proporção para as empresas. Revelou ainda, que 1/4 comercializavam diretamente sua produção para os consumidores. Via cooperativas apenas 9%, e isto, evidenciou sua insuficiente organização e, por conseguinte, a forma individual de comercializar seus produtos junto ao capital comercial ou industrial.

No cômputo da renda nacional, o estudo realizado pela parceria NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) e a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), titulado; “A importância do agronegócio familiar no Brasil” (GEIGER et al., 2005) distinguiu a significativa contribuição da produção familiar rural para a geração de riqueza, ao caracterizar que no período entre 1995 a 2005, a economia familiar rural respondeu por cerca de 10% do PIB nacional, parcela bastante expressiva, considerando que a participação da agricultura como um todo situou-se ao redor de 30%.

Na perspectiva da acumulação capitalista da agricultura nacional, a produção familiar se conjuga em dois segmentos: agricultura familiar integrada (aquela que destina o excedente para mercado) e a agricultura em economia de subsistência⁸ (aquela que é reconhecida pelo fato de não gerar excedente, ou fazê-lo em proporções reduzidas). A drenagem ou não do excedente monetário acarreta diferenças no tecido social desse segmento familiar.

A agricultura familiar que tem seu excedente inserido, com suas especificidades e complementaridades ao modo de produção e acumulação vigente na economia agrária nacional, ocorre com mais intensidade na região

⁸ Para Delgado (2004) essa noção de produção familiar sem excedentes monetários ou com baixos excedentes é perfeitamente aplicável à parcela majoritária da contemporânea agricultura familiar brasileira. Segundo o autor, isto pode ser medido, pela comparação dos dados de estabelecimentos da agricultura familiar, apurados no Censo Demográfico de 1996, e seu respectivo valor de produção (entorno de um salário mínimo/mês por estabelecimento), que praticamente a caracteriza como atividade sem excedentes monetários.

centro sul e, mais recentemente, nas vastidões do cerrado brasileiro, apesar de ter sua distribuição em todo território.

Esse segmento pode ser caracterizado pelos seguintes elementos:

- i. participa do sistema bancário via crédito rural;
- ii. faz uso de moderna tecnologia (insumos mecânicos, químicos e biológicos);
- iii. especialização produtiva, principalmente, nos segmentos integrados ao mercado externo e à indústria, dos quais merecem destaque os produtores de grãos, fumo, café, frutas, leite, suínos e aves;
- iv. ao mesmo tempo encontra-se uma produção agrícola diversificada e de manejo intensivo;
- v. acessam os mercados de nicho e orgânicos;
- vi. a distribuição dos produtos ocorre por um conjunto de vias, desde a integração com as agroindústrias e/ou as modernas redes de varejo e de serviços até via mercado de *commodities*, ou ainda, via os sistemas tradicionais (como por exemplo, os entrepostos, os CEASAS e as cooperativas) ou também, via o capital comercial local e regional.

A outra parte de agricultores familiares, em condição de subsistência, encontra-se dissociada ou participando de forma esporádica e segmentária do regime de produção vigente, privados de uma situação de direitos, portanto, ignorados na partilha dos benefícios da cidadania e do progresso.

Pela medida do Censo Demográfico de 2010 verificou-se que do total dos domicílios rurais, 72% obtiveram uma renda de até 2 salários mínimos, sendo que, para 40,1%, foi de até 1 salário mínimo. Por seu turno, o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2011) registrou que do total de domicílios, 58% tiveram uma renda de até 2 salários mínimos vigentes e 26% de até 1 salário mínimo, sendo que a maioria teve, em média, de 0,7 e 1,5 salários mínimos, nos respectivos estratos de renda. Ambas medições estatísticas situaram a maior parte da população rural muito próxima da noção de economia de subsistência (DELGADO, 2004).

Esta situação social de subsistência não possui o mesmo significado em

todas as partes ou localidades, mas é suficientemente geral para cobrir todo território nacional, e para existir mesmo nas áreas rurais mais prósperas.

O conceito da agricultura familiar brasileira delinea uma diversidade constitutiva que compreende um enorme contingente de pessoas distribuídas em todos os estados brasileiros; cuja produção se constituiu na maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno, contribuindo substancialmente para a segurança alimentar do país, entretanto, 3/4 vivendo em situação de economia de subsistência.

A partir do eixo cognitivo do tecido social da Agricultura Familiar, se observa que o descompasso social da economia familiar rural não se reduz apenas em aspectos sociais, implica e impõe um desafio de inclusão econômica e produtiva em termos de política pública.

PRONAF CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR: Mudanças em curso

A agricultura familiar a partir de 1996 passou a ser reconhecida como uma categoria econômica com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – crédito rural (Decreto nº 1946 de 28/06/96).

Desde a instituição do PRONAF, a agricultura familiar brasileira ganhou relevo e destaque no âmbito da aplicação de crédito rural. De fato, se tornou referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural.

O crédito PRONAF foi concebido como uma política pública de valorização da agricultura familiar e de desenvolvimento do meio rural, e nestes termos, constituiu-se como alternativa econômica frente às desigualdades ao afrontar a agricultura familiar e a patronal nas políticas tradicionais de crédito.

Permitiu financiar atividades agrícolas e não agrícolas de produtores familiares, através de projetos individuais ou coletivos, sejam eles tanto para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, como para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Para Abramovay e Veiga (1998, p.48) com advento do PRONAF: “(...) a relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar ganhou uma dimensão pública inteiramente inédita na história do país”.

No início, segundo Belik (1999), o PRONAF funcionava através da concessão de créditos de até R\$ 5.000,00 para custeio dos agricultores, R\$ 15.000,00 de investimento e R\$ 75.000,00 para custeio coletivo a uma taxa de juros inicial de 16%, depois reduzida para 9% a.a. (custeio) e TJLP⁹ + 6% a.a. (com rebate de 50% nos encargos) para investimento.

Estes recursos eram provenientes de três fontes¹⁰: Exigibilidade do MCR do Banco Central; FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador; FCO - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Atualmente, são provenientes: Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE), Recursos Obrigatórios (ou MCR 6.2), Fundos Constitucionais (FCs), Poupança Rural, Recursos do Tesouro Nacional (RTN) e BNDES.

Logo em 1996 ampliou-se o público beneficiário, passando-se a incluir as associações de produtores e cooperativas, aumentando-se os limites de recursos; o produtor rural passa a receber uma nova modalidade de crédito que é o custeio associado ao investimento com limite de até R\$15.000,00, as cooperativas passam a realizar operações de repasse de até R\$1.440.000,00 e, assim, as cooperativas e associações passam a se beneficiar de um custeio associado ao investimento coletivo de até R\$720.000,00. Os encargos também se reduzem, pois para a linha de crédito de custeio associada ao investimento, a taxa passa para 6% a.a. em acréscimo a TJLP com rebate de 57% sobre os encargos. Mais tarde, na safra 1998/99, esta taxa passou para 5,75%, e o rebate se reduziu para os 50%, por ocasião do efetivo pagamento. No entanto, a principal mudança observada foi que se eliminou a necessidade de apresentação de orçamento, plano ou projeto, não havendo mais a exigência de comprovar a aquisição de insumos e, tampouco, a comprovação do pagamento do ITR. Ademais, a adesão ao zoneamento agrícola deixou de ser obrigatória (BELIK, 1999).

O PRONAF passou a ter um critério de renda para enquadramento do

9 - TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) instituído para definir o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES com períodos de vigência de um trimestre, calculados pelos seguintes parâmetros: (i) meta da inflação calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa baseada nas metas anuais fixadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional); e (ii) prêmio de risco;

10 Os recursos seriam liberados após o cumprimento das exigências de apresentação de orçamento, plano ou projeto agropecuário, comprovação da aquisição de insumos, comprovação do pagamento do ITR - Imposto Territorial Rural e a adesão obrigatória ao zoneamento agrícola. Hoje o documento exigido é DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA, de posse do CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo).

produtor rural somente no Ano-Safra 1997/1998, quando foi estabelecido acessar crédito de investimento agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 27,5 mil.

A partir do Ano-Safra 1999/2000, passou a haver uma segmentação do público alvo do Programa, com os agricultores familiares classificados em quatro grupos (A, B, C e D). O grupo A contemplava os assentados pelo processo de Reforma Agrária; os demais grupos foram definidos de acordo com critérios de renda: os mais pobres foram classificados no grupo B; o grupo C incluía os intermediários com bom potencial produtivo e o grupo D estavam estabilizados economicamente. Em 2004 foi criado o grupo E, para agricultores mais capitalizados.

Os grupos definidos expressam a estratificação existente no interior da categoria agricultores familiares. Dentre eles, o mais expressivo ainda fora o grupo “B” – que conforme percebidos nos dados do Censo Agropecuário 2006 englobava mais de 50% do total de estabelecimentos familiares, pareados com os outros grupos.

Pode-se perceber também que os grupos adotados conjugavam uma visão determinista e linear. A hipótese implícita era que uma vez beneficiados pelo crédito, os produtores familiares migrariam de um grupo para outro, dos mais pobres para os consolidados, seguindo em direção à eficácia da acumulação e à eficiência dos mercados capitalistas.

Nesta última década ampliaram-se as ações com um leque diversificado de linhas de financiamento em investimento: PRONAF Agroindústria; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Semiárido; PRONAF Floresta; PRONAF Agroecologia; PRONAF Eco; Cota-parte; Microcrédito; PRONAF mais alimento. Também foram instituídos os seguintes instrumentos complementares: PROAGRO MAIS (tem como meta assegurar os financiados pelo PRONAF); Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPS (tem o como objetivo garantir a sustentação de preços, estimular a diversificação da produção, articular o crédito com as políticas de comercialização); Garantia de Safra (busca garantir condições para com fenômenos de estiagem ou excesso hídrico: nordeste; norte do ES; norte de MG – Vale do Jequitinhonha e Macuri).

No período compreendido entre anos de 2007 a 2012, foram efetuadas várias alterações, de forma a incorporar ao Programa agricultores familiares com renda mais alta, e aumentar o teto do valor máximo financiável e reduzir os grupos.

Atualmente, os grupos básicos beneficiários do PRONAF são:

- i. **A**: Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e dos reassentamentos em função da construção de barragens;
- ii. **A/C**: Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNC);
- iii. **B**: Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 10 mil;
- iv. **C**: Titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as seis operações de custeio bônus; financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra 2012/2013;
- v. **AF**: Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6mil e até R\$ 180 mil¹¹.

Os recursos para os financiamentos para os agricultores de mais baixa renda (Grupo B) e os oriundos do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e do Plano Nacional do Crédito Fundiário – PNCF (Grupo A) são disponibilizados com risco para a União – Tesouro Nacional e Fundos Constitucionais. Para os demais agricultores familiares, o risco da operação creditícia é do agente financeiro.

Em 2012, mantendo a tendência dos anos anteriores, os valores de limites financeiros do Programa foram alterados para mais: a renda para enquadramento no grupo B de até R\$ 6 mil para até R\$ 10 mil; a renda para enquadramento no grupo AF de, entre R\$ 6 mil a R\$ 110 mil, para: entre R\$ 10 mil a R\$ 160 mil; PROAGRO Mais: amplia o teto do “Mais” de R\$ 3,5 mil para R\$ 7 mil; PRONAF Custeio AF: amplia o limite de R\$ 50 mil para até R\$ 80 mil, e reduz a taxa de juros da 3ª faixa de 4,5% para 4% a.a. (na renovação, a partir de 02.01.2013, passa a exigir do mutuário declaração quanto à manutenção da área e empreendimento; endividamento: estipula teto de endividamento em operações com risco do Banco de R\$ 160 mil para Custeio e R\$ 200 mil para investimento; e em operações com risco de terceiros, de R\$ 10 mil para operações de custeio e R\$ 35 mil para operações de investimento; PRONAF Mais Alimentos: unifica linhas

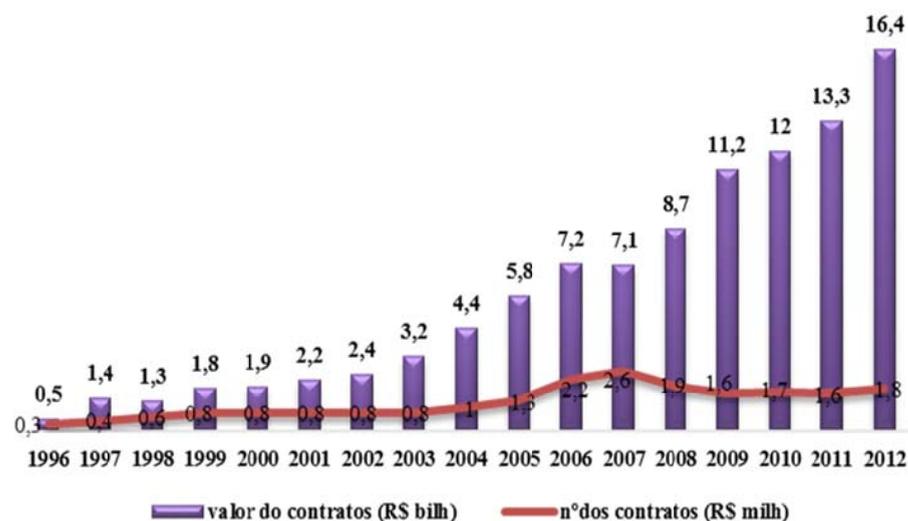
¹¹ Disponível em <http://www.mda.gov.br>, acesso em 10/11/2015

PRONAF Agricultor AF e Mais Alimentos, com limite de R\$ 130 mil por ano agrícola, observado o teto de endividamento¹².

Ao longo do período de 1996 a 2012 foram realizadas em torno de 21 milhões de operações e o volume destinado de recursos financeiros foi de R\$ 100,8 bilhões, o que demonstra que houve um esforço orçamentário por parte do governo federal.

O gráfico 2 mostra a evolução dos valores totais financiados e do número de contratos realizados pelo PRONAF em todo o Brasil. Nota-se que o volume de recursos financeiros disponibilizados no período teve um crescimento vertiginoso, sendo que, entre 1996 a 2002, apesar do arranque, se manteve um crescimento insípido, retomando-o a partir de 2003 com uma notável performance. Contudo, o comportamento da curva de crescimento das operações foi contrastante, com crescimento entre 1996/99, permanecendo constante até 2003, com nova elevação entre 2003 e 2007 e a partir de então ocorre uma inflexão. Já com relação ao volume de recursos liberados, no período de 2007 a 2011, ocorre o inverso, um forte aumento do valor dos financiamentos.

GRÁFICO 2: Distribuição do PRONAF 1996 A 2012

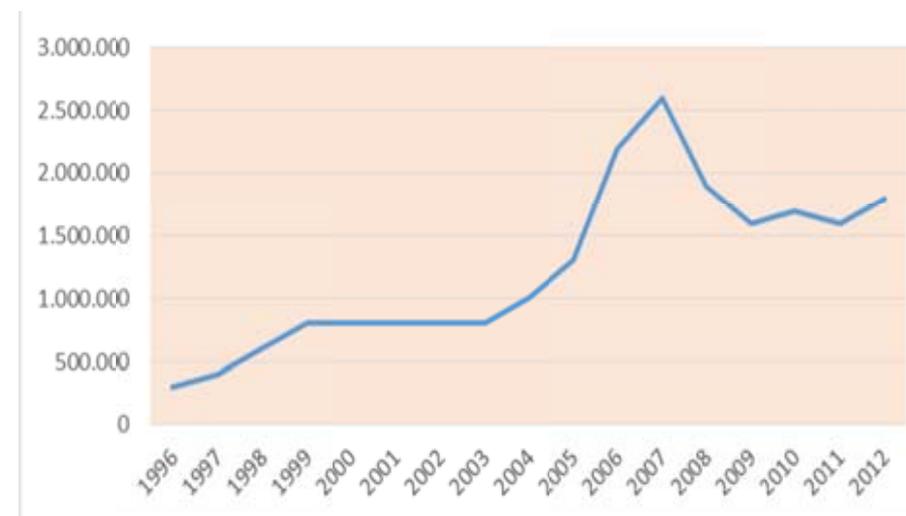


Fonte: Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em www.bcb.gov.br.

¹² Disponível em <http://www.bb.com.br>, acesso em 10/11/2015

Quando organizado por ciclos de governo é possível verificar algumas pequenas diferenças em relação à média de agricultores familiares atendidos (contratos realizados sem considerar se o CPF é de mesma titularidade). Entre 1996 (ano da criação do programa) e 2002, fim do governo FHC, a média de contratos ano ficou em 750 mil. No período entre 2003 e 2010, Governo Lula, a média anual mais que dobra indo para mais de 1,6 milhão de contratos ano. Nos anos 2011 e 2012 a média fica em 1,7 milhão, porém, ainda é insuficiente para afirmar-se algo.

Evolução Número de Contratos Pronaf



Fonte: Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em www.bcb.gov.br.

A média histórica de contratos do Programa fica em 1,2 milhão, porém, a partir de 2003 esta média sobe para 1,6 milhão, um aumento de 33% no público atendido. É preciso ressaltar que quando se contrasta as médias de contratos firmados por ano com o universo de estabelecimentos de produtores familiares 4,3 milhões (Censo Agropecuário, 2006) verifica-se que o atendimento do PRONAF está muito aquém da demanda. Essa dificuldade de acesso de produtores familiares aos recursos destinados ao crédito rural familiar foi apurada no Censo Agropecuário de 2006, cujos dados censitários apontaram que somente 12,5% dos produtores familiares tomaram financiamento

de crédito¹³ e 3,5 milhões de estabelecimentos (87,5% do total) não obtiveram financiamentos.

Estudo realizado por Aquino et al. (2009, pag. 6), constatou a tendência de concentração nos produtores mais eficientes cuja análise detalhada dos dados demonstrou que, em 2003, com a inclusão dos antigos agricultores atendidos pelo PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural) e a consequente ampliação do limite máximo de renda anual de R\$ 27 mil para R\$ 110 mil “abriram-se as portas” do programa para os produtores mais capitalizados:

A abertura das portas da política de crédito do PRONAF, acentuada a partir da safra 2003/2004, com a criação do Grupo “E” e a posterior ampliação para 110 mil reais do limite máximo de renda anual do público-alvo da ação governamental, gera ao menos duas consequências importantes. (...) Em síntese, nos seus primeiros 12 anos, de vida a política de crédito do PRONAF se transformou em uma fonte de financiamento público importante para diversos segmentos da agricultura brasileira. No entanto, a versão recente do PRONAF se apoia numa lógica evolucionista que elege os agricultores familiares de maiores níveis de renda (grupos D e E) como seu público preferencial.

Apesar do esforço do governo em disponibilizar recursos financeiros e do mérito de incluir os produtores mais pobres (Grupo A e B), o modelo instituído de distribuição e aplicação dos recursos do PRONAF evidencia em sua trajetória um viés concentrador.

Por outro lado, no percurso federativo do PRONAF houve um processo intenso de descentralização regional, logo, esse sistema de crédito rural está em operação, praticamente, em quase todos os municípios do território brasileiro. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁴, em 2007/08 sua amplitude percorreu 5379 municípios (97% do total de municípios), esse montante de municípios representou um crescimento de 58% em relação à 1999/00, com a inserção de 1976 municípios.

Mas, ao olhar a distribuição dos recursos por região federativa, constata-se uma distribuição desigual. Durante 1996 a 2008, quase a metade dos recursos foi concentrada na região Sul do país (47%). Por outro lado, o Nordeste e o Sudeste, regiões que concentram o maior e o terceiro maior

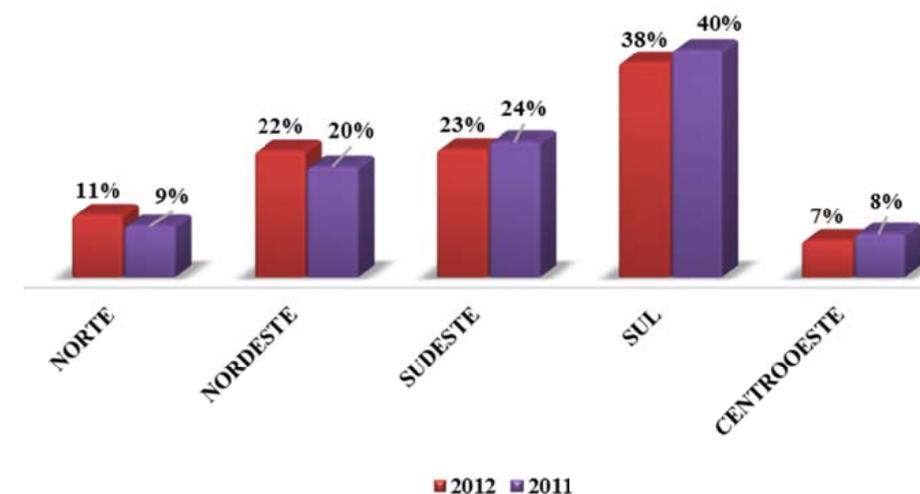
¹³ Dos 781 mil estabelecimentos (12,5% do total) que praticaram a captação de recursos, de custeio com 405 mil estabelecimentos, seguido pela de investimentos com 344 mil, além da de comercialização com 8 mil e da de manutenção com 74 mil.

¹⁴ MDA, disponível em www.mda.gov.br/portalsaf.

número de produtores familiares do país, captaram tão somente algo em torno de 20% e 19%, respectivamente, dos recursos aplicados. As outras regiões captaram menos que 10% cada uma (apud Aquino, 2009)¹⁵.

No gráfico 4, pode-se constatar que nos anos recentes, a tendência de concentração regional dos recursos do PRONAF para a região Sul permanece inalterada, mais de 50%. No entanto, na região norte, houve um leve crescimento e na região Sul uma pequena alteração. Contrastando com os recursos despendidos, o volume de operações permanece no mesmo patamar nessas três regiões. As outras regiões seguem inalteradas (em torno de 10 de participação na distribuição dos recursos).

GRÁFICO 3: Distribuição Regional do Pronaf 2011/2012 (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em www.bcb.gov.br.

Ressalta-se ainda no gráfico acima, que o Nordeste e o Sudeste (regiões que, juntamente com o Sul do país concentram o maior número de produtores familiares do país captaram cada uma tão somente algo entorno 20% dos recursos aplicados pelo PRONAF.

O estudo de Souza et ali (2011, p.312) com emprego de indicadores de

¹⁵ O Censo Demográfico de 2010 mostra que o meio rural abriga em torno de 16 % do total de habitantes do país (190756 mil). Essa proporção se diferencia por região, nas regiões nordeste e norte, essa proporção é maior, 26,47% e 26,87%, respectivamente. Na região mais urbanizada (sudeste) apenas 7,05% reside na zona rural. Paradoxalmente, é no Sudeste que se encontra a segunda maior concentração de população rural, 19%, só perde para região nordeste que concentra 47,8%.

concentração e desigualdade: razão de concentração, o índice T de Theil e o índice de Gini, concluíram também esta tendência de concentração regional:

Uma das críticas recorrentes sobre a operacionalização do PRONAF é a concentração dos financiamentos concedidos, que privilegiam especialmente o Sul do país. Os resultados da pesquisa permitiram observar, até o ano de 2006, tendência de desconcentração na distribuição do crédito entre as unidades da federação. Para isso contribuiu a melhoria na distribuição dos recursos para investimento, em especial na pecuária. Porém, nos anos seguintes a distribuição do crédito voltou a se concentrar, em resultado, principalmente, da piora na distribuição dos recursos de investimento, ocorrida nos anos de 2007 e 2008. Ao final do período, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina continuam tomando a parte dos financiamentos. Embora uma análise mais aprofundada das razões para tal mudança fuja ao escopo deste texto, a hipótese mais provável é a de que o aumento do limite da renda bruta anual, para fins de enquadramento de agricultores no programa, vem facultando aos agricultores mais capitalizados, e também às regiões que os concentram, a apropriação de parcela crescente dos recursos. Sabe-se que agricultura familiar não é uniformemente distribuída entre as regiões e, desse modo, parte da desigualdade observada na distribuição do crédito poderia, em princípio, estar associada a essa desuniformidade. Porém, a pesquisa permitiu concluir que a distribuição do PRONAF crédito entre estados não espelha a importância da agricultura familiar nesses estados, considerando-se os critérios área, número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Conforme os resultados, a distribuição dos financiamentos, sobretudo os de custeio, vem privilegiando os estados com maior participação no valor da produção familiar¹⁶.

Mattei (2006) em estudo realizado para o Ministério de Desenvolvimento Agrário também observou esta tendência de centralização do crédito em regiões e/ou conjunto de municípios, privilegiando as unidades familiares mais eficientes em detrimento das mais fragilizadas.

Por fim, o programa continua sendo influenciado por um objetivo calcado no aumento da produção agrícola¹⁶.

A professora Kageyama (2003), mostrou que o crédito PRONAF estava

¹⁶ PRONAF Mais Alimento permite ao agricultor familiar investir na modernização da produção, via aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos, para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros. Contempla projetos associados a todas as culturas e atividades agropecuárias dos agricultores familiares. Na safra 2011/2012, foi financiado 65 mil contratos, que, juntos, correspondem ao valor de R\$ 3,1 bilhões em todo o Brasil. E também, o número de contratos aumentou de 54 mil para 65 mil, significando um salto de 20,4% no programa. Desde a criação em 2008 até a safra 2011/2012, foi firmado entorno de 194 mil contratos no país, perfazendo um valor total financiado de R\$ 9,2 bilhões. Comunicação Social – MDA, Notícias MDA 934, 18/082012.

fortemente associado ao nível tecnológico e à produtividade agrícola, sugerindo que seu papel tenha sido o de substituir o antigo sistema de crédito rural subsidiado.

Na mesma toada, o estudo de Mattei (2006) destaca que o PRONAF reforça o padrão de produção vigente, incentivando o uso de insumos, especialmente, de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas, entre outros. Não conduz as ações necessárias para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para as áreas rurais. O crédito patrocinava a expansão da especialização da produção agropecuária, concentrando-se em poucas culturas, como por exemplo, a soja e o milho. Outro ponto realçado pelo autor é que a sustentabilidade produtiva e ambiental dos agricultores familiares era uma questão que não estava efetivamente presente nas ações desse programa.

Nos dados divulgados pelo Banco Central (BCB) se verifica essa especialização, tanto no número de contratos como no volume de recursos destinados as lavouras de exportação (soja e milho), que representaram em média de 40% a 60% do total aprovado e liberado, no interregno de sua existência¹⁷.

O desenho do PRONAF manteve-se num modelo linear de evolução econômica, que usa o aumento da produtividade e da renda agropecuária como os únicos critérios para medir a eficiência produtiva e econômica dos agricultores familiares. Portanto, o PRONAF ao mesmo tempo em que propunha valorizar a diversidade, continuou elegendo um modelo de produtor altamente especializado em atividades agropecuárias integradas as cadeias do agronegócio.

O modelo de produção de agropecuária familiar financiado está fortemente centrado nos chamados insumos modernos, os quais elevam sequencialmente a dependência econômica e social dos agricultores ao padrão de acumulação vigente, cuja sustentabilidade dos recursos naturais (ar, terra e água) mostram sinais de esgotamento.

Nesses quase 20 anos de existência do programa é possível identificar distintas questões que foram surgindo na sua execução: a tendência é o programa se concentrar em alguns setores da agricultura familiar; contraponto à diversidade constitutiva da produção familiar focando na especialização produtiva; concentração dos recursos financeiros em determinadas regiões; fomento ao viés tecnológico predominante e a concentração em algumas culturas, especialmente soja e milho.

¹⁷ Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em www.bcb.gov.br.

COMENTÁRIOS FINAIS

O PRONAF teve um grande crescimento desde a sua criação, principalmente no volume de crédito liberado, como mostrou o presente texto esse crédito subsidiado tem se restringido a uma parcela do público da agricultura familiar, aproximadamente 37% do total. Este quadro revela um descompasso entre o que é verificado na prática e a proposta inicial de contemplar a diversidade constitutiva da economia familiar rural. Como tem sido reiterado em diferentes análises o crédito Pronaf tem beneficiado o setor mais capitalizado, que incorpora os pacotes da agricultura convencional, excluindo os menos capitalizados.

Por mais que a literatura e os textos oficiais destaquem a proposta de desenvolver uma agricultura familiar mais sustentável e diversificada, os resultados da política pública de crédito oficial revelam outros interesses como a indução a adoção dos pacotes convencionais de produção (intensivos em insumos, monocultivos e baixo emprego da mão de obra familiar). Esta inconsistência na ação da política pública acaba sendo imputada como de responsabilidade dos próprios agricultores sob os termos atrasados, tradicionais, não modernos, etc. Assim, o crédito acaba por beneficiar agricultores e regiões que aderiram aos processos modernizantes da agricultura como ocorre nas regiões sul e sudeste, reproduzindo internamente, nestas regiões, os mesmos processos de exclusão.

De acordo com Gazolla e Schneider (2005), o crédito do Pronaf continua a financiar o padrão produtivista, desconsiderando um dos pressupostos da agricultura familiar: ser uma produção diversificada, produtora de vários gêneros agrícolas e integrada a várias dinâmicas locais de desenvolvimento e do abastecimento interno de alimentos básicos (feijão, mandioca, hortifrutigranjeiros, entre outros). Desta forma o Pronaf acentua um padrão de desenvolvimento que é um dos principais responsáveis pela fragilização (ou mesmo exclusão) social e econômica da agricultura familiar. Como bem lembra Moraes (2007), não é nada simples a operação ‘antropofágica’ de devorar e assimilar tecnologia, sem ser por ela devorado.

Este perfil de desempenho do Pronaf remete à política de crédito rural vigente durante a modernização conservadora, promovida pela ditadura militar, a qual segundo Santos (1988), tinha como objetivo central o aumento da produção e da produtividade, promoção de melhorias do padrão de vida da população sem a realização de reformas profundas.

Sendo o aumento da produção o objetivo central, os esforços

concentraram-se nos agricultores que possuíam maior capacidade de absorver a tecnologia existente, dando respostas rápidas aos investimentos governamentais. Novamente a ação da política pública está assentada sobre a estrutura agrária existente e é isso que influencia o tipo de tecnologia empregada, poupadora de mão-de-obra, que viabiliza o uso de grandes extensões de áreas.

Diferentemente da agricultura patronal, a agricultura familiar representa 10% do PIB Nacional, contra 20% da agricultura patronal, mas esse peso no PIB não se vê refletido na materialização de políticas públicas, sejam elas de produção ou para o seu desenvolvimento social e cultural.

Em muitos textos de políticas governamentais que não restringem apenas à temática do crédito, a opção de combate à pobreza é proposta pela via da inserção no mercado. Esta proposta é ambígua, para se dizer o mínimo, já que a economia de mercado funciona por meio da concentração produtiva, econômica e de poder. Assim, somente faria sentido uma proposta desse tipo caso houvesse uma regulação dos governos no funcionamento da economia de forma a manter a competição entre diferentes setores industriais e comerciais e aí favorecer tanto o cidadão que consome quanto aquele que produz, esse não é o caso.

As discussões e reflexões em torno do tema do desenvolvimento rural e agricultura familiar, revelam que o país continua a se defrontar com a difícil escolha entre equidade e produtividade, sendo que o tema da equidade não se resolve mediante o vetor agrícola (SANTOS, 1988).

É certo que a pobreza rural pode ser reduzida com políticas que passam ao largo da distribuição e democratização de acesso aos recursos terra, água, conhecimento e infraestrutura produtiva. Neste cenário vale a indagação de Moraes (2007), que a questão é saber se estas políticas conseguirão dar conta de um cenário econômico, político e ideológico, que vá em outra direção, direção, que valoriza o oposto, a desigualdade, como elemento ativador do progresso. E acrescenta o autor indagando se estas políticas seriam suficientemente fortes para gerar um novo modelo de país.

As inconsistências aqui apontadas entre os objetivos e a realidade dos dados de execução do Pronaf aparecem de forma cristalina na performance da execução desta política crédito, ou seja, sua concentração em extratos de produtores e em regiões específicas do país. Em definitivo o programa não pode ser considerado nem divulgado enquanto uma política de combate à pobreza e exclusão de toda a agricultura familiar.

Uma dúvida permanece, passados mais de 15 anos de crédito do Pronaf

ainda é possível falar que este programa precisa ser aprimorado no sentido de incorporar os agricultores menos estruturados economicamente, o mesmo valendo para a realidade da diversidade de sistemas produtivos desta categoria social.

A análise do percurso do PRONAF destes 15 anos revela sua vocação de manutenção dos agricultores familiares já inseridos ao modo de produção vigente e da exclusão daqueles que estão situados na economia de subsistência, contrapondo a missão inicialmente proposta, de ser um instrumento de desenvolvimento econômico da agricultura familiar. Revelando de acordo com Pochman (2003), que as readequações normativas realizadas no programa, até o presente, não caminharam no sentido de atender ao conjunto dos agricultores familiares do país.

Na realidade o Pronaf deveria ser assumido enquanto uma política de manutenção do setor modernizado da agricultura familiar, de avançar na sua integração e inserção na economia de mercado enquanto produtora e consumidora de produtos de origem urbano-industrial e que mantém a proposta de liberação de mão de obra para o trabalho urbano ou não-agrícola.

O poder político e econômico que possuem os diferentes segmentos do agronegócio e que se relacionam com o latifúndio modernizado logram neutralizar e bloquear o contra poder que se organiza a partir da agricultura familiar, o que traz como consequência a reprodução do modelo de produção do latifúndio no seio da agricultura familiar. Historicamente o latifúndio tem maior capacidade de influenciar as decisões em torno da agenda de Estado e das políticas públicas implementadas no país. Isto se materializa na institucionalidade que envolve as políticas públicas: normas, leis, orçamentos, servidores disponíveis, tamanho dos ministérios, etc.

Outrossim, vale ressaltar que uma política de desenvolvimento rural não pode ficar restrita ao acesso ao crédito produtivo, ela deve necessariamente vir acompanhada de maior acesso ao conjunto de políticas que constroem a cidadania: educação, saúde, cultura, acesso à informação. Sem falar de uma boa assistência técnica que atue no sentido de assessorar os agricultores familiares a planejar a sua produção, os apoiem na elaboração de projetos de financiamento, lhes deem acesso ao conhecimento técnico, produtivo e ambiental.

Caso contrário estará sendo construída uma falsa solução que é justamente buscar no emprego dos mecanismos responsáveis pela reprodução das desigualdades os mecanismos para a sua superação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. De volta para futuro: mudanças recentes na Agricultura Familiar. I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA, 1995. In: **Anais...**, 1995.

_____. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

_____. et al O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial AIEA2, 2007. In: **Anais...**, 2007.

_____.; Veiga, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o Caso do Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA (Texto para Discussão), 1998.

AQUINO, JR et al. (Des) caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010. In: **Anais...**, Natal, 2010.

ALY JUNIOR, O.; FERRANTE, V. L.S. B. A execução da reforma agrária no governo Lula (2003-2010): avanços e impasses no Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.2, 2012.

BELIK, W. **Avaliação da Operacionalização do Programa PRONAF**. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. et alli (Orgs.) **Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no Estado de São Paulo**. Projeto Nutre, MDA/ Vias Públicas, 2011.

BNDS. **PRONAF: evolução do Programa e participação do BNDS**. Informativo Técnico SEAGRI, 2011.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CONTAG. **6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Anais. Brasília, 1995.

DELGADO, G. **O Setor de Subsistência na Economia Brasileira**: gênese histórica e formas de reprodução. Texto para Discussão IPEA, junho de 2004.

FRANÇA, C.G. et alli. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GAIGER, F. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário; FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Brasília, 2005.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas caras do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção de autoconsumo? XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. In: **Anais...**, Ribeirão Preto, 2005.

GOMES JR, N.N. et al. Políticas públicas de segurança alimentar e o combate à exclusão socioeconômica: a importância da comercialização agrícola. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et al (Orgs.) **Sistemas Agroalimentares**: análises e perspectivas para a América Latina. Campinas, 2003.

HOFFMANN, R. et al. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **PNAD 2008**: Primeiras análises – O setor rural. Comunicado n.42, 2010. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15/01/2014.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Ciências Sociais**, Araraquara/UNESP, v.12/13, 1989/90.

LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1993.

MATTEI, L. **Dez anos de Pronaf**: síntese da produção e do debate acadêmico sobre o programa. Brasília: MDA, 2006.

_____. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), 2006, Fortaleza (CE). In: **Anais...**, Fortaleza, julho de 2006a.

_____. et al. **Impactos socioeconômicos do PRONAF nos 30 municípios que mais contrataram crédito no período entre 2001 e 2004 em oito estados do país (ES, MG, RO, PA, PE, RN, CE e BA)**. Florianópolis/SC: UFSC/FAPEU, 2007. 228p. (Relatoria Final de Pesquisa – Versão Preliminar).

MEDEIROS, L.S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, 1997.

NEY, M.; HOFFMAN, R. **RESR**, Piracicaba, v.47, n.01, p.147-182, jan/mar 2009.

MORAES, R. C. Desenvolvimento nacional e desenvolvimento agrário: redução das desigualdades e promoção da democracia. Seminário Desenvolvimento e Questão Agrária no Brasil, jun. 2007, Brasília. In: **Anais...**, Brasília, 2007.

POCHMANN, M. **Outra cidade é possível**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SANTOS, E.G.L. et al. A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil: uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. XLIII Congresso da SOBER, 2005, Ribeirão Preto - SP. In: **Anais...**, Ribeirão Preto, 2005.

SANTOS, R.F. dos. O crédito rural na modernização da agricultura brasileira. **Revista Sober**, Brasília, v.226, n.4, 1988.

SOUZA, P.M. et al. Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.65, n.3, 2011.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.16, abril 2001.

VEIGA, J.E. Delimitando a agricultura familiar. *Reforma Agrária*, São Paulo, v.25, ns.2 e 3, 1995.

TECNOLOGIA TERMINATOR, LEI DE BIOSSEGURANÇA E A CONSTITUIÇÃO

Rodrigo Mendonça de Souza¹
Elisabeth Maniglia²
Jorge Barrientos Parra³

Resumo: A tecnologia Terminator traz em sua essência um ambiente de ampla discussão. Seus defensores acreditam que ela é a chave para permitir o avanço no desenvolvimento de novos cultivares em busca de aumentar a produtividade do campo, porém os que lhe são contrários a vêem como a chave para a redução da biodiversidade agrícola da Terra e, por conseguinte, como um instrumento de dominação das empresas detentoras das tecnologias de sementes. Neste ambiente confuso, buscamos clarificar os pontos pelos quais, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, se torna inadmissível a permissão para o cultivo de plantas com esta tecnologia.

Palavras-chave: Terminator. Biodiversidade. Constituição.

1 Advogado, formado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Campus Franca e Mestrando em Direito e Políticas Públicas, também, pela Unesp.

2 Professora-adjunta Livre Docente de Direito Agrário na Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Campus Franca.

3 Pós-doutorado pela University of Toronto, Doutor pela Université Catholique de Louvain, Mestre pela Universidade de São Paulo. Professor de Direito Constitucional e Administrativo no Curso de Administração Pública da UNESP, Campus de Araraquara. Leciona a disciplina “Implicações da Tecnologia na Vida Humana, na Sociedade e na Biosfera” no Programa de Mestrado em Direito da UNESP, Campus de Franca. Coordenador do Grupo de Estudos “Tecnologia, Sociedade e Direito – Grupo Ellul” (FCL, UNESP Campus de Araraquara).

Abstract: Terminator technology brings in its essence a broad discussion environment. Its advocates believe it is the key to enabling advances in developing new cultivars seeking to increase productivity of the agriculture, but people who are contrary to it, see as the key to the reduction of the Earth's agricultural biodiversity and therefore as an instrument of domination of the companies that hold the seeds technologies. In this confusing discussion, we seek to clarify the points at which, under Brazilian laws, we believe is inadmissible to allow the cultivation of plants with this technology.

Keywords: Terminator. Biodiversity. Constitution.

INTRODUÇÃO

As sementes Terminator, voltaram à cena da discussão política brasileira, mesmo diante da moratória estabelecida pela ONU em relação à utilização desta tecnologia, proibição esta que foi interposta no Protocolo de Cartagena⁴, firmando perante mais de 170 países, o qual adentrou ao ordenamento legal brasileiro através do Decreto 5.705/2006.

Contrariando os desígnios estabelecidos pelo Protocolo da ONU, o Projeto de Lei 1117/2014⁵ em tramitação na Câmara dos Deputados do Brasil, vem à tona, visando primordialmente alterar a Lei 11.105/2005 (Lei de Biossegurança), de maneira a criar uma lacuna na legislação que poderia dar vazão a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) contendo a alteração genética que os fazem produzir sementes estéreis, tecnologia esta conhecida como GURT (Genetic Use Restriction Technology), na sigla em inglês.

O expediente utilizado neste projeto está sendo o de introduzir algumas alterações na Lei, de forma a criar exceções à proibição contida no ordenamento jurídico, abrindo assim, caminho para permitir-se o

⁴ "Recommends that, in the current absence of reliable data on genetic use restriction technologies, without which there is an inadequate basis on which to assess their potential risks, and in accordance with the precautionary approach, products incorporating such technologies should not be approved by Parties for field testing until appropriate scientific data can justify such testing, and for commercial use until appropriate, authorized and strictly controlled scientific assessments with regard to, inter alia, their ecological and socio-economic impacts and any adverse effects for biological diversity, food security and human health have been carried out in a transparent manner and the conditions for their safe and beneficial use validated." **Decision V/5, III, 23**, United Nations Convention on Biological Diversity, Cartagena Protocol on Biosafety, Nairobi, Quenia, 2000.

⁵ <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1203150>, consultado dia 26 de novembro de 2015.

cultivo de plantas contendo tal tecnologia.

A estrutura genética conhecida como GURT, também recebe o nome de Terminator (codinome em inglês), esta é uma tecnologia que tem por finalidade, criar plantas geneticamente modificadas que produzem sementes estéreis, incapazes de germinar e serem cultivadas em um novo ciclo de plantio.

De acordo com o projeto de lei proposto, seria permitida a utilização desta tecnologia em duas situações específicas:

I) "quando as tecnologias de restrição de uso forem introduzidas em plantas biorreatoras ou plantas que possam ser multiplicadas vegetativamente"⁶;

II) "quando o uso da tecnologia comprovadamente constituir uma medida de biossegurança benéfica à realização da atividade"⁷.

Junto a estas exceções, o PL 1117/2014 também revoga o art. 12 da Lei 10.814/2003, artigo este que proíbe a utilização de qualquer tecnologia de restrição de uso (GURT) em plantas destinadas à cultura da soja e, lembremo-nos que o parágrafo único deste artigo, que se propõe revogar, é a principal barreira para a introdução da tecnologia no Brasil, pois define que a proibição deve se estender a "qualquer processo de intervenção humana para geração ou multiplicação de plantas geneticamente modificadas para produzir estruturas reprodutivas estéreis, bem como qualquer forma de manipulação genética que vise à ativação ou desativação de genes relacionados à fertilidade das plantas por indutores químicos externos".

O projeto de lei em apreço, visa nitidamente, através de expediente turvo, suprimir as proibições constantes no ordenamento brasileiro, pois utiliza-se da técnica de criar exceções e retirar proibições, técnica legislativa nefasta que tem por interesse final abrir lacunas na legislação pátria com intuito de, paulatinamente, introduzir no ordenamento brasileiro a liberação para utilizar-se desta tecnologia. Vale lembrar que esta iniciativa já foi, outrora, tratada no congresso brasileiro.

⁶ PL 1117/2014 da Câmara dos Deputados do Brasil.

⁷ *Ib. idem*

II) Histórico das propostas de liberação da tecnologia GURT no Brasil

Em 2007 o Deputado Eduardo Sciarra do PFL/PR, iniciou um projeto de Lei (268/2007), onde vislumbrava obter o mesmo resultado que agora volta à tona pelas mãos do Sr. Deputado Alceu Moreira do PMDB/RS. Este projeto nada mais foi do que uma reapresentação de proposta já iniciada, em momento anterior, pela então Deputada Federal Kátia Abreu (atual ministra da Agricultura) que, naquele momento viu seu projeto ser arquivado na Câmara dos Deputados, pois tornara-se Senadora da República.

No decorrer da tramitação de seu projeto, o mandato do então Deputado Eduardo Sciarra findou-se, antes que ele conseguisse transpor as etapas legislativas necessárias para levar seu projeto à apreciação do Plenário da Casa, deslindando assim, no arquivamento da proposição, conforme determina o art. 105 do Regime Interno da Câmara dos Deputados do Brasil.

Interessante elucidar que naquela oportunidade o projeto obteve um parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, parecer este tecido de forma rasa, com embasamento pífio, que sequer analisou os pontos constitucionais relevantes sobre o tema, ignorando toda a discussão que a Comissão de Meio Ambiente teve em torno da proposta. Por sorte, a iniciativa pereceu face ao fim do mandato do proponente deputado.

Logo na legislatura seguinte, no ano de 2009, o então deputado Candido Vacarezza (PT/SP), protocolou novo projeto de lei com o mesmo propósito do anterior projeto do Deputado Eduardo Sciarra. O projeto 5575/2009, vislumbrava suprimir o inciso VII do art. 6º, da Lei 11.105/05, o qual veda a utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento da referida tecnologia em questão. Projeto este que também pereceu, antes de ir a plenário, com o fim do mandato do Deputado Vacarezza.

Mesmo diante deste enredo traumático já vislumbrado pela sociedade brasileira, eis que, novamente ressurgiu no ventre da nossa política um novo projeto, tratando sobre o mesmo tema, trazendo novamente à discussão a questão sobre a introdução das sementes Terminator na agricultura brasileira. Não nos exsurge observar como quatro ilustres deputados, de Estados diferentes, podem ter a mesma ideia em tão curto espaço de tempo. Muito peculiar este fato.

Aproveitando-se de um momento delicado da política nacional, certos congressistas, possivelmente submissos ao lobby das empresas produtoras

de sementes agrícolas, visam abrir o grande mercado de sementes brasileiro para o uso desta tecnologia, pouco conhecida e, com riscos potencialmente incalculáveis, que podem, em algum momento, vir a colocar em risco a soberania nacional, a saúde da população, o meio ambiente brasileiro e, por certo, a segurança alimentar do povo brasileiro.

Até o presente momento, a sorte contribuiu com a interrupção desta investida, porém, não poderemos contar apenas com o acaso daqui em diante.

III) A Tecnologia Genética de Restrição de Uso (GURT)

Conforme conceito extraído do website da Associação Brasileira de Agroecologia⁸, a tecnologia genética de restrição de uso consiste em uma técnica de alteração dos genes de uma planta, ou seja, altera a estrutura genética, para que a planta, ou não gere sementes férteis ou não manifeste seu potencial genético sem a aplicação de algum indutor químico.

Esta técnica tem por objetivo defender o cultivar de uma reprodução indiscriminada, resguardando para o seu desenvolvedor, o direito exclusivo de reprodução de sementes capazes de germinar.

As sementes com a tecnologia GURT, por natureza, retiram do ser humano o direito à liberdade de buscar seu próprio alimento, pois impõe aos povos a necessidade de adquirir sementes férteis daquele que criou o cultivar e, expõe a natureza a um risco irreversível, ao retirar-lhe o direito natural de reproduzir-se, interrompendo o ciclo natural da vida, bem como expondo as plantas crioulas à contaminação por polinização cruzada.

IV) Constituição, agricultura, meio ambiente e vida

A Constituição brasileira de 1988 é conhecida por seu conteúdo voltado para o respaldo aos anseios de uma cidadania plena do povo brasileiro, abarcou em seu seio uma extensa gama de direitos relativos aos seres humano, ao Estado e ao meio ambiente geográfico, definindo uma série de prerrogativas e responsabilidades entre os seres detentores de direitos e, concebendo também as prerrogativas jurídicas da coletividade, principalmente quando se refere ao meio ambiente.

De imediato, a CF/88 estabelece como fundamento do Estado e de nossa sociedade a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho

⁸ <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?wpdmdl=2273>, consultado dia 27 de novembro de 2015.

e da livre iniciativa⁹. Por obséquio, o constituinte buscou estabelecer como diretrizes para nossa nação, construir uma sociedade que garanta as condições básicas de realização do indivíduo como cidadão, através do seu trabalho e ou empreendedorismo, buscando, por objetivo pessoal, garantir para si uma vivência digna como pessoa humana.

Nesta seara, buscando estabelecer com profundidade e exatidão um conceito para o que se define como dignidade da pessoa humana, trago o pensamento do mestre Wolfgang:

(...) temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos¹⁰.

Deste excerto vamos analisar com cuidado o que possivelmente nos quis dizer Wolfgang com o trecho “lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável” e “corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”¹¹.

Partindo-se do pressuposto que, para sustentar a vida precisamos de um ambiente saudável capaz de nos oferecer em quantidade e qualidade suficiente o sustento básico de nossa vida, o que necessariamente está ligado a nosso alimento e a água de que necessitamos, podemos ter certeza que, o que é necessário para nos manter vivos também o é para os outros seres vivos que coabitam conosco este planeta. Neste sentido “garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável” compreende garantir que o meio ambiente que nos provê tais insumos à sobrevivência, se mantenha saudável em seu estado natural, com capacidade plena de prover a nossa alimentação, sem esquecer que, e mais importante, devemos ser responsáveis pelos caminhos que a vida humana traça para si e, por conseguinte impõe aos demais seres vivos da Terra.

⁹ Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, art. 1º, inc. III e IV.

¹⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.62.

¹¹ *Ib.idem*.

Trilhando este caminho nossa Carta Magna traz em seu corpo o direito à saúde, à alimentação e ao meio ambiente saudável, dentre outros, como direitos inerentes a todos. Estes direitos, no contexto dos direitos humanos, são tidos como direitos de segunda e terceira gerações, os quais, conforme nos ensinam a doutrina, exigem atuações positivas do Estado para suas concretizações. O direito à saúde e alimentação exigem do Estado postura objetiva, dispendendo recursos e aparato estrutural, quando necessário, para que eles possam se efetivar na vida dos cidadãos. Quando nos referimos ao direito à alimentação, precisamos pensar que, além de garantir a condição de acesso econômico ao alimento - o qual é um dos objetivos do nosso Estado quando se propõe a garantir uma vida digna para todos e construir uma sociedade igualitária - o Estado deve também, resguardar que os meios de produção dos alimentos sejam saudáveis, isto, obviamente, leva a necessidade de termos um meio ambiente saudável, o que por óbvio exige, além de uma atitude criadora de condições econômicas e estruturais para a produção sustentável, uma presença firme do Estado no ambiente regulatório das atividades que podem vir ameaça-lo, sendo este um ponto preponderante que deve ser trabalhado pela Administração.

Se espera que o Governo tenha uma posição altamente responsável quando da avaliação e permissão de qualquer tipo de produto voltado ao meio agrícola, principalmente quando se trata de cultivares transgênicas e agrotóxicos. Não podemos expor nosso solo e mananciais, ricos e abundantes, à contaminação por agentes químicos ou biológicos poluidores, nossa terra é o maior bem que o povo brasileiro possui e devemos defendê-la de maneira responsável para que continue fornecendo nosso sustento, por gerações.

Sem um meio ambiente saudável não há vida.

V) O Princípio da Precaução e da Prevenção no Direito Brasileiro

A nossa Carta Maior traz no capítulo destinado ao meio ambiente, o postulado de que, o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e que devemos resguardar o seu equilíbrio natural, preservando-o para a presente e para as futuras gerações.¹²

¹² Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, Cap. VI, art. 225, caput.

Buscando atender à preocupação com a preservação de um meio ambiente equilibrado e sadio, a legislação brasileira trouxe para seu ordenamento, como fundamento base para a atuação do Estado e do povo perante seu meio, os princípios da prevenção e da precaução.

Ambos os princípios, inseridos na própria Constituição, são verdadeiros pilares estruturadores da ordem legal-ambiental, devendo ser observados e respeitados em toda e qualquer atuação dos Poderes e dos cidadãos quando venham a se relacionar, usufruir ou impactar de alguma forma o meio ambiente.

O princípio da prevenção, previsto no caput do art. 225, da CF, determina que o Poder Público e a coletividade têm o dever e obrigação de preservar e defender o meio ambiente equilibrado para a presente e para as futuras gerações. Ora, nada mais claro do que este excerto, os atores da vida coletiva devem ter por fundamento de seus atos o respeito pelo ambiente, buscando sempre resguardá-lo ao seu modo natural. Entre tomar uma atitude que possa vir a alterar o equilíbrio do meio natural e ou, abster-se dela, o Poder Público e o cidadão devem abrir mão de assumir o risco de um eventual dano irreversível.

Conforme nos ensina Milaré “precaução é substantivo do verbo precaver-se (do latim *prae* = antes e *cavere* = tomar cuidado), e sugere cuidados antecipados, cautela para que uma atitude ou ação não venha resultar em efeitos indesejáveis”¹³.

Foi neste diapasão que a Conferência para o Meio Ambiente da ONU, realizada no Rio de Janeiro em 1992, marco revolucionário na questão do tratamento dispendido pelos seres humanos ao meio ambiente, preocupada com as potenciais ameaças graves ou irreversíveis que a atuação humana pode vir causar ao meio ambiente, elencou entre seus ditames o Princípio da Precaução, assim disposto:

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental¹⁴.

¹³ MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, prática, glossário. 3 ed. rev. atual e ampliada.* São Paulo: RT, 2004, pg. 144.

¹⁴ ONU. *Conferência para o Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 1992. Princípio 15.*

Restou clara a preocupação das Partes quando diante de alguma situação que possa vir a gerar algum risco de dano irreversível para o meio-ambiente. Expor a agricultura à uma contaminação descontrolada por um gene que torna as plantas estéreis para a reprodução é, por certo, um risco potencialmente irreversível.

Vislumbrando o mesmo cuidado e preocupação, o constituinte pátrio, ao conceber o inciso IV do art. 225, da nossa Constituição, procurou resguardar, também, que as atitudes tomadas pelos seres de Direito, tivessem por base a precaução e, para isso, que sejam amplamente estudadas e, discutidas publicamente, delimitando seus riscos, evitando assim, eventuais surpresas danosas ao meio.

Interessante notar a preocupação do constituinte no inc. VI do mesmo art. 225 da CF: “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”.

Ora, tornar o ciclo de reprodução de uma planta estéril não seria o mesmo que alterar sua função ecológica e também colocar esta espécie em risco de extinção? Se esterilizarmos os indivíduos de uma espécie, impedindo sua fertilidade natural, obviamente que o desfecho dessa alteração será a extinção da espécie, colocando em risco toda a cadeia ambiental que necessita daquela planta para sobreviver.

Tomando por base os princípios aqui elucidados e a legislação constitucional pátria, o PL 1117, que visa introduzir no ordenamento brasileiro a permissão para cultivar gêneros agrícolas com a temida tecnologia Terminator, deveria ser antes de tudo, amplamente estudado, para que possamos aferir com exatidão seus riscos potenciais, ademais, tais estudos devem ser divulgados publicamente, conclamando a sociedade para participar deste processo, caso contrário, o Congresso Nacional estaria afrontando a Constituição Federal pois não atenderia ao princípio da precaução, aqui elucidado.

Ademais, diante de qualquer dúvida sobre os riscos potenciais desta tecnologia bem como de qualquer outra, o legislador pátrio deve, com toda tranquilidade, impedir o prosseguimento do projeto, mantendo a moratória estabelecida pela ONU, pois desconhecemos os riscos que estas plantas transgênicas podem levar à natureza e aos seres vivos, principalmente no que toca nossa segurança alimentar.

VI) Dos riscos da Tecnologia de Restrição de Uso (GURT)

- Terminator

Os riscos são completamente desconhecidos e, quando não, sabe-se que são potencialmente danosos ao meio ambiente, isto é o que se sabe sobre a interação dos organismos geneticamente modificados com o meio natural.

Conforme literatura estrangeira sobre o tema:

Because farming operates in an open environment, the potential impacts that de cultivation of GM crops can have are varied and widespread. Broadly speaking, however, they fall into two categories: (a) those impacts that might be termed “environmental”, such as influences on biodiversity and landscape; and (b) those impacts that can be categorized as “economic”, such as losses suffered by organic producers alleging crosspollination or “contamination” of organic crops by GM crops grown in their immediate vicinity¹⁵.

O trecho acima nos mostra que, o cultivo das OGMs gera riscos que circundam basicamente dois pontos, o primeiro relacionado ao meio ambiente em si, sejam eles riscos de afetar a biodiversidade e ou o meio e, a segunda grande questão, refere-se aos riscos econômicos, que podem ter várias facetas, sendo que uma delas refere-se à contaminação cruzada dos cultivos que não utilizaram plantas transgênicas, conforme apontam diversos estudos conduzidos sobre a questão.

Conforme bem observou Becky Price e Janet Cotter em seu estudo publicado no artigo¹⁶, o fluxo gênico por fecundação cruzada (polinização cruzada), dispersão de sementes ou ainda THG em cultivos subsequentes a cultivos OGM, representam fatores naturais fora de controle do agricultor e das empresas de biotecnologia, que impossibilitam a coexistência a campo das plantas OGM e não OGM. Neste estudo as autoras também identificaram mais de quatrocentos casos de contaminação de cultivares não transgênicos por fluxo gênico de plantas transgênicas.

Ao nosso ver, este último problema elucidado, o risco de contaminação por polinização cruzada entre cultivares transgênicos e não-transgênicos, é

¹⁵ RODGERS, Christopher P. *Coexistence or Conflict? A European Perspective on GMOs and the Problem of Liability*. Newcastle University. *Bulletin of Science, Technology & Society*, Vol. 27, No. 3, June 2007, pg. 233.

¹⁶ PRICE, Becky; COTTER, Janet. *The GM Contamination Register: a review of recorded contamination incidents associated with genetically modified organisms (GMOs), 1997-2013*. *International Journal of Food Contamination*. 25 de Outubro de 2014. Disponível em <http://link.springer.com/article/10.1186%2Fs40550-014-0005-8>. Consultado em 24 de dezembro de 2015.

o pior e mais perigoso para o meio ambiente, pois o cultivo de plantas que carregam tal alteração genética poderia vir a contaminar as plantas não-transgênicas ao seu redor e, potencialmente, ocasionar uma contaminação generalizada dos campos de produção, em uma área de risco com muitos quilômetros de afetação.

Importante salientar que não há nenhuma possibilidade de manejo para evitar a polinização cruzada pois, conforme bem observaram Lidia S. Watrud e outros, em seu estudo “Evidence for landscape-level, pollen-mediated gene flow from genetically modified creeping bentgrass”¹⁷, nas observações conduzidas pelos pesquisadores, eles identificaram contaminações por polinização cruzada em distâncias de até 21 km em linha reta, a favor da direção de vento predominante, o que é mais que suficiente para deduzir que não há qualquer margem de segurança para evitar este risco de contaminação via polinização dos cultivares crioulos, pelos transgênicos.

Ora, ao assumir este risco, estamos nos expondo a possibilidade de que, em pouco tempo, todos os cultivares de uma determinada espécie, estejam contaminados e, por conseguinte, tornar-se-ão transgênicos em algumas gerações, podendo assim, vir a sobressair em sua estrutura genética, o gene que torna suas sementes estéreis, colocando em risco irreversível a capacidade natural das plantas de se reproduzir.

A contaminação dos campos por este gene coloca em risco de extinção nossas plantas crioulas. A cultura de sementes crioulas é prática comum na agricultura familiar nacional. Os pequenos agricultores, tem o costume de guardar parte das sementes colhidas em sua safra para que, no próximo ciclo, possam voltar a cultivar. Romper com este ciclo, expondo a cultura de sementes crioulas ao risco de contaminação e de extinção, colocaria inúmeros agricultores, predominantemente de pequeno porte, em risco de um colapso produtivo e econômico, pois o acesso a sementes transgênicas pode vir a se tornar inviável ou demasiadamente oneroso.

Obviamente que, em um contexto de extinção das sementes crioulas, o caminho estaria livre para qualquer prática econômica abusiva por parte das empresas sementeiras, expondo, desta forma, à fome, tanto os pequenos agricultores como boa parte de nossa sociedade.

¹⁷ “This study documents gene flow on a landscape level from creeping bentgrass (*Agrostis stolonifera* L.), one of the first wind-pollinated, perennial, and highly outcrossing transgenic crops being developed for commercial use. Most of the gene flow occurred within 2 km in the direction of prevailing winds. The maximal gene flow distances observed were 21 km and 14 km in sentinel and resident plants”. WATRUD, Lidia S., *Evidence for landscape-level, pollen-mediated gene flow from genetically modified creeping bentgrass with CP4 EPSPS as maker*. *National Academy of Sciences of the United States of America*, vol. 101 n. 40. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/101/40/14533.full>>, Acesso em 24 de dezembro de 2015.

Em um possível cenário extremo, estaremos diante de uma situação de incapacidade de produzir alimentos, pois todas as culturas teriam suas sementes naturais inférteis, inaptas a germinação, expondo assim a sociedade brasileira à total dependência em relação às empresas produtoras de sementes, predominantemente estrangeiras, para produzir nosso alimento.

Com toda tranquilidade temos condições de dizer que nesta ocasião a saúde do povo, o seu direito à alimentação e a soberania nacional estariam em risco.

CONCLUSÃO

Em países com instituições frágeis, expostas às pressões externas, nem sempre muito positivas, as leis são manipuladas de acordo com os interesses predominantes. No Brasil, o processo é semelhante e, no escopo do qual estamos tratando, observamos uma tremenda leniência por parte de alguns políticos, submetidos a interesses esquivos, que estão aproveitando a situação política turbulenta do país para conseguirem efetuar as alterações legais necessárias e, assim, retirar do ordenamento brasileiro a proibição da utilização da tecnologia de restrição de uso, mais conhecida como Terminator.

Afinal de contas, a pergunta que vem à tona neste momento é, por quê, alguém em sã consciência gostaria de cultivar, ou de permitir que se cultivem, plantas que sejam incapazes de produzirem sementes com fertilidade para germinar no próximo ciclo de plantio? Qual a razão para isto? Se temos uma natureza exuberante, fértil e que nos provê os alimentos que precisamos, por quê criar plantas inférteis, que podem expor a risco toda a biodiversidade agrícola?

Realmente é difícil encontrar qualquer resposta fora da ótica do interesse econômico escuso e dominador, provavelmente advindo de lobbies poderosos das companhias detentoras das patentes de sementes transgênicas.

Diante dos riscos incalculáveis e tampouco conhecidos, expor a agricultura brasileira ao perigo de, em algum momento, ficar sem sementes férteis para o cultivo, seria expor também a sociedade brasileira à fome e a dependência externa, pois como é sabido, as empresas que dominam as tecnologias de produção de sementes são todas de capital estrangeiro.

Conforme apresentamos neste trabalho, são inúmeros os estudos científicos que comprovam a contaminação por polinização cruzada entre plantas transgênicas e não-transgênicas, o que pode expor toda a

agricultura nacional ao risco de contaminação generalizada dos campos de produção, ficando assim, em algum momento, sem nenhuma semente capaz de germinar naturalmente. Neste cenário a natureza estaria dizimada e a sociedade brasileira estaria em risco, pois a nossa capacidade de produzir nosso próprio alimento de maneira independente terá sido subtraída.

A segurança alimentar do povo brasileiro, também, estaria em risco, pois estaríamos em uma situação de completa dependência da compra de novas sementes transgênicas das companhias sementeiras.

Não obstante ao risco de afetarmos a segurança alimentar da nação, a liberação do cultivo das sementes Terminator afronta também o princípio da precaução, um dos pilares do Direito Ambiental e também contido em nossa Constituição, pois a despeito dos riscos questionados por centenas de estudos acerca do tema, estamos assumindo a possibilidade de uma completa dizimação da biodiversidade natural do nosso país. Tal liberação coloca o país em um caminho sem volta, rumo à extinção dos nossos cultivares crioulos de plantas extremamente importantes para a economia nacional, como soja, milho, trigo, feijão, algodão.

Ora não há dúvida que este projeto de lei é inconstitucional. Permitir a liberação da utilização desta tecnologia Terminator, afetaria preceitos constitucionais importantes, conforme elencamos adiante.

Do ponto de vista material, tal liberação expõe a risco a biodiversidade, afetando diretamente o equilíbrio do meio ambiente natural, em uma direta afronta ao art. 225 da Constituição brasileira, contrariando também o que estabelece seus incisos I, II, VII e, do ponto de vista formal, vale salientar que, durante o processo legislativo em trâmite não foi feito nenhum estudo profundo e amplamente divulgado para procurar se aferir os impactos desta tecnologia, conforme exige o art. 225, IV, constituindo assim uma inconstitucionalidade formal do processo legislativo em questão.

Expõe a risco também a autodeterminação e independência do povo brasileiro, princípios estes balizadores das relações externas da República, estabelecidos no art. 4º da Carta Magna, pois este projeto de lei pode vir criar uma relação de dominação econômica das empresas sementeiras perante a sociedade brasileiro pois estas, em algum momento, podem condicionar toda a produção de alimentos brasileira ao pagamento de royalties e ou cobrar preços abusivos para acessarmos suas sementes, uma vez que, não podemos nos esquecer que o risco de dizimação das sementes crioulas em um futuro próximo, via polinização cruzada entre organismos transgênicos e não-transgênicos, é um risco real e confirmado por estudos científicos

publicados ao redor do mundo sobre o tema.

Cenários extremos são reais, não podemos descartá-los, e nesta eventual realidade o direito do povo brasileiro em buscar seu alimento de maneira digna, através da sua livre iniciativa e do trabalho, todos estes direitos constitucionais, estarão em completo risco e, estamos certos que sem alimento não há vida. Não há razão nenhuma para permitir o prosseguimento desta iniciativa do Projeto de Lei 1117/2014 em tramitação na Câmara dos Deputados do Brasil, sendo por certo que esta iniciativa deve ser imediatamente denegada pelo Congresso Nacional e, caso siga adiante, que o Ministério Público e o Poder Judiciário tomem uma postura defensora dos direitos constitucionais da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 23/02/2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 1117/2014**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1203150>>. Acesso em 14/12/2014.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, prática, glossário. 3 ed. rev. atual e ampliada. São Paulo: RT, 2004.

ONU, Convention on Biological Diversity. Cartagena Protocol on Biosafety, Nairobi, Quenia, 2000. **Decision V/5, III, 23**. Disponível em: <<http://www.banterminator.org/Glossary/Moratorium>>. Acesso em 12/11/2014.

ONU. **Conferência para o Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 09/06/2012.

PRICE, Becky; COTTER, Janet. The GM Contamination Register: a review of recorded contamination incidentes associated with genetically modified organisms (GMOs), 1997-2013. **International Journal of Food Contamination**, Oct. 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1186%2Fs40550-014-0005-8>>. Acesso em 12/11/2014.

RODGERS, Christopher P. Coexistence or Conflict? A European Perspective on GMOs and the Problem of Liability. **Newcastle University. Bulletin of Science, Technology & Society**, v.27, n.3, p.233, June 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

WATRUD, Lidia S., Evidence for landscape-level, pollen-mediated gene flow from genetically modified creeping bentgrass with CP4 EPSPS as maker. **National Academy of Sciences of the United States of America**, vol. 101 n. 40. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/101/40/14533.full>>. Acesso em 22/01/2016.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- c) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- d) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- e) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- f) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque:** subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.

- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO.

Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** cidade, v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@gmail.com. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor

